

Jorge Campos
Fábio José Rauen
(organizadores)

Tópicos em Teoria da Relevância

***TÓPICOS EM TEORIA DA
RELEVÂNCIA***



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Chanceler:

Dom Dadeus Grings

Reitor:

Joaquim Clotet

Vice-Reitor:

Evilázio Teixeira

Conselho Editorial:

Alice Therezinha Campos Moreira
Ana Maria Tramunt Ibaños
Antônio Carlos Hohlfeldt
Draiton Gonzaga de Souza
Francisco Ricardo Rüdiger
Gilberto Keller de Andrade
Jaderson Costa da Costa
Jerônimo Carlos Santos Braga
Jorge Campos da Costa
Jorge Luis Nicolas Audy (Presidente)
José Antônio Poli de Figueiredo
Lauro Kopper Filho
Maria Eunice Moreira
Maria Helena Menna Barreto Abrahão
Maria Waleska Cruz
Ney Laert Vilar Calazans
René Ernaini Gertz
Ricardo Timm de Souza
Ruth Maria Chittó Gauer

EDIPUCRS:

Jerônimo Carlos Santos Braga – Diretor
Jorge Campos da Costa – Editor-chefe

**Jorge Campos
Fábio José Rauen
(Organizadores)**

***TÓPICOS EM TEORIA DA
RELEVÂNCIA***



**PORTO ALEGRE
2008**

© EDIPUCRS, 2008

Capa: Josianni dos Santos Nunes

Diagramação: Gabriela Viale Pereira

Revisão: dos autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T674 Tópicos em teoria da relevância [recurso eletrônico] / Jorge Campos, Fábio José Rauen (organizadores). – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

201 p.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web:

<http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>

ISBN 978-85-7430-828-9 (on-line)

1. Teoria da Relevância (Lingüística). 2. Lingüística do Texto. 3. Interpretação (Lingüística). 4. Cognição.

I. Campos, Jorge. II. Rauen, Fábio José.

CDD 410

Ficha Catalográfica elaborada pelo
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS



Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
Caixa Postal 1429
90619-900 Porto Alegre, RS - BRASIL
Fone/Fax: (51) 3320-3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
<http://www.pucrs.br/edipucrs>

Sumário

| | |
|---|------------|
| Apresentação | 6 |
| Relevância, kluges, emoções: reflexões provocativas | 10 |
| <i>Jorge Campos</i> | |
| Sobre relevância e irrelevâncias | 26 |
| <i>Fábio José Rauen</i> | |
| Relevância, cognição, inferência e processos dedutivos | 57 |
| <i>Ana Ibaños</i> | |
| Cognição, relevância e textualidade | 68 |
| <i>Jane Rita Caetano da Silveira</i> | |
| Explicitude e explicitação em tradução: uma abordagem à luz da teoria da relevância | 96 |
| <i>Fábio Alves</i> | |
| Rediscutindo o conceito de competência de uma perspectiva relevantista | 122 |
| <i>José Luiz Vila Real Gonçalves</i> | |
| A tradução jurídica à luz da teoria da relevância | 143 |
| <i>Cristina Lopes Perna</i> | |
| Linguística cognitiva e teoria da relevância: perspectivas para a construção de uma teoria de interface para inferências | 168 |
| <i>Heloísa Pedroso de Moraes Feltes</i> | |
| Os autores | 200 |

Apresentação

A Teoria da Relevância (TR), tal como proposta por Sperber&Wilson (86/95), pode ser identificada como um dos programas de pesquisa sobre a interface comunicação/cognição mais influentes das últimas décadas. De fato, buscando uma abordagem inferencial centrada na cognição humana, como alternativa aos rígidos modelos de códigos anteriores, a TR apresenta todos os ingredientes de uma sistematização teórica ambiciosa. Fundamentada em dois princípios-alcerce, o Princípio Cognitivo da Relevância e o Princípio Comunicativo da Relevância, e desenvolvida através das noções de intenção informativa e comunicativa dirigidas pela noção de relevância, enquanto relação custo-benefício, a TR propõe-se descrever e explicar as bases da racionalidade da comunicação humana. Além disso, como bem o demonstra o volume de textos e experimentos sobre a TR hoje, tanto na Europa quanto na América do Norte, a riqueza deste programa de investigação, irradiando elucidaciones para as diversas áreas, atrai o pensamento crítico internacional na direção de corroborar ou falsear suas potenciais predições. Isso significa que, como proposta consistente e de alto valor explanatório, a TR desencadeia um forte impacto interdisciplinar em que convivem as incontáveis tentativas de mostrar-lhe a aplicabilidade com os esforços teóricos para determinar-lhe as limitações e fragilidades.

A obra que se segue é uma tentativa nas duas direções: a de mostrar o enorme potencial de aplicação da TR e, paralelamente, de trazer à tona algumas de suas dificuldades e desafios para os próximos anos. Nas origens desse trabalho, estão algumas edições do Celsul, de 1997, 2006 e 2008, e especialmente a colaboração dos programas de investigação dos cursos de Letras da Pucrs e da Unisul.

No primeiro capítulo, *Jorge Campos* levanta questões que considera problemáticas para a Teoria da Relevância, em função de alguns de seus compromissos cognitivistas essenciais. O texto, de caráter reflexivo e provocativo, questiona a noção mesma de relevância, tanto em sua dimensão cognitiva quanto social, na medida em que se pode considerar a irrelevância de muitos dos processos comunicativos cotidianos. Para corroborar seu argumento, Jorge Campos

reapresenta sete exemplos desafiadores, já considerados em seu artigo *A teoria da relevância e as irrelevâncias da vida cotidiana* de 2005. Por fim, a complexidade das noções de custo e benefício, cruciais e problemáticas para a sustentação da teoria, é discutida pelo autor.

No segundo capítulo, *Fábio José Rauen*, levando sistematicamente em conta os desafios ao princípio cognitivo de relevância propostos por Costa em 2005, propõe uma abordagem alternativa, onde o princípio cognitivo de relevância mantém-se intacto, mas sob a contingência do desgaste energético do indivíduo e de um *background* de conhecimentos saturados, ou seja, considerados como garantidos, otimamente certos, transparentes e irrelevantes. O texto de Rauen apresenta também uma revisão da Teoria da Relevância, com base em Wilson (2004), que pode ser instrutiva como leitura introdutória às discussões desencadeadas neste livro.

No terceiro capítulo, *Ana Ibanõs* questiona a alegada existência de incompatibilidade entre os sistemas da lógica demonstrativa e o raciocínio prático. A autora argumenta que os princípios e as regras da Lógica Clássica estão incluídos, de modo mais flexível e amplo, nas inferências sintáticas, semânticas e pragmáticas que fundamentam o raciocínio diário. Seu texto baseia-se na Teoria das Interfaces Externas e Internas de Campos (2004), cujo argumento central é o de que a abordagem correta para a análise de processos inferenciais é dependente do tipo de interface assumida para a explicação de conceitos e fenômenos.

No quarto capítulo, *Jane Rita Caetano da Silveira* argumenta que, considerando uma interface com as ciências cognitivas, a textualidade deve ser analisada através do conceito de relevância, sem o qual a integração dos diversos aspectos que garantem a unidade do texto ficaria inexplicada. O texto, em seguida, analisa a eficiência da abordagem guiada pela relevância na análise de peças comunicativas, em contraste com a utilização dos conceitos tradicionais de coesão e coerência.

No quinto capítulo, *Fábio Alves* aborda a explicitação em tradução. Segundo ele, é preciso analisar as características psicolinguísticas no processamento inferencial de processos de explicitação, sobretudo aqueles de tradutores expertos. Alves questiona quais seriam os fatores que levam tradutores a contornar problemas de codificação e de contexto, através da explicitação, no texto-alvo, de trechos do

texto-fonte cujas características impossibilitam que a tradução baseie-se apenas na codificação lingüística da língua-fonte. Com base nos conceitos de explicitação condicionada pela norma lingüística e explicitação estratégica de Englund-Dimitrova (2005), o texto discute exemplos de explicitação de tradutores novatos e profissionais e propõe a aplicação dos conceitos de explicatura e implicatura para modelar as características inferenciais da tradução a partir de uma rede de decisões motivadas pela relação esforço cognitivo/efeito contextual e pela atribuição de relevância.

No sexto capítulo, *José Luiz Vila Real Gonçalves* discute o papel do arcabouço teórico da Teoria da Relevância para o conceito de competência do tradutor. O texto argumenta que a noção de competência deve ser concebida como a construção de sub-redes cognitivas em congruência com os fenômenos sócio-interativos vivenciados pelo indivíduo, e não como uma especialização geneticamente pré-configurada. Adotando o modelo sistêmico de Alves e Gonçalves (2007), o autor propõe a utilização de conceitos relevantistas para descrever a composição do sistema de sub-competências para a tradução. Gonçalves defende que a Teoria da Relevância apresenta congruência com os postulados conexionistas, apesar de sua base modularista, indicando processos de regulação e otimização de relações entre esforço e efeitos cognitivos na construção dos sistemas de conhecimento do indivíduo, o seu *ambiente cognitivo*.

No capítulo 7, *Cristina Lopes Perna* analisa a tradução de contratos e discute as dificuldades em se assegurar fidelidade numa área que apresenta inúmeras assimetrias. A autora apresenta exemplos de incongruências em conceitos jurídicos, argumentando que uma abordagem totalmente direta para a tradução é uma tarefa quase que impossível. Sua tese é a de que se deve considerar a fidelidade em tradução de textos jurídicos não em função de sua equivalência ao texto fonte, mas sim em função de sua semelhança interpretativa.

No oitavo capítulo, *Heloísa Pedroso de Moraes Feltes* avalia a possibilidade de se construir uma teoria de interface que, utilizando o Princípio de Relevância, pudesse contribuir para a implementação de um nível composicional-computacional para inferências numa arquitetura de base conexionista, uma vez que se admita que a Lingüística Cognitiva e, em especial, a Teoria Neural opera com um algum tipo de composicionalidade e, operacional e circunstancialmente, com um nível

computacional. A resposta que a autora procura orientar-se em dois sentidos. Primeiramente, o de encontrar elementos para o fortalecimento da adequação descritiva da Lingüística Cognitiva corporificada na hipótese da autonomia parcial de Harder (1999), evitando certos problemas causados pelo continuísmo sintaxe-semântica-pragmática. O segundo, o de levantar a hipótese de uma Teoria da Relevância reconstruída como uma teoria de interface com base no Princípio da Relevância, para a autora, um princípio capaz de sobreviver num nível computacional sem se comprometer com uma arquitetura modular.

Porto Alegre, 30 de novembro de 2008

Jorge Campos

Fábio José Rauen

Relevância, kluges, emoções: reflexões provocativas

Jorge Campos

Sperber e Wilson (1986, 1995, 2005) defendem, há mais de vinte anos, uma interessante e bem sucedida abordagem sobre a interface comunicação-cognição, conhecida como Teoria da Relevância (TR). São dois os princípios básicos que sustentam a arquitetura conceitual da TR em sua forma clássica:

1 Princípio Cognitivo de Relevância

A comunicação humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância

2 Princípio Comunicativo de Relevância

Todo estímulo ostensivo (intenção informativa e comunicativa) comunica a presunção de sua própria relevância ótima – o estímulo é relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento da audiência e – é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador. O grau de relevância é diretamente proporcional à relação entre esforço de processamento e efeito cognitivo positivo. Em contextos idênticos, tanto menor o primeiro e tanto maior o segundo, mais relevante o estímulo.

O texto que se segue representa uma tentativa de gerar reflexões provocativas sobre a base teórica da TR, com o objetivo de incrementar o debate sobre algumas de suas propriedades importantes. Inicialmente, levantam-se considerações problemáticas para alguns compromissos cognitivistas essenciais assumidos, ou pressupostos, pela teoria; a seguir, questiona-se o caráter intuitivo da noção de relevância, como pretensamente adequado para as diversas formas de comunicação, se são avaliadas inúmeras irrelevâncias de processos comunicativos cotidianos, e, finalmente, discute-se a complexidade das noções de custo e benefício, cruciais e problemáticas para a sustentação da TR.

Começamos supondo certo confronto entre a crença de racionalidade pressuposta pela TR e uma visão cética sobre a perfeição do cérebro/mente humano devida a Gary Marcus (2008)

Os dois princípios básicos da TR, tais como apresentados inicialmente, são compatíveis com três suposições metateóricas da TR: a evolução da cognição

humana presume o princípio cognitivo da relevância; a modularidade massiva da mente favorece módulos inferenciais dedicados; e a racionalidade do processo comunicativo humano garante o processo de relevância enquanto relação ótima entre esforço de processamento e efeito cognitivo positivo.

O quadro apresentado acima, então, pressupõe uma compreensão do binômio comunicação-cognição enquanto construção sistêmica da história da espécie humana em sua caminhada evolutiva. A concepção da TR é compatível com a idéia de direção do processo e não se opõe, frontalmente, a teorias do desenho inteligente.

Gary Marcus (2008), do *NYU Center for Child Language* em sua obra mais recente, *Kluge – the Haphazard Construction of Human Mind*, defende a tese de que o cérebro/mente humano é constituído de inúmeras falhas em decorrência de uma história evolutiva ao acaso e sem qualquer direção. Para ele, devemos responder negativamente à especulação shakesperiana “are human beings noble in reason and infinite in faculty?” De fato, argumenta Marcus, são muitas as evidências de que a cognição humana é constituída de incontáveis “Kluges”, uma metáfora para artefatos de uso *ad hoc*, e que teriam sido desenhados para outros fins. Aos infinitos estímulos do processo evolutivo, o que se tem é uma resposta adaptativa ao urgente e não ao relevante. Assim construída, a mente humana funciona como um complexo mecanismo do contingente em que são as circunstâncias que a determinam. A habilidade da resolução de problemas antes de ser um conjunto ordenado e sistêmico de operações lógicas é uma espécie de dispositivo tipo MacGyver, enquanto solução que funciona seja ou não a melhor. “Its not the most elegant solution to this problem, but hey, it works”. Tal como aconteceu, aliás, com a Apollo 13 em que até sacos de papel foram usados para purificar o ar na nave, uma solução deselegante e imprópria, mas que funcionou. Sim, somos um exemplo de cognição cheia de dispositivos idiossincráticos. Temos crenças irracionais, uma memória que se deteriora, com formatos confusos e obscuros e cuja vaguidade nos garante muito pouca certeza sobre o que lembramos. Não trabalhamos, em nossa memória, nem em termos de pastas e arquivos, comuns hoje a máquinas elementares, nem conseguimos fazer contas complexas, coisas que calculadoras executam com precisão e rapidez. A nossa linguagem, pressupostamente diferenciadora da espécie, vem carregada de ambigüidades, de vaguidades, de

redundâncias. Nossas emoções são conflitantes com nossas decisões racionais e nossa história vem dramaticamente construída por guerras inexplicáveis, cujas causas nem conhecemos com precisão. E o que dizer da fragilidade de nossa mente, com doenças que não parecem servir a nenhum propósito adaptacionista? Tomamos decisões estranhas a nós mesmos e votamos em pessoas sem saber exatamente por qual motivo e muitas vezes contra nossos próprios interesses. Aceitamos falácias com naturalidade e temos razões que a própria razão desconhece. Frequentemente, estamos de mau humor, não temos orgasmos e nem estamos felizes quando queremos. Sofremos de graves problemas determinados por pequenas causas e adoramos comer o que nos faz mal. Esse, definitivamente, não é o quadro do desenho inteligente, do criacionismo, mas da evolução ao acaso e sem direção em que a racionalidade é uma surpresa da sobrevivência numa perspectiva caótica. Esse, definitivamente, é um mundo de circunstâncias em que módulos inteligentes, ou mesmos sistemas centrais racionalistas, encontram o desafio das evidências oferecidas pela multiplicidade incontestável das irrelevâncias. Aliás, pensa ironicamente Marcus, os próprios *scholars* bíblicos já tinham identificado as falhas de caráter humano ilustradas pelas metáforas do tipo serpente e maçã.

Se, por outro lado, se assume que a TR faz sentido, então podemos argumentar nos próprios termos de “Kluge”. Afinal, não temos dúvida de que humanos que somos, temos falhas naturalmente. Mas veja-se a complexidade de entendimento e comunicação que envolve um trivial roteiro de viagem internacional, por exemplo. Imagine-se que, desde as restrições impostas pelo passaporte, pela compra de passagens aéreas via internet, pelo embarque e desembarque, por toda a comunicação antes durante e depois do voo entre a tripulação e o aeroporto, tudo parece altamente articulado. Inclusive com os cuidados de manutenção, de modo que a ida e volta com segurança cheguem a parecer um verdadeiro milagre de comunicação e interatividade. Pois bem, isso ocorre diariamente entre todas as cidades do mundo em que temos milhões de pessoas envolvidas e milhões de voos, com precisão de horário e segurança estatisticamente comprovada. Isso sem contar com a tecnologia de aviões sofisticadíssimos e foguetes espaciais, como a própria Apollo 13, capazes de levantar do chão incríveis toneladas. Como pensar que nossa mente é um kluge, se, diante de tal complexidade, todas as milimétricas formas de contato dependem de acordo sobre finos graus de relevância. E a própria guerra tão sem sentido em uma visão catastrofista, que fenômeno de articulação de estratégias

de poder bélico, que complexidade de organização e precisão comunicativa. A própria computação nasceu por influência da necessidade de mensagens precisas, de mísseis supercontrolados, de sistematização bélica. Sim, desprezamos constantemente as regras da Lógica, aceitamos falácias e falácias, mas fomos geniais ao conceber os sistemas lógicos em sua consistência, completude e decidibilidade. Como explicar o Telefone, o Rádio, a TV, a Internet e as maravilhosas tecnologias de comunicação de massa. E tudo depende inevitavelmente de protocolos de relevância. E somos capazes de transmitir informação através de uma história milenar com um alto nível de entendimento e traduzir línguas diversas e de complexas diferenças a ponto de nos fazermos compreender inclusive sobre culturas diversificadas e estranhas para nós. Tudo via relevância. Não conseguiríamos nem abordar nossa fragmentada memória não fosse pelo gancho da relevância. Imagine-se se não pudéssemos selecionar o de que precisamos para entender uma trivial troca de diálogos. Se tivéssemos que percorrer todas as trilhas, pastas e arquivos para depois chegarmos à compreensão de uma mísera piada. Talvez não vivêssemos o suficiente para rir dela.

Como decidiríamos entre Kluges e Relevância, entre cérebro/mente relevante, como indício de desenho inteligente e como evolução ao acaso resultado das pressões imediatas? Parece que o comportamento clássico das explicações científicas segue certo modelo de lógica em que ou o sistema é perfeito ou é caótico. Diz-se que, num sistema dedutivo, uma única contradição trivializa suas operações. De $P \ \& \ \neg P$, segue-se R , sendo R um qualquer. A TR parece querer comprometer-se com uma base intrínseca ao ser humano na direção da racionalidade relevante. Kluge é o argumento de que não é possível ter direção racional se as evidências apontam milhões de incongruências. Mas, talvez, a constatação mais óbvia seja uma advertência contra os extremos. Qualquer alternativa radical parece entrar em conflito com uma idéia de experientialismo e livre arbítrio. Se a relevância é tomada como tendência forte, seremos dirigidos por ela, sem alternativas; se o caos se impõe, então nada há que possa garantir a racionalidade de qualquer opção. Quem sabe, estamos entre o relevante e o caótico, um pouco racionais, um pouco arbitrários, construindo a história por linhas tortas, mas não circulares. Por que não aceitar Kluges em nossas deduções não-triviais sem cair, necessariamente, na trivialidade aterradora? Talvez a melhor forma de entender o conflito entre a TR e

uma reflexão cética como em Kluge seja construir a questão abduativamente. Se se assume a noção de relevância, então se tem a melhor explicação para a racionalidade da comunicação quando ela se dá; se, por outro lado, se se assume a mente como kluge, então se tem a melhor explicação para as inúmeras discrepâncias da comunicação quando a racionalidade esperada não se dá. O que resta? O otimismo de defender a TR, considerando Kluges *qua* situação de relevância em última instância, ou o ceticismo de defender Kluges, considerando a relevância para o indivíduo *qua* Kluge dos sistemas formais *stricto sensu*.

Passemos à segunda parte, à consideração da noção intuitiva de relevância e suas discrepâncias com as trivialidades comunicativas cotidianas. Se a mente/cérebro é, de fato, um Kluge, podemos raciocinar nos próprios termos da TR contra ela. Como se explica uma tendência cognitiva para maximizar a relevância diante de tantas irrelevâncias nos processos comunicativos rotineiros? Claro, na TR, a idéia de relevância é bem mais restrita. Refere-se, apenas, aos fenômenos de comunicação ostensivo-inferenciais, às intenções informativas e comunicativas. Mas como seria ela capaz de justificar as inúmeras formas discursivas redundantes e sem efeitos cognitivos positivos que povoam diariamente os diversos contextos comunicativos das pessoas comuns? Como argumenta Costa (2005), o discurso de sociabilidade diária, os cumprimentos, as conversas light de lazer, os diálogos intermináveis altamente redundantes pelo telefone, a atenção dedicada ao rádio, televisão, internet, em notícias repetidas e já não mais informativas, tudo parece ser uma prática interminável de irrelevâncias absolutamente familiares. A própria Internet com seu um trilhão de páginas é navegada praticamente pelos mesmos caminhos. Os internautas deixam uma rota do histórico de navegações em que é surpreendente a redundância de mesmos sites. E o que dizer das falas afetivas e amorosas, em que expressões de amizade e de amor são repetidas de maneira exaustiva e, até, mecanicamente, por uma vida. Isso sem chegar ao autismo típico do exilado urbano que não chega a ouvir o que o outro diz, concentrado em falar de si mesmo e de seus problemas pela milionésima vez. E as considerações sobre o tempo, sobre política e sobre futebol, são relevantes exatamente em quê? E as advertências e conselhos de mais velhos e superpais que, dizem os jovens, entram por um ouvido e saem pelo outro. E quanto ao discurso político, como é possível justificar e explicar a relevância das intermináveis e falsas promessas. E as falácias

argumentativas, sempre as mesmas. E o que dizer dos clichês, ditados e provérbios? Analisemos, um pouco mais detidamente, tais irrelevâncias:

O discurso amoroso

O discurso amoroso é bem conhecido em suas formas de clichês afetivos como o avalia Barthes(1977) em seu *Fragments d'un discours amoureux*. É o caso da expressão “Eu te amo”, infinitamente repetida pelos interlocutores apaixonados. Trata-se de um fato comunicativo absolutamente conhecido e trivial, cuja redundância, em princípio, não parece ser compatível com qualquer idéia de relevância informativa. A informação é a mesma em suas diversas ocorrências, não sugerindo benefícios nesse sentido, de modo que o custo operacional e de processamento da proposição veiculada pelo enunciado amoroso não parece compensado. Mas, ao mesmo tempo, não seria razoável supor uma tendência inesperada do discurso amoroso para a redundância pura. O que alguém diria, certamente, de forma intuitiva, é que a questão informativa tem alto envolvimento emocional e afetivo, e que é essa felicidade subjetiva que compensa a troca interminável e aparentemente idiota dos “eu te amo”. Mas essa explicação bem sucedida empurra a noção de custo e benefício para conjuntos diversos. A primeira é de natureza lingüística e a segunda de natureza psicológica e emocional. Como operar com elas, suposta essa heteromorfia? Como o discurso amoroso é todo constituído de expressões intensamente redundantes e como se trata de uma peça comunicativa de indiscutível expressão, com presença constante no cotidiano de todas as pessoas, como se poderiam compatibilizar suas propriedades com uma relação custo/benefício informativa? Uma resposta negativa, em nome do benefício inquestionável do amor, poderia trivializar todas as outras formas de comunicação, no sentido de que aspectos emocionais poderiam justificar opções inesperadas e não predizíveis pela teoria.

A conversa *Light*

A conversa sem compromisso, estilo leve, em reuniões sociais ou em programas previamente acertados para isso, é uma prática bem conhecida por homens e mulheres, especialmente amigas com tempo livre, uma espécie de “meio

frio” como o diria McLuhan (1964). O ambiente criado, diríamos, é exatamente para não se guiar por qualquer idéia de seriedade, gravidade de assuntos ou de opiniões comprometidas com a informação. São geralmente diálogos, em que comentários irresponsáveis se repetem com humor, sem peso na verdade, sem qualquer preocupação com a consistência, ou, em última instância, sem qualquer intenção de relevância ótima. Jantares, caminhadas em parques, encontros em bares ao ar livre, situações de lazer, enfim, são absolutamente frouxas, descontraídas e, poderíamos dizer, irrelevantes. E tais conversas ocupam extraordinário espaço comunicativo do homem de hoje. Nesse caso, ainda se poderia, certamente, apelar para a idéia de bem-estar como fenômeno subjacente a explicar tais formas de relacionamento. O custo comunicativo seria compensado pelo não-stress, pela soltura, ou seja, pelo resultado benéfico da própria irrelevância. Mas isso é um tanto estranho à TR.

A Cultura de Massa

A cultura de massa, como a concebe U. Eco, em “Apocalípticos e Integrados”, por exemplo, é aquela que, por definição, representa o máximo espectro, a maior abrangência de pessoas envolvidas. Nesse sentido, é a forma de cultura absolutamente predominante em que jornais, revistas, rádio, cinema, tv, etc., polarizam a atenção das grandes massas, ocupando, vorazmente, todos os espaços que a informação elitizada, ou as manifestações populares poderiam pretender; pelo menos, isso é o que ostensivamente essa forma de cultura pretende ser. Mas, exatamente por esse caráter, a cultura de massa constitui-se num enorme desafio para as idéias da TR, à medida que se caracteriza por inúmeras propriedades que contrastam com a idéia de baixo custo e alto benefício. A primeira delas é a excepcional repetição de informações que são comuns aos diversos veículos de massa. A mesma notícia aparece no jornal, na tv, em revistas e as pessoas a lêem diversas vezes. Por quê? Uma outra característica da cultura de massa é o fato de que, para poder atingir a um público heterogêneo, deve haver uma pasteurização de informações triviais e pouco complexas. Conteúdos mais informativos e complexos representariam, por certo, mais benefício. Da mesma forma, a chamada notícia pilulada, isto é, superconcentrada, também diminui a potencialidade analítica ou argumentada. Talvez alguém observasse que isso não é compatível apenas com o baixo benefício, mas, também, com o baixo custo, o que também significa

otimização da relevância. Mas, nesse caso, a noção de relevância estaria dimensionada de maneira problemática, na direção exclusiva da lei do menor esforço, ou do menor Custo. O que levaria uma pessoa a gastar noites e noites de tv com pouquíssimo benefício se comparado ao da leitura de uma boa obra, se não a tendência à acomodação? E mais, por que os produtos da cultura de massa envolvem uma certa constante sensacionalista, um apelo ao emocional fácil, se isso não representa nem informação privilegiada nem conhecimento de alto nível? Talvez se pudesse arriscar que o processamento emocional é de custo menor que o intelectual, mas isso careceria de bons argumentos e provas empíricas, se é que se poderiam comparar tais formas de envolvimento de pessoas com a comunicação.

Perguntas e Respostas

A questão que envolve perguntas e respostas também pode servir como ilustração para a tendência cotidiana às irrelevâncias. Sabe-se, pela prática, que fazer perguntas é uma das formas mais econômicas de dialogar. A pergunta, geralmente, é de baixo custo operacional e, se bem feita, deslança respostas que podem ser altamente compensadoras. E, no entanto, a maioria das pessoas parece preferir a fala contínua, esperando, ansiosamente, o seu turno, para expressar uma quantidade de opiniões que nem sempre são oportunas e desejáveis. Muitas pessoas, inclusive, se queixam de que seus interlocutores não as deixam falar, centrando a sua postura dialógica numa espécie de roteiro egocêntrico de assuntos e se desinteressando rapidamente por questões mais externas, mesmo que interessantes para os parceiros com quem conversam. Parece, à primeira vista, que, antes de uma tendência para a relevância, o que os diálogos revelam é um desejo de se comunicar e de expressar a subjetividade, a opinião pessoal. Isso é tão claro que, na maioria das vezes, a conversação é agradável quando um, pelo menos, gosta de ouvir. Dois falantes ansiosos entram em naturais conflitos porque, com freqüência, um interrompe o outro no meio de sua fala, não tendo paciência de esperar que sua vez chegue. Na verdade, há pessoas que praticam a relevância da pergunta e que tiram o máximo de proveito dos seus diálogos. Mas não são muitas. E a questão, portanto, é desafiar a idéia de que a maioria segue a relação ótima de custo-benefício.

A Conversa Telefônica

Outra situação que se conhece muito bem como exemplo de baixa relação de relevância é a que caracteriza o diálogo pelo telefone. O telefone não só oferece um custo alto em termos operacionais como também representa um gasto de dinheiro considerável, ainda mais depois dos sofisticados celulares. As pessoas, em princípio, até se dispõem a usar pouco o telefone. Mas não são disciplinadas o suficiente. E não só o usam desnecessariamente como também provocam conversas longas, e repetitivas. Pesquisas empíricas certamente demonstrariam o uso pouco relevante e repetitivo de celulares. Evidentemente, há o telefone profissional mais bem aproveitado, mas a situação que interessa neste momento é a de um uso generalizado, próprio das situações informais que, certamente, ainda representam a comunicação mais trivial. McLuhan caracterizaria o telefone como um meio frio, dado o caráter de participação intensa que ele possibilita. Mas isso já é outra coisa. Não se pode identificar quantidade com qualidade. Que o telefone gere interatividade parece consensual; que tal interatividade seja relevante é um acidente de pessoas ocupadas ou, pelo menos, de um nível intelectual exigente como o de pesquisadores, por exemplo, com pouco tempo para perder em tagarelices telefônicas.

Cumprimentos e contatos

Das formas mais simples de comunicação, os cumprimentos e conversas de puro contato são, em geral, constituídas de frases pré-prontas, adequadas para cada situação, caracterizando o que Jakobson(1960) denominou a função fática da linguagem. Há o cumprimento tipo “Bom dia”, “Como vai?”, “Tudo bem?”, etc. em que não há, em princípio, nenhum conteúdo mais relevante a ser apreendido, a não ser a interatividade social, e as suas obrigações. A fala, nesse caso, é puro ato comunicativo, e o reconhecimento recíproco, uma necessidade da convivência. Evidentemente que as perguntas-clichê podem disparar conversas significativas, mas não necessariamente. A verdade é que uma pessoa sociável, como se diz normalmente, atenciosa e gentil, gasta uma parte, por menor que seja, de sua cota comunicativa, com os cumprimentos. Mas o fato é que tais atos comunicativos são

altamente redundantes e pouco significativos, se é a informação ou o conteúdo semântico o que está em jogo.

A navegação redundante

A Internet inaugurou uma nova era de comunicação inteligente, sem nenhuma dúvida. Diferentemente da mídia massiva tradicional como a tv, por exemplo, a navegação via Internet possibilita uma interatividade excepcionalmente maior. Primeiramente, porque “link to link”, é possível um acesso a um fantástico número de sites, num processo de seleção em que o internauta participa decisivamente; em segundo lugar, porque são milhões de páginas diárias novas inseridas na rede, tornando o tal processo infinito. Isso significa que é possível aumentar-se radicalmente o número de conhecimentos novos, com um benefício, diríamos cultural, excepcional, sem que o custo aumente expressivamente. Mas qual a novidade? Pesquisas recentes, Costa (2004), têm demonstrado que as pessoas, surpreendentemente, através da “história” de sua máquina, navegam diariamente pelos mesmos sites. Mas isso, diante da riqueza impressionante da rede, é um verdadeiro desafio à idéia de que as pessoas são orientadas na direção da relevância. Da mesma forma, e-mails, chats, blogs, etc., estão revelando coisa semelhante. Veja-se, algo como o Orkut, acompanhe-se a redundância absurda das trocas comunicativas. De um ponto de vista, é como pura interatividade. Trata-se de uma comunicação pobre, repetitiva com custo que não é desprezível e com benefícios suspeitos e indiscutivelmente limitados.

Considerações últimas

Como a TR, em seu espírito, procura ser descritiva e explanatoriamente consistente, em seus dois princípios da relevância, o cognitivo e o comunicativo, é de se supor que haja, nela, alguma explicação para as “irrelevâncias” da vida cotidiana acima ilustradas. Uma forma de abordagem poderia ser a de que, de uma ou outra maneira, o benefício existe. No discurso amoroso, por exemplo, é inquestionável que há benefício emocionais e afetivos envolvidos. Na conversa light, o prazer e a descontração, para compensar o stress da responsabilidade funcional e profissional, se constituem em benefícios mais ou menos óbvios. No consumo da

cultura de massa, o custo é baixíssimo, dado o papel passivo do indivíduo. Deitado, por exemplo, com o controle remoto na mão, com baixa exigência de concentração, um programa de televisão, em sua programação de trivialidades e lazer, passa a ser, surpreendentemente relevante, dado o custo ínfimo da operação de absorção informativa. Na Internet, à primeira vista, tudo é muito fácil, mas o processo inferencial para decidir-se sobre links alternativos representa um custo de operacionalidade implícita que deve ser reavaliado. Evidentemente, comparado ao processo de ver tv, a navegação exige bem mais participação, e isso é custo. Ser ativo aumenta o custo, ainda que o benefício possa ser altamente compensador.

Tal reflexão aponta, na verdade, para um indicador importante que não é totalmente inconsistente com a TR. As pessoas, em seu dia a dia, tendem, de fato, a ser relevantes; mas são dirigidas pelo baixo custo, mais do que pelo impacto do maior benefício. Na realidade, o princípio da inércia e a lei do menor esforço se impõem, ainda, em um sem-número de situações, especialmente nas comunidades menos profissionais e em situações informais. Nesse caso, idéias como as de Eco sobre o caráter de nivelamento pela média, próprio da Cultura de Massa, parecem ser justificadas. O emocionalismo, a redundância, a simplificação das notícias, a pilulação dos tópicos, os efeitos superficiais e passageiros da mídia massiva, tudo leva para uma acomodação em que o mundo é reduzido a uma forma simplista de informação-acomodação. Parece que a noção positiva de relevância, a noção de racionalidade-guia em que o benefício dirige o custo, funciona, primeiramente, quando as pessoas estão envolvidas com a produção profissional, com a objetividade funcional para gerar conhecimento. Tal atividade contrasta com a enorme tendência ao lazer, cujas propriedades são diferentes, dado que o aproveitamento afetivo, emocional, em que o prazer dirige o processo, caracteriza um outro tipo de benefício em que o custo baixo é uma das exigências fundamentais.

Em última instância, se a noção de relevância parece perfeitamente adequada a contextos comunicativos centrados na informação objetiva, dois tipos de situação representam desafios interessantes porque problematizam a relação custo benefício: o peso do benefício emocional e a tendência à inércia como fatores que podem gerar desequilíbrios na produção e recepção de inferências relevantes em caso de conflito com os aspectos informativos de um determinado evento comunicativo. Um

indivíduo ciumento A, por exemplo, pode, dada a alta relevância emocional para ele, inferir x como alternativa para y, informativamente mais relevante; um indivíduo preguiçoso B, da mesma forma, pode selecionar x e não y, ainda que este represente uma relação ótima custo-benefício, simplesmente porque x representa custo zero, ainda que perto de zero possa ser seu benefício. E o problema é que isso não é uma caracterização de situações absolutamente particulares. A e B são bem mais representativos da grande população do que acadêmicos exigentes com comportamentos estereotipados de objetividade. De fato, idéias como as de McLuhan, em que um meio frio é aquele que predomina em relação a um quente pela tendência à interatividade, parecem trazer uma condição explanatória melhor do que a TR para as irrelevâncias cotidianas. Considere-se, ainda com McLuhan, a diferença entre uma conferência e uma fala informal sobre o mesmo assunto. A primeira, mais distante, menos interativa, pode oferecer muito em termos informativos e exigir apenas a atenção dos seus ouvintes, que só tem o custo de processar o dito. A segunda, mais interativa, não consegue explorar o máximo das informações, sendo, naturalmente, mais pobre pela dispersão dos envolvidos. Exige, além disso, mais dos participantes, no sentido de que, precisam oferecer, também, informações, articulá-las com o tópico e depreender diversas formas de inferência dos diversos participantes. Isso tudo, freqüentemente, cai numa certa improdutividade, numa certa sensação de que era muita coisa, mas sobrou pouco no final, comum em conversas frouxas em que todos se manifestam. McLuhan diz que a conferência é um meio quente enquanto a fala um meio frio. Você diria que as pessoas tendem às conferências mais do que às falas informais? Suspeito que não. Os exemplos anteriores poderiam ser explicados de maneira análoga. Interatividade ou relevância?

Dito isso, passemos, finalmente, a considerar as noções de custo e benefício, já introduzidas nas duas secções anteriores, e sua complexidade problemática para a TR. Sperber e Wilson defendem a TR como uma teoria da comunicação ostensiva humana, baseada em princípios de relevância (TR), essencialmente ligados à intuitiva dicotomia custo/benefício. Em tal perspectiva, a cognição humana é orientada por uma tendência de otimizar o ato comunicativo, o que se expressa, fundamentalmente, na tentativa de oferecer/retirar o máximo de efeito contextual com um mínimo de esforço de processamento. Para descrever/explicar o objeto comunicação, assim construído, S&W organizam um modelo de comportamento

racional complexo, constituído de uma base inferencial não-trivial, que dirige e complementa um sistema de códigos sustentado pelo conhecimento mútuo entre o interlocutores. Dada a TR, o ato de comunicação ostensiva vem carregado por uma presunção de relevância ótima, como um resultado de uma vocação natural da cognição humana, e isso permite aos participantes do processo coordenarem suas inferências de modo a interagirem em uma forma racional de compreensão. Tanto maior o efeito contextual, tanto menor o custo de processamento, tanto mais otimizada a relação entre ambos, tanto maior a relevância e, certamente, tanto maior, em princípio, a compreensão. O que se segue, é um conjunto de problemas, por hipótese cruciais para a TR e, ainda por hipótese, dramáticos para a sua pretensão de corresponder, ao mesmo tempo, às exigências de uma teoria rigorosa e à intuição do que seja a comunicação humana em geral. Ainda que a noção de relevância seja proposta como um conceito técnico cuja conexão com o uso rotineiro é apenas de motivação intuitiva; ainda que se entenda tal uso técnico como de natureza qualitativa, comparativa – e não formal, estatística ou probabilística; ainda que se entenda o conceito de relevância como uma propriedade de graus de relação entre custo e benefício, noções de uso familiar em diversas áreas, ainda assim considere-se a gravidade de cada um dos tais componentes absorverem diversos conceitos próximos, mas não idênticos e, além disso, indecidíveis porque inescapavelmente vagos. De fato,

Custo pode envolver:

- processamento cognitivo; mental, neurofisiológico, etc.;
- processamento da linguagem verbal ao nível fonológico;
- idem ao nível sintático;
- idem ao nível semântico;
- idem ao nível pragmático;
- grau de acessibilidade de contextos;
- grau de acessibilidade de memória lexical;
- grau de calculabilidade de inferências, dedutivas, indutivas, etc.;
- grau de percepção de ambiente cognitivo.

Benefício pode envolver:

- grau de importância quanto ao conteúdo/proposição;
- grau de adequação, de conexão, de interatividade;
- compreensão de implicaturas;
- implicação contextual;
- benefício retórico;
- benefício cultural;
- benefício moral;
- benefício psicológico;
- benefício emocional

Dadas tais variedades do que se pode considerar sobre cada um dos eixos da relação custo-benefício, depreende-se a dificuldade de avaliá-los desde que mais de um, ou mesmo vários, estejam concorrendo ao mesmo tempo. Ilustremos a complexidade da questão com dois exemplos.

Suponhamos um contexto onde Maria está interessada em saber se João está por perto no momento para se encontrar com ele. A amiga de Maria teria respondido dentro das seguintes alternativas

- a) Vi de longe João entrando no cine Atlas duas horas atrás
- b) Tive a impressão de que ele entrou na loja em frente há meia-hora atrás com um pacote na mão
- c) Não me lembro onde eu o vi, mas estava com uma mulher
- d) Agora, não sei onde ele está, mas uma pessoa me disse que alguém teria visto a moto dele toda amassada na calçada

Uma análise puramente informativa, dado o contexto acima, teria como ordem de relevância a), b), c) e d). A primeira é adequada ao contexto e processamento de baixo custo. b) está marcada pela dúvida, o que diminui o benefício, c) não atende à expectativa de lugar onde João está e d) da mesma maneira, mais alto o custo, não corresponde à expectativa e, ainda, não oferece nenhuma informação certa e precisa. Dado o contexto emocional, entretanto, é razoável supor que a ordem de relevância para as alternativas pudesse ser completamente invertida de d) para a). Poder-se-ia, além disso, considerar que b), mesmo incerta e de maior custo de processamento que a), permitiria uma checagem imediata, quem sabe esclarecendo

e até eliminando alternativas. c) acena com o ciúme ou até com a curiosidade de Maria que assume maior importância do que o interesse imediato de saber onde ele está. Certamente, poder-se-ia considerar, trivialmente, que em tal caso, a saúde, o amor, etc. são mais relevantes para as pessoas. Sim, mas isso levaria ao desconforto teórico de se admitir que toda e qualquer opção de relevância estaria sujeita às variações emocionais, por exemplo. Além disso, a implicação contextual não se daria sobre o conhecimento, mas sobre as emoções, benefício claramente circunstancial e arbitrário. Ou seja, todo o esforço de abordar a racionalidade comunicativa fica um tanto comprometido pela interferência de benefícios complexos. O ciúme, por exemplo, pode levar uma pessoa a um processo altamente custoso, desde ficar fazendo incontáveis inferências sobre a possibilidade de traição, até contratar um detetive particular. Há pessoas que gastam anos com sua mente tomada pelo ciúme. E, às vezes, depois de um dia atormentado pela desconfiança, tudo acaba com um “eu te amo”, repetido noite após noite, que torna completamente irrelevantes todas as milhares de suspeitas do ciúme. Uma hipótese seria considerar que tais situações envolvem anormalidades. Mas isso é pouco persuasivo, porque as pessoas vivem de emoções e a comunicação, mais ostensiva ou menos ostensiva, envolve aspectos emocionais, mesmo que sutis, como a amizade, por exemplo, que permitiria gerar exemplos semelhantes ao examinado acima. Isso sem considerar que, desde os sofistas, a retórica se impõe sobre a lógica em muitas circunstâncias, e o irrelevante pode persuadir e se impor sobre o válido e relevante. Considerar apenas efeitos positivos é tentar reduzir as falácias a efeitos negativos, quando a questão é esclarecer a razão por que isso acontece.

Outro caso interessante a desafiar a noção intuitiva da relação custo-benefício na TR diz respeito à seguinte situação: suponha um contexto em que Maria, em idade madura, está aprendendo Mandarim como forma de exercitar a sua mente na expectativa de prevenção de doenças degenerativas, tipo Alzheimer. O professor dirige-se a ela e começa a explicar, longamente, propriedades do Mandarim, escrita e fala, exigindo de Maria um alto esforço de processamento. Mas isso é tudo o que ela quer, porque para ela quanto maior o custo maior o benefício, já que o benefício buscado é o exercício do alto processamento. Exatamente ao contrário, muitas vezes uma comunicação busca o benefício do absolutamente irrelevante como forma de relacionamento de menor custo. Ou seja, busca o relevante cujo impacto contextual deve ser pequeno como forma de diminuir o custo. “Conversamos horas e

horas bobagens e foi tão bom”, diria uma senhora descansada e tranqüila com a tarde que passou com amigas em que o relevante era não ser relevante no benefício para não ser irrelevante no custo.

A diferença entre reflexões provocativas e a tentativa de confirmar em relação a uma teoria é que as primeiras parecem ser menos relevantes do que são.

Referências

BARTHES, R. *Fragments d'un discours amoureux*. Paris: Editions du Seuil, 1977.

COSTA, J. C. da. A teoria da relevância e as irrelevâncias da vida cotidiana. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. esp., p. 161-169, 2005.

ECO, U. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

MARCUS, Gary Kluge. *The haphazard construction of human mind*. New York: PHM Company, 2008.

Mc LUHAN, M. *Understanding media: the extensions of man*. McGraw-Hill, 1964.

JAKOBSON, R. Closing statements: linguistics and poetics. In: SEBEOK, T. A. (Ed.). *Style in language*. New York, 1960.

RAUEN, F. J., SILVEIRA, J. R. C. da (Orgs). *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. esp., p. 1-268, 2005.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication & cognition*. 2nd ed. Oxford: Blackwell, 1995 [1st ed.1986].

_____; _____. *Teoria da relevância*. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. esp., p. 221-269, 2005.

Sobre relevância e irrelevâncias

Fábio José Rauen

1 Introdução

Conforme a teoria da relevância, o conceito de relevância decorre de uma economia baseada na relação entre custos e benefícios, de modo que quanto maiores são os benefícios e menores os custos, maior é a relevância de um *input* para os processos cognitivos. Para a teoria, esse tipo de cotejo fundamenta a comunicação humana, orientando os processos inferenciais e permitindo uma interpretação comum.

Entretanto, Costa (2005, p. 161-169) apresenta sete espécies de eventos comunicativos que desafiam essa relação, pondo em xeque o princípio cognitivo de relevância, segundo o qual a cognição é guiada para a maximização da relevância. Ele destaca: os clichês amorosos, a conversa *light*, a cultura de massa, a propensão das pessoas a falar de si mesmas em vez de se engajarem em condutas de questionamentos, o desperdício de tempo ao telefone, os cumprimentos e contatos, e a navegação redundante na internet.

Uma das maneiras de resolver esse problema, segundo o autor, é a de pressupor que, de qualquer forma, existe algum benefício. Nesse caso, as pessoas tendem a ser relevantes, mas são guiadas por uma lei de inércia, isto é, antes atuam guiadas pelo menor custo do que pelo maior benefício.

Parece que a noção positiva de relevância, em que o benefício dirige o custo, funciona, primeiramente, quando as pessoas estão envolvidas com a produção profissional, com a objetividade funcional para gerar conhecimento. Tal atividade contrasta com a enorme tendência ao lazer, cujas propriedades são diferentes, dado que o aproveitamento afetivo, emocional, em que o prazer dirige o processo, caracteriza um outro tipo de benefício em que o custo baixo é uma das exigências fundamentais (COSTA, 2005, p. 167).

Costa argumenta que se a noção de relevância ajusta-se adequadamente a contextos comunicativos centrados na informação objetiva, há dois tipos de situação que problematizam a relação custo benefício: o peso do benefício emocional e a tendência à inércia.

Um indivíduo ciumento A, por exemplo, pode, dada a alta relevância emocional para ele, inferir x como alternativa para y, informativamente mais relevante; um indivíduo preguiçoso B, da mesma forma, pode selecionar x e não y, ainda que este represente uma relação ótima custo-benefício, simplesmente porque x representa custo zero, ainda que perto de zero possa ser seu benefício (p. 167-168).

Neste ensaio, considerando os desafios propostos por Costa (2005), quer-se propor uma abordagem alternativa, onde o princípio cognitivo de relevância mantém-se intacto, mas sob a contingência do desgaste energético do indivíduo e de um *background* de conhecimentos saturados, ou seja, tomados como garantidos, otimamente certos, transparentes e irrelevantes.

Para dar conta dessa demanda, este texto apresenta, em primeiro lugar, uma revisão sobre a teoria da relevância, com base em Wilson (2004). Mais adiante, a proposta alternativa é apresentada e testada em cada um dos casos sugeridos por Costa (2005).

2 Teoria da relevância

Conforme Wilson (2004), a uma pragmática cognitiva cabe analisar como os enunciados são compreendidos, isto é, observar como fatores contextuais e propriedades lingüísticas interagem na interpretação dos enunciados. Em outros termos, como fatos sobre audiência, tempo e lugar do enunciado combinam-se com a estrutura fonológica, sintática e semântica da sentença enunciada para gerar uma interpretação particular.

O problema é que o significado manipulado pelo falante ultrapassa o significado lingüístico atribuído à sentença pela gramática. O significado da sentença é um aspecto da estrutura lingüística, que se mantém constante em todos os enunciados. Ele é esquemático ou incompleto e deve ser completado ou enriquecido em contexto para gerar uma proposição definida verdadeira ou falsa. O significado do falante é sempre o que ele pretende comunicar pela enunciação de uma sentença. Assim, uma mesma sentença pode transmitir diferentes significados dos falantes. Compete ao ouvinte usar uma variedade de processos pragmáticos para

completar, enriquecer e complementar o significado esquemático da sentença e gerar uma hipótese sobre o significado do falante.¹

A noção de contexto, que em geral define pragmática, é vista de várias formas. Em especial, mencionam-se dois aspectos do contexto: a situação ou o ambiente físico da enunciação e o texto ou o discurso precedente ou seguinte.² Em uma abordagem cognitiva, porém, é racional assumir que toda suposição que o ouvinte é capaz de recuperar ou derivar da memória, percepção ou inferência (isoladas ou em combinação) auxilia na identificação do significado do falante. Isso em mente, o contexto deve ser o conjunto de suposições mentalmente representado (aparte da suposição que o enunciado foi produzido), que é utilizado na interpretação, incluindo suposições projetadas da interpretação do texto precedente, da observação do falante e do ambiente imediato. Para Wilson, o problema da seleção de contexto é genuíno e sério, porque a tarefa do ouvinte na comunicação é construir uma hipótese sobre o significado do falante, escolhendo, de uma lista de interpretações, uma combinação de contexto, significado explícito e significado implícito.

Há duas camadas de intenção para o ouvinte descobrir numa comunicação aberta: uma intenção básica de informar algo à audiência, *intenção informativa*, e uma intenção superior de que o ouvinte reconheça essa intenção básica, *intenção comunicativa*. Conforme Wilson, o significado do falante é um estado mental complexo. Assim, identificar o significado do falante equivale a identificar esse estado mental complexo.

¹ A fronteira entre o significado da sentença e o significado do falante raramente é percebida. Todavia, certos aspectos da interpretação dependem apenas do significado da sentença, e outros dependem de fatores contextuais. Certos aspectos são explícitos (parte do que é declarado, afirmado ou dito), enquanto outros são implícitos (parte do que é indicado, sugerido ou implicado). Uma das tarefas da pragmática é definir e estabelecer fronteiras entre o conteúdo (comunicação ou significado) explícito e o conteúdo (comunicação ou significado) implícito.

² Segundo Wilson, definições tradicionais não explicam como se identificam os aspectos particulares do ambiente físico ou texto precedente que influenciam a interpretação de um enunciado. Se o ambiente físico é 'o universo', ele pouco ajuda na interpretação de um enunciado; se é algo menor, faz-se necessário delimitar o conjunto de informações relevantes do universo. O mesmo vale para os discursos e textos.

A teoria da relevância preocupa-se estritamente com o significado do falante, ou seja, com a comunicação intencional aberta.³ Dessa forma, compreender um enunciado implica obter uma interpretação abertamente pretendida. O significado do falante é definido como o significado que o falante quer que o ouvinte recupere, está ativamente ajudando o ouvinte a recuperar, e reconheceria se solicitado. Logo, a suposição de que o falante formula um enunciado de maneira a facilitar a interpretação pretendida é essencial para a teoria da relevância.

Conforme Wilson, a teoria da relevância fundamenta-se em poucas suposições simples, a saber:

a) cada enunciado tem uma variedade de interpretações linguisticamente possíveis, todas compatíveis com o significado decodificado da sentença; b) nem todas essas interpretações, em dada ocasião, são igualmente acessíveis ao ouvinte (ou seja, são igualmente prováveis de vir à mente do ouvinte); c) os ouvintes são equipados com um critério único e muito geral para avaliação das interpretações, na medida em que elas ocorrem, aceitando-as ou rejeitando-as como hipóteses sobre o significado do falante; d) esse critério é poderoso o suficiente para excluir todas, exceto uma única interpretação (ou algumas interpretações próximas semelhantes), de modo que o ouvinte tem o direito de assumir que a primeira hipótese que o satisfaz (se alguma) é a única plausível.⁴

O critério de interpretação da teoria da relevância desenvolve-se de uma suposição básica sobre a cognição humana: a de que a cognição humana é

³ Vale lembrar que a teoria da relevância reconhece três formas de uma informação ser transmitida: acidental, intencional encoberta e intencional aberta. A forma acidental ocorre quando pistas (sotaque, estados de ânimo, etc.) podem ser notadas, projetando conclusões que não formam parte do significado do falante e que não são intencionalmente transmitidas. A forma intencional encoberta envolve intenções (ser mais agradável, por exemplo) que não se deseja que sejam reconhecidas ou compartilhadas. Por fim, na transmissão aberta de informação, ou comunicação aberta, uma troca genuína ocorre. O falante pretende transmitir uma mensagem e pretende que seu ouvinte reconheça essa intenção.

⁴ A teoria da relevância defende que há um critério único para a avaliação das interpretações possíveis. Explicar como ouvintes atribuem o significado dos falantes, bem ou mal sucedidas, é a meta de uma teoria pragmática cognitiva. O critério, mesmo quando corretamente aplicados, nem sempre destaca a interpretação pretendida pelo falante. Assim, ele deve selecionar não uma interpretação correta, mas aquela que é tratada como correta pelo ouvinte. Trata-se de uma ajuda para adivinhar as intenções do falante, porque não há nenhum modo de garantir que o ouvinte será capaz de acessar e usar o conjunto de suposições contextuais pretendido.

orientada para a relevância. Globalmente, o sistema cognitivo é engrenado para escolher informações potencialmente relevantes.⁵

Uma informação pode ser relevante somente em contexto. A afirmação fundamental da teoria da relevância é a de que a informação nova (ou novamente apresentada) é relevante num contexto quando interage com esse contexto para gerar efeitos cognitivos.

Há três efeitos cognitivos de um *input* em contexto: a) o fortalecimento de uma suposição contextual; b) a contradição e eliminação de uma suposição contextual; e, c) a combinação com uma suposição contextual para gerar implicações contextuais, que são conclusões que se deduzem da integração da informação nova com o contexto, mas nunca da informação nova ou do contexto isolados.

Vejam-se alguns exemplos. No caso A, Maria das Quantas vai ao açougue com os seguintes pensamentos (o contexto em que a nova informação será processada):

- (1a) Eu (provavelmente) comprarei carne.
- (1b) Se eu comprar carne, eu farei um assado para o almoço.
- (1c) Se eu não comprar carne, eu farei uma macarronada para o almoço.

Maria, então, encontra o açougue aberto, o que a faz pensar:

- (2) Eu comprarei carne.

Esse *input* tem dois efeitos cognitivos quando processado no contexto em (1). Ele fortalece ou fornece mais evidência para a suposição (1a); e combina-se com a suposição (1b) para gerar a implicação contextual (3):

- (3) Eu farei assado para o almoço.

Assim, a informação em (2) é relevante nesse contexto, precisamente porque ela tem esses efeitos cognitivos. Quanto maiores os efeitos cognitivos, quanto mais

⁵ Uma informação pode ser relevante sem ser comunicada. Assim, quer-se definir uma noção de relevância que se aplica não somente à informação comunicada por enunciados, mas para toda informação adquirida de alguma fonte: percepção, memória e inferência. A teoria da relevância define relevância enquanto propriedade potencial dos *inputs* para os processos cognitivos, sejam eles externos (visões, sons, enunciados, ações) ou internos (pensamentos, memórias, conclusões de inferências).

implicações contextuais e fortalecimentos de suposições existentes, maior a relevância.

No caso B, Maria das Quantas vai ao açougue com os mesmos pensamentos, mas agora ela se depara com o açougue fechado e pensa:

(4) Eu não comprarei carne.

Aqui, a nova informação (4) contradiz a suposição contextual (1a). Quando suposições novas e velhas contradizem umas às outras, a mais fraca é abandonada. Aqui, a informação nova (4) fornece forte evidência contra a suposição velha (1a), que, desse modo, é abandonada. A informação (4) também combina com a suposição (1c) e gera a implicação contextual (5):

(5) Eu farei macarronada para o almoço.

A informação (4) é relevante nesse contexto, porque contradiz e elimina suposições existentes e quanto mais suposições ela elimina, mais forte ou mais relevante ela é.

Alternativamente, há três modos de uma informação nova ou apresentada novamente falhar em ser relevante. No caso C, enquanto Maria das Quantas vai ao açougue, com os mesmos pensamentos, ela nota que uma livraria está fechada:

(6) Uma livraria está fechada.

Essa informação é irrelevante em um contexto consistindo unicamente das suposições em (1a-c). Ela não fortalece uma dessas suposições, não contradiz e elimina uma dessas suposições, e não combina com uma dessas suposições para gerar uma implicação contextual. Dessa forma, ela seria irrelevante em um contexto consistindo somente de (1a-c).

Finalmente, para os casos (D) e (E), faz-se necessário acrescentar a suposição (1d) ao conjunto (1a-c):

(1d) O nome de Maria das Quantas é Maria das Quantas.

No caso D, dentro do açougue, alguém diz para Maria das Quantas:

(7) Seu nome é Maria das Quantas.

Esse caso é diferente do caso A original, onde se tinha uma suspeita (1a) que foi confirmada pela informação apresentada novamente. Aqui, Maria das Quantas não tem dúvidas sobre seu nome, e essa informação novamente apresentada não poderia fortalecer a informação existente. Logo, a proposição (7) seria irrelevante para Maria das Quantas (embora o fato de ter sido enunciada possa ser relevante como um pedido de confirmação de seu nome).

No caso E, dentro do açougue, alguém diz (8) para Maria das Quantas:

(8) Seu nome não é Maria das Quantas.

Aqui, a informação nova contradiz uma suposição, mas esse caso é diferente do caso B. A suposição existente de que o nome de Maria das Quantas é Maria das Quantas é certa o suficiente e dificilmente seria abandonada só porque outra pessoa discorda. Nesse caso, a informação nova não será forte o suficiente para superar a suposição existente. Assim, a informação nova será rejeitada, posto que não há nenhuma mudança nas suposições existentes, nenhum efeito cognitivo e, conseqüentemente, nenhuma relevância atribuída à proposição (8) (embora, mais uma vez, o fato de ter sido enunciada possa ser altamente relevante).

Uma informação é relevante quando tem efeitos cognitivos em dado contexto, e quanto maiores são esses efeitos, maior sua relevância. Entretanto, essa definição comparativa de relevância é inadequada. Veja-se isso no caso F, no qual Maria das Quantas vai ao açougue com os mesmos pensamentos em (1) em sua mente. Quando ela chega ao açougue e o encontra aberto, pode ocorrer o conjunto de pensamentos (2a-c). Qual deles seria mais relevante?

(2a) Eu comprarei carne.

(2b) Não é o caso que eu não comprarei carne.

(2c) Não é o caso que eu não comprarei carne, e a livraria está fechada.

Os pensamentos (2a-c) têm exatamente os mesmos efeitos cognitivos: eles fortalecem (1a), têm a implicação contextual em (3) e não alcançam outros efeitos. Se comparações de relevância fossem baseadas apenas nos efeitos cognitivos,

então as diferenças entre (2a-c) não seriam explicadas. Aqui, supostamente, as diferenças decorrem do fato de que embora (2a-c) tenham os mesmos efeitos cognitivos, eles são mais fáceis de derivar de (2a) do que de (2b) ou (2c), que são mais complexos em termos lingüísticos e lógicos e incluem a forma lógica de (2a) como parte de sua forma lógica.⁶

Posto isso, avaliações de relevância dependem de dois fatores: (a) dos efeitos cognitivos, e (b) do esforço de processamento necessário para recuperá-los. Assim: a) em igualdade de condições, quanto maiores os efeitos cognitivos de um *input* para um indivíduo que o processa, maior a relevância a esse indivíduo no momento em que processa esse estímulo; e, b) em igualdade de condições, quanto menor o esforço de processamento requerido para derivar esses efeitos, maior a relevância do *input* ao indivíduo nesse momento.

Segundo Wilson, o problema de uma teoria da cognição humana é que há mais informação disponível do que capacidade de atenção, muitos contextos disponíveis por onde processar algum *input* e muitas inferências projetáveis. A tarefa é responder como os seres humanos escolhem conscientemente ou automaticamente quais *inputs* prestar atenção, em que contexto processá-los, e quando parar?

Se a cognição humana se orienta para a relevância, então os sistemas de percepção, memória e inferência organizam-se de modo a alocar atenção e recursos de processamento aos *inputs* disponíveis mais relevantes, e a processá-los de forma a maximizar sua relevância. Trata-se do Princípio Cognitivo de Relevância: *a cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância*.

Na comunicação intencional aberta, o falante produz um estímulo ostensivo que fornece evidência com a qual pretende que o ouvinte infira certa conclusão. Para a teoria da relevância, comunicar é oferecer informação e ofertas geram presunções ou expectativas que se justificam ou não. Ao se oferecer um enunciado ou outro estímulo ostensivo, o ouvinte está autorizado a esperar que ele seja relevante o suficiente para merecer processamento. Assim, o ato de endereçar-se a alguém cria automaticamente uma *presunção de relevância*. Por sua vez, como os enunciados podem ter várias interpretações lingüisticamente possíveis e

⁶ A compreensão de um enunciado é afetada pelo esforço de processamento requerido, e essas questões têm sido estudadas dentro da psicolingüística. Entre os fatores conhecidos, encontram-se a recentidade de uso, a freqüência de uso, a complexidade lingüística e a complexidade lógica.

potencialmente relevantes, a interpretação será a que melhor satisfaz a presunção ou a expectativa de relevância.

Qual quantidade de relevância satisfaz essas expectativas? Conforme Sperber e Wilson, o enunciado deve ter ao menos efeitos cognitivos suficientes, com um custo de processamento suficientemente baixo, para merecer atenção. Assim, eles desenvolveram uma noção de relevância ótima, que envolve duas cláusulas: a) o enunciado deve ser ao menos relevante o suficiente para merecer processamento; e, b) o enunciado deve ser o mais relevante compatível com as habilidades e as preferências do falante.

O que vale como 'relevância o suficiente' varia individualmente e circunstancialmente. Para ser relevante o suficiente, o enunciado deve ser mais relevante do que qualquer coisa que o ouvinte poderia ter prestado atenção, se o enunciado não tivesse sido produzido. Numa cirurgia, por exemplo, nenhuma interrupção é relevante o suficiente para merecer atenção; numa conversa com amigos, uma observação casual pode ser relevante. Logo, expectativas de relevância variam de maneira previsível de situação em situação, e é de se esperar que enunciados alcancem relevância de formas mais ou menos específicas em diferentes ocasiões.

De acordo com cláusula (a), o ouvinte deve tomar o significado codificado linguisticamente e levá-lo a um ponto onde ele é ao menos relevante o suficiente (tem ao menos efeitos cognitivos suficientes para um esforço de processamento suficientemente pequeno) para merecer ser processado por um sistema cognitivo orientado para a relevância.

Imagine-se, na noite em que uma turma terá aulas apenas com o professor de Química Inorgânica, um colega de turma que entra na sala de aula e diz:

(9) Pessoal, o professor faltou.

Para preencher o hiato entre o significado da sentença e o significado do falante, é preciso atribuir referência para a cláusula 'o professor'. Ao dizer (9), o falante encoraja os ouvintes a atribuir referência de modo a tornar o enunciado ao menos relevante o suficiente. No caso, a primeira interpretação que ocorre é a de que 'o professor' refere-se ao professor de Química Inorgânica, ou seja, àquele que vai lecionar naquela turma e naquela noite.

De acordo com a cláusula (b), espera-se que os falantes produzam o enunciado mais relevante possível, exceto se isso for contra suas habilidades ou preferências. Como a teoria da relevância considera apenas a comunicação intencional aberta, o falante quer que seu significado seja reconhecido. Se ele faz o seu melhor, então ele ajuda o ouvinte a compreender. No caso (9), o enunciado também satisfaz a cláusula (b), posto que se o falante tinha outro professor em mente, por exemplo, o de Matemática, é de seu interesse reformular o enunciado para tornar tão fácil quanto possível a interpretação pretendida, assim evitando o risco de má interpretação.

A cláusula (b) é importante, porque dispensa a necessidade de o ouvinte continuar considerando outras interpretações menos acessíveis, depois de achar uma interpretação aceitável. Isso sugere um procedimento de compreensão concreto que ouvintes podem usar para descobrir a melhor hipótese sobre o significado do falante. O procedimento prediz que o ouvinte deve seguir um caminho de menor esforço ao computar efeitos cognitivos: a) considerando interpretações (atribuições de referência, contextos, etc.) na ordem de acessibilidade; e, b) parando quando sua expectativa de relevância é satisfeita (ou abandonada).

Desse modo, é possível precisar o princípio comunicativo de relevância, incorporando a noção de relevância ótima e a presunção de relevância ótima, ou seja: cada enunciado (ou outros estímulo ostensivo) cria uma presunção de sua própria relevância ótima.

Vale mencionar que há graus de sofisticação na interpretação de um enunciado. Wilson pondera que expectativas de relevância do ouvinte podem ser desapontadas, dado que nem sempre os falantes são competentes para produzir seus enunciados otimamente relevantes. Como eles não conhecem o que está nas mentes do ouvinte, eles podem fazer predições erradas sobre o que será otimamente relevante. Os ouvintes, por sua vez, geralmente são capazes de lidar com isso.

Por exemplo, um segundo aluno da mesma turma, desconhecendo que os colegas já foram informados da falta do professor de Química Inorgânica, pode dizer:

(10) Pessoal, o professor de Química Inorgânica faltou.

Obviamente, essa informação é conhecida e irrelevante. A audiência não procura alguma interpretação alternativa, rejeitando-a porque ela não satisfaz a expectativa de relevância. Ela imagina que o falante almejou relevância ótima e aceita uma interpretação que satisfaz essa expectativa mais fraca.

Por outro lado, falantes podem distrair e enganar. Assim o enunciado parece relevante sem realmente sê-lo. Se alguém reconhece (9) ou (10) como uma mentira, recusa aceitar a proposição que ela expressa e, dessa forma, ela não será relevante. Em vez de rejeitar essa interpretação e procurar alguma outra que é otimamente relevante, escolhe-se uma interpretação em que o falante pode razoavelmente ter pretendido parecer otimamente relevante.⁷

Um falante que objetiva relevância ótima tenta fazer pelo menos duas coisas: a) alcançar suficientes efeitos cognitivos para o processamento valer a pena; e b) evitar causar no ouvinte algum desperdício de esforço para alcançar esses efeitos.

Em função da cláusula (b) da presunção de relevância ótima, há duas importantes conseqüências para a análise da interpretação pragmática: a) a primeira interpretação satisfatória é a única interpretação satisfatória; e b) o esforço adicional de processamento deve ser compensado por efeitos adicionais (ou diferentes).

A primeira conseqüência prevê que se um enunciado tem uma interpretação mais saliente ou imediatamente acessível, que é relevante da maneira esperada, essa é a única interpretação que o ouvinte razoavelmente escolhe e, desse modo, as outras interpretações não são admitidas. Isso converge com a ação do procedimento de compreensão guiado pela relevância, que automaticamente aceita a primeira interpretação satisfatória que é capaz de construir.

Veja-se o exemplo de Wilson em (11):

(11a) *José*: Você quer café?

(11b) *Ana*: Café me manteria acordada.

⁷ Conforme Wilson (2004), dado que expectativas de relevância podem ser mais ou menos sofisticadas, é razoável assumir que crianças começam com uma expectativa ingênua da relevância ótima real, escolhendo a primeira interpretação que é otimamente relevante. Depois, elas desenvolvem uma expectativa mais sofisticada da relevância ótima tentada, sendo capazes de procurar a primeira interpretação que o falante poderia ter pensado como otimamente relevante a elas. Finalmente, elas podem tornar-se capazes de formar uma expectativa plenamente sofisticada de relevância ótima pretendida, e escolher a primeira interpretação que o falante poderia ter pensado que pareceria otimamente relevante.

Em muitas circunstâncias, José interpreta o enunciado de Ana em (11b) fornecendo a suposição contextual em (12a-b) e derivando a implicação contextual em (12c):

(12a) Ana não quer ficar acordada (suposição contextual).

(12b) Ana não quer nada que a mantenha acordada (suposição contextual).

(12c) Ana não quer café (implicação contextual).

Alternativamente, Ana poderia, por exemplo, ter de se dedicar a uma leitura tediosa, e a interpretação poderia ser pretendida e compreendida como:

(13a) Ana quer ficar acordada (suposição contextual).

(13b) Ana quer qualquer coisa que a mantenha acordada (suposição contextual).

(13c) Ana quer café (implicação contextual).

Wilson pergunta, então, como o ouvinte sabe qual a interpretação foi pretendida, que contexto usar e que interpretação derivar? A resposta decorre da cláusula (b) da presunção de relevância ótima. Se estiver claro contextualmente que as suposições contextuais em (12a-b) são as mais acessíveis e levam a uma interpretação manifestadamente satisfatória como (12c), essa é a única interpretação que o falante está livre para pretender e o ouvinte está livre para escolher.

Da mesma forma, se as suposições contextuais em (13a-b) são mais acessíveis e levam a uma interpretação manifestadamente satisfatória (13c), então essa é a única interpretação que o falante está livre para pretender e o ouvinte livre para escolher. A primeira interpretação que satisfaz a expectativa de relevância do ouvinte é a única que satisfaz a expectativa de relevância do ouvinte. Todas as demais não são permitidas.

A segunda consequência, a de que esforço adicional demandado implica efeitos adicionais ou diferentes, fornece argumentos para tratar de enunciados indiretos. Decorre da cláusula (b) da presunção de relevância ótima que esse esforço adicional deve ser justificado de alguma maneira. O mais óbvio é assumir que o falante pretende alcançar algum efeito adicional ou diferente que não seria obtido numa formulação mais direta. Assim, esforço adicional demandado poderia ser compensado por efeitos adicionais ou diferentes.

No exemplo (11), Ana diz que “Café a manteria acordada”, pretendendo que José suplemente a suposição de que ela não quer ficar acordada e derive a conclusão de que ela não quer café. O enunciado de Ana, nessa interpretação, não seria relevante, se tudo que ela quisesse comunicar fosse a informação de que ela não queria café.

Para avaliar isso, bastam duas questões, que correspondem às duas cláusulas da presunção de relevância ótima. A primeira questão é se Ana poderia esperar que (11b), nessa interpretação, tem efeitos cognitivos suficientes. A resposta é afirmativa. Ao questionar (11a), José indicou que a resposta direta ‘Sim’ ou ‘Não’ seria adequadamente relevante para ele. Derivando a implicação em (12b), ele poderia chegar à resposta ‘Não’.

A segunda questão é se poderia algum outro enunciado alcançar esses efeitos mais economicamente. A resposta é novamente afirmativa. Se tudo o que Ana queria comunicar foi que ela não queria café, ela poderia ter comunicado isso com mais economia, dizendo simplesmente ‘Não’. Logo, o enunciado falha na cláusula (b) da presunção de relevância ótima, uma vez que gera esforço injustificável e não satisfaz a expectativa de relevância ótima.

Para ser otimamente relevante, segue-se da cláusula (b) da presunção de relevância ótima que Ana deve ter pretendido alcançar alguns efeitos cognitivos adicionais que não poderiam ter sido alcançados simplesmente dizendo ‘Não’. Ao mencionar que café a manteria acordada, Ana não somente recusa o café, mas sugere uma explicação para a recusa, que não é comunicável pela simples resposta ‘Não’. Essa interpretação satisfaz a expectativa de relevância de José, desde que o esforço adicional demandado seja compensado por efeitos cognitivos adicionais ou diferentes. Assim, quando há um elemento de indireção em um enunciado, demanda-se esforço de processamento adicional e, então, a cláusula (b) da presunção de relevância ótima encoraja o ouvinte a olhar para efeitos adicionais, que uma formulação mais direta não teria alcançado.

Como se viu, para a teoria da relevância, identificar o significado do falante envolve a construção simultânea de um pacote que consiste em um contexto apropriado, um conteúdo explícito e um conjunto de efeitos cognitivos. Como esse pacote é construído, em que ordem? De acordo com a teoria da relevância,

nenhuma ordem serial seria prescrita. Em geral, hipóteses são consideradas em paralelo e são mutuamente ajustadas para satisfazer as expectativas de relevância.

Em certas situações, o ouvinte pode não ter nenhuma expectativa particular sobre como a relevância é alcançada. Isso é freqüente em situações de teste, onde os participantes escolhem uma interpretação para um enunciado ambíguo, tal como (14):

(14) Pedro foi ao banco. [‘estabelecimento bancário’/‘móvel para sentar’]

O que se faz é seguir um caminho de menor esforço, usando um cenário estereotipado e mais fácil, no qual Pedro vai a um estabelecimento bancário pagar uma conta, por exemplo. O resultado é um conjunto de efeitos cognitivos padronizados e facilmente acessíveis, onde a interpretação é amplamente direcionada pelo esforço.

Em outras situações, o ouvinte pode ter expectativas precisas de relevância sobre o nível e o tipo de efeitos cognitivos a serem alcançados. Considere-se o diálogo em (15):

(15a) *José*: Você quer um sorvete?

(15b) *Ana*: Não, obrigada. Eu já tomei um.

Provavelmente, a primeira parte do enunciado de Ana (‘Não, obrigada’) faz José questionar por que ela recusou e uma expectativa de que na próxima parte ela responda essa questão. Se a segunda parte alcança relevância da maneira esperada, José deve interpretar *um* como ‘sorvete’, e usar a suposição contextual de que se alguém justamente tomou um sorvete tem uma boa razão para recusar outro. Nesse caso, pode-se pensar que o processo de interpretação é direcionado pelo efeito.

Em síntese, de acordo com a teoria da relevância, chegar a uma interpretação global é questão de mutuamente ajustar contextos, conteúdos explícitos e efeitos cognitivos potenciais, de modo a satisfazer as expectativas de relevância geradas pelo enunciado.

3 Variáveis de exaustão e de saturação

Revisada a teoria da relevância, apresentam-se, nesta seção, fundamentos para uma explicação alternativa aos casos apontados por Costa (2005). Para tanto, quer-se refletir sobre um aspecto aparentemente paradoxal em teoria da relevância: a maximização da relevância e a adesão a rotinas estereotipadas. Nessa tarefa, é preciso repensar como se dá a aplicação reiterada ou recursiva do princípio cognitivo de relevância. Em tese, aplicar recursivamente o princípio cognitivo implica continuamente obter informações relevantes, num estado permanentemente estressante de captura de informações. Tomado nesse extremo, o princípio cognitivo de relevância é intuitivamente incorreto, porque seres humanos saudáveis alternam estados tensos e distensos, onde a cognição opera aparentemente guiada ora pelos efeitos, ora pelos custos. Nesse particular, duas variáveis podem ser avaliadas: a exaustão dos recursos cognitivos e a saturação dos estímulos salientes.

Sobre os recursos cognitivos, há de se considerar que eles são escassos, de modo que a capacidade de investimento energético é inibida, quando os recursos de energia do indivíduo são consumidos ou até sabotados (álcool, drogas, etc.). Posto isso, um indivíduo não pode atuar de modo tenso a todo o momento, sob pena de desgaste precoce de sua capacidade de prover recursos energéticos para novas demandas cognitivas. Assim, se por um lado o objetivo de um organismo voltado para a relevância é a otimização dos efeitos cognitivos, essa otimização é constringida pelo gasto energético dispensado para a obtenção desses efeitos, como de fato prevê a teoria da relevância.

O que se destaca aqui é que os organismos são capazes de monitorar dispêndios energéticos, de modo a minimizar ou até mesmo bloquear desgastes excessivos de uma estratégia voltada absolutamente para a obtenção de efeitos cognitivos. Quando essa monitoração falha, sintomas de fadiga ou de estresse sobrevêm, impedindo o indivíduo de seguir essa rota indefinidamente, muitas vezes, incapacitando-o.

O corolário dessas observações, que será perseguido nessa argumentação, é o de que mecanismos de minimização de dispêndio energético são acionados toda vez que o organismo monitora desgaste ou consumo excessivo desses recursos escassos. Em outras palavras, o organismo obtém efeitos cognitivos compensáveis

para um dispêndio de energia crescente até um ótimo de Pareto, para além do qual, os efeitos não compensam os esforços.⁸

Nesses casos, e independente de quão fácil seja depreender os efeitos cognitivos de um estímulo, o organismo bloqueia o fornecimento dos recursos para obtê-los. Ou seja, mesmo guiados pela relevância, os sistemas cognitivos operam ineficientemente. Isso faz com que o indivíduo opte por dar conta de estímulos aparentemente irrelevantes, posto que o custo energético para obtê-los é compatível. Conseqüentemente, esse indivíduo deixa de atender a estímulos mais relevantes, mesmo que, em tese, fosse capaz de operá-los, se estivesse menos fatigado.

Esse mecanismo é perceptível quando alguém, cansado, insiste em dar conta de um assunto complexo. Mesmo que o indivíduo, de maneira consciente, tente operar aumentando o dispêndio energético, na esperança de obter maiores efeitos cognitivos, o organismo irá responder com efeitos pobres, cada vez menos eficazes, ou com desvios da atenção a estímulos triviais que oferecem efeitos mais promissores, mesmo que pouco significativos, até que sobrevenha o limite de exaustão.

Isso em mente, pode-se pensar numa variável moderadora da relação custo benefício, de modo que, em igualdade de condições, quanto mais exausto estiver o organismo, maior será o dispêndio de energia para compensar o efeito cognitivo, minimizando a eficiência cognitiva ou relevância de um fenômeno até um ótimo de Pareto.

A consideração de uma variável de exaustão tem duas conseqüências não-triviais para o processamento de informações:

a) embora, em tese, um organismo possa aumentar o custo de processamento para obter maiores efeitos cognitivos, essa estratégia tem de ser compensada por estratégias de minimização de custos, mesmo que a eficiência também seja minimizada em termos de efeitos cognitivos;

⁸ A noção de ótimo ou eficiência de Pareto foi criada por Vilfredo Pareto para questões econômicas. Uma situação econômica é ótima no sentido de Pareto se não for possível melhorar a situação, ou mais genericamente a utilidade, de um agente econômico sem degradar a situação ou utilidade de qualquer outro agente econômico. Por analogia, no escopo de uma variável de exaustão, num processamento cognitivo ótimo, no sentido de Pareto, não é possível aumentar a obtenção de efeitos cognitivos sem degradar a reserva energética do sistema cognitivo. Em outras palavras, o investimento em termos de custos cognitivos é restringido por um limiar para além do qual: a) os efeitos cognitivos não compensam o investimento energético; e b) o investimento energético degrada as reservas de energia do sistema.

b) A eficiência cognitiva em termos da otimização de efeitos cognitivos em relação ao custo de processamento é inversamente proporcional ao tempo de investimento de energia para a obtenção desses efeitos cognitivos, de forma que o aumento de custo implica aumento de eficiência apenas em curto prazo e abaixo de um ótimo de Pareto.

Em outras palavras, esses argumentos remetem ao fato de que, embora guiados pela relevância, a eficiência como os seres humanos processam informação é moderada por suas capacidades energéticas. Como os recursos são escassos e necessitam ser repostos, estratégias tensas de obtenção de relevância devem ser compensadas por estratégias distensas que poupam energia entre os ciclos de reposição. O balanço de atividades tensas e distensas varia de indivíduo para indivíduo e de situação para situação, posto que os ótimos de Pareto variam individualmente e situacionalmente.

A segunda variável tem a ver com processos de saturação. Essa questão remete a capacidade de um estímulo sucessivamente repetido sensibilizar o organismo, de modo que sua consideração ainda gere algum efeito cognitivo que compense o esforço cognitivo dispensado. Na revisão da teoria da relevância, percebeu-se que um estímulo é suficientemente relevante, na medida em que ele se sobressai do conjunto de estímulos que o indivíduo teria tomado conhecimento, se esse estímulo não tivesse acontecido. Essa questão põe em evidência o caráter abduutivo do princípio cognitivo de relevância. Como a cognição tende a ser dirigida para a maximização da relevância, um estímulo saliente tem de ser tomado como relevante *a priori* para ser otimizado. Decorre disso que um estímulo saliente pode ou não ser relevante e, caso seja, essa relevância será otimizada, posto que será investido o menor esforço de processamento possível e obtidos os maiores efeitos cognitivos possíveis.

Anteriormente, argumentou-se que, em processos de fadiga, a atenção pode ser desviada para estímulos triviais. Por que essa estratégia funciona num organismo que está poupando energia? Porque, em contextos triviais, o conjunto de suposições conhecidas é praticamente pleno, a não ser por algum aspecto pouco relevante. Isso implica que o dispêndio energético para obter essa relevância é quase nulo.

Um conjunto de suposições conhecidas ou factuais é tratado pelo indivíduo como certo ou quase certo, de maneira que ele baliza sua existência a partir dessas

informações. Isso implica dizer que esse conjunto é considerado como assegurado pelo indivíduo e fortemente enraizado em sua cognição. A questão da força de uma suposição é tratada em Sperber e Wilson (1986, 1995) e tem a ver com o grau de adesão de um indivíduo à verdade ou pretensa verdade de uma suposição. Neste ensaio, argumenta-se que nenhuma suposição pode ser considerada como maximamente ou plenamente certa, mesmo que obtida por um *input* perceptual. Defende-se, aqui, a asserção de que é a reiteração sucessiva de uma suposição que a torna mais forte ou mais factual, até um limite onde passa a ser tratada pelo indivíduo como otimamente certa ou factual. Essa repetição se faz necessária até um limiar teórico de saturação, para além do qual, uma nova repetição da mesma suposição deixa de ser saliente e é filtrada pelo organismo, posto que se torna irrelevante. Em outras palavras, há um ótimo de Pareto também para a variável saturação, de modo que um estímulo novamente apresentado deixa de sensibilizar os mecanismos, na medida em que os efeitos cognitivos não mais compensam os esforços para a obtenção desses efeitos cognitivos de fortalecimento mediante reiteração.

Wilson (2004) assim pondera:

Por que se presta atenção a luzes brilhantes, barulhos altos, movimentos súbitos, novidades, mudança de uma cena familiar, movimento que se aproxima antes que o que se afasta? Porque esses fenômenos são provavelmente relevantes para nós.

Por que se falha em prestar atenção a cada folha de grama, a cada pingo de chuva, a cada tique de um relógio, cada inspiração que temos? Porque, depois de um tempo, exaure-se a relevância e os sistemas perceptuais simplesmente os filtram.

A adoção da variável de saturação e do limiar de saturação é importante, porque pode fornecer explicação para a adesão dos seres humanos a rotinas habituais, sejam elas conscientes ou não. Para um organismo que, embora guiado para a relevância, poupa recursos energéticos, é importante que o contexto seja composto do maior número de suposições tomadas como factuais e estáveis.

A forma preferencial como os seres humanos garantem a estabilidade do mundo é a percepção de regularidades nesse mundo mediante reiterações sucessivas. Uma vez que os seres humanos são capazes de perceber regularidades, isso os habilita a tomarem consciência de irregularidades relevantes.

Um conjunto suficientemente extenso de suposições factuais permite baixar o custo energético do organismo. Além disso, o reforço de uma suposição é a forma mais econômica de se obter um efeito cognitivo. Logo, processar uma nova apresentação de uma suposição, no contexto de suposições factuais, é uma forma eficaz de poupança energética, até o limiar de saturação dessa nova suposição.

Vale antecipar que uma consequência da variável de saturação é a de se utilizar de enunciados saturados (irrelevantes) para produzir efeitos de relevância. Essa estratégia consiste em produzir um enunciado de baixa relevância ou mesmo irrelevante, de modo a desviar a atenção da audiência para outros elementos da comunicação. Mais adiante, na seção dedicada aos enunciados fáticos, desenvolve-se melhor essa idéia.

4 Sete desafios à Teoria da relevância

Como se disse, Costa (2005) discute sete casos da comunicação cotidiana que são embaraçosos à potencialidade explicativa da teoria da relevância. Essas trocas comunicativas parecem desafiar a noção central de relevância, nos termos de Sperber e Wilson, na medida em que, do ponto de vista metateórico, as noções de custo e benefício poderiam ser ameaçadas por uma indesejável heteromorfia. Nesta seção, cada um desses casos é revisto em função das considerações tecidas nas seções anteriores.

4.1 Contatos fáticos

Para Costa (2005), um indivíduo social, atencioso e gentil investe tempo considerável com cumprimentos, atos comunicativos redundantes e pouco significativos do ponto de vista do conteúdo semântico ou da transmissão de informação. Mais ainda, apesar desses atos dispararem conversas significativas, isso não ocorre necessariamente.

Para dar conta desses casos, imagine-se uma pessoa que está num ponto de ônibus em uma tarde ensolarada, tranqüila e agradável, com o conjunto de suposições (16a-c) em sua mente:

(16a) Eu vou pegar o ônibus

- (16b) O dia está agradável!
- (16c) Que tarde boa!

Imagine-se um estranho que diz um dos enunciados (17a-c) a essa pessoa:

- (17a) Você vai pegar o ônibus?
- (17b) Que dia agradável!
- (17c) Boa tarde!

Enunciados fáticos, em especial o enunciado (17c), que se comporta mais claramente como uma fórmula ritualística, podem ser analisados sob a perspectiva da variável de saturação. Seguramente, são enunciados que ultrapassaram o limiar de saturação, para além do qual não podem ser analisados sob o ponto de vista das proposições que veiculam, mas como pistas que desviam a atenção a outros elementos da interação e, entre outras funções, podem ser deflagradores de conversas relevantes.

A tarefa do ouvinte, em qualquer processamento de enunciados, é a de identificar o significado do falante, mediante a elaboração simultânea de um pacote que consiste em um contexto apropriado, um conteúdo explícito e um conjunto de efeitos cognitivos. Ofertas intencionais abertas, esses estímulos ostensivos presumem-se otimamente relevantes. Conforme a presunção de relevância ótima, esses enunciados devem ser: a) ao menos relevantes o suficiente para merecer processamento; e b) os mais relevantes compatíveis com as habilidades e as preferências do falante.

Repare-se que os enunciados (17a-c) parecem falhar na cláusula (a), uma vez que: a) se o ouvinte está numa parada de ônibus, obviamente, vai pegar o ônibus; b) se o dia está agradável, ele já está consciente disso; e, c) dizer “Boa tarde!” nada acrescenta informativamente em um contexto em que o ouvinte considera a tarde boa. Noutras palavras, os enunciados (17a-c) são irrelevantes, visto que não apresentam qualquer efeito cognitivo.

Ainda no escopo da cláusula (a), vale questionar o que o ouvinte passa a prestar atenção diante da enunciação do falante. Em casos como (17a-c), Wilson (2004) defende que, para satisfazer sua expectativa de relevância, o ouvinte deve prestar atenção não somente à proposição expressa pelo enunciado, mas a outras informações que são disponibilizadas por ele. Se um estranho falou em tom amistoso, deve habilitar o ouvinte a inferir, dadas suposições contextuais normais,

que o falante quer conversar com ele, que sua atitude não é agressiva, etc. Dessa forma, enunciados fáticos expressam uma proposição de baixa relevância, de modo a desviar a atenção do ouvinte para outros aspectos da interação e, assim, satisfazer a expectativa de relevância do ouvinte.

Por contraste, imagine-se, dado o mesmo contexto (16a-c), um enunciado como (18) dito por um estranho:

(18) Sua carteira caiu no chão.

O enunciado (18) não se caracteriza como fático, porque expressa uma proposição alta em relevância. No caso em tela, e de modo diferente do que ocorrera no conjunto de enunciados (17a-c), a expectativa de relevância do ouvinte é satisfeita pelo que foi dito. Wilson conclui que, quanto menos trivial o conteúdo de um enunciado, mais a audiência obtém relevância pelo conteúdo da proposição expressa pelo enunciado; e, alternativamente, quanto mais trivial o conteúdo de um enunciado, mais a audiência é forçada a olhar para o nível social ou interpessoal para obter a relevância pretendida. Isso explica, então, os enunciados fáticos.

Por fim, o fato de um enunciado fático não gerar conversas significativas nada tem a ver com suas características intrínsecas, posto que, apesar de guiados pelo mecanismo de compreensão dirigido à relevância, isso não implica necessariamente que os ouvintes se engajarão em trocas significativas estimulados por estímulos fáticos. Para a teoria da relevância, enunciados são pistas sobre as quais operam estratégias inferenciais. Nem sempre, mesmo quando o procedimento de compreensão guiado pela relevância é otimamente executado, a interpretação obtida pelo ouvinte é aquela que o falante almejou. Seguramente, a enunciados como (17a-c) podem-se seguir condutas que não deflagram conversações amistosas.

4.2 Discurso amoroso

Costa (2005) destaca que, no discurso amoroso, abundam clichês afetivos. A repetição exaustiva desses clichês (veja-se (19), a seguir) por interlocutores apaixonados é conhecida e trivial.

(19) Eu te amo!

Para Costa, a redundância dessas trocas verbais não se compatibiliza com o conceito de relevância informativa. Como a informação é a mesma, não há benefícios, e os custos não parecem ser compensados. Todavia, segundo o autor, não se deve supor uma tendência inesperada do discurso amoroso para a redundância pura. Intuitivamente, a questão informativa tem alto envolvimento emocional e afetivo, o que compensaria a “troca interminável e aparentemente idiota” desses clichês. Costa pondera que, se essa explicação for correta, ela introduz uma heteromorfia indesejada com um custo lingüístico e um benefício de natureza psicológica. Por decorrência, aspectos emocionais poderiam justificar opções inesperadas e não previsíveis pela teoria.

No caso dos clichês amorosos, no escopo da variável de saturação, pode-se trabalhar com a idéia de que cada repetição não saturada consiste em um reforço em direção a um ótimo de Pareto, bem como trabalhar nas mesmas linhas dos enunciados fáticos, ou seja, com a idéia de que são enunciados saturados (baixos ou nulos em relevância) elaborados para desviar atenção do interlocutor a outros aspectos da interação, de forma a satisfazer a expectativa de relevância.

Como um dos efeitos cognitivos reconhecidos é o fortalecimento de uma suposição, e a teoria da relevância trabalha com conceitos comparativos, uma suposição provavelmente certa pode ser reforçada por novas evidências, de maneira a estar mais certa após sua nova apresentação. Em casos de expectativas hipotéticas que são confirmadas por uma evidência, como foi o caso de se esperar que o açougue estivesse aberto para poder comprar carne para o almoço, a relação entre uma suposição provável e uma suposição certa é de evidente fortalecimento. No caso de sucessivas repetições de uma mesma suposição, é preciso conciliar cada nova emergência da suposição com o suposto crescente fortalecimento das evidências dessa suposição. Em outras palavras, cada nova emergência de “Eu te amo”, deveria resultar em incremento da certeza do amor dispensado pela outra pessoa.

Nesse sentido, sucessivas repetições são relevantes, na medida em que fortalecem o grau de certeza de uma suposição. Além disso, destaque-se que o custo de processamento nesses casos é ínfimo. Dado o contexto de intimidade entre os indivíduos na relação, cada oferta de “Eu te amo”, será facilmente ao menos relevante para merecer processamento, posto que o ouvinte dificilmente teria

prestado atenção a outra coisa, o que satisfaz a cláusula (a) da presunção de relevância ótima. Por outro lado, satisfazendo a cláusula (b), o enunciado terá sido o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do falante. Basta ao ouvinte, então, usar o mecanismo de compreensão guiado pela relevância e seguir um caminho de menor esforço ao computar os efeitos cognitivos de fortalecimento, considerando interpretações em ordem de acessibilidade e parando quando sua expectativa de relevância é satisfeita ou abandonada.

A questão que emerge dessa solução é a de se questionar até quando sucessivas reiteraões de uma suposição continuam relevantes e, assumindo-se que há um limiar de certeza, por que se admite que essas suposições, mesmo assim sejam repetidas e notadas.

Aqui, há de se considerar que certeza absoluta é um construto teórico. A rigor, nada do que constitui nosso *background* cognitivo pode ser considerado absolutamente certo. Nesse sentido, pode-se trabalhar com o conceito de certeza ótima. Essa noção consiste num grau de certeza suficientemente estável para os seres humanos lidarem como certas informações do meio. Assim, sucessivas repetições de um mesmo fenômeno podem levar a uma condição suficientemente estável cujo efeito é tornar esse fenômeno transparente. Desse modo, admitindo-se esse limiar, para além do qual os sistemas perceptuais filtrariam qualquer reiteração de um clichê amoroso, é que uma repetição de “Eu te amo” seria, então, irrelevante.⁹

Até agora, admitiu-se cada reincidência de clichês-amorosos como eventos relevantes em si mesmos. Para tanto, torna-se relativa a noção de certeza, e o preço a pagar é a possibilidade de, ultrapassado um limiar ou ótimo de Pareto onde o evento se torna transparente, admitir que a reincidência possa ser irrelevante.

Isso, contudo, pode ser resolvido se for dado aos clichês o mesmo tratamento dado aos enunciados fáticos. Nesse caso, um enunciado sucessivamente reiterado pode tornar-se baixo em relevância, de forma a direcionar a atenção do ouvinte para outros aspectos da interação. Aqui, a expectativa de relevância do ouvinte não está relacionada com o conteúdo proposicional do enunciado em si mesmo, mas com aspectos que se tornam disponibilizados pelo enunciado, como os fatores

⁹ Vale lembrar, além disso, que se podem admitir desgastes nas relações. É possível admitir que evidências posteriores contradigam e enfraqueçam a confiança em determinada suposição, de forma que a reiteração possa funcionar como um reforço e, nesse caso, resgate de um patamar de certeza anterior.

emocionais e afetivos. Se esse é o caso, os clichês funcionam, tais como os enunciados fáticos, como mantenedores do contato, isto é, constituem-se como reforçadores da interação.

4.3 Conversa *light*

Por conversa *light*, Costa (2005) toma eventos distensos onde “comentários irresponsáveis se repetem com humor, sem peso na verdade, sem qualquer preocupação com a consistência, ou, em última instância, sem qualquer intenção de relevância ótima”. Segundo ele, como essas ações ocupam extraordinário espaço comunicativo, é possível apelar para o conceito de bem-estar. Desse modo, “o custo comunicativo seria compensado pelo não-*stress*, pela soltura, ou seja, pelo resultado benéfico da própria irrelevância”, o que soa estranho à teoria da relevância.

Para dar conta dessa crítica, deve-se apelar para a cláusula (a) da presunção de relevância ótima. Segundo Wilson (2004), o que conta como ‘relevância o suficiente’ varia individualmente e circunstancialmente. Wilson destaca que os padrões de relevância esperados de uma criança falando com seus pais, de Chomsky falando com seus estudantes, de um estudante sendo entrevistado para a admissão em uma Universidade, entre outras situações, não são os mesmos.

Uma conversa *light* é uma interação distensa. Muito dessa distensão tem a ver com a delimitação de marcos conceituais comuns, ausência ou minimização de conflitos. Sintomaticamente, isso ocorre quando os interlocutores se respeitam como legítimos na relação e, provavelmente, é uma herança da necessidade de convivência social que caracteriza seres humanos saudáveis. Posto isso, como já se destacou na relação amorosa, a necessidade de manutenção dos contatos joga um papel relevante nessas circunstâncias. Em ambientes mais familiares, dadas as suas características intrinsecamente distensas, o esforço de processamento decai consideravelmente. É por esse motivo que informações pouco relevantes ultrapassam o limiar de suficiência que caracteriza a cláusula (a) da presunção de relevância ótima.

Costa alerta para a irresponsabilidade, falta de compromisso com a verdade e com a consistência, assimilando essas noções à idéia de relevância ótima. Essa assimilação, entretanto, não procede, na medida em que nada obsta na teoria da

relevância que os indivíduos usem a linguagem de modo não-cooperativo. Repare-se que a teoria não advoga qualquer compromisso com a máxima de verdade de Grice (1975). Vale acrescentar que a possibilidade de se usar linguagem para mentir não ocorre apenas em conversações distensas.

A presunção de relevância ótima tem a ver com a expectativa que um estímulo ostensivo automaticamente cria ao ser produzido. Um enunciado (que é relevante do modo esperado, que o falante poderia ter pensado que seria otimamente relevante ou mesmo que o falante poderia ter pensado que seria visto como otimamente relevante), uma vez que foi suficientemente relevante para ser processado e o mais relevante compatível com habilidades e preferências do falante, terá sido otimamente relevante e será tratado como tal, seja em ambientes tensos ou distensos.

Além disso, o autor assimila a noção de efeito cognitivo à noção de bem-estar, quando defende que o custo de processamento seria compensado pelo “não-stress, pela soltura, ou seja, pelo resultado benéfico da própria irrelevância”. A questão, entretanto, é que essas noções também não são assimiláveis. Um comentário de baixa relevância, pretensamente relevante ou tomado como se fosse relevante pelo falante, uma vez inserido em uma interação distensa, será suficientemente relevante para ser processado. Logo, seja a constatação de que a informação é baixa em relevância, foi pretensamente relevante, mas falhou em sê-la, ou mesmo foi tomada como se fosse relevante, a primeira interpretação do ouvinte será aquela que ele considera consistente com a presunção de relevância ótima. Seja como for, a compreensão do ouvinte será guiada pela relevância. Isso nada tem a ver com a manutenção ou não dos estados distensos. Em outras palavras, sejam quais forem as circunstâncias das interações, tensas ou distensas, a interpretação do ouvinte será guiada para a relevância.

Questão diversa, entretanto, é a discussão dos motivos pelos quais os seres humanos distendem ou estressam as interações e se mantêm em relações tensas ou distensas ao longo do tempo. É razoável supor que quanto maiores são os marcos conceituais referenciais comuns ou tomados como supostamente comuns, menor o esforço de processamento e mais baixo será o limiar para acima do qual um estímulo ostensivo vinga como otimamente relevante. É por esse motivo que

uma entrevista para admissão em uma universidade é mais tensa do que uma conversa de bar entre amigos.

Como a eficiência cognitiva depende da economia de recursos escassos e otimização de desempenho, supostamente, operar com baixo custo é importante para a sobrevivência. Isso posto, manter-se em relações distensas é desejável e suficientemente atraente para ser perseguido. Não sem motivo, indivíduos que operam em ambientes tensos tendem a ter problemas de saúde. Em síntese, embora os seres humanos operem guiados pela relevância, tendem a fazer isso poupando energia. Comportamentos sucessivamente estressantes tendem a gerar desgastes que minimizam a otimização do desempenho cognitivo, o que, em longo prazo, é indesejável, como nossa sociedade moderna já reconhece.

4.4 Cultura de massa

Segundo Costa (2005), a cultura de massa desafia a noção de relevância, pois se caracteriza por propriedades que contrastam com a idéia de baixo custo e alto benefício: a repetição exaustiva de informações e a pasteurização de informações triviais e pouco complexas.¹⁰ Nesse caso, pode-se pensar que a cultura de massa revele uma tendência para minimizar o custo e, às avessas, otimizar a relevância. Decorre disso que a noção de relevância estaria dimensionada na direção exclusiva da lei do menor esforço ou do menor custo.

Neste ensaio, concorda-se com Costa com o fato de que a cultura de massa opera minimizando custos e, nesse caso, qualquer estímulo que ultrapasse o limiar de suficiência, torna-se otimamente relevante. Todavia, discorda-se do autor quando ele afirma que a noção de relevância, nesses casos, dimensiona-se exclusivamente pela minimização do esforço, uma vez que, seja qual for o custo de processamento, será relevante o estímulo que sobrepujar o limiar de suficiência, ou seja, um estímulo que não for relevante o suficiente, será transparente para o indivíduo, seja qual for o limite do esforço cognitivo. É por esse motivo que não é qualquer estímulo ostensivo que chama atenção de um indivíduo muito concentrado em uma tarefa e,

¹⁰ Por cultura de massa, Costa (2005) entende como “forma de cultura absolutamente predominante em que jornais, revistas, rádio, cinema, TV, etc., polarizam a atenção das grandes massas, ocupando, vorazmente, todos os espaços que a informação elitizada, ou as manifestações populares poderiam pretender”.

por seu turno, qualquer estímulo pode ser relevante em uma situação distensa e conhecida.

É aqui, crê-se, que está a chave para entender o apelo da comunicação de massa. Em primeiro lugar, a cultura de massa constrói produtos de fácil assimilação, uma vez que se aproximam dos eventos mais conhecidos da população. Criadas as condições de distensão, abre-se a possibilidade de se elaborarem estímulos suficientemente relevantes nesse contexto distenso, embora considerados de baixa relevância para indivíduos mais exigentes. Essa estratégia, confira-se, funciona até o limiar de saturação, para além do qual os estímulos ostensivos deixam de ultrapassar o limiar de relevância e passam a ser transparentes. Trata-se dos casos onde há o desgaste de uma fórmula excessivamente utilizada pela mídia.

4.5 Diálogos ao telefone

Para Costa (2005), as conversas ao telefone não só oferecem altos custos operacionais, mas também econômicos. Todavia, as pessoas não só usam o telefone em demasia, como provocam conversas longas e repetitivas. O autor especula que pesquisas empíricas certamente demonstrariam o uso pouco relevante dos telefones, inclusive de celulares. Para ele, é consenso que o telefone gera interatividade, mas que disso decorra relevância é um acidente de pessoas ocupadas ou exigentes.

Diálogos mediados por equipamentos, como o telefone, internet (*e-mails, chats, blogs, etc*), entre outros, sejam síncronos ou assíncronos, apenas replicam as condições estabelecidas face a face. De fato, a utilização racional do telefone e demais mídias interativas é um acidente, fruto de um controle tenso sobre a tendência humana, não para a irrelevância, mas para a manutenção de estados distensos saudáveis. A mesma explicação dada as conversações distensas, portanto, aplica-se nesses casos.

4.6 Navegação na Internet

Para Costa (2005), pesquisas recentes demonstraram que as pessoas, através da “história” de sua máquina, navegam pelos mesmos *sites*. Dada a riqueza

da rede, como compatibilizar essas constatações com a idéia de que as pessoas se orientam na direção da relevância.

O fato de que as pessoas navegam pelos mesmos *sites*, mais uma vez, revela a tendência dos seres humanos para operar em ambientes mais estáveis e amigáveis, portanto, mais distensos. Nesses ambientes, os seres humanos podem distender-se e, dessa forma, poupar energias. Posto isso, pequenas alterações nesse ambiente mais estável adquirem suficiente saliência para serem tomados como relevantes. Mais do que isso, a repetição de estímulos, tal como aquela que ocorre quando o indivíduo navega em vários *sites* para obter versões diferentes de uma mesma notícia, ou assiste a diversos jornais para o mesmo fim, atende às duas variáveis moderadoras defendidas neste ensaio.

Em primeiro lugar, comprovando o que se tem defendido, a relevância decorre de pequenos saltos incrementais dentro de um ambiente o mais estável possível. Esse ambiente mais estável deriva de um conjunto de suposições suficientemente repetidas, a tal ponto que, ultrapassado um ótimo de Pareto, passam a ser transparentes. É por esse motivo que se tende a navegar pelos mesmos *sites*, a assistir aos mesmos programas de televisão, a ouvir as mesmas músicas.

Uma vez obtida uma informação relevante, em segundo lugar, tende-se a repeti-la e reforçá-la até o limiar para além do qual essa informação repetitiva torna-se irrelevante ou transparente. Nesse caso, apenas uma quebra de transparência, destaque-se, quebra essa suficientemente saliente para ultrapassar o limiar de transparência, é que torna possível reparar novamente na informação. Vale destacar que, na medida em que uma informação torna-se transparente, adquire resistência para suposições adversárias, explicando a tendência dos seres humanos à adesão a hábitos. Ou seja, paradoxalmente, a ultrapassagem do limiar de transparência, torna uma nova apresentação de uma suposição tomada como factual irrelevante, justamente porque essa nova apresentação combina-se com um conjunto tácito e garantido de suposições otimamente certas.

Nesse caso, exaure-se a relevância da nova apresentação, e os seres humanos deixam de prestar atenção. Exatamente é contra esse *background* de informações transparentes que se elegem informações relevantes. Assim, a relevância se baseia num caldo de informações irrelevantes, posto que seguras.

4.7 Fazer perguntas e conversar sobre si mesmo

Segundo Costa (2005), fazer perguntas é uma das formas mais econômicas de dialogar, dado o baixo custo operacional e a alta compensação dispensada pelas respostas. Paradoxalmente, as pessoas preferem falar a perguntar, muitas vezes para, num roteiro egocêntrico, expressar opiniões inoportunas e indesejáveis. Essa conduta, segundo o autor, é incompatível com uma relação ótima de custo e benefício.

De fato, perguntar é uma forma muito interessante de se obter informações relevantes. Não sem motivo, crianças pequenas usam e abusam dessa estratégia. O problema é que o fazem para adultos para os quais o mundo se configura como um conjunto de informações ou transparentes, posto que seguras, ou desconhecidas, posto que nunca questionadas. Como já se disse, para uma informação então transparente ser tomada como relevante, é preciso que o estímulo ostensivo seja muito forte. Crianças são insistentes. Por outro lado, perguntas para as quais os adultos não têm respostas incomodam. De uma maneira geral, os adultos perdem a paciência, e as crianças são sistematicamente estimuladas a desistir da estratégia. A escola completa o serviço.

Por outro lado, desde muito cedo, estratégias de repetição exaustiva dos mesmos estímulos são comuns. Crianças assistem exaustivamente os mesmos desenhos, jogam os mesmos jogos, até que outros desenhos ou jogos as estimulem para novos desafios. Falar de si mesmo tem de ser visto como faceta da mesma estratégia. Os seres humanos repetem informações para si mesmos e para as outras pessoas, para construir um conjunto de informações suficientemente estáveis, que se configuram como *background* cognitivo sobre o qual questões relevantes podem ser estabelecidas. Quando algo destoa desse *background* (é relevante), seja externo ou interno, é preciso falar sobre, para que, repetindo-se a técnica, torne-se transparente e seja ignorado.

5 Considerações finais

Os argumentos defendidos nesse ensaio apontam para o fato de que, seja qual for o estado, tenso ou distenso, os seres humanos tendem a ser guiados para a maximização da relevância dos fenômenos a que são submetidos. A contribuição

desse texto foi a de fornecer duas variáveis moderadoras para a economia de efeitos cognitivos e esforços de processamento e, por decorrência, da relevância.

A primeira variável conecta-se com a noção de esforço. Propôs-se que maior investimento cognitivo é compensado por maiores efeitos cognitivos apenas no curto prazo. Tomado no longo prazo, a eficiência cognitiva tende a funcionar como um ótimo de Pareto, de modo que para além de um limiar, os efeitos cognitivos não compensam os esforços. Isso posto, a manutenção de estados estressantes é ineficiente em longo prazo. Dessa forma, como administradores de recursos escassos, os seres humanos monitoram desgastes excessivos e tendem a contrabalançar estados tensos com estados distensos, que são marcados por ambientes cognitivos mais seguros, estáveis, transparentes e pouco relevantes.

A segunda variável, ligada tanto aos efeitos como aos esforços de processamento, é a variável de saturação. Defendeu-se a tese de que para operar otimamente a cognição precisa trabalhar em ambientes cognitivos estáveis, e essa estabilidade decorre das regularidades recorrentes derivadas de sucessivas reiterações do maior conjunto de suposições possível. A variável de saturação, da mesma forma, deve funcionar como um ótimo de Pareto, de maneira que há um limiar para além do qual a informação novamente apresentada deixa de ser relevante e passa a ser transparente, segura, factual ou otimamente certa.

Ambas as variáveis, admite-se, precisam ser mais bem desenvolvidas, inclusive do ponto de vista experimental. Seja como for, parece razoável especular que uma teoria da relevância deva pressupor uma teoria das irrelevâncias. Se isso estiver correto, espera-se que esse texto possa instigar novas investigações nesse sentido.

Referências

COSTA, J. C. da. A teoria da relevância e as irrelevâncias da vida cotidiana. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. esp., p. 161-169, 2005.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE e MORGAN (Eds.). *Syntax and semantics*, v. 3: speech acts. New York: Academic Press, 1975 [© 1967].

RAUEN, F. J.; SILVEIRA, J. R. C. da (Orgs.). *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 5, n. esp., p. 1-268, 2005.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication & cognition*. Oxford, UK: Blackwell, 1986 (2nd ed. 1995).

WILSON, D. *Pragmatic theory*. London: UCL Linguistics Dept, 2004. Disponível em: <http://www.phon.ucl.ac.uk/home/nick/pragtheory/>. Acesso em: 15 mar. 2005.

Relevância, cognição, inferência e processos dedutivos

Ana Ibaños

Natural language has shown to have a fascinating though frighteningly subtle structure which takes all the formal ingenuity and expertise which the linguistic and logician can bring to bear (CRESSWELL, 1988).

1 Tese

Na tentativa de explicarem a natureza ostensiva do processo de comunicação, Sperber e Wilson, em sua Teoria da Relevância (1986, 1995), levantam duas hipóteses gerais, a saber:

- a) implicitamente assumem que o processo de compreensão inferencial é não-demonstrativo, ou seja, até mesmo sob as melhores condições, a comunicação pode falhar, uma vez que o ouvinte não pode nem decodificar, nem deduzir a intenção comunicativa do comunicador e, sim, apenas, construir uma suposição baseada na evidência fornecida pelo comportamento ostensivo do comunicador;
- b) explicitamente assumem que qualquer informação disponível para o ouvinte, representada conceptualmente, pode ser usada como uma premissa no processo inferencial; isto é, o processo de compreensão inferencial é global oposto a local, no qual o processo local ou é livre de contexto ou sensível somente a informação contextual de um domínio de um conjunto, enquanto que o processo global tem livre acesso a todas informações conceptuais na memória.

A partir dessas hipóteses, os autores tentam explicar o âmago da habilidade humana para realizar inferência demonstrativa espontânea. Presumem, então, um processo dedutivo formal, com a intenção de modelar o sistema usado pelos seres humanos em inferências espontâneas e na compreensão de enunciados comuns. Com conetivos da linguagem natural (e, ou, se... então, etc.), também trabalhados na Lógica clássica e abaixo exemplificados:

- (1a) $P \wedge P$,
- (1b) $P \vee Q$,
- (1c) $\neg\neg P$,
- (1d) $\neg P \rightarrow Q$,
- (1e) $Q \rightarrow P$,

argumentam que:

(1a) é padronizadamente derivado pela regra da introdução do \wedge que toma duas suposições arbitrárias como premissas (no caso P, P) e deriva sua conjunção como conclusão, vista em (2)

- | | | |
|-----|----------------|---------------------|
| (2) | <i>Input:</i> | (i) P (ii) P |
| | <i>Output:</i> | $P \wedge P$ |

(1b) é derivada pela regra da introdução do \vee , que toma uma suposição arbitrária como premissa e deriva sua disjunção com qualquer outra suposição arbitrária como conclusão, conforme (3)

- | | | |
|-----|----------------|------------|
| (3) | <i>Input:</i> | P |
| | <i>Output:</i> | $P \vee Q$ |

(1c) é derivada da regra da dupla negação

- | | | |
|-----|----------------|--------------|
| (4) | <i>Input:</i> | P |
| | <i>Output:</i> | $\neg\neg P$ |

E assim por diante.

Através desses exemplos, o que Sperber e Wilson querem demonstrar é que, em um sistema formal, embora as regras possam ser acessadas e testadas em certa ordem, cada regra se aplicaria obrigatoriamente toda vez que fosse acessada, e sua descrição de *input* fosse encontrada. Em outras palavras, cada uma das regras acima, colocada em movimento, reaplicar-se-ia indefinidamente ao seu *output*, e a descrição jamais pararia. Os autores, então, descartam as Regras de Introdução cuja suposição de output abarca cada conceito contido em suas suposições de input e pelo menos um conceito a mais. A conclusão a que chegam é a de que Regras de Introdução não têm qualquer papel no processamento de informação dedutivo

espontâneo, o processamento a que o seu mecanismo dedutivo é projetado para descrever. As únicas regras dedutivas disponíveis para uso do processamento de informação espontâneo (as únicas regras que em qualquer sentido interessante fazem parte do equipamento dedutivo básico humano) são as regras de eliminação.

Ilustram sua conclusão com exemplos em linguagem natural da seguinte natureza:

- (5) O candidato à presidência renunciou (P).
- (6) O candidato à presidência renunciou e o candidato à presidência renunciou ($P \wedge P$).
- (7) Ou o candidato à presidência renunciou ou está um pouco frio hoje ($P \vee Q$).
- (8) Não é verdade que o candidato à presidência não tenha renunciado $\neg (\neg P)$.
- (9) Se o candidato à presidência não renunciou, então o calor vai aumentar ($\neg P \rightarrow Q$).
- (10) Se é o aniversário de seu adversário, então o candidato à presidência renunciou ($Q \rightarrow P$).

As conclusões tiradas de (6) a (10), e outras derivadas pelas regras de introdução são, em um sentido intuitivo, triviais. Tal trivialidade relaciona-se ao fato de que elas mantêm o conteúdo de suas suposições de *input* imutáveis exceto pela adição de material arbitrário; não analisam nem explicam o conteúdo de suas suposições de *input*. Se, por acaso, certos tipo de dedução espontânea requerem o uso de regras de introdução, como nos exemplos abaixo:

- (11) a. Se os trens estão em greve e os carros quebraram, não há maneiras de se chegar ao trabalho (premissa);
- b. Os trens estão em greve (premissa);
- c. Os carros quebraram (premissa);
- d. Os trens estão em greve e o carros quebraram por introdução do 'e' de (b) e (c).
- (12) Não há maneiras de se chegar ao trabalho (*Modus Ponens* de (a) e (d))

Sperber & Wilson argumentam que existem derivações alternativas como *Modus Ponens Conjuntivo* e *Modus Ponens Disjuntivo* que são, na realidade, regras de eliminação e há boas razões para se pensar que elas têm um papel importante no processamento de informação dedutivo espontâneo. (11) e (12) podem ser explicadas pelas regras de *Modus Ponens* sem qualquer necessidade de introdução do 'e'.

A hipótese de Sperber e Wilson é de que o mecanismo dedutivo humano tem acesso somente às regras de eliminação, e produz somente conclusões não-triviais definidas como segue:

(13) Implicação lógica não-trivial

Um conjunto de suposições (P) logicamente e não-trivialmente implica uma suposição Q sse, quando (P) é o conjunto de teses iniciais em uma derivação envolvendo somente regras de eliminação, Q pertence ao conjunto de teses finais (1986, p.97)

Em outras palavras, o mecanismo dedutivo é um sistema que explica o conteúdo de qualquer conjunto de suposições submetidas a ele. Dito de outra maneira, Sperber e Wilson argumentam que as regras que prevalecem para o mecanismo humano não são as mesmas da Lógica demonstrativa trivial, tais como as da introdução do \wedge ou do \vee , mas sim, operações cognitivas lógicas de caráter não-trivial, de amplo espectro (levando em consideração diferentes tipos de estímulos ostensivos) e subordinadas aos princípios gerais da Relevância. De acordo com os autores, a compreensão verbal inicia com a recuperação do significado de uma sentença codificado lingüisticamente, que deve ser contextualmente enriquecido de maneiras variadas para englobar todo o significado do falante.¹¹ Dados os exemplos abaixo:

(14a) Pedro: O time da Laura venceu?

(14b) Maria: Olha para o rosto dela!

Trata-se de um diálogo entre duas pessoas, aparentemente conhecidas, mas, embora Maria tenha dado uma resposta lingüística para a pergunta de Pedro, o conteúdo da mesma nos leva a supor que a confirmação de uma resposta só virá, após Pedro observar Laura. Há uma necessidade de uma experiência perceptual, no caso visual, além da lingüística, para Pedro inferir uma resposta com suposição mais forte.

Além disso, Sperber e Wilson sustentam que dentro do domínio especificamente comunicativo, é racional para os ouvintes seguirem um caminho de menor esforço ao construírem uma hipótese sobre o significado do falante, e que o processo de interpretação pragmática é, conseqüentemente, genuinamente inferencial.

Inferences tend to follow useful paths because, we argue, all these factors are geared to the maximization of relevance (BBS, 1987, p. 740)

¹¹ Disponível em: http://www.dan.sperber.com/relevance_theory.htm. Acesso em 11 nov. 2007.

Considere-se o exemplo abaixo:

(15a) Professor: Entregaste teu ensaio?

(15b) Estudante: Tive muito trabalho, recentemente.

Para os autores (2002), a resposta do estudante pode suscitar uma resposta indireta em termos de sim ou não. A interpretação pragmática envolve a resolução de tais indeterminações, com base em informações contextuais. A tarefa do ouvinte consiste em recuperar o significado que o falante realmente teve a intenção de comunicar. Para eles, fora as regras de eliminação presentes na forma de dedução natural, a Lógica clássica nada tem a contribuir nem será consistente com o modelo da Teoria da Relevância. Sperber e Wilson chamam atenção para o fato de que a rejeição que eles fazem às Regras de Introdução não está baseada no único desejo de evitar reaplicação indefinida das mesmas. A sua afirmação é a de que regras de introdução nunca são usadas no processamento de informação espontâneo. Para Uchida (2007), poder-se-ia dizer que esta seria a interpretação mais forte da TR.¹² Segundo o autor (2007, p. 287),

the reason for postulating this stronger hypothesis is not only alleged overgeneralization of propositions expressed by way of free enrichment. Sperber & Wilson, among others, argue that spontaneous inference should not have access to introduction rules because, otherwise, the system would generate infinite or non-terminating inferences.

2 Antítese

O presente artigo questiona esta chamada incompatibilidade dos sistemas de lógica demonstrativa com o raciocínio prático, argumentando que os princípios e regras da Lógica Clássica estão incluídos em uma forma mais flexível e ampla nas inferências sintáticas, semânticas e pragmáticas que se constituem nos fundamentos do raciocínio diário. O trabalho baseia-se na Teoria das Interfaces Externas e Internas, como proposta por Campos (2004), que argumenta que a abordagem correta para analisar processos inferenciais é dependente do tipo de interface que assumimos para explicar os conceitos e fenômenos.

¹² Como acontece neste trabalho, Uchida adota uma posição de questionar a eliminação das regras de introdução em uma teoria pragmática.

Conforme Campos (2004), a linguagem pode ser investigada teoricamente através de diferentes pontos de vista: como uma estrutura cognitiva, como um meio de pensar ou um meio de comunicar. Cada um desses três conceitos abrange distintas possibilidades para seus estudos. Se for considerada uma estrutura cognitiva, à maneira de Chomsky, a linguagem cai sobre o campo das ciências cognitivas e naturais, tais como Biologia, Física e Psicologia. Se for considerada em suas propriedades de pensamento, volta à tradição lógica que agrupa Aristóteles, Frege, Russell, Montague, Davidson e outros. E se for considerada como meio de comunicação, como há muito Saussure verbalizou, cai dentro do conjunto da Psicologia Social e Semiologia. Tal divisão constitui-se em o que Campos (2004) considera como interfaces externas ou interdisciplinares da Lingüística.

Por outro lado, existem as interfaces internas ou intradisciplinares que caracterizam a ciência da linguagem humana organizada em termos de Fonética /Fonologia, Sintaxe, Semântica, Morfologia e Pragmática, e assim por diante. Tais subteorias são parcialmente autônomas e parcialmente interdependentes.¹³ Então, se alguém assume uma teoria sintática cognitiva, fica comprometido com outras disciplinas dentro da mesma concepção lingüística. Haverá um mapeamento de uma subteoria, digamos, sintática para a semântica, ou sintática para a pragmática, etc.. Nessa perspectiva, a abordagem do processo inferencial vai depender da interface considerada. Se pretendemos descrever processos de raciocínio na relação com a Lógica, então se trata de assumir um argumento-tipo, constituído de proposições livres de contexto em termos de Semântica de uma língua natural e de uma língua formal. Se pretendemos examinar um argumento-*token*, então estaremos na interface com a comunicação ao nível de enunciado, onde a intenção do falante é decisiva. Sperber e Wilson na verdade, prendem-se à interface comunicação-cognição, excluindo a inferência dita trivial e suas regras de introdução. Paralelamente, dentro das subteorias lingüísticas, a abordagem do processo inferencial humano requer relações entre Lexicologia, Sintaxe, Semântica e Pragmática

¹³ De acordo com Campos, comunicação pessoal, elas são chamadas subteorias no sentido de que fazem parte do rotulo maior Lingüística.

Dado o caso de uma inferência válida como a considerada abaixo¹⁴ dentro da interface semântica /pragmática:

- (16) Jack ama Samantha
- (17) permite inferir (14)
- (18) Alguém ama Samantha

Da mesma forma. De (19)

- (19) Jack ama Samantha, conseqüentemente Jack não é um homem insensível.

Permite-se chegar à (20)

- (20) Homens insensíveis não amam.

O que é necessário, como salienta Campos, é distinguir o primeiro tipo de inferência do segundo e elas necessitam ser explicadas dentro de uma interface “amigável”. Se temos um modelo comunicativo, cognitivo ou formal, é possível pensar em inferências naturais de maneira a preencher o hiato entre esses conceitos. Em outras palavras, é possível pensar em termos de inferências naturais e artificiais, separando o raciocínio cotidiano daquelas que são construídas (cuidadosamente processadas). Para se conseguir um melhor entendimento do processo, as três interfaces (Lógica, Cognitiva e Comunicativa) poderiam estar interligadas teoricamente, a fim de fornecerem informação interdisciplinar. Além disso, como Levinson (1987, 1989) e Bach (1994) argumentam em termos de raciocínio dedutivo, é estranho para uma Teoria Pragmática não aceitar este tipo de raciocínio em seus fundamentos.¹⁵ Para esses autores, esta teoria estará condenada à vaguidade, se somente se assume uma característica negativa, ou seja, a de que os processos de compreensão inferencial são exclusivamente não-demonstrativos. Bach (2001) também argumenta que uma noção puramente semântica é necessária para dar conta do *input* determinado lingüisticamente para a inferência do ouvinte sobre o que o falante tem intenção de transmitir ao enunciar a sentença.

¹⁴ Adaptado de Costa, 2005.

¹⁵ Veja-se Ibaños, Ana Algumas considerações informais sobre inferência. In: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0503/07.htm>

Isto posto, deve-se levar em consideração o que se considera inferência em termos de linguagem natural. A idéia de inferência válida tem sido o principal tópico da Lógica, isto é, uma inferência é uma passagem de um conjunto de sentenças chamadas premissas para uma sentença chamada conclusão (CRESSWELL, 1988, p. 35). Portanto, se tomarmos uma sentença como (21) e (22), e a inferência válida em (23),

(21) Feynman estuda Física.

(22) Quem quer que estude Física é um gênio.

(23) Feynman é um gênio.

é fácil dizer que deveríamos basear nossa intuição das sentenças da linguagem natural em termos de Lógica. Para não perseguir a idéia de que qualquer coisa na produção da linguagem natural deve seguir um processo dedutivo da Lógica Clássica, deveríamos aplicar o conceito de *acarretamento* para evitar a idéia errada de que qualquer coisa e tudo na linguagem devem estar ligadas a valores de verdade, isto é, à Lógica das condições de verdade.

Então, se argumentarmos que a análise correta das inferências válidas em linguagem natural ocorre quando *A acarreta B no caso em que as inferências se mantêm*, já podemos estabelecer que, dentro do reino da Lógica, existem outros princípios que são bem mais necessários do que o simples mecanismo dedutivo *per se*. É possível dizer que a idéia de acarretamento captura o sentido de inferência válida na linguagem ordinária, pois de:

(24) Sagan é solteiro.

Para:

(25) Sagan é um homem.

Não existe nenhum mundo possível em que a primeira seja verdadeira e a segunda não.

Retomando, a TR defende o processo inferencial como sendo não-trivial e não demonstrativo, em oposição à Lógica Dedutiva da tradição com suas regras. Nesse sentido, chega a defender uma hipótese forte de que só há, no raciocínio cotidiano, regras de eliminação. Assim, se alguém tem P e tem Q não vai fazer (P e

Q), usando a regra da introdução do e. A idéia básica é a de que regras de introdução só acrescentam custo para o mesmo benefício. Mas isso é exagerado porque não leva em consideração que, dados interesses argumentativos, nada impede que tais regras sejam usadas. Em outras palavras, ainda que não se deva modelar o raciocínio prático pela dedutividade da tradição, esse tipo de inferência aparece naturalmente, especialmente, em processos argumentativos. Suponha que A saiba que

- (26) João foi à festa. (P)
- (27) Maria foi à festa. (Q)
- (28) Carlos foi à festa. (R)

Num determinado momento, A diz João foi à festa e Maria foi à festa e Carlos foi à festa, e ainda há quem diga que a festa não estava boa. Essa adição repetida de P e Q e R dá ênfase à implicatura de que, se todas essas pessoas foram à festa, então é um engano negar que ela estivesse boa.

De forma análoga, se eu tenho que

- (29) João foi ao Banco (P), e
- (30) João pegou o dinheiro (Q),

ao fazer uma introdução do \wedge , $P \wedge Q$, a saber, João foi ao Banco e pegou o dinheiro, é razoável supor a inferência pragmática de que João retirou o dinheiro. Nesse caso, a introdução do \wedge não foi apenas aumento de custo, porque além do benefício informativo das proposições P e Q, obtivemos uma inferência pragmática adicional, o que justificaria a introdução do \wedge . Tal inferência não estava nas proposições soltas, tanto que, se tivéssemos feito a introdução noutra ordem, como $Q \wedge P$, ou seja, João pegou o dinheiro e foi ao Banco, a inferência poderia ser a de que João foi depositar o dinheiro. Não é diferente com a introdução do \vee . Se eu tenho a proposição complexa

- (31) Lula sabia do mensalão e era corrupto ($P \vee Q$)

e faço a introdução do $V \text{ P} \vee \text{Q} \text{ V} - \text{P} \wedge \text{R}$, Lula não sabia do mensalão e era incompetente, eu teria a inferência pragmática de que ou ele é corrupto ou incompetente, já que ou ele sabia ou não sabia é o princípio do terceiro excluído.

Poderíamos também argumentar que, dentro de um quadro lógico, é possível ter compatibilidade com a Teoria da Relevância em termos de cálculo não-trivial pelos próprios princípios da Relevância. Se, por exemplo, além dos princípios da Lógica proposicional e suas conseqüências lógicas definidas como a relação entre um conjunto X de sentenças e a sentença, assumirmos postulados de significação ou acarretamentos contingentes, ou até mesmo alguns aspectos da Lógica intensional, é possível dizer que *as inferências válidas da linguagem natural serão os acarretamentos que mantêm a interpretação dos significados da linguagem natural* (CRESSWELL, 1988, p. 44).

I argue that Logic cannot be put aside from the studies of inference. It is a matter of balancing what theories have to say about human language and what we know about reasoning in general.

3 Síntese

Parece não haver possibilidades de se ter um argumento forte para a exclusão das regras de introdução da Lógica Tradicional, quando estamos tratando de argumentos das linguagens naturais. As regras de introdução não são apenas redundâncias no processo, e o uso delas é informativo através das inferências pragmáticas que delas resultam. Em outras palavras, se, num quadro griceano, as regras de introdução não são o suficientemente informativas, o processo de introduzi-las funciona como uma violação da Máxima de Quantidade, resultando, mais uma vez, em inferências pragmáticas. Em um raciocínio não-trivial, a introdução de E ou OU se justifica por desencadear inferências e tais inferências são possíveis para a disjunção. É estranho que uma teoria da comunicação tire a dedução; os benefícios lógicos da dedução compensam o seu uso.

Sustento, também, que a Lógica tradicional não pode ser colocada de lado nos estudos da Inferência, uma vez que se trata de uma questão de contrabalançar o que as teorias têm a dizer sobre a linguagem humana e o que sabemos sobre o raciocínio em geral.

Referências

BACH, K. Conversational implicature. *Mind and Language*, n. 9, p. 124-162, 1994.

BACH, K. You don't say? *Synthese*. Netherlands, v. 128 , n. 1-2, July,2001.

COSTA, Jorge Campos. Comunicação e inferência em linguagem natural. *Letras de Hoje*, v.40,no.1, 2005

IBAÑOS, Ana. Algumas considerações informais sobre inferência. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5. n. esp. ,2005.

LEVINSON. Explicature explicated. *Behavioral and Brain Sciences*, n. 10, p. 722-723, 1987.

_____. Relevance. *Journal of Linguistics*, n. 21, p. 455-472, 1989.

SPERBER, D., WILSON, D. Relevance Theory. In: WARD, G., HORN, L. (Eds.) *Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, p. 607-632

_____; _____. 1986a. *Relevance: Communication and Cognition*. Blackwell: Oxford and Harvard University Press, Cambridge MA. (Second edition. Blackwell: Oxford 1995.)

_____; _____. Response. *Behavioral and Brain Sciences* (1987) 10, 607-754

_____; _____. Pragmatics, Modularity and mind-reading. *Mind and Language*, 2002, 17. 3-23)

UCHIDA, Hyroyuki. Logic in Pragmatics. *UCL Working Papers in Linguistics* 19, p. 285-318. Disponível em: <http://www.ua.es/personal/francisco.yus/rt.html#4-1>. Acesso em set. 2008.

Cognição, relevância e textualidade

Jane Rita Caetano da Silveira

Introdução: a interface cognitiva

Este capítulo trata essencialmente de conexões entre a proposta da Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1995), concebida como um modelo de comunicação e cognição humanas, e as noções clássicas de textualidade.¹⁶

A idéia básica é a de que o modelo da Teoria da Relevância (TR), de natureza inferencial, é o mais adequado para a interpretação dos conceitos tradicionais de coerência e coesão desde que a abordagem cognitivista seja privilegiada. Isso significa que, adotada uma interface com as ciências cognitivas, a textualidade deve ser analisada através de uma relação de custo-benefício, ou de economia-eficiência, sem a qual a integração dos diversos aspectos que garantem a unidade do texto ficaria inexplicada. Nessa perspectiva, assume-se, com Campos (2004), a proposta de que, conforme a opção de interface interdisciplinar, tem-se a adequação da opção intradisciplinar. O objeto *textualidade* pode ser abordado via comunicação, cognição, ou mesmo, num contexto formal. No presente trabalho, toma-se, como pano de fundo, a base cognitiva de inferências textuais.

Blass (1990), em sua obra *Relevance relations in discourse*, ao assumir a posição teórica de Sperber e Wilson, estabelece nova perspectiva de abordagem da textualidade, discutindo detalhadamente as noções tradicionais de coesão e coerência.¹⁷ A autora enfatiza que a estrutura lingüística da sentença apenas subdetermina o que é comunicado, ao mesmo tempo em que ressalta o papel crucial do contexto cognitivo na interpretação, através de estratégias inferenciais do ouvinte-leitor.

Segue daí a sua afirmação de que coesão e coerência não são condições nem necessárias, nem suficientes para a textualidade, bem como a sua hipótese de que relações de Relevância, baseadas no equilíbrio entre efeitos cognitivo-

¹⁶ Tais conexões são abordadas por Silveira e Feltes (2002), em seu livro: *Pragmática e Cognição: A Textualidade pela Relevância*.

¹⁷ Embora alguns autores façam uma distinção teórica específica entre texto e discurso, aqui concebemos a noção de texto como unidade comunicativa, seja escrita ou oral, verbal ou não-verbal.

contextuais obtidos inferencialmente e esforço de processamento mental para alcançá-los, estão subjacentes a julgamentos de boa formação textual.¹⁸ Em um artigo posterior, sobre relações lógicas no texto, Blass (1993, p. 99) enfatiza que:

qualquer conectividade textual percebida é apenas um subproduto de algo mais profundo: relações de Relevância entre texto e contexto, que qualquer ouvinte, incluindo o analista do discurso, automaticamente procura.

Isso significa dizer que a conexão entre enunciados muitas vezes não é explicada em termos lingüísticos, de conteúdo semântico, nem em termos estruturais em diferentes níveis. Assim, as noções de coesão e coerência – entendidas por muitos teóricos como os dois grandes eixos da textualidade – não garantem o que se costuma chamar de boa formação de um texto.

Para desenvolver essa proposta, o capítulo está organizado estruturalmente em três seções. Na primeira, são apresentados alguns aspectos teórico-conceituais nos quais se apóiam as visões clássicas de textualidade. A seguir, abordam-se pressupostos da TR, com a finalidade de trazer evidências para a maior capacidade explanatória deste modelo de base cognitiva. Na terceira seção, será ilustrado um contraponto entre coesão e coerência, de um lado, e relações de Relevância, de outro, através da análise de peças comunicativas.

1 Visões clássicas de textualidade

Em abordagens clássicas da textualidade, percebem-se algumas diferenças nas visões teóricas sobre as noções de coesão e coerência, mas, de um modo geral, tais diferenças podem ser reduzidas a dois enfoques: coesão e coerência analisadas como fenômenos em níveis distintos, mas interdependentes, ou tratadas em um mesmo nível (de coesão ou de coerência), que abrange os dois.¹⁹

¹⁸ A noção de Relevância é concebida por Sperber e Wilson (1995) como um conceito teórico-cognitivo apoiado na relação custo-benefício mental, conforme será explicado na seção 2 deste capítulo.

¹⁹ Nas abordagens clássicas, destacam-se Halliday e Hasan (1980), Beaugrande e Dressler (1981), Charolles (1978), Schmidt (1978), Van Dijk e Kintsch (1978), entre outros. Grande parte dos trabalhos iniciais sobre a textualidade fundamentou-se em Halliday & Hasan (1980), no tocante à coesão, e em Beaugrande & Dressler (1981), no que se refere aos fatores de textualidade. Estes autores elencam sete fatores que são responsáveis pela textualidade: a coesão e a coerência (no plano lingüístico), a informatividade, a situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade, aceitabilidade (no plano comunicativo, na relação emissor/receptor).

Para Halliday e Hasan (1980), por exemplo, assim como para Beaugrande e Dressler (1981), a coesão – conectividade formal explícita, expressa pela gramática e pelo léxico, e a coerência – conectividade lógico-semântico-pragmática, nem sempre explícita, entre as proposições do texto, constituem níveis distintos de análise, embora com relações de interdependência. De acordo com Beaugrande e Dressler, a base da coerência textual é a continuidade de sentidos entre os conhecimentos ativados pelas expressões lingüísticas do texto, que deve ser observada tanto na produção quanto na compreensão do mesmo.

Já Charolles (1978) considera apenas um desses níveis, o da coerência, mas distingue uma coerência local, que ocorre de modo interfrasal, e uma coerência global, presente entre seqüências frasais. Nos dois planos, a linearidade é suposta como fator de coerência. O autor apresenta quatro metarregras em seu modelo: repetição, relacionada à continuidade temática no desenvolvimento linear dos elementos do texto; progressão, referente à renovação da carga semântica; não-contradição, responsável pela consistência interna das proposições; e relação, que analisa a articulação entre os fatos expressos proposicionalmente no texto. Trata-se, portanto, de um modelo de processamento de informações em que a interpretação é modelada por um conjunto específico de regras.

Schmidt (1978), por sua vez, vê a textualidade como uma estrutura sociocomunicativa e, embora reconheça a sua natureza pragmática, tomando por base pressupostos que implicam a concepção de contexto, mantém a noção de coerência essencialmente no nível lógico-semântico, apoiado em regras de interpretação, “como condição necessária para toda atuação verbal eficaz ao nível da comunicação” (p.175). Para o autor, na efetivação da comunicação, a textualidade não se constitui de uma categoria puramente lingüística, pois considera a presença de critérios de ordem sociocomunicativa, que pressupõem conexões de interação social.

Van Dijk e Kintsch (1978) apresentam um modelo baseado em regras, no qual a conectividade lógico-semântica é condição fundamental no processo de geração de macroestruturas textuais. As proposições do texto estão conectadas a um tópico de discurso, a partir da noção de macroestrutura semântica, que toma por base a noção de microestrutura e de operações por eles chamadas de macrorregras, ou seja, o modo como as representações semânticas são processadas e organizadas

na memória. A coesão, inserida num nível sintático-semântico local, e a coerência, estrutura semântica do texto, estabelecida num nível sintático-semântico-pragmático global, são elementos facilitadores desse processo.

A coesão e a coerência, tratadas em níveis distintos ou não, parecem constituir, desse modo, as propriedades fundamentais da textualidade; em outras palavras, as qualidades intrínsecas para que um texto seja considerado um texto.

Com algumas variações não-substantivas, a coesão, no plano formal, como enfatiza Koch (1997), é definida no âmbito lingüístico: “a coesão é revelada através de marcas lingüísticas, é a expressão de nexos, de índices formais na estrutura da seqüência lingüística e superficial do texto, porque se manifesta na organização seqüencial dele”. Pode ser entendida como a inter-relação de elementos lingüísticos, envolvendo, como em uma rede, as relações interfrasais e seqüenciais do texto. Refere-se, portanto, à existência de conexão entre os diferentes elementos textuais.

A coerência, no plano conceitual, situa-se no âmbito lógico-semântico, assegurando, entre outros fatores responsáveis pelo sentido, a manutenção do tema ou assunto, a estrutura semântica e o desenvolvimento temático do texto. Cabe a ela o papel de “garantir” o significado do texto, mas também pode ser vista como um fenômeno pragmático que relaciona usuário e língua, envolvendo intenção comunicativa e informações contextuais. A idéia básica é a de que representações de natureza lógico-semântica e condições pragmáticas garantem conectividade e boa formação a estruturas textuais.

Assim, a noção de coerência, de natureza semântico-pragmática, é decorrente do sentido de um texto para o ouvinte/leitor. Uma simples frase, uma conversa animada, um texto de jornal, uma obra literária, o discurso de um político, um livro, um documento oficial, o relato de um fato, ou seja, qualquer comunicação, independente de sua extensão, precisa ter significado, isto é, precisa ter coerência.

Segue uma breve ilustração das relações de coesão, que se estabelecem no texto através de mecanismos lingüísticos, observados na gramática ou no léxico.²⁰

²⁰ Os exemplos ilustram apenas alguns aspectos da textualidade, considerando-se a ampla possibilidade de acesso a publicações existentes sobre este assunto.

Coesão Gramatical e Lexical

A **coesão gramatical** pode ser definida por meio das concordâncias nominais e verbais, da ordem dos vocábulos, da lógica do sistema verbo-temporal, dos conectores (conjunções), dos pronomes (pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos, relativos), de advérbios (aqui, ali, lá, aí) ou termos similares, de artigos definidos, de expressões de valor temporal. Trata-se de relações de encadeamento intra e interfrasal através de elementos lingüísticos que contribuem para a construção de sentido do texto.

Entre tais mecanismos coesivos, exemplificamos alguns, através do excerto textual:

Gilberto Amado disse uma vez que sem dicionário não podia escrever. A declaração tem tal força, que Aurélio Buarque de Holanda incluiu-a como epígrafe de seu Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Etimologicamente proveniente do latim medieval, a palavra "dicionário", segundo o próprio Aurélio, é o conjunto de vocábulos de uma língua ou de termos próprios de uma ciência ou arte, dispostos alfabeticamente e com o seu respectivo significado [...] O dicionário é assim um guia; ou, mais do que isto, é indispensável companheiro de viagem, para que a gente não se perca nos descaminhos do silêncio e da comunicação. (Otto Lara Resende)

Analisando-se os termos em destaque, no texto, observa-se que os que estão em negrito, os pronomes, constituem elementos de coesão gramatical, retomando palavras anteriormente citadas. Por exemplo: o pronome demonstrativo "isto" (na 6ª. linha) tem como referente a expressão nominal "um guia" (na mesma linha).²¹

Esta relação de coesão constitui a chamada **pronominalização anafórica**, em que a referência é estabelecida com elementos textuais precedentes.²²

Os **conectores**, palavras sublinhadas no texto, que estabelecem relações coesivas entre palavras e orações, são os responsáveis pelas articulações textuais sintático-semânticas, podendo ser representados por conjunções ou por vocábulos/expressões que desempenham esse papel: "tal... que" expressa a idéia de conseqüência; "segundo", a idéia de conformidade, de estar de acordo (no texto,

²¹ Outros elementos coesivos gramaticais destacados no texto: o pronome "a" (linha 2) retoma "declaração" (linha 1); o pronome "seu" (linha 2) refere-se a "Aurélio Buarque de Holanda"; o pronome "seu" (linha 5) retoma "vocábulos..." e "termos próprios" (linhas 4 e 5); e o pronome "se" (linha 7) relaciona-se à expressão "a gente" (linha 7).

²² Ocorrem também as **relações catafóricas**, estabelecidas com termos do texto subsequente, como no exemplo: Esta é a origem etimológica da palavra dicionário: o latim medieval.

com Aurélio); “e” acresce/adiciona algo ao que foi dito; “assim” faz uma articulação de conclusão; “ou” introduz uma alternativa ao que foi mencionado; “mais do que” estabelece uma relação comparativa de superioridade com a expressão nominal; “para que” expressa a idéia de finalidade.

A **coesão lexical**, por outro lado, pode ser observada nos termos em itálico no texto, os quais retomam vocábulos ou expressões que já ocorreram, existindo entre eles traços semânticos semelhantes, ou até mesmo opostos. Neste tipo de coesão, pode-se distinguir a reiteração e a substituição.

A **reiteração** constitui a repetição de expressões lingüísticas; neste caso, existe identidade de traços semânticos como se pode perceber nos quatro empregos da palavra ‘dicionário’, por exemplo. Este recurso é, em geral, bastante usado com o objetivo de enfatizar os termos retomados e de evitar uma possível má interpretação.

A **substituição lexical** consiste em substituir um item nominal, verbal ou frasal por outro, que apresente equivalência semântica. Observa-se, no exemplo, algumas possíveis substituições lexicais para dicionário: “conjunto de vocábulos de uma língua”, em forma de paráfrase, e também, em termos metafóricos, “um guia” e “indispensável companheiro de viagem.”

Observa-se, então, que os elementos lingüísticos coesivos podem contribuir para tornar o texto coerente; no entanto, é perfeitamente possível textos coerentes destituídos de elementos coesivos, assim como é possível haver textos enquadrados nos moldes coesivos que não apresentam coerência.

Exemplo de texto sem coesão, mas com coerência:

Chinelos, vaso, descarga. Pia, sabonete. Água. Escova, creme dental, água, espuma, creme de barbear, pincel, espuma, gilete, água, cortina, sabonete, água fria, água quente, toalha. Creme para cabelo, pente. Cueca, camisa, abotoaduras, calça, meias, sapatos, gravata, paletó. Carteira, níqueis, relógio, maço de cigarros, caixa de fósforos... (Excerto do texto “Circuito Fechado”, de Ricardo Ramos, 2000)

No exemplo, percebe-se claramente a seqüência dos fatos, indicando o cotidiano rotineiro do homem, no ambiente urbano, ao levantar-se de manhã e preparar-se para sair de casa. No entanto, o autor utiliza exclusivamente substantivos, não havendo nenhum elemento coesivo entre as palavras. Estas, apenas justapostas, lado a lado em toda a extensão do texto, contêm em si mesmas

o significado que nos permite associá-las às ações desenvolvidas: levantar da cama, colocar os chinelos, ir ao banheiro, lavar o rosto, escovar os dentes, fazer a barba, tomar banho, pentear-se, vestir-se para sair, pegar a carteira, dinheiro, relógio, cigarros... Ou seja, a coerência é construída no desenvolvimento do texto, através de informações contextuais.

Exemplo de texto com coesão, mas sem coerência:

O homem é um ser criativo. A criatividade é inventividade. Esta, por sua vez, é muito importante para a vida. Também a vida é muito importante, pois os cientistas até hoje estudam sua origem (Parágrafo retirado da redação de um aluno do ensino médio).

Neste excerto textual, ao contrário do anterior, percebemos elementos coesivos: *criativo/criatividade*, palavras que mantêm o mesmo eixo semântico; *esta*, pronome demonstrativo, cujo referente é a palavra 'inventividade'; *também*, que adiciona a idéia de importância às expressões inventividade e vida; *pois*, usado para tentar explicar a razão de a vida ser importante; *até hoje*, que enfatiza a temporalidade em uma escala mais forte; *sua (origem)*, em que o possessivo refere-se à palavra 'vida' (origem da vida). Por outro lado, observa-se que o autor começa falando do homem como ser criativo e acaba com a origem da vida estudada pelos cientistas, ou seja, a continuidade temática e a progressão semântica não são observadas, resultando num texto incoerente, sem sentido.

Considerando-se os dois últimos exemplos, parece válida a posição de Blass (1993) ao enfatizar que nem coesão nem coerência, por si sós, revelam uma abordagem adequada de textualidade, já que é possível vermos textos que, sem nenhum elemento coesivo formal, comunicam de modo satisfatório e coerente a mensagem pretendida, enquanto outros, construídos nos moldes de coesão lexical e gramatical, apresentam-se sem sentido. Além disso, a autora ressalta a existência de textos que, embora exibam tanto coesão como coerência, não se enquadram num ato genuíno de comunicação, fato que ocorre, por exemplo, numa situação comunicativa em que faltam informações contextuais necessárias para a compreensão. Ressalta-se o caso de textos aparentemente incoerentes que se tornam compreensíveis quando inseridos em um contexto particular, como acontece com os textos humorísticos que dependem fortemente de informações contextuais

de natureza sócio-cultural, sem as quais correm o risco de não produzirem no leitor/ouvinte o efeito desejado. Isso pode ser observado no exemplo que segue:

Uma questão de significados...²³

A ONU resolveu fazer uma grande pesquisa mundial. A questão era: “Por favor, diga honestamente qual a sua opinião sobre a escassez de alimentos no resto do mundo”. O resultado foi desastroso, um total fracasso.

Os europeus não entenderam o que é “escassez”.

Os africanos não sabiam o que era “alimentos”.

Os argentinos não sabiam o significado de “por favor”.

Os cubanos estranharam e pediram explicações sobre “opinião”.

Os norte-americanos perguntaram o significado de “resto do mundo”.

E o congresso brasileiro ainda está debatendo o que é “honestamente”.

Neste exemplo, se os receptores não tiverem conhecimento das características, já expressas na pergunta, que se tornam evidenciadas para cada um dos povos com a intencionalidade pretendida pelo autor, certamente o humor do texto, cujas críticas são inferencialmente construídas, não será adequadamente percebido.

De acordo com Blass, portanto, a coesão é apenas parcialmente responsável pela construção do sentido do texto, não sendo, muitas vezes, nem necessária, nem suficiente para que tal construção se efetive. A coerência, por sua vez, pode prescindir da coesão para se estabelecer, pois fatores pragmáticos (dados da situação comunicativa) e cognitivos (estruturas conceituais) desempenham um papel fundamental no estabelecimento das conexões entre os componentes textuais. Fazendo uma crítica ao papel dos mecanismos coesivos na abordagem tradicional de textualidade, a autora, seguindo as idéias de Blakemore (1987), argumenta que tais mecanismos são mais bem analisados não como marcadores de coerência, mas como restrições semânticas sobre Relevância. Essas restrições, enfatiza, facilitam o processamento da informação ao indicar a direção na qual a Relevância deve ser buscada.

Nos modelos tradicionais abordados, tendo-se em vista os fatores pragmáticos responsáveis pela textualidade, não é explicado como as informações relevantes do contexto são selecionadas para a produção/ compreensão do texto, nem de que modo as suposições ou hipóteses interpretativas são construídas para

²³ Texto veiculado na Internet, sem autoria.

chegar à intenção pretendida pelo autor. Em geral, os estudos que ressaltam os fatores pragmáticos e cognitivos relativos à noção de contexto na caracterização da textualidade ou da coerência acabam privilegiando o encadeamento lógico-semântico dos enunciados e a participação do contexto é tratada através de um complexo de regras pragmáticas.

Isso leva-nos a concluir que em nenhuma das abordagens apresentadas encontra-se o equilíbrio adequado entre descrição e explicação, num nível psicologicamente plausível, de modo a permitir compreender como o conteúdo implícito é resgatado ou construído dentre um conjunto de alternativas interpretativas possíveis.

Passemos, então, à relação entre textualidade e Relevância, ressaltando os pressupostos teóricos de Sperber e Wilson que servem de base para o posicionamento de Blass (1990).

2 Textualidade e Relevância: processos inferenciais de base cognitiva

Apoiada em estudos recentes da psicologia, a TR tem como um de seus fundamentos o próprio conceito de Relevância, de base cognitiva, numa perspectiva graduada e comparativa, que consiste em uma relação de equilíbrio entre o custo mental despendido e os efeitos cognitivo-contextuais alcançados ao ser processada uma informação. Esse conceito parte de uma propriedade básica da cognição humana: a de que normalmente prestamos atenção apenas aos fenômenos-estímulos que nos parecem relevantes, buscando alcançar a Relevância máxima de uma informação, isto é, os maiores benefícios cognitivos com o menor custo justificável.

Tal propriedade de maximização da Relevância, inerente à compreensão verbal (e não-verbal), é chamada por Sperber e Wilson de **princípio cognitivo**, ao qual se integra o **princípio comunicativo da Relevância**: “Todo ato de comunicação ostensiva carrega consigo a presunção de sua Relevância ótima” (1995, p. 158).²⁴ Assim, numa visão de comunicação deliberada e intencional, o estímulo ostensivo deve ser relevante o suficiente para atrair a atenção do

²⁴ Embora os autores explicitem a formulação dos dois princípios da Relevância, um cognitivo e outro comunicativo, no Posfácio da obra editada em 1995, em geral referem-se a ele como o Princípio da Relevância, englobando as duas propriedades, o que também será feito aqui.

ouvinte/leitor, focalizá-la na intenção do comunicador e revelar essa intenção, desencadeando um processo inferencial no destinatário. A garantia de que o estímulo ostensivo, ao requerer a atenção do destinatário, é válido de ser processado, de modo econômico e eficiente, constitui a presunção de Relevância ótima e permite que falante/autor e receptor participem de um modo dinâmico no ato comunicativo, alterando, em algum grau, suas crenças e suposições factuais.

Sperber e Wilson (1991, p. 544) enfatizam que:

o Princípio da Relevância difere de qualquer outro princípio, máxima, convenção ou presunção propostos na pragmática moderna, no sentido de que ele não é algo que as pessoas devem conhecer, muito menos aprender, a fim de se comunicarem efetivamente; não é algo que elas desobedeçam ou possam desobedecer; é uma generalização excepcional sobre o comportamento comunicativo humano. O que as pessoas têm que saber, e sempre sabem quando reconhecem um enunciado como dirigido a elas, é que o falante pretende que aquele enunciado particular seja visto como relevante o suficiente para merecer a sua atenção.

Nessa perspectiva teórica, a construção de possíveis hipóteses interpretativas de um conjunto de suposições é efetivada através do Princípio de Relevância, que garante a seleção da primeira interpretação acessível ao destinatário, consistente com tal Princípio.²⁵ Esse critério pragmático de consistência é formulado como segue: “um enunciado, numa dada interpretação, é consistente com o Princípio de Relevância se e somente se o falante poderia racionalmente ter esperado ser otimamente relevante ao ouvinte sobre aquela interpretação” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 169) De todas as hipóteses acessíveis sobre a intenção informativa do comunicador, o ouvinte aceitará a primeira testada e julgada consistente com o Princípio, reconhecendo a intenção informativa como mutuamente manifesta e, portanto, comunicativa.

O Princípio de Relevância tem potencial para explicar de que forma, entre tantas interpretações pragmáticas compatíveis com a decodificação lingüística de um enunciado, uma é selecionada no processo da compreensão. Inato à cognição humana, ele parece ser determinante na explicação da universalidade dos processos inferenciais, pois governa o comportamento ostensivo e intencional do comunicador, possibilitando, ao operar na seleção das suposições e do contexto

²⁵ Sperber e Wilson enfatizam que, para ser consistente com o Princípio de Relevância, uma interpretação não tem que ser otimamente relevante para o destinatário; ela simplesmente precisa ter parecido assim ao comunicador (Ex. quando comunico a alguém algo que a pessoa já sabia).

para a interpretação, que o destinatário chegue à informação pretendida com o mínimo custo possível. Esse Princípio tem, assim, o propósito de explicar a comunicação inferencial como um todo, explícito e implícito. É aplicado sem exceção, em todo ato de comunicação ostensiva.

Tal posicionamento resulta do argumento de que o modo pelo qual a linguagem é interpretada é amplamente universal, pois segue a mesma lógica. Embora suposições de background possam variar, já que o conhecimento de mundo difere entre os indivíduos, as estratégias inferenciais permanecem as mesmas. Ou seja, os mecanismos de natureza dedutiva possibilitam a leitores/ouvintes distintos construir premissas determinadas pela relação entre código lingüístico, informações contextuais e habilidades cognitivas, que levam a conclusões ou hipóteses interpretativas no processo de compreensão.

Os autores, indo além dos modelos fundamentados no código e dos modelos inferenciais que seguem, em maior ou menor grau, a Teoria das Implicaturas de Grice (1975), enfatizam que os *inputs* codificados lingüisticamente servem de base para raciocínios inferenciais mais complexos. Nessa visão complementar de código mais inferência, Sperber e Wilson definem o **contexto** como um construto psicológico, num nível de representações mentais que se tornam disponíveis durante o processo interpretativo, para mostrar de que modo se realiza o processamento da informação na compreensão verbal. Processos gramaticais e pragmáticos permitem que o ouvinte/leitor, guiado pela busca da Relevância, chegue àquilo que o falante pretendeu comunicar.

A noção cognitiva de contexto, portanto, propõe-se a explicar como ele é construído e como as suposições das quais derivará a interpretação são escolhidas dentre um conjunto, por hipótese infinito, de suposições possíveis, através do critério de consistência com o Princípio de Relevância, dada a sua característica de selecionar e restringir informações a serem utilizadas para a compreensão. Sperber e Wilson ressaltam, ainda, que o contexto, acessado no nível das representações mentais, “na maioria dos casos de implicatura, [...] faz muito mais do que filtrar as interpretações inapropriadas: fornece as premissas sem as quais a implicatura não poderia ser inferida” (1995, p. 37).

Neste modelo teórico, a decodificação lingüística, a percepção, as informações armazenadas na memória e a dedução constituem as fontes de

informação, responsáveis pela força das suposições que são construídas no decorrer do processo comunicativo. Para os autores, nas inferências espontâneas realizadas na comunicação, a dedução é um processo fundamental, constituído por regras lógicas na formação de hipóteses interpretativas, as quais são confirmadas por operações não-lógicas, com livre acesso à informação conceitualmente representada na memória, através de evidências que se tornam disponíveis ao indivíduo. Sperber e Wilson caracterizam essas inferências como não-demonstrativas, já que não podem ser logicamente provadas, e não-triviais, por não haver premissas pré-fixadas na derivação de conclusões válidas.

Apesar das limitações decorrentes da lógica padrão para o tratamento de fenômenos em linguagem natural, sobretudo pelo rigor e precisão formal dos cálculos dedutivos, que abstraem contexto e conteúdo das premissas nas suas operações triviais, os autores destacam vantagens no emprego das regras dedutivas que equipam a mente humana: economia no armazenamento de suposições, que podem ser multiplicadas quando processadas, bem como explicitude e validade das conclusões pela possibilidade de julgar a inconsistência de suposições contraditórias e de monitorar redundâncias.

Trata-se de um mecanismo computacional cujas regras (essencialmente de eliminação e, portanto, interpretativas), ligadas a conceitos, restringem severamente as operações lógicas e evitam as reaplicações triviais, quando aplicadas a suposições e a crenças do indivíduo, porque interpretam e analisam o conteúdo das premissas no contexto específico em que se inscrevem. Desse processo inferencial, decorrem conclusões válidas através de julgamentos intuitivos, qualitativos e comparativos.

As implicações não-triviais derivadas do mecanismo dedutivo, nessa abordagem computacional da comunicação, são chamadas de efeitos contextuais, alcançados quando uma informação nova (advinda de sistemas de *input* – estímulos lingüísticos e/ou sensório-peceptuais) é processada no contexto das informações velhas, armazenadas na memória enciclopédica do receptor, resultando numa suposição relevante se modificar as suas crenças anteriores. Há três tipos de **efeitos contextuais** que alteram o conhecimento de mundo dos indivíduos: implicação contextual, que deriva uma nova suposição; fortalecimento, que amplia

ou fortalece uma suposição factual existente; e contradição, que elimina a mais fraca (por haver menos evidências) de duas suposições contraditórias.

De acordo com Silveira (2002), os autores de Relevância, ao distinguirem o mecanismo dedutivo humano do mecanismo dedutivo formal, modelam a forma matemática da lógica através de uma variação da forma cognitiva nas inferências práticas. Integrando os sistemas **formais** da lógica – precisos e explícitos – com os sistemas **cognitivos** da psicologia humana para tratar de raciocínios espontâneos (muitas vezes automáticos e inconscientes), Sperber e Wilson evitam uma posição reducionista, do mesmo modo que o fazem ao desenvolverem uma visão complementar de **código e inferência**, focalizando o primeiro como um *input* para desencadear os processos inferenciais.

Nesse sentido, assim como a interpretação pragmática na conversação não pode ser realizada puramente em termos de código, a textualidade, por possuir propriedades gerais da comunicação verbal, também não pode ter uma base sólida em um modelo por decodificação. Conseqüentemente, se as noções clássicas de coesão e coerência estão construídas, num nível mais fundamental, nessa abordagem de código, são igualmente inadequadas e não têm força descritivo-explanatória para o tratamento da textualidade.

Um texto verbal, como ressalta Silveira (2005), não contém, via de regra, todas as informações para a sua compreensão. No processo interpretativo, o ouvinte/leitor precisa recuperar elementos implícitos, construindo inferências ao estabelecer, através de habilidades cognitivas e perceptuais, relações entre o texto e o seu conhecimento de mundo, a fim de preencher lacunas não explicitadas, numa atividade exploratória textual que pode efetivamente levar a compreender aquilo que se ouve ou lê. Isso ocorre porque os seres humanos automaticamente visam, de forma consciente ou não, ao processamento de informação mais eficiente possível para a interação humana. Essa característica cognitiva também se estende ao comunicador, quando produz seu texto de forma ostensiva e intencional, pois, segundo os autores de Relevância,

a tendência cognitiva universal para maximizar a relevância torna possível (em alguma medida) prever e manipular estados mentais dos outros. Conhecendo sua tendência em escolher os *inputs* mais relevantes e processá-los de modo a maximizar a relevância, é possível produzir um estímulo que provavelmente atraia sua atenção, ative um apropriado conjunto

de suposições contextuais e aponte na direção de uma conclusão pretendida (WILSON; SPERBER, 2004, p. 671).

Apresentados alguns dos pressupostos básicos da TR, pertinentes a este estudo, na próxima seção serão analisados alguns exemplos textuais, com ênfase na abordagem cognitivista de textualidade.

3 Análise textual: contrapondo tradição lingüística e relações de Relevância

Conforme já enfatizado, a compreensão, no processo comunicativo, ao combinar propriedades semânticas (através de *inputs* lingüísticos) e/ou sensório-perceptuais (através dos sentidos) com propriedades do contexto, implica um raciocínio lógico para derivar conclusões. É nesta direção teórica que serão analisados os exemplos apresentados nesta seção, de modo a ilustrar como a produção e a compreensão textual são construídas por relações de Relevância em contraponto às relações de coesão e coerência dos modelos tradicionais de textualidade.

Texto 1 – Escrever é a arte de cortar palavras

01 De que mestre das letras teria partido essa preciosa lição?
02 Escrever é cortar palavras. Passei alguns anos certo de que o autor dessa preciosa
03 máxima era Carlos Drummond de Andrade. Até que um dia perguntei ao poeta.
04 Confesso que fiquei desapontado. A sentença tinha a cara do mestre Drummond, cuja
05 prosa é um exemplo de concisão. [...] É o caso de um feirante de peixe num porto
06 britânico.
07 O homem chega à feira e lá encontra o seu compadre, arrumando os peixes num
08 imenso tabuleiro de madeira. O feirante está contente com o sucesso do seu modesto
09 comércio. Entrou no negócio há poucos meses e já pôde até comprar um quadro-negro
10 para badalar seu produto.
11 Atrás do balcão, no quadro-negro, está a mensagem escrita a giz, em caprichadas
12 letras: HOJE VENDO PEIXE FRESCO. Pergunta, então, ao amigo e compadre:
13 – Você acrescentaria mais alguma coisa?
14 O compadre releu o anúncio. Discreto, elogiou a caligrafia. Como o outro insistisse,
15 resolveu questionar. Perguntou ao feirante:
16 – Você já notou que todo o dia é sempre hoje?- E acrescentou: - Acho dispensável.
17 Esta palavra está sobrando...
18 O feirante aceitou a ponderação: apagou o advérbio. O anúncio ficou mais enxuto:
19 VENDO PEIXE FRESCO.
20 – Se o amigo me permite – tornou o visitante -, gostaria de saber se aqui nessa feira
21 existe alguém dando peixe de graça. Que eu saiba, estamos numa feira. E feira é
22 sinônimo de venda. Acho desnecessário o verbo. Se a banca fosse minha, eu apagaria
23 o verbo. O anúncio encurtou mais ainda: PEIXE FRESCO.

24 – Me diga uma coisa: por que apregoar que o peixe é fresco? O que traz o freguês a
25 uma feira, no cais do porto, é a certeza de que todo peixe, aqui, é fresco. Não há no
26 mundo uma feira livre que venda peixe congelado...
27 E lá se foi também o adjetivo. Ficou o anúncio, reduzido a uma singela palavra:
28 PEIXE. Mas por pouco tempo. O compadre pondera que não deixa de ser menosprezo
29 à inteligência da clientela anunciar, em letras garrafais, que o produto aí exposto é
30 peixe. Afinal, está na cara. Até mesmo um cego percebe, pelo cheiro, que o assunto,
31 aqui, é pescado...
32 O substantivo foi apagado. O anúncio sumiu. O quadro-negro também. O feirante
33 vendeu tudo. Não sobrou nem a sardinha do gato. E ainda aprendeu uma preciosa
34 lição: escrever é cortar palavras. (*Armando Nogueira*)

Ao se analisar interpretativamente o título, deparamo-nos com a contradição de uma suposta definição da palavra escrever: cortar palavras. No entanto, o desenvolvimento do texto desfaz a aparente suposição contraditória inicial, pois se percebe que o autor usa uma linguagem figurada (não literal), com o objetivo de chamar a atenção para o fato de que o contexto, em determinadas situações, dispensa o uso de palavras; ou seja, o texto indica que, na comunicação humana, além do código lingüístico (as palavras usadas no texto), há outras fontes de informação que, bem utilizadas, geram uma comunicação bem-sucedida (o vocábulo “arte” contribui semanticamente para tal interpretação). Assim, o título “Escrever é a arte de cortar palavras” significa, metaforicamente, ser possível uma comunicação humana (quem escreve comunica algo) sem palavras, o que é uma arte.

Na linha 14, a frase “Discreto, elogiou a caligrafia” como resposta à pergunta da linha anterior pode levar às inferências a seguir, a fim de ser compreendida:

S1 – Se, diante da pergunta do feirante sobre acrescentar mais alguma coisa ao que estava escrito no quadro-negro, o compadre elogiou a caligrafia, então, por algum motivo, ele não quis ou não pode responder.

S2 – Se o compadre deixou de responder à pergunta do feirante, provavelmente foi por não querer ser indelicado com o amigo dizendo-lhe que, em vez de acrescentar algo à frase, apagaria todas as palavras.

C – Se alguém responde a uma pergunta fugindo do assunto, provavelmente evidencia que a sua resposta iria contra a expectativa do interlocutor.

Verifica-se que a construção de tais suposições segue um cálculo não-demonstrativo e não-trivial, nos termos de Sperber e Wilson, partindo da informação nova (o enunciado de elogio à caligrafia) que, ao ser processada no contexto de informações existentes na memória enciclopédica do leitor (suposições S1 e S2), leva à conclusão (C), que constitui uma implicação contextual. Além disso, percebe-

se que não há elementos coesivos nem coerentes nesta parte do diálogo, pois, em vez de responder à pergunta feita e, portanto, dar continuidade ao discurso, o compadre desvia do assunto, interrompendo a seqüência natural do diálogo para não ser indelicado com o amigo feirante. Assim, se o enunciado “Discreto, elogiou a caligrafia.” fosse interpretado em termos puramente lingüísticos, o leitor não chegaria à interpretação pretendida pelo autor do texto.

A suposição (C) de que a resposta do compadre seria contrária à expectativa do seu interlocutor é fortalecida ao ser confirmado, no desenrolar do texto, que ele não está de acordo com a frase no quadro-negro. Trata-se, portanto, de uma interpretação plausível, construída de acordo com informações armazenadas na memória, pois, de um modo geral, quando alguém responde a uma pergunta com outro assunto, não pertinente, é porque está evitando intencionalmente dar a resposta solicitada.

Observa-se, então, na linha 16, o questionamento do compadre sobre a presença do advérbio ‘hoje’, já que “todo o dia é sempre hoje”, tornando a palavra dispensável na mensagem. Se ela permanecesse, também seria possível alguém inferir que ontem o peixe vendido não era fresco ou que não o será amanhã. A retirada da expressão verbal ‘vendo’, por sua vez, é justificada (linhas 20 a 23) por ser de conhecimento comum (armazenado na memória enciclopédica) que feira é sinônimo de venda e, como tal, a palavra torna-se desnecessária.

Na seqüência, ao sugerir tirar do quadro-negro o adjetivo “fresco’, adjunto adnominal de “peixe” (linhas 24 a 26), o compadre do feirante também se fundamenta no conhecimento de mundo dos indivíduos, neste caso sobre feira de peixes, pois sabemos que, em uma feira no porto, os peixes geralmente são frescos.

Já quando ele sugere apagar o substantivo ‘peixe’ do quadro-negro (linhas 28-31), argumenta tratar-se de uma informação que vem do olfato (estímulo sensorio-perceptual) e não da palavra (estímulo lingüístico), o que é fortalecido pela afirmação “Até mesmo um cego percebe...”. Este enunciado pressupõe o seguinte raciocínio:

S1 – Se um cego, mesmo sem ler o anúncio, saberia que ali se vendia peixe, esta informação não viria das palavras,

S2 – Se o cheiro característico do peixe, fortemente percebido, é suficiente para anunciar a sua presença,

C – Então a informação vem do olfato e não requer o uso de palavras para ser comunicada.

O compadre convenceu o feirante a apagar do quadro o advérbio (hoje), o verbo (vendo), o adjetivo (fresco) e o substantivo (peixe), usando informações resgatadas da memória enciclopédica acessíveis a ambos e acionadas pelos estímulos perceptuais advindos do ambiente físico. O resultado desse processo inferencial revela o êxito da comunicação pretendida, uma vez que o feirante vendeu todo o peixe, mesmo sem utilizar a mensagem do quadro.

Através da análise do texto, é possível constatar que no processo comunicativo diário, intencional e ostensivo, a formação e a extensão do contexto (construído mentalmente através de representações conceituais) permitem uma maior exploração interpretativa e podem incluir informações através do ambiente físico, dos estímulos sensório-perceptuais, das suposições armazenadas na memória de curto prazo do ouvinte e das suposições armazenadas na enciclopédia mental.

Evidencia-se, desse modo, o fato de que os indivíduos, de acordo com características da cognição humana, valem-se da eficiência cognitiva para a interpretação de textos ou fatos, mais do que da presença de elementos de coesão e coerência lingüística para a adequada compreensão. Nessa análise, percebe-se que a maneira de compreender e interpretar fenômenos de qualquer natureza é fortemente determinada por aquilo que o indivíduo já conhece e acredita, ou seja, pelo seu conhecimento enciclopédico e pelas suas crenças ou experiências.

Disso decorre que a textualidade, como julgamento de boa formação textual e também como condição para a interpretação, é construída no curso do processamento verbal, contando com informação contextual antes que com conectividade formal ou semântica das estruturas lingüístico-textuais. Estas são apenas uma peça constitutiva do *input* do processo, fornecendo parte dos dados de natureza lógico-conceitual para a fase inferencial da compreensão de fenômenos comunicacionais que vão além da codificação e decodificação de mensagens. Sendo assim, situações comunicativas em que a informação relevante é transmitida não lingüisticamente (imagens, gestos, silêncio) são problemáticas em abordagens de análise do discurso baseadas em coesão e coerência, já que estas são geralmente consideradas propriedades de enunciados ou textos verbais.

Na passagem textual que segue, o autor, Hélio Schwartzman, defende a existência de uma gramática do humor:²⁶

Texto 2 – Humor

O escritor Arthur Koestler, que escreve o verbete “humor” da “Encyclopaedia Britannica”, ao abordar a discussão sobre a “gramática” do humor, afirma que rimos quando percebemos um choque entre dois códigos de regras ou de contextos, todos consistentes, mas excludentes entre si.

Um exemplo: “O masoquista é a pessoa que gosta de um banho frio pelas manhãs e, por isso, toma uma ducha quente”. [...] Aqui o fato de o sujeito da anedota ser masoquista subverte a lógica normal, invertendo-a. Obviamente a lógica normal não coexiste com seu reverso. Daí a graça da piilhéria. Uma variante no mesmo padrão, mas com dupla inversão é: “O sádico é a pessoa que é gentil com o masoquista”. Essa estrutura está presente em todas as piadas. [...]

Observando-se a primeira frase sublinhada, se a sua compreensão estivesse essencialmente na dependência do código lingüístico, teríamos uma contradição determinada, particularmente, pela expressão “por isso”, que, embora pareça introduzir uma explicação ao que foi dito, afirma exatamente o contrário, ou seja: o masoquista gosta de banho frio e, por causa disso, toma uma ducha quente.

No entanto, se a informação contextual “masoquista gosta de sofrer” estiver disponível em nossa mente, o sentido da frase se esclarece, eliminando a idéia contraditória. O enunciado torna-se compreensível, de modo psicologicamente plausível. Assim, o efeito contextual obtido passa a ser uma definição inteligente do que significa a palavra masoquista, gerando o humor pretendido. Trata-se, nos termos de Sperber e Wilson, de uma implicação contextual, que pode ser explicitada da seguinte forma:

Se o masoquista é uma pessoa que gosta de sofrer,
Se o masoquista gosta de banho frio,
Então, o masoquista tomará um banho quente.

Na segunda frase sublinhada, com dupla inversão lógica, como afirma o autor, tem-se uma definição também inteligente, além de ser marcada pelo humor, da palavra sádico, cujo significado é “pessoa que tem prazer em fazer o outro sofrer”. Neste exemplo, novamente constata-se uma aparente contradição, em

²⁶ O autor é bacharel em filosofia e editorialista da Folha de São Paulo. A passagem textual é um excerto de artigo publicado na Folha Online, em 18/11/2004.

termos lingüísticos, pois não se espera que um sádico seja gentil com alguém. Entretanto, se o significado das duas palavras – masoquista e sádico – forem contextualmente acessíveis ao leitor, a frase torna-se totalmente lógica, através do raciocínio:

Se o sádico gosta de fazer uma pessoa sofrer,
Se o masoquista gosta de sofrer,
Então, ao ser gentil com o masoquista, o sádico o estará fazendo sofrer.

A análise mostra, de acordo com os pressupostos da TR, que as contribuições pessoais ao significado devem ser fortemente consideradas na interpretação de enunciados; indo além do código, a compreensão dá-se através de processos inferenciais, de natureza dedutiva não-demonstrativa e não-trivial, os quais supõem informação que se torna disponível no contexto mental. Isso significa, portanto, que a textualidade não é um fenômeno necessária e suficientemente explicável no nível da articulação entre estruturas lingüístico-textuais, mas um fenômeno de processamento operado na mente.

Em outras palavras, retomando Blass na perspectiva teórica de Sperber e Wilson, a representação semântica de uma sentença é recuperada por um processo de decodificação lingüística, via de regra automático e inconsciente, que é enriquecido, pelo critério de consistência com o Princípio de Relevância, através de informação contextualmente acessível. A natureza dessa operação explica, por exemplo, por que se procura construir a coerência de um texto antes de julgá-lo, de imediato, incoerente.

O terceiro exemplo a ser analisado é uma crônica cuja autoria foi atribuída a Luis Fernando Veríssimo: ²⁷

Texto 3- Aprenda a chamar a polícia

01 Eu tenho o sono muito leve, e numa noite dessas notei que havia alguém andando
02 sorrateiramente no quintal de casa. Levantei em silêncio e fiquei acompanhando os
03 leves ruídos que vinham lá de fora, até ver uma silhueta passando pela janela do
04 banheiro. Como minha casa era muito segura, com grades nas janelas e trancas
05 internas nas portas, não fiquei muito preocupado, mas era claro que eu não ia deixar
06 um ladrão ali, espiando tranqüilamente.

²⁷ Este texto circulou na Internet em 2007, e há controvérsias sobre a sua autoria. Embora grande parte das informações se refira a Veríssimo como o seu autor, outras fontes negam ter sido ele quem a escreveu.

07 Liguei baixinho para a polícia. Informei a situação e o meu endereço. Perguntaram-
08 me se o ladrão estava armado ou se já estava no interior da casa. Esclareci que não e
09 disseram-me que não havia nenhuma viatura por perto para ajudar, mas que iriam
10 mandar alguém assim que fosse possível.
11 Um minuto depois liguei de novo e disse com a voz calma:
12 - Oi, eu liguei há pouco porque tinha alguém no meu quintal. Não precisa mais ter
13 pressa. Eu já matei o ladrão com um tiro da escopeta calibre 12, que tenho guardada
14 em casa para estas situações. O tiro fez um estrago danado no cara!
15 Passados menos de três minutos, estavam na minha rua cinco carros da polícia, um
16 helicóptero, uma unidade do resgate, uma equipe de TV e a turma dos direitos
17 humanos, que não perderiam isso por nada neste mundo.
18 Eles prenderam o ladrão em flagrante, que ficava olhando tudo com cara de
19 assombrado. Talvez ele estivesse pensando que aquela era a casa do Comandante da
20 Polícia. No meio do tumulto, um tenente se aproximou de mim e disse:
21 - Pensei que tivesse dito que tinha matado o ladrão.
22 Eu respondi:
23 - Pensei que tivesse dito que não havia ninguém disponível.

Nesta crônica, que apresenta como tema principal uma crítica implícita à atuação da polícia, estendida à mídia televisiva e aos representantes dos direitos humanos (linhas 15 a 17), várias inferências podem ser construídas para a adequada compreensão do humor nela presente, a partir da ostensão dos enunciados codificados lingüisticamente e do contexto de representações mentais.

A atitude do autor (linhas 12-14), expressando em voz calma que a polícia não precisaria mais se apressar, pois ele já tinha matado o ladrão, constitui um estímulo altamente ostensivo levando a uma reação imediata, conforme se constata em: “Passados menos de três minutos, estavam na minha rua cinco carros da polícia...” (linha 15).

Este fato provavelmente vai desencadear um processo inferencial na mente do leitor, levando-o a fazer uma associação com o título do texto e a concluir que o potencial perigo ao qual o suposto cidadão comum estava exposto não foi suficiente para mobilizar a polícia, mas que o fato de ele ter informado que matara o ladrão foi altamente ostensivo, dada a chegada quase que imediata de “cinco carros da polícia, um helicóptero, uma unidade do resgate...”. Ou seja, o conteúdo da segunda chamada telefônica (linhas 12 a 14) significa o aprendizado, em termos intencionalmente humorísticos, de como chamar a polícia.

Além disso, há outras implicações inferíveis, na seqüência do mesmo parágrafo: uma relacionada à equipe de TV – a mídia de caráter sensacionalista sempre está presente nestas horas –, e a outra dirigida à turma dos direitos

humanos – os representantes dos direitos humanos têm uma preocupação excessiva com os criminosos em geral – ambas obtidas através de informações contextuais, com base no conhecimento de mundo, que são acionadas para levar à conclusão pretendida pelo autor, cuja compreensão não ocorreria apenas por meio do código lingüístico.

Nas linhas 18 e 19, ao ser mencionada a prisão do ladrão, o pensamento a ele atribuído também se constitui num fato contextualmente acessível na realidade brasileira, pois é comum observarmos uma grande movimentação da polícia quando se trata de um crime que envolve, direta ou indiretamente, alguém de seu meio profissional.

Já a frase final “Pensei que tivesse dito que não havia ninguém disponível” (linha 23) em resposta a “Pensei que tivesse dito que tinha matado o ladrão” (linha 21) possibilita inferir que o autor utiliza, ironicamente, a mesma estrutura frasal para mostrar a sua irreverência e a descrença nas palavras do policial, o qual afirmara, em momento anterior, que não havia nenhuma viatura por perto para ajudar. O raciocínio inferencial pode ser assim demonstrado:

Se foi uma inverdade a afirmação de que não havia ninguém disponível na polícia para atender ao chamado de um cidadão alertando para a presença de um ladrão em sua casa,

Então o cidadão também se valeu de uma inverdade – ter dito que havia matado o ladrão –, a fim de que a polícia atendesse rapidamente ao seu chamado.

A análise demonstra que o significado de um enunciado é amplamente dependente do contexto em que está inserido, no sentido de que este intervém para recuperar adequadamente, através de processos inferenciais, a intenção pretendida pelo autor, e novamente traz à tona as limitações das noções lingüísticas de coesão e coerência como fatores de produção e compreensão textual. De acordo com a TR, os processos cognitivos centrais integram informação advinda dos sistemas de *input* (visual, auditivo, lingüístico, etc.) com a informação armazenada na memória enciclopédica para derivar conclusões, através da formação e confirmação de hipóteses.

Nessa abordagem de comunicação pela Relevância, a noção de intencionalidade concebida por Sperber e Wilson passa a ser um auxílio direto do

comunicador, através do estímulo ostensivo, para que o ouvinte/leitor chegue à interpretação que ele pretendeu. Se, conforme os autores, o papel do ouvinte/leitor é tão importante nesse processo, e se o comportamento verbal do falante/autor é restringido pela expectativa de Relevância daquele, então, no texto escrito, em termos de autor e leitor, tal expectativa deve ser considerada a base para a análise textual, tendo em vista que a comunicação ocorre num contexto social e cultural com fortes influências das suposições das pessoas sobre o mundo.

O quarto exemplo aqui apresentado foi retirado de um programa de televisão sobre atividades profissionais, no qual uma repórter (A) entrevista uma jovem (B):

Texto 4 – Excerto de entrevista

| |
|---|
| A: Você é loira, alta, elegante e muito bonita. Nunca pensou em ser modelo? B: Adoro comida, amo chocolate e detesto salada. |
|---|

Nele, mais uma vez, relações de coesão e coerência, em sentido estrito, entre os enunciados do diálogo são difíceis de serem estabelecidas. Tais relações ocorrem não no nível lingüístico-estrutural e lógico-semântico, mas no nível pragmático-cognitivo de natureza contextual e inferencial. Ou seja: da resposta de B processada num contexto de suposições contextuais disponíveis, com ampla acessibilidade, resgatam-se, a partir dos estímulos lingüísticos e visuais, as informações:

- a. Modelos costumam ser muito magras no cenário atual de moda.
- b. Para se manterem magras, muitas delas se alimentam pouco e mal.
- c. Para não engordar, as modelos evitam alimentos calóricos.
- d. Chocolate engorda e não é indicado para dietas de emagrecimento.
- e. Salada é indicada para dietas, devido às poucas calorias que alimentos desta natureza contêm.

Com base nestas informações, é possível construir o seguinte cálculo inferencial:

- S1 Se a magreza é um requisito para as modelos atuais,
S2 Se B gosta de comer e ingere alimentos calóricos, que engordam,
S3 Se B não gosta de saladas, que contribuem para manter o peso baixo,
C Então B não poderia ser modelo.

Nesse exemplo, a resposta de B, não explicitada linguisticamente, ao ser compreendida, evidencia que nas inferências espontâneas há livre acesso a informações representadas conceitualmente na memória, as quais não constituem premissas locais, pré-fixadas, mas são construídas durante o processo interpretativo para não se perder a Relevância da informação.

Assim sendo, e ressaltando-se o papel do contexto como um fato objetivo no enriquecimento inferencial do enunciado, as informações acionadas na memória enciclopédica, a partir da resposta de B, transformaram-se em premissas (suposições contextuais S1-S3) que derivaram a conclusão (C) por meio de um cálculo não-trivial, através do critério de consistência com o PR.

A afirmação central da Teoria da Relevância é a de que expectativas de relevância geradas por um enunciado são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado do falante. O objetivo é explicar em termos cognitivamente realísticos a que essas expectativas equivalem e como elas podem contribuir para uma abordagem empiricamente plausível de comunicação bem sucedida.

Uma teoria pragmática da textualidade deve dar conta, portanto, do modo como as representações semânticas são recuperadas, explicando também as desambiguações, atribuições de referência, resoluções de indeterminâncias semânticas, recuperações de conteúdos implícitos, bem como as interpretações figurativas, os efeitos estilísticos e a força ilocucionária. Em outras palavras, deve explicar as suposições interpretativas construídas através de conhecimentos enciclopédicos e episódicos, habilidades cognitivas, estímulos sensório-perceptuais advindos do ambiente físico etc.

Para finalizar esta análise ilustrativa, o texto que segue é uma piada construída no contexto de problemas de comunicação entre casais, cujo pano de fundo é o fato de as mulheres nunca dizerem claramente o que querem e de os homens não se esforçarem para entendê-las:

Texto 5 – Piada

| |
|---|
| <p>A mulher, querendo um carro esporte novo, virou-se para o marido e disse: - Meu amor, meu aniversário está chegando... Quero um presente-surpresa. Para te ajudar, vou dar uma dica: quero algo que vá de zero a cem em menos de cinco segundos. Pode ser de qualquer cor.</p> |
|---|

No dia do aniversário, ela ganhou uma balança de banheiro novinha, cor-de-rosa!!!
O marido ainda está desaparecido.

A graça da piada encontra-se justamente no mal-entendido gerado pela interpretação inadequada que o marido faz em relação ao pedido da esposa, mesmo tendo sido expresso de forma linguisticamente coesa e coerente. O autor do texto, aproveitando-se da possibilidade de compreensão diferente do mesmo enunciado... quero algo que vá de zero a cem em menos de 5 segundos., conforme enfatizado por Sperber e Wilson, intencionalmente foge da pista que a esposa pretendeu dar ao marido.

Assim, em vez de este entender que o pedido se refere a um carro, o que poderia ser explicado pelo pressuposto teórico de que o indivíduo presta atenção àquilo que, dependendo das circunstâncias, lhe parece mais relevante no momento, o marido dá de presente a ela uma balança de banheiro cor-de-rosa. Observa-se que tal interpretação, embora inadequada em termos de mensagem pretendida pelo comunicador, é psicologicamente plausível, já que uma balança também pode ir de zero a cem em poucos segundos, se o peso for este.

Como consequência do mal-entendido deliberado (por se tratar de uma piada), fica implícito que a esposa é uma pessoa excessivamente gorda. Acionando a informação enciclopédica de que geralmente as mulheres ficam brabas quando alguém, de forma direta ou indireta, sugere que estão gordas, e somando esse fato à decepção causada por não ganhar o carro, é possível entender a última frase de humor, aparentemente desconectada do texto: O marido ainda está desaparecido. Ou seja: a reação da esposa deve ter sido tão ruim, que o marido precisou fugir para não sofrer as consequências do presente desastroso.

Ressalta-se que, sem os apelos das imagens representadas mentalmente (uma mulher gorda, com 100 quilos) e os *inputs* lingüísticos processados no contexto cognitivo das informações armazenadas na memória, os quais levam à construção de conclusões implicadas, seria difícil estabelecer a coerência do texto.

Desse modo, a piada, além de ilustrar pressupostos básicos da TR – (a) um mesmo enunciado decodificado lingüisticamente pode ter diferentes interpretações em diferentes contextos, e (b) é uma característica da cognição humana construir determinadas suposições ao prestarmos atenção àquilo que de um modo ou de

outro venha ao encontro de nossos interesses (no caso, a provável preocupação do marido com o peso excessivo da mulher), serve também para ilustrar o fato comum de que as pessoas, ouvindo o mesmo enunciado, lendo o mesmo texto, ou então vendo o mesmo filme, a mesma foto, a mesma paisagem, podem apresentar variações no que se refere à compreensão dos mesmos.

Uma análise pragmática deste tipo torna acessível, então, o tratamento de qualquer tipo de texto, seja ele verbal ou não-verbal, ao considerar os dados contextuais, extralingüísticos, pois um texto, embora seja o ponto de partida, não contém, necessariamente, todas as informações para sua compreensão. O ouvinte/leitor precisa recuperar elementos implícitos, produzindo inferências, através de relações entre o texto e o seu conhecimento de mundo, a fim de preencher lacunas não explicitadas.

4 Considerações finais

A breve aplicação da TR aos exemplos apresentados, com ênfase nas inferências possíveis de serem construídas no processo interpretativo, a partir de estímulos ostensivos, parece evidenciar que, se a textualidade é o que faz de um texto um texto, e se texto é uma unidade comunicativa, então as relações de relevância, mais do que as noções de coesão e coerência, são explanatoriamente operacionais no processo de compreensão e produção textual.

Conforme ressaltado na seção 2, enquanto a coesão e a coerência estabelecem uma relação entre unidades lingüísticas (elementos textuais), a Relevância é uma relação definida não apenas para enunciados, mas também para suposições (unidades de informação ou de pensamento), que podem ser adquiridas de textos, de frases isoladas, de comunicação não-verbal e de situações em que nenhuma comunicação explícita tenha lugar, como, por exemplo, aquelas em que o silêncio pode “falar” mais alto do que qualquer palavra.

Retomando o posicionamento teórico de Blass (1990, 1993), nos moldes de Sperber e Wilson (1995), os exemplos apresentados na seção 3 justificam a preocupação da autora com os fatores mentais que são necessários à análise do texto, levando-a a uma nova abordagem de textualidade, porque, se o texto não é uma noção puramente lingüística, uma teoria que pretenda ser cognitivamente

plausível e consistente não pode, portanto, ser estruturada de um modo essencialmente lingüístico.

Vários exemplos, similares aos aqui apresentados, que não poderiam ser explicados em análises baseadas em coesão e coerência, são satisfatoriamente tratados pelo critério de consistência com o Princípio de Relevância, mostrando, dessa forma, que a TR é uma abordagem pragmática adequada para dar conta de como os textos, sejam de que natureza forem, são produzidos e compreendidos.

Nessa análise fundamentada na pragmática cognitiva, o texto, então, representa enunciados não só construídos de acordo com o sistema gramatical da língua, mas também orientados para influenciar o comportamento do interlocutor/leitor, alterando as suas crenças, e para causar neste um efeito pretendido: satisfazê-lo, persuadi-lo, amedrontá-lo, ampliar seus conhecimentos etc. Intencionalidade e contexto são, portanto, condições que estão diretamente relacionadas à produção e à compreensão textual.

Ressalta-se que as análises textuais mais comumente praticadas, as quais contemplam, em geral, apenas a estrutura formal e o conteúdo temático do texto, não atentam para o fato de que ele deve ser concebido como um ato de comunicação e de interação humana, inserido num contexto particular. Considerando-se que a compreensão envolve processos pragmáticos e raciocínios inferenciais, a coerência do texto não se estabelece, assim, sem levar em conta as crenças, os desejos, as preferências, os conhecimentos dos interlocutores.

Foi possível, também, constatar neste estudo a adequação e a validade dos mecanismos inferenciais dedutivos propostos por Sperber e Wilson para tratar do processamento da informação na comunicação espontânea e deliberada, bem como a complexidade deste fenômeno que vai além do código no processo interpretativo textual. As noções de contexto, sob o ponto de vista psicológico, de efeitos cognitivos e de esforço de processamento contribuem decisivamente para explicar a compreensão e a alteração de conhecimentos do indivíduo, a partir de estímulos lingüísticos ou sensório-perceptuais.

Isso evidencia a posição não-reducionista e conciliatória dos autores da TR, no sentido de valerem-se dos benefícios e desconsiderarem as impropriedades, tanto no que se refere à integração de sistemas formais – precisos e explícitos – com os sistemas cognitivos da psicologia humana para tratar de raciocínios

espontâneos, em grande parte automáticos e inconscientes, quanto no que diz respeito à visão complementar de código e inferência, focalizando o primeiro como um *input* muitas vezes necessário para desencadear os processos inferenciais indissociáveis do fenômeno genuinamente comunicativo.

Em tais processos inferenciais, o PR, inato à cognição humana, governa o comportamento ostensivo e intencional do comunicador/autor, possibilitando a compreensão do ouvinte/leitor, ao operar na seleção das suposições e do contexto para a interpretação, através da presunção de Relevância ótima e do critério pragmático de consistência com o PR, o qual implica a relação custo-benefício nas suposições processadas, compatível com as inferências práticas.

Finalmente, é preciso salientar que, ao contrário de outras teorias pragmáticas que centram seus estudos e suas explicações nas suposições fortemente comunicadas, a teoria de Sperber e Wilson fornece uma descrição e uma explanação satisfatórias dos mais diversos efeitos de comunicação, tornando potencialmente possível explicar tanto a indeterminância ou a vaguidade das suposições quanto o sucesso de atos comunicativos.

Certamente, a análise aqui realizada não se pretendeu completa ou sistemática, sobretudo porque outras interpretações seriam possíveis a partir das habilidades perceptuais e do conhecimento de mundo dos indivíduos. Entretanto, permitiu mostrar que aquilo que dizemos ou escrevemos explicitamente é apenas uma fração do que realmente comunicamos. A comunicação depende, em larga extensão, do fato de que os seres humanos podem recuperar suposições contextuais implícitas e derivar conclusões implícitas, vinculadas à acessibilidade de um contexto de informações capaz de equilibrar o melhor possível o esforço mental em relação ao efeito a ser obtido no processo interpretativo.

Referências

BEAUGRANDE, R. de; DRESSLER, W. *Introduction to textlinguistics*. London: Longman, 1981.

BLAKEMORE, D. *Semantic constraints on relevance*. Oxford: Blackwell, 1987.

BLASS, R. *Relevance relations in discourse: a study with special reference to sissala*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Are there logical relations in a text? *Lingua*, 90, p. 91- 110, 1993.

CHAROLLES, M. *Introduction aux problèmes de la cohérence des textes*. *Langue Française*, 38, p. 7-41, maio de 1978.

COSTA, J. C. Teoria da conectividade não-trivial. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, p. 21-41, 2004.

COSTA VAL, M. G. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

van DIJK, T. A.; KINTSCH, W. Cognitive psychology and discourse recalling and summarizing stories. In: DRESSLER, W. (Ed.) *Current trends in textlinguistics*. New York: Gruyter, 1978.

HALLIDAY, M. A. K; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1980.

KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo, Contexto, 1997.

_____. *A Coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989. 75 p.

SCHMIDT, S. J. *Lingüística e teoria de texto*. São Paulo: Pioneira, 1978.

SILVEIRA, J. R. C. da. Teoria da relevância: uma resposta à comunicação inferencial humana. In: IBAÑOS, A. M.; SILVEIRA, J. R. C. da (Org.). *Na interface semântica/pragmática: programa de pesquisa em lógica e linguagem natural*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002, p. 347-425.

_____; FELTES, H. P. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

_____. Leitura: informação e comunicação. *Letras de Hoje*, v. 40, n. 1. Porto Alegre: Edipucrs, mar. 2005.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. 2nd ed. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1995.

WILSON, D.; SPERBER, D. Relevance theory. In: HORN, L.; WARD, G. (Eds) *The handbook of pragmatics*. Londres: Blackwell, 2004.

Explicitude e explicitação em tradução: uma abordagem à luz da teoria da relevância

Fábio Alves

1 Introdução

Este trabalho tem por objetivo contribuir, à luz da Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1986; 1995), para o estudo de processos de explicitação em tradução. No campo dos Estudos da Tradução, o estudo explicitação tem uma tradição que, pelo viés da Lingüística, remonta aos trabalhos seminais de Vinay e Darbelnet (1958) e Nida (1964) e se desdobra em uma vertente preocupada com características textuais analisadas como indicadores de explicitação (BLUM-KULKA, 1986; BAKER 1993; 1996; OLOHAN; BAKER, 2000; STEINER, 2005; HANSEN-SCHIRRA; NEUMANN; STEINER, 2007, entre outros) e outra vertente, mais recente, preocupada com as características psicolingüísticas desses processos (SÉGUINOT, 1988; ENGLUND-DIMITROVA, 2005, HANSEN, 2006; entre outros). Faltam, contudo, estudos que analisem essas características psicolingüísticas tomando por base o processamento inferencial envolvido nos processos de explicitação, sobretudo nos processos inferenciais de tradutores expertos. Este trabalho pretende preencher esta lacuna e, para tanto, toma como ponto de partida a indagação de quais são os fatores que levam tradutores a contornar problemas, quer seja no nível da codificação lingüística ou no nível contextual, através da explicitação, no texto-alvo, de trechos do texto-fonte cujas características, sob uma perspectiva semântica e/ou pragmática, impossibilitam que a tradução tome por base apenas a codificação lingüística da língua-fonte.

Com base nos conceitos de explicitação condicionada pela norma lingüística e explicitação estratégica postulados por Englund-Dimitrova (2005), o trabalho discute alguns exemplos de explicitação observados no desempenho de tradutores novatos e profissionais (ALVES; GONÇALVES, 2003; ALVES, 2005; 2007) e propõe a aplicação dos conceitos de explicatura e implicatura, postulados por Sperber e Wilson (1986; 1995) e expandidos por Carston (2002), para modelar as características inferenciais do processo tradutório com base numa rede de decisões

motivadas pela relação entre esforço cognitivo e efeito contextual e pela atribuição de relevância na solução de problemas de tradução.

2 Pressupostos teóricos

Nos Estudos da Tradução, o conceito de explicitação remonta ao trabalho seminal de Vinay e Darbelnet (1958), no qual os autores classificam a explicitação como um recurso estilístico para introduzir na língua-alvo, e conseqüentemente no texto-alvo, significados não codificados na língua-fonte, mas passíveis de dedução e/ou inferência a partir do contexto ou da situação de comunicação. Vinay e Darbelnet inserem seu tratamento da explicitação dentro de uma proposta de sistematização de procedimentos de tradução organizados em sete categorias, identificadas como (1) empréstimo, (2) decalque, (3) tradução literal, (4) transposição, (5) modulação, (6) equivalência e (7) adaptação. A preocupação dos autores é com uma estilística da tradução. Daí a necessidade de explicar diferenças entre línguas com base na necessidade percebida pelo tradutor de se codificar aquilo que estaria implícito no contexto ou na situação. Nesse sentido, o trabalho de Vinay e Darbelnet (1958) é visto como precursor de pesquisas sobre diferenças entre codificações mais usuais em línguas diferentes. Contudo, o trabalho de Vinay e Darbelnet carece de fundamentação empírica ampla e fundamentação teórica que explique quais aspectos do contexto ou da situação demandam codificação no texto de chegada.

Igualmente pioneira é a iniciativa de Nida (1964), que reconhece o fenômeno da explicitação e fornece alguns dados empíricos retirados de um *corpus* de traduções da Bíblia; todavia, como é o caso de Vinay e Darbelnet (1958), carece de uma abordagem, sistematizada do ponto de vista lingüístico e processual para explicar tal fenômeno.

Reconhecendo esta lacuna empírica e de fundamentação teórica a respeito do fenômeno da explicitação, mas motivada pelas evidências substanciais da presença desse fenômeno no texto traduzido, Blum-Kulka (1986) propôs, com base em um estudo sistemático do fenômeno, a hipótese da explicitação em tradução, segundo a qual traduções tendem a ser mais explícitas do que textos-fonte,

independentemente do aumento em explicitude ser ditado por diferenças nos sistemas lingüísticos dos textos fonte e alvo.

Posteriormente, Baker (1993) retomou a hipótese de Blum-Kulka (1986) e utilizou os pressupostos e as ferramentas da Lingüística de *Corpus*, para comparar padrões quantitativos entre textos originais e traduções, pautados pela razão *type/token*. Inicialmente, Baker buscava identificar padrões tidos como universais de tradução e que poderiam ser verificados em qualquer combinação de pares lingüísticos nas línguas naturais. Esses universais, posteriormente renomeados padrões de tradução, foram identificados por Baker como normalização, simplificação, estabilização e explicitação. Esta última categoria justificaria as razões por que as traduções tendem a explicitar significados mesmo nos casos onde significados implícitos construídos pelo texto-fonte poderiam ser construídos pelo leitor do texto alvo sem necessidade de explicitação. Pela proposta de Baker, devido a este padrão de explicitação em tradução, os textos traduzidos seriam mais longos, por conta do maior número de *tokens* possivelmente necessários para construir um significado de forma mais explícita.

Da observação de *corpora* paralelos, constituídos por textos-fonte e suas respectivas traduções, Olohan e Baker (2000) passaram a examinar *corpora* comparáveis, isto é, *corpora* de textos produzidos espontaneamente numa língua e textos traduzidos para aquela língua. Para tanto, escolheram o uso opcional do pronome relativo “that” em inglês e sua ocorrência em um *corpus* de textos espontaneamente produzidos em inglês e outro *corpus* de textos traduzidos para o inglês, sem nenhum tipo de anotação ou etiquetamento. As autoras consideram a maior freqüência do pronome nos textos traduzidos como indicação de explicitação e atribuem sua ocorrência a decisões não conscientes tomadas durante o processo tradutório. Todavia, Olohan e Baker não validam essa hipótese a partir de um referencial teórico e uma metodologia afiliada a uma perspectiva experimental.

Por outro lado, entre os teóricos da tradução interessados nos processos cognitivos constitutivos do ato tradutório, há um debate sobre qual tipo de explicitação deveria ser, de fato, focado para se explorar a hipótese da explicitação em tradução. Séguinot (1988), por exemplo, sugere que fenômenos de explicitação vinculados a características dos sistemas lingüísticos não devem ser considerados devido às restrições inerentes a esses sistemas. Para Séguinot,

apenas os processos de explicitação decorrentes do processo tradutório *per se* deveriam ser levados em consideração.

De forma análoga, Englund-Dimitrova (2005) propõe uma diferenciação entre processos de explicitação condicionados pela norma lingüística e processos de explicitação de natureza estratégica. Os primeiros seriam determinados pelas restrições dos sistemas lingüísticos em contraste e, de acordo com Séguinot (1988), não teriam relevância cognitiva para as investigações sobre o processo tradutório. Já os processos de explicitação de natureza estratégica seriam decorrentes das dificuldades que o tradutor tem para solucionar problemas de tradução, que transcendem o escopo das restrições impostas pelos sistemas lingüísticos em contraste. Apesar de constituírem o foco central da sua análise, Englund-Dimitrova (2005) não chega a analisá-los como uma instância condicionada pelas características do processamento inferencial dos tradutores, qual seja, uma abordagem que encontra na Teoria da Relevância de Sperber e Wilson (1986; 1995) um aporte teórico com alto poder explanatório e que é foco de atenção deste trabalho.

2.1 Explicitude e explicitação

À luz das reflexões aqui desenvolvidas, percebe-se que a explicitação é um conceito amplo que abarca fenômenos diferentes, incluindo, entre outros, o acréscimo de informações, a especificação de referentes, a explicação de implicaturas, etc. Um ponto interessante a esse respeito pode ser encontrado nas observações de Steiner (2005) ao buscar formalizar uma proposta de definição do conceito de explicitação que assume a existência de uma contrapartida implícita, no nível do texto e/ou do discurso, para a identificação de um processo de explicitação.

Segundo Steiner (2005), a noção de significado implícito é central para a compreensão da explicitação. Este significado pode ser analisado tanto no domínio da pragmática quanto no domínio da semântica. O significado implícito no domínio da pragmática estaria vinculado a uma interpretação dependente de um contexto específico. Por outro lado, o significado implícito no domínio da semântica estaria condicionado a uma interpretação dependente das propriedades da codificação.

Em um artigo recente, Hansen-Schirra, Neumann e Steiner (2007) avançam nessa proposta, defendendo uma metodologia que, segundo os autores, pode parecer restritiva no sentido de vincular explicitação a uma realização formal. Contudo, argumentam que, com base nessa metodologia, todos os padrões de realização lingüística são considerados apenas sinais, instruções, para o sentido (inter-)textual pleno. E, nesse sentido, os autores oferecem uma visão mais abrangente do fenômeno da explicitação em tradução.

Steiner (2005) e Hansen-Schirra, Neumann e Steiner (2007) modelam a noção de explicitação a partir de um viés semântico e, desta forma, enfocam prioritariamente as propriedades da codificação. Porém, para não confundir esta proposta com a explicitação de ordem pragmática, os autores diferenciam entre explicitude (*explicitness*) – resultante da propriedade de codificação de base semântica – e explicitação (*explicitation*) – resultante do processamento de base inferencial. Desta forma, são contemplados processos de explicitação tanto no domínio da semântica quanto no domínio da pragmática.

Steiner (2005) argumenta que, por um lado, a noção de implicitude é orientada para a gramática e, conseqüentemente, é específica para cada língua. A ela vinculam-se as noções de tipos de implicitude codificados pela lexicogramática através de, entre outros, relações lógico-semânticas (conjunções, preposições), tempo, aspecto e número. Em um lado oposto, estão as noções de implicitude condicionados pelo contexto ou situação de comunicação. A posição de Hansen-Schirra, Neumann e Steiner (2007) em relação à delimitação entre a semântica e pragmática os coloca mais próximos do espectro de abordagens sobre explicitude/explicitação daqueles fenômenos que, segundo Englund-Dimitrova (2005), seriam instâncias de explicitação condicionada pela norma lingüística, ou como preferem os autores alemães, condicionada pelas restrições do sistema lingüístico.

Obviamente, esta distinção entre os domínios da semântica e da pragmática feita por Steiner (2005) e corroborada por Hansen-Schirra, Neumann e Steiner (2007) não condiz com a distinção desses domínios feita por outros pesquisadores de orientação pragmática, tais como Sperber e Wilson (1986; 1995) e Carston (2002). Este aspecto é apontado explicitamente por Hansen-Schirra, Neumann e Steiner com o objetivo de evitar interpretações conflitantes. Os autores admitem que

há casos em que se faz necessário investigar a explicitação além dos fenômenos de explicitude. Steiner (2005) reconhece esta necessidade, mas a deixa deliberadamente de fora da sua agenda de pesquisa.

A proposta de se estudar o fenômeno da explicitação a partir da interpretação do tradutor ou, segundo Englund-Dimitrova (2005), a partir do seu comportamento estratégico, conduz a reflexão necessariamente ao domínio da pragmática e do processamento inferencial, i.e., da inferenciação.

2.2 Explicitação e inferenciação²⁸

Para Sperber e Wilson (1986; 1995), há dois tipos de inferência, quais sejam, inferências demonstrativas e não-demonstrativas. As inferências demonstrativas resultam da aplicação de regras dedutivas a um conjunto inicial de premissas. As inferências não-demonstrativas, embora também envolvam a aplicação de regras dedutivas, apresentam um processamento que pode ser dividido em uma fase de formulação de hipóteses e outra de confirmação de hipóteses. Segundo Sperber e Wilson, o processamento de inferências não-demonstrativas envolve, em um primeiro momento, a aplicação de regras dedutivas, mas a confirmação dessas regras depende da maneira como os pressupostos são processados pelos interlocutores.

De acordo com a Teoria da Relevância, a recuperação das intenções de um falante ocorre por meio da recuperação das explicaturas e implicaturas dos enunciados, ambas envolvendo enriquecimento pragmático. Carston (2002) propõe uma redução do escopo da semântica neste processo e, conseqüentemente, uma ampliação do domínio da pragmática, uma vez que os significados codificados linguisticamente dependem de forma crucial do processamento inferencial. Esses processos, por sua vez, dependem do contexto ou ambiente cognitivo, sempre uma instância mental para Sperber e Wilson. Isto significa que os processos inferenciais não se resumem à recuperação de implicaturas, mas estão envolvidos também na recuperação de explicaturas.

²⁸ O autor agradece a Branca Vianna, Cristiano Araújo e Daniel Couto Vale pelas contribuições à discussão aqui proposta através das reflexões desenvolvidas no âmbito da disciplina intitulada "Processos Inferenciais à luz da Teoria da Relevância", ministrada no 2º semestre de 2007 no Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da UFMG.

Uma explicatura, termo criado por Sperber e Wilson, distingue-se de uma implicatura por estar vinculada à forma proposicional lingüisticamente codificada. Grosso modo, a distinção entre explicatura e implicatura pode ser considerada como correlata à distinção griceana entre o dito e o implicado. Contudo, ao contrário da concepção semântica do dito, o conceito de explicatura incorpora tanto um componente de significado decodificado lingüisticamente quanto um componente de significado derivado pragmaticamente, decorrente, por exemplo, de processos de desambiguação de enunciados, de atribuição de referência e/ou do enriquecimento livre dos elementos constituintes de um enunciado.

Buscando delimitar a distinção entre implicatura e explicatura, Carston (2000) define uma explicatura como uma forma proposicional comunicada por meio de um enunciado, construída pragmaticamente a partir de uma forma lógica, codificada lingüisticamente. O conteúdo da explicatura incorpora tanto material decodificado lingüisticamente quanto material inferido pragmaticamente. Por outro lado, Carston define uma implicatura como qualquer outra forma proposicional comunicada por meio de um enunciado cujo conteúdo consiste de material inferido pragmaticamente.

As explicaturas de um enunciado são construídas a partir do enriquecimento de uma forma lógica codificada lingüisticamente que expressa uma determinada proposição. Em outras palavras, uma explicatura é uma forma lógica, obtida por decodificação lingüística do enunciado, enriquecida de maneira inferencial através de designação de referência, resolução de ambigüidades, etc. As explicaturas podem se desdobrar em explicaturas de alto nível (*higher level explicatures*) ao serem introduzidas (isto é, projetadas) por um ato de fala, ou por uma proposição de atitude. De acordo com a Teoria da Relevância, as explicaturas de alto nível de um enunciado são comunicadas, mas não codificadas, lingüisticamente.

O enriquecimento inferencial é a maneira em que uma forma lógica se torna uma forma proposicional completa. Esse enriquecimento é guiado e restringido em consistência com o princípio da relevância. A forma lógica de um enunciado é recuperada pela decodificação, mas sua forma proposicional completa é obtida através do enriquecimento inferencial dessa forma lógica em consistência com o princípio da relevância.

Segundo Sperber e Wilson (1986; 1995), uma forma lógica é um conjunto bem formado de constituintes (codificados lingüisticamente), que é capaz de ser

submetido a operações lógicas determinadas por sua estrutura e, com efeito, pode receber atribuição de valor de verdade. Quando a forma lógica é não-proposicional, ela é bem formada (isto é, possui propriedades lógicas), mas não recebe um valor de verdade, pois é semanticamente incompleta. Quando a forma lógica é proposicional, ela é bem formada e semanticamente completa, representando um estado de coisas capaz de ser verdadeiro ou falso em um mundo possível.

Segundo Carston (2002), expandindo o trabalho de Sperber e Wilson (1986; 1995), a primeira etapa do processamento inferencial consiste em decodificar as sentenças enunciadas em formas lógicas sem nenhum insumo do contexto cognitivo. A segunda etapa é o enriquecimento da forma lógica com insumos do contexto cognitivo até que ela se torne uma proposição. A terceira etapa consiste em uma série de deduções cujos insumos são provenientes tanto do contexto cognitivo quanto da proposição derivada do sentido da sentença enunciada. Desta forma, para Carston há uma distinção clara entre a decodificação das sentenças em forma lógicas sem insumos do contexto cognitivo e o seu posterior enriquecimento com insumos contextuais.

Carston (2002) explica que Sperber e Wilson chamam de forma proposicional o que ela chama de explicatura. Segundo a autora, as explicaturas são pressupostos comunicados de forma explícita por um falante que tem a intenção de torná-los manifestos para um ouvinte. Portanto, as explicaturas podem ser mais ou menos explícitas, haja vista que elas envolvem uma combinação de significados codificados e significados inferidos contextualmente, sendo seu enriquecimento contextual pautado pelo princípio de relevância.

A definição de Carston parece alocar um peso maior à pragmática na recuperação de explicaturas, se comparada com a definição de Sperber e Wilson, que considera a explicatura como um desenvolvimento de uma forma lógica. Para Carston, é o princípio de relevância que direciona o processo de desenvolvimento de uma forma lógica, restringindo-a ao domínio das explicaturas, o que resulta em: (a) um valor mais alto alocado à competência pragmática; e (b) uma relação mais direta entre o princípio de relevância e a recuperação de explicaturas. Carston (2006) argumenta ainda que os recursos do código lingüístico não conseguem codificar os pensamentos e sugere, portanto, que a pragmática é fundamental para os processos de comunicação, e provavelmente ainda mais fundamental que a própria linguagem.

2.3 Aspectos do processamento e explicaturas e implicaturas

Segundo os pressupostos da Teoria da Relevância, uma das formas de processar explicaturas está codificada na linguagem, na distinção entre codificação conceitual e codificação procedimental. Por um lado, a codificação conceitual veicula as expressões usadas para descrever o mundo. Sua função é contribuir para o valor de verdade dos enunciados e para a confirmação de hipóteses no processamento inferencial. Por outro lado, a codificação procedimental veicula instruções e/ou restrições sobre o processamento da linguagem. Sua função é limitar o número de explicaturas e implicaturas a serem consideradas no processamento de um enunciado enquanto guiam o ouvinte na direção dos efeitos cognitivos pretendidos pelo falante. Em vez de descrever o mundo, como as codificações conceituais, as codificações procedimentais restringem o espaço de busca do ouvinte, tornando a comunicação mais eficiente, menos sujeita a mal-entendidos.

O principal pressuposto da Teoria da Relevância é que os participantes em uma situação comunicativa seguem um procedimento de compreensão que pode ser resumido da seguinte forma: (i) siga o caminho do menor esforço ao computar efeitos cognitivos, (ii) considere interpretações (resolução de ambigüidades, possíveis contextos, etc.) por ordem de acessibilidade, (iii) pare quando sua expectativa de relevância for cumprida. Esse procedimento baseia-se no princípio básico de que a cognição humana é guiada para encontrar e usar informação potencialmente relevante para os seres humanos. O princípio de relevância pode ser definido como uma relação de custo-benefício cujos benefícios são os efeitos cognitivos/contextuais. O custo é o esforço de processamento necessário para se chegar a esses efeitos. Quanto maiores os efeitos cognitivos/contextuais alcançados, maior a relevância; quanto menor o esforço exigido, maior a relevância.

2.4 Tipos de explicitude e explicitação em tradução

A partir da discussão inicial sobre explicitação em tradução, pretendemos nesta seção revisar os conceitos de explicitação postulados por Englund-Dimitrova (2005) e contrastá-los com a diferenciação entre explicitude e explicitação feita por Steiner (2005) e Hansen-Schirra, Neumann e Steiner (2007), refletindo, à luz da TR,

sobre o papel do processamento inferencial no tratamento da explicitação em tradução.

Conforme discutido anteriormente, ao tratar da distinção entre implicatura e explicatura, Carston (2002) aponta que uma explicatura é uma forma proposicional comunicada por meio de um enunciado e construída pragmaticamente a partir de uma forma lógica codificada lingüisticamente. Portanto, o conteúdo de uma explicatura é um amálgama de material decodificado lingüisticamente e material inferido pragmaticamente. Nesse sentido, poderíamos argumentar que, no caso da tradução, ao processar uma explicatura o tradutor produz uma série de deduções cujos insumos são provenientes tanto do contexto cognitivo quanto da proposição derivada do sentido da sentença enunciada. Segundo a classificação de Englund-Dimitrova (2005), poderíamos argumentar que o processamento de explicaturas no caso da tradução levaria o tradutor a uma explicitação condicionada pela norma lingüística, condizente com o que Steiner (2005) e Hansen-Schirra, Neumann e Steiner (2007) denominam explicitude, ou seja, um tipo de processamento resultante da codificação de base semântica, ainda que enriquecida contextualmente.

Por outro lado, considerando que uma implicatura, por sua vez, é definida como qualquer outra forma proposicional comunicada por um enunciado e que seu conteúdo consiste inteiramente de material inferido pragmaticamente, poderíamos argumentar que o processamento de implicaturas em tradução seria um caso de explicitação estratégica no âmbito da classificação de Englund-Dimitrova (2005). Este processamento seria, para Steiner (2005) e Hansen-Schirra, Neumann e Steiner (2007), uma explicitação de ordem pragmática resultante exclusivamente do processamento de base inferencial. Desta forma, estariam contemplados processos de explicitação tanto no domínio da semântica, na forma de explicitações condicionadas pela norma lingüística, quanto no domínio da pragmática, na forma de explicitações estratégicas.

Ao produzir uma série de deduções ou, no escopo deste trabalho, uma série de alternativas de tradução, tradutores metarrepresentam o insumo lingüístico veiculado pelo texto-fonte (Gutt, 2005). Segundo Gutt (2000a), a tradução consiste no estabelecimento de uma semelhança interpretativa entre unidades correlatas no texto-fonte e no texto-alvo. Para tanto, de acordo com Gutt (2000b), tradutores processam paralelamente instâncias codificadas lingüisticamente e pistas

comunicativas a elas relacionadas. Haveria, portanto, necessidade de enriquecimento contextual tanto no processamento de explicaturas quanto no processamento de implicaturas.

Cabe lembrar que, ao definir explicatura como resultante do enriquecimento contextual da forma lógica, Carston (2002; 2006) parece alocar um peso maior à pragmática na recuperação de explicaturas, avançando em espaços tradicionalmente ocupados pela semântica. Portanto, a distinção feita acima é delicada e pressupõe, conforme mencionado anteriormente, um valor mais alto alocado à competência pragmática e uma relação mais direta entre o princípio de relevância e a recuperação de explicaturas. Neste trabalho, sugerimos aplicar a classificação proposta por Englund-Dimitrova (2005) a alguns exemplos de tradução com o intuito de ilustrar a relação proposta entre explicatura e implicatura, explicitude e explicitação. A título de reflexão inicial, apresentamos a seguir uma primeira análise nesta direção.

3 Explorando explicitações: em busca de um modelo de análise

Retomando a discussão teórica sobre o papel da codificação lingüística em processos de explicitação em tradução, quer sejam eles condicionados pela norma lingüística ou de natureza estratégica, é importante revisitar Gutt (2000a) e sua afirmação que os trabalhos de Blakemore (1987) e Blass (1990), entre outros, revelaram que certos elementos da linguagem codificam “instruções processuais” que orientam os receptores sobre como o insumo lingüístico pretende ser relevante. Gutt (2000b) também defende a importância das pistas comunicativas, enfatizando que a identificação dessas pistas somente se pode dar em relação ao papel que elas desempenham ao guiar os receptores em direção à interpretação almejada pelo emissor. Segundo Gutt, não cabem aqui comparações meramente estruturais ou lingüístico-textuais; as pistas comunicativas são abstrações de propriedades lingüísticas concretas observadas nos textos e devem ser fornecidas por meio de diferentes formas lingüísticas nos textos de chegada.

Em Alves e Gonçalves (2003), o papel da codificação conceitual e da codificação procedimental foi objeto de análise no desempenho de tradutores novatos. Entendemos que esta análise pode contribuir, à luz da Teoria da

Relevância, para a discussão sobre a diferenciação entre a explicitação condicionada pela norma e a explicitação estratégica. No trabalho de Alves e Gonçalves (2003), a primeira sentença de um texto de 54 palavras que retratava Osama bin Laden, publicado dois meses após o incidente de 11 de setembro de 2001, descrevia-o na juventude, por volta de 1998, da seguinte forma:

(1) By 1998, the year of the U.S. Embassy bombings in Africa, he had acquired the lean, wolfish look of a revolutionary.

A análise do desempenho processual de quatro tradutores novatos feita por Alves e Gonçalves (2003) revelou as seguintes realizações em português para o enunciado veiculado em (1).

(2) Em 1998, o ano do bombardeio na embaixada americana na África, ele se tornou um revolucionário mais magro e mais exótico.

(3) Em 1998, quando a embaixada americana na África sofreu atentados a bomba, ele tinha o visual magro e agressivo de um revolucionário.

(4) Por volta de 1998, ano em que ocorreram os bombardeios da Embaixada Americana na África, ele já tinha a aparência esbelta e selvagem de um revolucionário.

(5) Em 1998, quando as embaixadas dos Estados Unidos na África foram bombardeadas, adquiriu o gosto, a face selvagem de um revolucionário.

Alves e Gonçalves (2003) argumentam que os quatro tradutores novatos apresentaram dificuldades para lidar adequadamente com as instâncias de codificação conceitual e procedimental existentes no original inglês. Revisitando aquela análise à luz da classificação de Englund-Dimitrova (2005), percebemos que os quatro tradutores novatos se valeram de explicitações estratégicas para contornar problemas de processamento lingüístico, sobretudo no que diz respeito aos processos de adjetivação atributiva relacionados a Osama bin Laden, tornando-o “mais exótico”, “mais agressivo”, “mais selvagem” através de processos de explicitação estratégica.

Esses resultados foram corroborados por Alves e Magalhães (2004) na análise de um grupo maior de tradutores novatos lidando com o mesmo texto de partida. Com base no acompanhamento de dados processuais, Alves e Gonçalves (2003) e Alves e Magalhães (2004) concluíram que tradutores novatos têm dificuldade em lidar com instâncias de codificação conceitual e procedimental e, ao longo do processo tradutório, pautam-se por um comportamento idiossincrático em

que a atribuição de relevância é respaldada, sobretudo, pelo ambiente cognitivo de cada um dos tradutores, descartando-se uma análise mais aprofundada de aspectos estruturais e lingüístico-textuais do texto de partida e de suas implicações contextuais.

De forma complementar, a análise do processo tradutório de tradutores profissionais revelou características interessantes no que diz respeito ao desempenho de tradutores em questões relacionadas à explicitação, seja ela condicionada pela norma ou de natureza estratégica. Em Alves (2005) e Alves (2007), essas análises apontam para o caráter idiossincrático de várias decisões de tradução e para o papel preponderante que o ambiente cognitivo dos tradutores parece exercer no processo de solução de problemas e de tomada de decisão, muitas vezes em detrimento de observância de instâncias de codificação lingüística. Retomaremos a discussão por meio do seguinte exemplo:

(6) According to MessageLabs, a Cheltenham-based virus filtering firm [which reported about 30,000 infected messages in 115 countries, the propagation rate of BugBear.B almost doubled every hour throughout the morning.]²⁹

Contrastando o produto tradutório feito por um tradutor profissional brasileiro com aquele alcançado por um tradutor profissional espanhol, temos:

(7) Segundo a MessageLabs, uma companhia com sede em Cheltenham, EUA, que produz filtros contra vírus, [...]

(8) Según la empresa de protección antivirus MessageLabs, con sede en la zona de Cheltenham [oeste de Inglaterra], [...]

Além de discussões sobre o processamento inferencial observado entre tradutores novatos e profissionais trabalhando com o mesmo insumo lingüístico, a discussão sobre inferenciação e explicitação nos remete à decisão do tradutor brasileiro de localizar a sede da empresa MessageLabs nos Estados Unidos enquanto o tradutor espanhol a localiza no oeste da Inglaterra. Ao longo de todo o processo tradutório, os dois tradutores descobrem, por meio de apoio externo, que há duas referências geográficas para Cheltenham, identificadas pelo mesmo nome. Os tradutores precisam necessariamente escolher uma opção entre elas.

²⁹ Fonte: Bugbear – Email virus strikes in new form, texto escrito por Stuar Mill e publicado no jornal britânico *The Guardian* em 06 de junho de 2003. Para efeitos da presente análise, desconsideraremos a parte da sentença entre colchetes.

Alves (2007) aponta que, aparentemente, esta informação geográfica não seria absolutamente necessária em termos de efeito contextual. Contudo, observa que todos os tradutores profissionais analisados no estudo sentiram necessidade de explicitar esta localização geográfica ao longo do processo tradutório, mesmo que posteriormente ela fosse retirada do texto-alvo. O desempenho processual dos dois tradutores profissionais em (7) e (8), independentemente do resultado alcançado, foi bastante semelhante para resolver essas necessidades. A preocupação com a localização geográfica em (7) e (8) aponta para uma tendência à explicitação estratégica pelos tradutores, ainda que potencialmente redundante, em detrimento do favorecimento de uma explicitação condicionada pela norma.

À luz destas evidências e dos problemas identificados nestas traduções, sugere-se aqui adotar a diferenciação entre tradução condicionada pela norma lingüística e tradução estratégica como ponto de partida para mapear o processo inferencial de tradutores. A partir das afirmações de Gutt sobre o papel das codificações lingüísticas e a importância das pistas comunicativas, pretendemos contribuir para a discussão proposta por Steiner (2005) e por Hansen-Schirra, Neuman e Steiner (2007) na diferenciação entre explicitude e explicitação em tradução.

Com base na diferenciação entre explicitação condicionada pela norma e explicitação estratégica, pretendemos ilustrar, à luz de pressupostos da Teoria de Relevância, questões relacionadas ao processamento de instâncias de codificação conceitual e procedimental em tradução, tomando como exemplo um trecho retirado do romance “A Hora da Estrela” de Clarice Lispector e suas respectivas traduções para o espanhol, inglês e alemão³⁰. Como ponto de partida, consideremos o seguinte exemplo:

- (9) Por que é que você me pede tanta aspirina?
 (10) É para eu não me doer.

Na tradução para o espanhol, temos:

- (11) ¿Por qué me pides tantas aspirinas?
 (12) Es para no sentir el dolor.

³⁰ O autor agradece a Adriana Pagano pela sugestão do exemplo, pela indicação das traduções e pelos comentários sobre instâncias de uso lingüístico em português, espanhol e inglês.

Poderíamos dizer que em (11), o tradutor para o espanhol assume que “tanta” é um adjetivo quantificador do substantivo “aspirina” e, portanto, explicita o plural não realizado no original em português, talvez por entender que “aspirina”, como coletivo, precisa ser explicitado em espanhol. Não parece se tratar de uma explicitação condicionada pela norma uma vez que o espanhol aceitaria igualmente uma tradução realizada pela forma lingüística “¿Por qué me pides tanta aspirina?”. Neste caso, consoante Englund-Dimitrova (2005), poderíamos classificar a tradução como uma instância de explicitação estratégica. Contudo, somente através do acompanhamento do processo tradutório em tempo real e da sua complementação por meio de relatos retrospectivos, poderíamos esclarecer como o tradutor chegou, de fato, à decisão veiculada através de (11). Por outro lado, as evidências lingüísticas observadas no produto tradutório podem ser instrumentais para se levantar hipóteses de trabalho para uma investigação de natureza empírico-experimental.

Dando continuidade à análise, observemos a tradução de (9) para o inglês, que parece seguir uma tendência diferente:

- (13) Why are you always asking me for aspirin?
(14) To stop the pain.

Mantendo a mesma linha de raciocínio, podemos dizer que em (13) o tradutor para o inglês assume que “tanta” tem uma função adverbial e que o tradutor, ao invés de se referir ao substantivo “aspirina”, desloca o item lexical para modificar o verbo, explicitando a questão da repetição da ação de pedir aspirina. Em princípio, poderíamos pensar que se trata de uma explicitação estratégica e que a decisão tradutória é idiossincrática. Contudo, o tradutor para o alemão também parece ter seguido um percurso semelhante ao tradutor para o inglês, de acordo com os exemplos abaixo:

- (15) Warum bittest du mich so oft um Aspirin?
(16) Damit ich mir nicht weh tue.

Em (15), o tradutor assume, de forma semelhante a (13), que “tanta” tem uma função adverbial, deslocando-o para modificar o verbo e explicitando igualmente a questão da repetição da ação no plano temporal. A observância em (15) do mesmo processo de deslocamento apontado em (13) sugere que talvez possa haver algo na

codificação lingüística do português que seja, nos termos da Teoria da Relevância, um indicador de codificação procedimental, talvez na forma de uma codificação dupla em português que veicule a seguinte idéia:

(17) Por que é que você me pede tanto tanta aspirina?

É interessante observar que as traduções para o alemão e o inglês caminham numa direção, enfatizando o aspecto verbal, enquanto que a tradução para o espanhol caminha em outra direção, quantificando explicitamente os comprimidos. Se ampliarmos a análise para outras estruturas semelhantes a (9), poderíamos chegar a exemplos tais como

(18) Por que é que você bebe tanto?

(19) Por que é que você come tanto?

Em (18) e (19), “tanto” é, sem sombra de dúvidas, um advérbio modificador do processo verbal e se apresenta como uma construção bastante freqüente em português. Se acrescentarmos outro elemento à discussão, poderíamos ter

(20) Por que é que você come tanto chocolate?

Neste caso, “tanto” pode ser realizado tanto como adjetivo ou advérbio. O esclarecimento da ambigüidade dependeria, entre outros fatores, da prosódia do falante para que os ouvintes, em termos de comportamento ostensivo-inferencial, possam gerar uma metarrepresentação do enunciado que, pautada pela relação esforço-efeito e guiada pelo princípio de relevância, consiga resolver a questão da atribuição de referência.

No escopo da relação esforço cognitivo/efeito contextual postulada pela Teoria da Relevância, falantes e ouvintes tenderiam a realizar e interpretar o enunciado comparando-o, por exemplo, com:

(21) Por que é que você bebe tanto água?

(22) Por que é que você come tanto fruta?

Apesar de gramaticalmente possíveis, os enunciados realizados por (21) e (22) não costumam ocorrer no português brasileiro. Em termos de freqüência de uso lingüístico, a opção por “tanta” surge como uma forma de se lidar com os

substantivos “água” e “fruta” no feminino e evitar a duplicidade do quantificador. Afinal, em termos de esforço e efeito, seria mais oneroso processar as seguintes sentenças:

- (23) Por que é que você bebe tanto tanta água?
- (24) Por que é que você come tanto tanta fruta?

Voltando aos exemplos (9), (13) e (15), é possível argumentar que o deslocamento do adjetivo “tanta”, identificado gramaticalmente pela referência feminina para uma função adverbial, é decorrente de uma explicitação condicionada pela norma, qual seja, pautada por padrões de frequência do uso lingüístico e por um processamento guiado pelo princípio de relevância que objetiva uma maximização da relação esforço cognitivo/efeito contextual.

Não é objetivo desta análise explicar o uso de “tanto”/“tanta” em termos de processos lingüísticos no português brasileiro. O objetivo é indagar quais seriam os motivos que levaram os tradutores para o inglês e o alemão a terem um comportamento semelhante e distanciado da decisão tomada pelo tradutor para o espanhol. Novamente, o acompanhamento do processo tradutório em tempo real e através de relatos retrospectivos é instrumental para esclarecer como o tradutor chegou à decisão veiculada através de (13) e (15).

Poderíamos também argumentar em favor da possibilidade de identificação de uma codificação dupla que, em consonância com a opção feita pelo tradutor para o espanhol em (11), poderia gerar realizações em inglês e alemão, tais como:

- (25) Why are you always asking me for so much aspirin?
- (26) Warum bittest du mich so oft um so viel Aspirin?

Hipoteticamente, em termos de atribuição de referência, as realizações em (25) e (26) são gramaticalmente possíveis em inglês e em alemão, assim como seriam opções em que a referência adverbial fosse eliminada em favor da manutenção da referência adjetiva que levaria a opções de tradução congruentes com a tradução para o espanhol em (11) na forma de

- (27) Why are you asking me for so much aspirin?
- (28) Warum bittest du mich um so viel Aspirin?

Conforme os pressupostos da Teoria da Relevância, poderíamos argumentar que (9a-g) poderiam ser metarrepresentações de (9):

- (9a) Por que é que você me pede tantas aspirinas?
- (9b) Por que é que você sempre me pede aspirina?
- (9c) Por que é que você sempre me pede tanta aspirina?
- (9d) Por que é que você sempre me pede tantas aspirinas?
- (9e) Por que é que você está sempre me pedindo aspirina?
- (9f) Por que é que você está sempre me pedindo tanta aspirina?
- (9g) Por que é que você está sempre me pedindo tantas aspirinas?

Isso conseqüentemente explica, em termos hipotéticos, as traduções observadas em (11), (13) e (15) como decorrentes da escolha de uma opção de tradução, escolhida entre várias outras possíveis, respeitando-se as especificidades da codificação lingüística e o papel das pistas comunicativas.

Refinando-se a análise, registra-se que um indicador que pode ter contribuído para o processo de solução do problema de tradução apresentado em (9) pode estar relacionado ao papel desempenhado por subsídios contextuais. Em “A Hora da Estrela”, a personagem principal nunca pede muitas aspirinas de uma só vez, mas sim uma aspirina de cada vez e com bastante freqüência. O hábito rotineiro de tomar aspirinas e pedi-las à sua interlocutora, devidamente contextualizado ao longo do romance, surge como uma possibilidade de codificação contextual (Gonçalves, 2003) que direciona o processo de tomada de decisão dos tradutores do inglês e do alemão e explicaria os produtos realizados em (13) e (15).

Com base em Carston (2002), poderíamos afirmar que, atentando para uma possível ambigüidade na codificação procedimental do enunciado, os tradutores para o inglês e o alemão enriqueceram a explicatura presente em (9) com base na codificação contextual veiculada por meio do romance. Neste caso, aumentaria significativamente o papel da pragmática no processo de atribuição de referência e, conseqüentemente, no processo inferencial que leva, através do enriquecimento da explicatura, à tomada de decisão em tradução.

Nesta linha de raciocínio, (13) e (15) seriam explicitações condicionadas pela norma enquanto (11) poderia ser entendida como uma explicitação estratégica que não chegou a levar em conta todas as possibilidades de codificação procedimental presentes em (9) nem tampouco a codificação contextual veiculada por meio da trajetória da personagem no romance.

Em continuidade à discussão aqui proposta, tomemos como elemento de reflexão a resposta à pergunta formulada em (9) e realizada em (10) por meio de “É para eu não me doer”. Trata-se de uma ocorrência com padrão de baixa frequência de uso no português brasileiro, com características de oralidade e fala regional. Em termos de codificação lingüística, (10) veicula também a idéia de “machucar-se”, “ferir-se”, no sentido de causar dano físico a si próprio. Adicionalmente, (10) veicula também um sentido de “não sentir dor”, “não sofrer”. À luz dos pressupostos da Teoria da Relevância, poderíamos dizer que a explicatura em (10) orienta o receptor, por meio de pistas comunicativas, sobre os possíveis efeitos contextuais pretendidos pelo comportamento ostensivo do emissor. Ampliando o escopo da intenção comunicativa em (10), poderíamos dizer que as pistas comunicativas sugerem, entre outras, as seguintes metarrepresentações:

- (10a) É para não ter dor(es).
- (10b) É para não sentir dor(es).
- (10c) É para parar a(s) minha(s) dor(es).
- (10d) É para não machucar.
- (10e) É para não me machucar.
- (10f) É para eu não sofrer.
- (10g) É para eu não sofrer demais.

No caso da tradução para o espanhol, em (12), ao dizer que “es para no sentir el dolor”, o tradutor elimina do enunciado as pistas comunicativas que indicam tratar-se de um padrão de baixa frequência de uso, com características de fala regional, talvez mais próximo a (10a). Neste caso, consoante Englund-Dimitrova (2005), poderíamos classificar a tradução em (12) como uma instância de explicitação estratégica, com o acréscimo de “sentir” como processo verbal e a presença de “dolor” como substantivo no lugar do processo verbal realizado por “doer”. Cabe apontar, contudo, que somente através do acompanhamento do processo tradutório em tempo real e da sua complementação por meio de relatos retrospectivos, poderíamos esclarecer como o tradutor para o espanhol chegou, de fato, à decisão veiculada através de (12).

Dando continuidade à análise, observamos que a tradução de (10) para o inglês, veiculada em (14) por meio de “to stop the pain”, parece seguir uma tendência semelhante a (12), com o tradutor eliminando do enunciado as pistas comunicativas que indicam tratar-se de um padrão de baixa frequência de uso, com

características de fala regional, numa realização lingüística talvez mais próxima a metarrepresentação observada em (10a).

Em síntese, é interessante observar que parte das explicaturas e implicaturas veiculadas através de “é para eu não me doer” foram desconsiderar tanto em espanhol, “es para no sentir el dolor”, quanto em inglês, “to stop the pain”. Poderíamos argumentar que, por um lado, o tradutor para o espanhol apresentou uma tendência à explicitação estratégica tanto em (11) quanto em (12). Por outro lado, o tradutor para o inglês parece ter privilegiado uma explicitação condicionada pela norma lingüística em (13), observando a codificação procedimental e as pistas comunicativas. Porém, na tradução realizada em (14), o tradutor para o inglês abandona esse direcionamento, privilegiando a explicitação estratégica em “to stop the pain”.

Por sua vez, o tradutor para o alemão parece buscar construir o trecho veiculado em (16), “damir ich mir nicht weh tue”, pautando-se por um processo de observância às instâncias de codificação procedimental e às pistas comunicativas. Observemos o contraste entre

(16) Damit ich mir nicht weh tue.

(29) Damit es mir nicht weh tut.

A construção lingüística em (29) tem alta freqüência em alemão. Por outro lado, (16), “damit ich mir nicht weh tue”, apresenta uma freqüência mais baixa em termos de uso lingüístico. Considerando-se que (10), “é para eu não me doer”, não pode ser considerada uma ocorrência muito freqüente, correlata a (29), pode-se sugerir que se o interlocutor se refere apenas a formas de reduzir a dor física, a metarrepresentação mais forte seria “damit meine Schmerzen aufhören”, ou seja, em português, “para que minhas dores terminem” ou, ainda mais próximo a (14), “para parar a(s) (minha(s)) dor(es)”, correlata à metarrepresentação observada em (10c), também semelhante à tradução para inglês, “to stop the pain”.

É interessante observar que “damit ich mir nicht weh tue” parece transferir a dor física para o futuro e, apesar de gramaticalmente possível em alemão, apresenta um baixo nível de ocorrência em termos de uso lingüístico³¹. Na expressão de dor

³¹ O autor agradece a Ulrike Schröder pelos comentários sobre instâncias de uso lingüístico em alemão para o exemplo aqui analisado.

em alemão, há uma grande diferença entre “weh tun”, geralmente associado a uma fonte externa sobre o corpo físico, e “Schmerzen haben” que aponta para uma percepção subjetiva vinda do interior do organismo. Porém, se o interlocutor quer fazer uma referência a uma dor mais figurativa, uma dor da alma, emocional, “damit ich mir nicht weh tue” pode se apresentar como uma alternativa, desde que devidamente corroborada pelo contexto de situação, justamente o que acontece no contexto no romance “A Hora da Estrela”.

Nesta acepção, (16) parece veicular duas características simultaneamente: trata-se de uma expressão com baixo nível de freqüência em termos de uso lingüístico e sugere que a dor é emocional, interna. Devidamente contextualizadas, essas são suposições codificadas lingüisticamente em (10) e passíveis de metarrepresentação pelos receptores do comportamento ostensivo do emissor.

Refinando-se a análise, registra-se que, assim como observado em (13) e (15), um indicador que pode ter contribuído para o processo de solução do problema de tradução apresentado em (10) pelo tradutor para o alemão pode estar relacionado ao papel desempenhado por subsídios contextuais. Em “A Hora da Estrela”, a personagem principal tem uma experiência de vida repleta de privações, frustrações e sofrimentos físicos e emocionais. Devidamente contextualizada, esta experiência vivenciada ao longo do romance, surge como uma possibilidade de codificação contextual (Gonçalves, 2003) que direciona o processo de tomada de decisão do tradutor para o alemão e explicaria o produto realizado em (16).

Novamente, com base em Carston (2002), poderíamos afirmar que, atentando para uma possível ambigüidade na codificação procedimental do enunciado, pautando-se por observância a pistas comunicativas, o tradutor para o alemão enriqueceu a explicatura presente em (10) com base na codificação contextual veiculada por meio do romance. Neste caso, assim como observado anteriormente, aumentaria significativamente o papel da pragmática no processo de atribuição de referência e, conseqüentemente, no processo inferencial que leva à tomada de decisão em tradução. Nesta linha de raciocínio, (16) seria uma explicitação condicionada pela norma lingüística, um deslocamento proposital para gerar um efeito contextual mais forte e, conseqüentemente, uma maior semelhança interpretativa com o enunciado em (10).

Encerrando a breve análise aqui desenvolvida, os exemplos selecionados parecem apontar para uma tendência à explicitação estratégica pelo tradutor para o espanhol, tanto em (11) quanto em (12). Por sua vez, o tradutor para o inglês, parece apresentar uma tendência à explicitação condicionada pela norma em (13) e uma explicitação estratégica em (14). Finalmente, o tradutor para o alemão parece ter um comportamento sistemático, diametralmente oposto ao tradutor para o espanhol, e apresenta tendência à explicitação condicionada pela norma tanto em (15) quanto em (16).

Finalmente, a análise exploratória parece apontar na direção que processos de explicitação condicionados pela norma lingüística se inserem no escopo de processos de explicitude, conforme definidos por Steiner (2005) e Hansen-Schirra, Neumann e Steiner (2007). Seriam também correlatos, segundo Carston (2002, 2006), a um processamento inferencial pragmaticamente construído a partir de um esquema proposicional (forma lógica) codificado lingüisticamente, resultante de um amálgama de material decodificado lingüisticamente e material inferido pragmaticamente no nível da explicatura.

Cumprе ressaltar, porém, que a presente análise tem um caráter hipotético e carece de comprovação empírica, decorrente de uma análise processual. A fim de aferir esta possibilidade pelo viés experimental, propomos, na próxima seção, uma metodologia de anotação processual com vista a aferir empiricamente instâncias de explicitação em tradução.

4 Considerações finais

Tomando por base as tendências observadas na análise desenvolvida na seção anterior, o processamento inferencial de explicaturas e implicaturas consistirá, via de regra, em instâncias de explicitação, sejam elas condicionadas pela norma lingüística ou de natureza estratégica. Para fins de comprovação empírica, sugerimos mapear a geração de efeitos cognitivos/contextuais resultantes do processamento inferencial de tradutores por meio da anotação de uma quantidade significativa de *corpora* processuais para a aferição de formas de explicitação em tradução. Para tanto, os dados processuais inseridos no banco de dados CORPRAT (*Corpus* Processual para Análises Tradutórias) do Laboratório Experimental de

Tradução (LETRA) da Universidade Federal de Minas Gerais poderão ser utilizados como fonte de insumo.

Segundo Hansen-Schirra, Neumann e Steiner (2007), os estudos baseados em *corpus* apresentam, via de regra, uma lacuna metodológica entre hipóteses de alto nível e indicadores de baixo nível utilizados para validar essas hipóteses. Ao se trabalhar com indicadores em níveis mais altos, a exploração de *corpora* pode oferecer uma grande quantidade de dados autênticos e com alto nível de validade ecológica. A desvantagem desta metodologia é que fornece dados obtidos *a posteriori*. Por outro lado, a realização de experimentos oferece um melhor acesso ao processamento cognitivo e, de certa maneira, à tradução em tempo real. Porém, esses experimentos somente podem ser realizados em escala reduzida e em ambiente artificial.

Defendemos aqui, consoante Alves (2003), o uso de dados coletados em tempo real por meio de uma combinação de métodos voltados para o produto e o processo tradutório. Acreditamos que esses dados têm o potencial de oferecer evidências empíricas significativas para a investigação do fenômeno da explicitação em tradução. Sugerimos que a anotação dos *corpora* processuais seja feita com as seguintes categorias: (i) codificação conceitual; (ii) codificação procedimental; (iii) enriquecimento contextual; (iv) esforço de processamento [alto, médio e baixo; incluindo tempos de pausa e buscas de apoios]; (v) atribuição de relevância no processamento de inferências demonstrativas [aplicação de regras dedutivas] e não-demonstrativas [formulação e confirmação de hipóteses]; (vi) geração de efeitos cognitivos/contextuais [fortes, médios e fracos]. Através de uma cadeia de eventos processuais anotados, entendemos ser possível recuperar, por meio da mineração de dados, as cadeias processuais no *continuum* entre os processos de decodificação, o enriquecimento contextual, o esforço de processamento, o nível inferencial (demonstrativo ou não-demonstrativo) e o efeito contextual obtido. Esta proposta de anotação pautada pelas categorias da Teoria da Relevância possibilitará o seguimento processual das diversas instâncias ao longo do processo inferencial guiado pelo princípio da relevância.

Desta forma, por meio de uma abordagem empírico-experimental, a investigação das habilidades de compreensão pragmática de tradutores expertos contribuirá para o estudo de suas habilidades de decodificação lingüística. Enquanto

estudo análogo à abordagem de Steiner (2005) e de Hansen-Schirra, Neumann e Steiner (2007), a proposta poderá contribuir, pelo viés inferencial, para uma maior compreensão do fenômeno da explicitação em tradução, sobretudo na diferenciação entre processos de explicitude e de explicitação, distinção fundamental em uma abordagem que tem por objetivo a modelagem do processo tradutório com vistas a uma interface computacional.

Referências

ALVES, F. Tradução, cognição e contextualização: triangulando a interface processo-produto no desempenho de tradutores novatos. *D.E.L.T.A.*, v. 19, 2003. p. 71-108.

_____. Esforço cognitivo e efeito contextual em tradução: relevância no desempenho de tradutores novatos e expertos. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, n. especial sobre Teoria da Relevância, 2005. p.11-31.

_____. Cognitive effort and contextual effect in translation: a relevance-theoretic approach. *Journal of Translation Studies*, v. 10, n. 1, 2007. p.18-35.

_____; GONÇALVES, J. L. A relevance theory approach to the investigation of inferential processes in translation. In: Alves, F. (Ed.). *Triangulating translation: perspectives in process oriented research*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 11-34.

_____; _____. Modelling translator's competence: relevance and expertise under scrutiny. In: GAMBIER, Y.; SCHLESINGER, M.; STOLZE, R. (Ed.). *Translation studies: doubts and directions*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 41-55.

_____; MAGALHÃES, C. Using small corpora to tap and map the process-product interface in translation. *TradTerm*, v. 10, n. 1, 2004. p. 179-212.

BAKER, M. *Corpus linguistics and translation studies*. Implications and applications. In: BAKER, M; FRANCIS, G.; TOGNINI-BONELLI, T. (Eds.). *Text and technology: in honour of John Sinclair*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1993. p. 233-250.

_____. *Corpus-based translation studies: the challenges that lie ahead*. In: SOMERS, H. (Ed.). *Terminology, LSP and translation: studies in language*

engineering in honour of Juan C. Sager. Amsterdam: John Benjamins, 1996. p. 175-186.

BLAKEMORE, D. *Semantic constraints on relevance*. Oxford: Blackwell, 1987.

BLASS, R. *Relevance relations in discourse: a study with special reference to Sissala*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BLUM-KULKA, S. Shifts of Cohesion and Coherence in Translation. In: HOUSE, J.; BLUM-KULKA, S. (Eds.). *Interlingual and intercultural communication: discourse and cognition in translation and second language acquisition*. Tübingen: Narr, 1986, p.17-35.

CARSTON, R. *Thoughts and utterances: the pragmatics of explicit communication*. Oxford: Blackwell, 2002.

_____. Code and inference: The meaning of words in context. In *Pre-Proceedings of the SPRIK Conference on explicit and implicit information in text information structure across languages*. Oslo: SPRIK, 2006.

ENGLUND-DIMITROVA, B. *Expertise and explicitation in the translation process*. Amsterdam: John Benjamins, 2005.

GONÇALVES, J. L. *O desenvolvimento da competência do tradutor: investigando o processo através de um estudo exploratório-experimental*. 241 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

GUTT, E-A. *Translation and relevance: cognition and context*. Manchester: St. Jerome, 2000a.

_____. Issues of Translation Research in the Inferential Paradigm of Communication”. In: OLOHAN, M. (ed.). *Intercultural faultlines: research models in translation studies I. Textual and cognitive aspects*. Manchester: St. Jerome, 2000b. p. 161-179.

_____. On the significance of the cognitive core of translation. *The Translator*, v. 11, n. 1, 2005, p.25-49.

HANSEN, G. *Erfolgreich Übersetzen. Entdecken und Beheben von Störquellen*, Tübingen: Narr, 2006.

HANSEN-SCHIRRA, S.; NEUMANN, S.; STEINER, E. Cohesive explicitation in an English-German translation *corpus*. *Languages in Contrast*, v. 7, n. 2, 2007, p. 241-265.

NIDA, E. *Toward a science of translating: with special reference to principles and procedures involved in bible translating*. New York: Brill. 1964.

OLOHAN, M.; BAKER, M. Reporting that in translated English: evidence for subconscious processes of explicitation? *Across Languages and Cultures*, v. 1, n. 2, 2000, p. 141-158.

SÉGUINOT, C. Pragmatics and the explicitation hypothesis. *TTR: Traduction, Terminologie, Rédaction*, v. 1, n. 2, 1988, p. 106-114.

STEINER, E. Explicitation, its lexicogrammatical realization, and its determining (independent) variables – towards an empirical and *corpus*-based methodology. In. SPRIK reports (org.). *Reports from the Project “Languages in Contrast”, n. 36*. Oslo: University of Oslo, 2005. p. 1-42.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 1986 (2nd ed. 1995).

VINAY, J-P.; DARBELNET, J. *Stylistique comparée du français et de l'anglais*. Paris: Didier. 1958.

Corpus utilizado: obra original e traduções

LISPECTOR, C. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. *The hour of the star*. Trad. de Giovanni Pontiero. New York: New Directions, 1992.

_____. *Die Sternstunde*. Trad. de Kurt Meyer-Clason. Baden-Baden: Suhrkamp Verlag, 1985.

_____. *La hora de la estrella*. Trad. de Ana Poljak. Madrid: Siruela, 2000.

Rediscutindo o conceito de competência de uma perspectiva relevantista

José Luiz Vila Real Gonçalves

O conceito de competência, nas últimas décadas, tem se fixado a partir das propostas da abordagem modularista nos estudos da cognição e da linguagem (Fodor, 1983; Chomsky, 1980). Podemos dizer, *grosso modo*, que esta abordagem postula *competência* como um fenômeno derivado de uma pré-configuração filogenética que permite a ativação de um conjunto de módulos inatos, os quais seriam responsáveis pela manifestação de uma série de fenômenos cognitivos, biomecânicos e interacionais observáveis, ou seja, o *desempenho*. Em linhas gerais, essa abordagem defende que um indivíduo só pode desempenhar determinada tarefa ou um conjunto de ações se tiver internalizada(s) a(s) devida(s) competência(s). Por outro lado, há nas abordagens conexionistas da cognição (e.g. Elman *et al.*, 1996) a postulação de que competências e fenômenos cognitivos em geral se dão não pela ativação de módulos pré-configurados geneticamente, mas pela progressiva construção de redes neuronais e pela estabilização de rotinas processuais nessas redes, as quais derivam, entre outros fatores, da história de interações e estímulos vivenciados pelo indivíduo.

Neste capítulo, pretendo discutir a noção de competência a partir de uma perspectiva mais abrangente e sistêmica, adotando as bases teóricas e epistemológicas das abordagens conexionistas, fundamentando-me em trabalhos recentes acerca do tema (Gonçalves, 2003; Alves e Gonçalves, 2006; 2007; Rothe-Neves, 2007) e concentrando o foco do debate na competência do tradutor, sobre a qual tenho me debruçado mais detidamente. Além disto, adotarei conceitos e princípios da Teoria da Relevância (Sperber & Wilson, 1986; 1995; TR daqui em diante), os quais têm se mostrado consistentes e promissores para as questões tratadas neste âmbito. Em linhas gerais, procurarei expandir a noção modularista de *competência internalizada*, que é tida como a contrapartida para o *desempenho*, argumentando em favor do caráter indissociável dos fenômenos cognitivos e sócio-interativos, que, da perspectiva aqui adotada, são domínios essenciais para a constituição de qualquer competência. Tais reflexões têm se desenvolvido no âmbito

da pesquisa *Avaliando a Competência do Tradutor em Formação: uma pesquisa empírico-experimental*, realizada na Universidade Federal de Ouro Preto, como parte do projeto interinstitucional UFMG-UFOP/FAPEMIG 8763, intitulado *Competência em Tradução: o papel dos conhecimentos declarativo e procedimental na formação de tradutores aprendizes*.

Repensando o conceito de competência

Rothe-Neves (2007) apresenta uma discussão bastante consistente acerca da temática relativa à competência do tradutor, questionando a pertinência e utilidade da concepção de competência como conhecimento subjacente. Ao longo de seu trabalho, Rothe-Neves destaca a falta de precisão no uso do termo *competência* e a tendência de utilizá-lo como o resultado do desempenho, principalmente nos Estudos da Tradução, tendo em vista que vários trabalhos de pesquisa tomam como base, para a avaliação da competência do tradutor, parâmetros culturalmente estabelecidos, e não conhecimentos subjacentes, geralmente inacessíveis através dos métodos de observação utilizados. Desse modo, aquele autor argumenta que, muito mais que circunscrever os componentes da competência internalizada, as pesquisas fundamentam-se em padrões construídos socialmente para definir a constituição da competência do tradutor. A partir daí, reforça o argumento de que a competência é mais bem definida e avaliada em termos de resultado do desempenho.

Observa-se, portanto, que Rothe-Neves questiona a utilidade da noção de competência como conhecimento subjacente, a qual é bastante recorrente nas vertentes modularistas dos estudos da cognição e da linguagem. Propõe, assim, a primazia do referencial sócio-cultural sobre o cognitivista no estabelecimento dos padrões de competência.

Alves e Gonçalves (2007) aperfeiçoam a proposta de Gonçalves (2003), apresentando um modelo de competência do tradutor a partir de fundamentos das abordagens conexionistas para a cognição (e.g. Elman *et al.*, 1996), adotando, entretanto, uma perspectiva complexa de competência, a qual envolve uma articulação sistêmica entre cognição e sócio-interação. Apesar do foco do modelo proposto ser cognitivo, postula-se que o desenvolvimento e funcionamento desses

processos são dependentes dos estímulos e interações vivenciados pelo indivíduo. Concordando com essa posição, entendo que cognição e sócio-interação se separam por questões metodológicas e para fins de focalização do respectivo objeto de estudo, mas são necessariamente interdependentes e complementares na descrição e explicação dos fenômenos envolvidos na tradução e na definição do tradutor competente ou experto (usados aqui indistintamente).

O modelo em questão coloca em destaque a complexidade e multifuncionalidade dos componentes da competência do tradutor e de sua indissociabilidade em relação a padrões sócio-culturalmente estabelecidos para a profissão. Um aspecto importante na descrição do modelo é o caráter sistêmico ou de rede na construção da competência do tradutor, através do qual se verifica um comportamento bastante complexo na realização de tarefas tradutórias. Assim, estabelece-se que a competência do tradutor é componencial, ou seja, é constituída de diferentes componentes ou subcompetências, que devem ser adequadamente articuladas para que o desempenho experto possa se manifestar.

Com respeito à articulação de subcompetências, é pertinente mencionar o trabalho de Ericsson *et al.* (1993), que destaca a importância da *prática deliberada* na construção da competência (*expertise*) em qualquer área de atuação. Observa-se, a partir da noção de sinergia entre os conhecimentos declarativos e procedimentais, que o desenvolvimento de competências ou de *expertise* em determinadas áreas de atuação deve ir além da automatização (ou “procedimentalização”) de certos conhecimentos declarativos ou, por outro lado, da explicitação/conscientização (ou teorização) de certos conhecimentos procedimentais – em linhas gerais, não basta ter conhecimento teórico ou prático de uma determinada área; para se tornar um profissional competente ou experto, é preciso articular esses dois níveis de conhecimento, ou seja, estabelecer sinergia entre eles para que a realização de tarefas específicas se torne menos dispendiosa cognitivamente e corporalmente e mais eficiente em termos dos resultados pretendidos.

Trabalhos como os de Robinson (1997), Hurtado Albir (1999), Schäffner e Adab (2000), Kiraly (2000), PACTE (2003), entre outros, discutem o papel de componentes teóricos (conhecimentos declarativos) e práticos (conhecimentos procedimentais) na constituição da competência do tradutor. Verifica-se uma tendência de polarização, com alguns defendendo uma ou outra categoria como a

mais importante ou determinante para a constituição da competência do tradutor. No entanto, conforme já mencionado acima, Alves e Gonçalves (2007) destacam a importância da articulação não só desses dois tipos de “conhecimentos”, mas também de outros níveis cognitivos para o desenvolvimento da competência do tradutor, argumentando a favor da metacognição como característica marcante no tradutor competente ou experto.

Adotando, pois, como referência o modelo de competência do tradutor de Gonçalves (2003), posteriormente aperfeiçoado por Alves e Gonçalves (2007), o trabalho de pesquisa *Avaliando a Competência do Tradutor em Formação: uma pesquisa empírico-experimental*, desenvolvido na UFOP, buscou rever os conceitos de competência para poder reformulá-la e propor-lhe uma hierarquização coerente com aquele modelo de competência do tradutor. Para que se apresente tal reformulação de maneira consistente, será necessário, antes, abordar alguns aspectos do modelo de Alves e Gonçalves, ainda que de forma breve.

Adotando as bases conexionistas para o desenvolvimento do seu modelo, Alves e Gonçalves (*op. cit.*) propõem que o sistema cognitivo pode ser concebido a partir de entidades mínimas (nódulos e conexões), as quais indicam uma analogia com as unidades do sistema nervoso – neurônios e sinapses. Diferentemente da concepção modularista, o conexionismo explica os fenômenos cognitivos não a partir de uma arquitetura pré-configurada geneticamente, mas da construção de redes neuronais que derivam dos múltiplos estímulos vivenciados pelo indivíduo, o que leva à estabilização de rotinas processuais em diferentes porções do sistema nervoso – tais rotinas corresponderiam, pois, a competências ou subcompetências específicas. A proposta de desenvolvimento do sistema cognitivo segue o princípio da gradual ampliação e reforço de algumas conexões, além do enfraquecimento de outras, em virtude do histórico de interações e estímulos vivenciados pelo indivíduo. A partir desse desenvolvimento gradual, estabilizam-se sub-redes no sistema cognitivo, que, em linhas gerais, seriam consideradas como módulos pela abordagem modularista, devido à alta rotinização observada no seu comportamento. No modelo em questão, são destacadas duas direções para o desenvolvimento cognitivo: uma centrífuga, que leva à estabilização de processos pela recorrência com que são realizados, resultando na progressiva automatização dos mesmos, com o reforço de certas conexões e da ativação de certas sub-redes; e a outra

centrípeta, que representa a ampliação e incremento da complexidade das redes cognitivas, o que se traduz pelo desenvolvimento de faculdades cognitivas mais complexas, levando a um estágio mais avançado, que é a metacognição. Desta perspectiva, a rede está continuamente expandindo-se no sentido da “procedimentalização”, através do reforço de rotinas, por um lado, e, por outro, no sentido da ampliação dos conhecimentos declarativos e até dos metacognitivos, o que significa a criação de sub-redes mais complexas, com maior espectro de ativação, envolvendo processos mais demorados e conscientes.

Em termos de aplicação, aquele modelo nos leva a rever a rigidez da constituição de competências como apenas um fenômeno derivado da ativação de módulos geneticamente moldados. Portanto, uma competência não se define pela vinculação de uma série de módulos estritamente configurados, que aceitam estímulos restritos e produzem respostas também restritas; caracteriza-se muito mais como um processo dinâmico de articulação de sub-redes no sistema cognitivo, cujos próprios processamentos realimentam e modificam suas configurações internas e seus padrões de respostas, além do fato de que esses processamentos e configurações dependem das interações do indivíduo com o seu ambiente físico e sócio-cultural.

Verifica-se, portanto, que nesta concepção a construção do sistema cognitivo se dá não só em função de uma pré-disposição filogenética, mas também através das interações do indivíduo com seu meio sócio-cultural. Assim, a construção de competências, necessariamente, será dependente tanto dos padrões socialmente definidos quanto dos limites estruturais biologicamente definidos para a espécie humana. Diante desta perspectiva, defendo aqui, assim como Alves e Gonçalves (2007), que a construção de competências é um fenômeno ao mesmo tempo cognitivo e sócio-interativo, o que, em certa medida, amplia a proposta de Rothe-Neves (2007), mencionada acima.

A busca de complementaridade entre os domínios cognitivo e sócio-interativo não tem um caráter meramente conciliatório ou intermediário, mas resulta da observação de que a conceituação de *competência* a partir de apenas um deles não traz respostas suficientemente satisfatórias para o entendimento dos respectivos fenômenos e para sua aplicação prática.

Neste ponto, apresentarei uma tentativa de definição de competência derivada da discussão acima. Poderíamos dizer, então, que competência caracteriza-se pela constituição de rotinas cognitivas e sensório-motoras que: (1) derivam da estrutura biológica do indivíduo e do conjunto de interações entre este indivíduo e seu meio; e (2) produzem um conjunto de comportamentos historicamente situados e sócio-culturalmente valorizados. Logo, uma competência se constrói a partir de padrões sócio-culturais e históricos, os quais se organizam e se estruturam cognitivamente a partir de restrições biológicas e do histórico de interações vivenciadas. Ou seja, ao lidarmos com questões relativas à competência, não há como ignorar a estreita vinculação e complementaridade entre esses dois domínios.

Para definir a competência do tradutor ou competência tradutória, de forma congruente com o conceito geral proposto acima, cito Alves, Magalhães e Pagano (2000, p. 13), que postulam esta competência como “todos aqueles conhecimentos, habilidades e estratégias que o tradutor bem-sucedido possui e que conduzem a um exercício adequado da tarefa tradutória.” Essa definição é adotada por Gonçalves (2003) como a *competência tradutória geral*, sendo entendida como um sistema complexo e multi-funcional que deve ser adequadamente desenvolvido e articulado para produzir um desempenho tradutório competente/experto.

Como componente central da competência tradutória (*a competência tradutória específica*), o modelo de Alves e Gonçalves (2007) utiliza como base os mecanismos pragmáticos atribuídos ao construto da TR denominado como *dispositivo dedutivo*. Assim, entendem que a competência tradutória específica

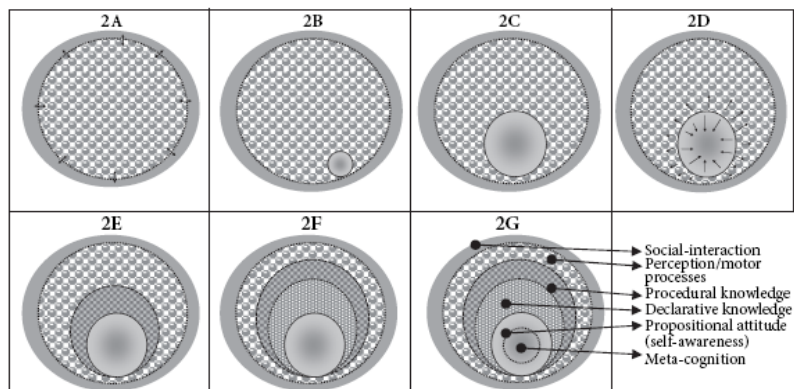
é diretamente proporcional à produção de efeitos contextuais gerados a partir de duas unidades de tradução recíprocas (uma na língua-fonte e outra na língua-alvo) e também é diretamente proporcional à maximização da superposição entre esses efeitos contextuais, ou seja, à maximização da sua semelhança interpretativa (ALVES; GONÇALVES, 2007, p. 43).³²

Desse modo, os processos de tradução seguem alguns dos princípios pragmáticos presentes na comunicação intra-lingual, como, por exemplo, a busca de otimização ou produtividade cognitiva, através da maximização dos efeitos e da

³² Minha tradução de “is directly proportional to the production of contextual effects generated from two counterpart translation units (one in the source language and the other in the target language) and is also directly proportional to the overlapping of the two sets of effects, that is, the maximisation of their interpretive resemblance.”

economia de esforço, conforme postulado pela TR, o que discutirei um pouco mais na próxima seção.

A seguir, apresento os diagramas propostos por Alves e Gonçalves para a descrição e representação dos princípios discutidos até aqui.



(ALVES; GONÇALVES, 2007, p. 45)

No diagrama acima, os autores descrevem o desenvolvimento do sistema cognitivo a partir de princípios conexionistas. O desenvolvimento das camadas reflete o histórico de interações e caracteriza-se pelo progressivo e recursivo reforço de conexões em alguns subsistemas (ou sub-redes), enfraquecimento de outros, principalmente pelo desuso, e articulações de sub-redes complexas, criando sistemas de habilidades, conhecimentos e competências. O modelo hierarquiza os níveis de complexidade cognitiva – quanto mais interna a camada, mais complexos e conscientes os processos. Sobre o diagrama 2G, que seria a representação do sistema cognitivo maduro, os autores inserem os subsistemas que seriam mais relevantes para a tradução, propondo, assim, a configuração da competência geral do tradutor (ou competência tradutória geral), no diagrama reproduzido abaixo.

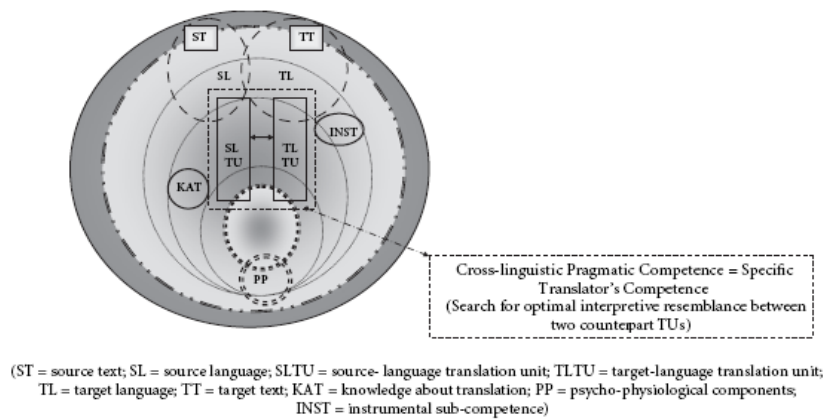


Figure 3. Cognitive modelling of translator's competence.

(ALVES; GONÇALVES, 2007, p. 46)

Nesse diagrama, os autores colocam o retângulo no centro do processo ou da competência tradutória, definindo-a como *competência tradutória específica* ou competência pragmática inter-lingual (uma especialização do *dispositivo dedutivo* da TR). Destacam também que os processos de contextualização e busca de *semelhança interpretativa* ótima entre unidades de tradução recíprocas (uma na língua-fonte e outra na língua-alvo), ali implementados, são essenciais para a tradução.

Com isso, começamos a observar que certos princípios operacionais da TR são congruentes com uma perspectiva conexionista de cognição. Não desenvolverei aqui uma discussão detalhada dos desdobramentos e particularidades do modelo em tela. Tão somente destacarei as características que apontam o arcabouço da TR como uma possibilidade consistente para descrevermos e explicarmos questões relativas à competência, em geral, e competência do tradutor, mais especificamente.

Nos dois próximos diagramas, os autores apresentam dois protótipos de competência de tradutores: um “banda-restrita” e outro “banda-larga”. Nestes casos, atribui-se o desenvolvimento da competência do tradutor à ampliação das subcompetências e à sua adequada articulação. Além disso, destaca-se a importância da competência tradutória específica (derivada do “módulo” pragmático ou *dispositivo dedutivo*), argumentando-se que essa deve se desenvolver no sentido da metacognição, para que o tradutor amplie suas possibilidades de contextualização e, assim, otimize os processos de atribuição e avaliação da *semelhança interpretativa* entre as unidades de tradução recíprocas.

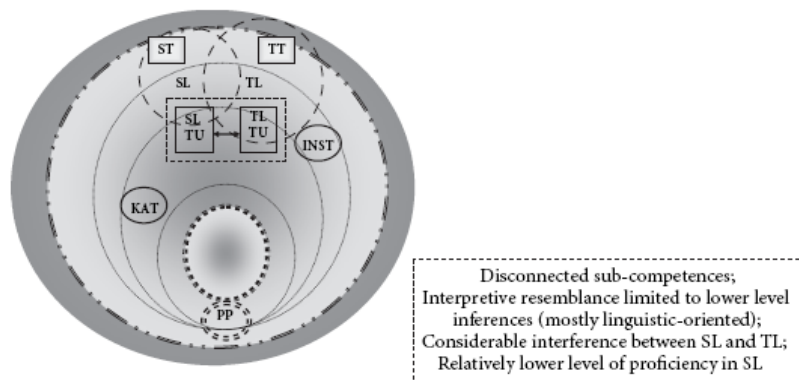


Figure 4. The Narrow-Band Translator.

(ALVES; GONÇALVES, 2007, p. 51)

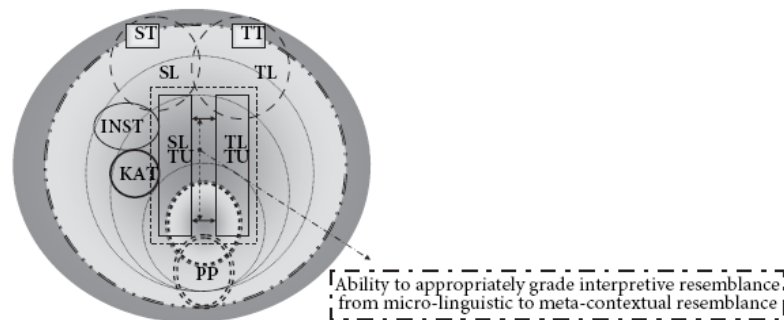


Figure 5. The Broadband Translator.

(ALVES; GONÇALVES, 2007, p. 52)

Como se pode verificar, a diferença entre os dois protótipos de competência do tradutor deve-se ao baixo desenvolvimento das subcompetências, da baixa articulação entre elas e, principalmente, da pequena amplitude da competência específica, a qual se restringe aos níveis da equivalência/correspondência lingüística entre unidades de tradução, não chegando a níveis adequados de contextualização, quando comparamos o tradutor “banda-restrita” com o “banda-larga”.

Tendo destacado aspectos relevantes do modelo de competência do tradutor de Alves e Gonçalves (2007) para as questões em discussão neste capítulo, abordarei a seguir alguns princípios da TR que se mostram potencialmente aplicáveis e produtivos para a reformulação do conceito de competência.

A aplicabilidade da TR aos estudos sobre competência

Sperber e Wilson (1986; 1995) apresentam uma teoria que busca descrever e explicar a comunicação humana das perspectivas lingüístico-pragmática e cognitiva. Em relação à primeira, destacam que os processos de produção e interpretação de enunciados dependem, por um lado, de codificação e decodificação e, por outro, de inferências. Ou seja, são questionados, de um lado, a pretensa comunicação total de informações, postulada pelo modelo de código, e, do outro, o contraponto extremo da interpretação inteiramente livre e individualizada, sem qualquer parâmetro codificado. Assim, a comunicação será sempre relativa – quanto maior a *manifestação mútua* entre os *ambientes cognitivos* dos interlocutores, tanto mais *efeitos contextuais* adequados se realizarão e mais sucesso terá a interação comunicativa. Quanto à perspectiva cognitiva, a TR sugere um princípio de produtividade que apresenta grande congruência com outros fenômenos biológicos – o *Princípio da Relevância*. Este princípio pressupõe que, para haver o desenvolvimento do sistema cognitivo do indivíduo, visando à sua melhor adaptação ao meio, é necessário que os processos de produção de novos conhecimentos observem uma regra de economia, qual seja, a produção de *efeitos contextuais* abundantes, ou minimamente suficientes, com o mínimo necessário de esforço cognitivo. Toda vez que se produzem efeitos insuficientes ou que o esforço supera um determinado limite, o estímulo que desencadeou o processo em questão será considerado irrelevante ou pouco relevante, no primeiro caso, ou o processo será interrompido ou postergado, por uma questão de economia e de preservação do sistema, no segundo caso.

Valendo-se principalmente da perspectiva cognitiva adotada pela TR, o modelo de Alves e Gonçalves (2007) associa alguns conceitos e postulados dessa teoria com os das abordagens conexionistas para se fundamentar, como vimos sucintamente acima. É importante sublinhar que a TR utiliza como fundamento epistemológico a abordagem modularista para a cognição. Contudo, na percepção aqui adotada, o seu arcabouço apresenta uma significativa congruência com os princípios conexionistas. Com relação ao modelo de Alves e Gonçalves, o princípio explicativo da TR que fundamenta o processo de ampliação do *ambiente cognitivo* do indivíduo, diferentemente da visão modular, pressupõe o gradual reforço ou enfraquecimento de determinadas *suposições* (informações ou conhecimentos)

através de um histórico de experiências que confirmem ou neguem seu valor de verdade. Portanto, uma determinada informação não será considerada simplesmente verdadeira ou falsa, mas terá *força de verdade* variável para a TR. Essa descrição é adequada muito mais à concepção conexionista de cognição, em que a recursividade de determinados processos cognitivos reforçam certas conexões da rede e enfraquecem outras.

Neste ponto, é importante também mencionar um outro trabalho daqueles mesmos autores (Alves e Gonçalves, 2006) em que se discutem semelhanças entre alguns postulados e princípios das abordagens conexionistas e a proposta da modularidade maciça, desenvolvida por Sperber (2002; 2005) e Sperber e Hirschfeld (2007). Questionando a modularidade clássica, em que o sistema cognitivo é dividido em dois grandes subsistemas (os módulos e o processador central), a modularidade maciça propõe que a cognição opera exclusivamente a partir de módulos, não precisando de um processador central – daí a proposição de um sistema maciçamente modular. Contudo, Alves e Gonçalves (2006) argumentam que a suposta “radicalização” da modularidade converge para diversos fundamentos conexionistas, o que acaba colocando a TR ainda mais próxima dessas abordagens.

Voltando ao modelo de competência do tradutor em tela (Alves e Gonçalves, 2007), a TR direciona seu foco para o funcionamento do “módulo” pragmático no sistema cognitivo (o *dispositivo dedutivo* da TR), o qual é responsável pelos processos de contextualização na comunicação, os quais são aplicados à tradução pelo modelo em discussão. Esse “módulo” pragmático é o articulador das diversas subcompetências necessárias para a realização das tarefas do tradutor. Conforme apresentado acima, aquele modelo defende que a ampliação da competência do tradutor deve-se, principalmente, aos seguintes fatores: ampliação da competência pragmática na direção da metacognição, ampliação das competências lingüísticas nas línguas de trabalho, ampliação das subcompetências de conhecimentos (teóricos) sobre tradução, da subcompetência instrumental-profissional e dos fatores psicofisiológicos, além da adequada articulação entre todos eles. Em relação a esse último aspecto, não basta apenas ampliar as subcompetências de forma autônoma; é necessário que isto seja feito de forma integrada.

Traduzindo a proposta, para o desenvolvimento da competência do tradutor, é necessário que os chamados conhecimentos procedimentais juntamente com os

declarativos se ampliem de forma articulada, tendo como elemento articulador a competência pragmática, denominada no modelo como competência tradutória específica.

Tendo, pois, explorado os pontos de convergência entre abordagens conexionistas para a cognição, a TR e o modelo de competência tradutória de Alves e Gonçalves, além de propor uma re-discussão acerca dos conceitos de competência, apresento na próxima seção a proposta de hierarquização para competência desenvolvida na pesquisa *Avaliando a Competência do Tradutor em Formação: uma pesquisa empírico-experimental*, em andamento na UFOP.

Uma proposta de hierarquização para as competências

Uma vez que o modelo de competência do tradutor aqui em discussão pressupõe uma hierarquização dos processos cognitivos, como apresentei acima, e levando em conta que a constituição de uma determinada competência envolve a articulação de diferentes níveis cognitivos, além da sua integração com os fenômenos sócio-interativos, o grupo de pesquisa em competência do tradutor da UFOP desenvolveu uma proposta de hierarquização para os sistemas de competência, visando especialmente à competência do tradutor.

Os níveis cognitivos descritos no modelo de Alves e Gonçalves, conforme o diagrama 2G, reproduzido acima, incluem: percepção/motricidade, conhecimentos procedimentais, conhecimentos declarativos, atitudes proposicionais e metacognição. A ordem desses níveis, do mais externo para o mais interno, reflete o progressivo aumento da complexidade do sistema, resultando em conjuntos de sub-redes maiores, com mais interconexões, que operam de forma menos automática (com conexões menos fortes e menos estabilizadas em comparação com as camadas mais externas) e, por isso mesmo, mais conscientes. Em virtude dessa complexidade hierárquica para os processos cognitivos é que se decidiu pensar em subcategorias que incluíssem os outros níveis, além dos conhecimentos procedimentais e declarativos, tradicionalmente abordados na descrição de uma competência.

Assim, podemos constatar que as subcompetências ou subsistemas como as línguas, por exemplo, envolvem principalmente conhecimentos procedimentais

(sobretudo quando o indivíduo apresenta fluência nas mesmas), mas também incluem diversos processos do nível perceptual-motor. É importante destacar que estou abordando língua num sentido restrito, não incluindo os processos pragmáticos. Portanto, categorizamos os processos relativos à percepção, motricidade e os conhecimentos procedimentais como habilidades, rótulo que é condizente com várias descrições desses fenômenos em correntes da psicologia cognitiva e da psicolinguística. Deste modo, a língua, no sentido estrito, seria uma habilidade, o que indica um *saber fazer/agir*, que geralmente demanda menos esforço consciente. Obviamente que existe a possibilidade de alguém conhecer uma língua de forma teórica ou metalingüística, sem ser fluente na mesma; nesse caso, teríamos um conhecimento, e não uma habilidade, ainda que o primeiro possa contribuir para o posterior desenvolvimento da segunda.

No terceiro nível do diagrama 2G do modelo reproduzido acima, encontram-se os conhecimentos declarativos, que caracterizam um tipo de saber explícito, conceitual, que normalmente pode ser enunciado verbalmente. As sub-redes cujos processos ocorrem nesse nível foram categorizadas simplesmente como conhecimentos. Os proponentes do modelo em discussão argumentam que é necessário haver uma base procedimental para que o sistema comece a construir seus conhecimentos declarativos, o que reflete certos estágios do desenvolvimento do indivíduo. Contudo, depois de alcançar certos estágios, é possível e até recorrente que o nível de conhecimentos contribua também para o desenvolvimento de habilidades. Ou seja, há situações em que o “conhecimento teórico” pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades “práticas”. Mencionando novamente o trabalho de Ericsson *et al.* (1993), verifica-se que a sinergia entre esses níveis vai aumentar o grau de competência em relação a um conjunto de atividades (profissionais, esportivas, etc.).

O nível das atitudes proposicionais indica a constituição de sub-redes responsáveis por tomadas de decisão, identificação e solução de problemas. O conceito de *atitude proposicional* é contemplado na descrição da TR e abordado por outras teorias pragmáticas, referindo-se a atribuição de valor (gostar, detestar, ignorar, etc.) às proposições ou informações processadas pelo indivíduo. Ou seja, a partir de cada proposição ou informação processada, seria gerada uma avaliação de suas implicações para o desenvolvimento cognitivo e biológico, ainda que de forma

subliminar. Diante dessas características, categorizamos este nível como estratégias.

O nível mais central, o da metacognição, envolve processos bastante complexos e que dependem da articulação de vários outros níveis. Este foi categorizado como o nível dos metaconhecimentos.

No que tange ao modelo apresentado, verificamos que o chamado “módulo” pragmático, que se especializa como a competência tradutória específica num contexto bilíngüe e bi-cultural, ocupa diversos níveis do sistema cognitivo, começando dos conhecimentos procedimentais (habilidades), podendo chegar idealmente à metacognição (metaconhecimentos). Em função dessa inserção nos diferentes níveis de processamento cognitivo, decidimos rotular os sistemas desse tipo como capacidades. Assim, as capacidades seriam subsistemas complexos que variariam dos níveis mais automáticos para os mais conscientes. O seu desenvolvimento avançado dependeria da adequada articulação desses níveis cognitivos, ou da sinergia entre eles, nos termos de Ericsson *et al.* (1993).

Portanto, a categorização aqui proposta para os componentes de uma competência inclui habilidades, conhecimentos, estratégias e metaconhecimentos, hierarquicamente apresentados em relação à sua complexidade cognitiva. Além dessas, inclui uma super-categoria, a das capacidades, que envolve a articulação de duas ou mais das categorias anteriores, como é o caso da chamada competência tradutória específica no modelo de Alves e Gonçalves.

Possíveis desdobramentos e aplicações

A categorização proposta acima pode resultar em alguns desdobramentos teóricos e aplicações didáticas. No que tange às questões teóricas, uma vez que o *Princípio da Relevância* define o mecanismo operacional para o “módulo” pragmático (o *dispositivo dedutivo*, para a TR, a competência tradutória específica, para Alves e Gonçalves, e, agora, a capacidade tradutória), é importante avaliar a sua pertinência e produtividade na descrição dos fenômenos cognitivos em geral e, mais especificamente, tradutórios. No campo didático, é necessário refletir sobre a validade e aplicabilidade desta proposta para o desenvolvimento da competência do tradutor.

No campo da discussão teórica, o processo de busca e atribuição de *semelhança interpretativa* ótima entre duas unidades de tradução recíprocas, descrito como fundamento cognitivo para a tradução no modelo em discussão, pode adquirir menor ou maior amplitude, dependendo do grau de competência ou expertise do tradutor: conforme descrito por Alves e Gonçalves, os tradutores menos experientes tendem a buscar a *semelhança interpretativa* nos níveis mais procedimentais (lingüísticos), não verificando os desdobramentos inferenciais mais complexos que o processamento de determinada unidade pode gerar. Já o tradutor mais experiente desenvolve mais e, geralmente, melhores inferências, o que favorecerá o aumento da probabilidade de a *semelhança interpretativa* contemplar os parâmetros de adequação e correção definidos sócio-culturalmente. Portanto, a capacidade tradutória, desdobramento bilíngüe e bi-cultural da capacidade pragmática, opera a partir do *Princípio da Relevância*, buscando contextualizar e comparar unidades de tradução recíprocas, devendo desenvolver-se em direção aos processos mais complexos, qual sejam, os metaconhecimentos. Não se quer dizer com isto que o tradutor profissional sempre deva buscar o nível metacognitivo de processamento; sabe-se que, em grande medida, ele encontra-se no estado de fluxo. O que se faz necessário é o desenvolvimento da capacidade de identificar situações em que será preciso encaminhar o processo inferencial para os níveis mais profundos (metaconhecimentos). Essa capacidade é descrita de forma bastante ilustrativa por Robinson (1997), quando afirma que o tradutor experiente ou competente sabe quando sair do estado de fluxo (do “piloto automático”), “disparando os alarmes” e entrando no estado de atenção.

Este processo é indiscutivelmente complexo, mas já foi abordado por Alves e Gonçalves (2006), ao lidarem com o conceito de *saliência*, proposto por Sperber (2002). Aqueles autores, confrontando connexionismo e modularidade maciça, sugeriram que o *Princípio da Relevância* apresenta um padrão de funcionamento não só quantitativo, mas também qualitativo, em que as suposições selecionadas para um processamento inferencial são ativadas pela sua *saliência*, que seria sua vinculação com determinados insumos externos ou mesmo internos, e a avaliação dos efeitos de seu processamento observará muito mais do que apenas a quantidade, mas especialmente a sua congruência com determinados padrões sócio-interativos. Portanto, os parâmetros para avaliar a quantidade e qualidade dos *efeitos contextuais* produzidos ao longo de um processo inferencial não são auto-

referenciados no sistema cognitivo, mas construídos a partir de padrões externos. Quando o nível das estratégias não reconhece *efeitos contextuais* minimamente suficientes (quantitativa e qualitativamente), haveria a saída do processo do estado de fluxo para o de atenção/alerta, no qual o sistema vai à busca de mais e melhores efeitos para se chegar a um resultado coerente.

Diante desses argumentos, parece que o estabelecimento da categoria capacidade é útil no sentido de remeter a uma natureza processual definida – no caso da capacidade pragmática, haveria processos de produção de *efeitos contextuais* e de avaliação da sua semelhança em relação a entidades correlatas – mas que poderia variar em termos de intensidade/profundidade. Nos estudos da pragmática, e mesmo na TR, é recorrente tratar-se da distinção entre inferências demonstrativas e não-demonstrativas, locais e globais, indutivas e dedutivas, o que indica o espectro de complexidade envolvido nos processos inferenciais, alguns mais rápidos e automáticos e outros mais lentos e demandando maior esforço e monitoramento cognitivo. Por isso, a proposta de descrever e explicar o “módulo” pragmático ou *dispositivo dedutivo* como uma capacidade, nos termos da exposição acima, mostra-se pertinente, uma vez que demonstra ocupar diversos dos níveis do sistema cognitivo, sendo mais do que um tipo de conhecimento procedimental (habilidade), automatizado e inconsciente, como alguns defendem, mas também não se limitando ao nível dos conhecimentos declarativos, onde, supostamente, ocorriam os processos lógico-dedutivos explícitos. Portanto, o entendimento dos processos inferenciais ao longo desse espectro de vários níveis cognitivos, ou seja, como uma capacidade, parece tornar mais consistentes e bem definidas as questões relativas a competência.

Em relação a possíveis formas de aplicação didática, pode-se argumentar que os níveis de habilidades e de conhecimentos exigem metodologias didático-pedagógicas distintas para o seu desenvolvimento. Geralmente, habilidades demandam a automatização de rotinas, através de exercícios práticos em que serão reforçadas determinadas conexões do sistema cognitivo, facilitando a ativação de conexões e nódulos envolvidos nas rotinas em questão. É o caso das línguas de trabalho (aqui, habilidades lingüísticas) e da subcompetência instrumental, que envolve a agilidade no uso de equipamentos e materiais de referência.

Com relação aos conhecimentos, esses se constroem ou se manifestam por uma via mais explícita, através de enunciados, ainda que mentais. É comum que se questione, em alguns setores de atuação, a utilidade de um determinado conhecimento – o que me importa saber, por exemplo, que a água ferve a 100 graus Celsius no nível do mar? É importante frisar que, independentemente da sua utilidade, o que define esta categoria cognitiva é o fato de ser explícita, verbalizável. Entretanto, muitos conhecimentos (teóricos) que, a princípio, não têm aplicação prática na vida do sujeito, posteriormente, passam a ser significativos quando se “procedimentalizam” ou se tornam subliminares a partir da recursiva aplicação em situações concretas. No caso da tradução, parece que o caminho é mais complexo, já que o tradutor, como muitos outros profissionais, deverá também procedimentalizar alguns conhecimentos, aumentando sua rapidez de trabalho, mas, por outro lado, deverá buscar os metaconhecimentos nas situações em que a contextualização e a avaliação da *semelhança interpretativa* entre as unidades de tradução não forem satisfatórias.

Com relação às estratégias, o seu desenvolvimento, numa primeira abordagem, parece estar relacionado principalmente com o nível procedimental, dado o seu caráter automático em muitos casos. Assim, poderíamos pensar que estratégias seriam um tipo de habilidade. Contudo, entendo o desenvolvimento de estratégias a partir da integração ou, nos termos de Ericsson *et al.* (1993), da sinergia entre os níveis anteriores. Como sugere Robinson, esse seria o nível onde os “alarmes” disparariam, em casos de incoerências e incongruências, ou no qual as “luzinhas” da relevância acenderiam quando chegássemos a *efeitos contextuais* satisfatórios. A partir dessa hipótese, o desenvolvimento de estratégias dependeria do desenvolvimento integrado de habilidades e conhecimentos.

No tocante aos metaconhecimentos, creio que o seu desenvolvimento se funda na progressiva ampliação e articulação das redes de conhecimentos. Ainda que os metaconhecimentos possam ser ensinados teoricamente, é preciso que eles se articulem de forma coerente aos outros conjuntos de sub-redes cognitivas para que efetivamente componham uma competência. Portanto, uma marca de competência ou expertise em uma determinada área de atuação manifesta-se também através de certos metaconhecimentos, pela capacidade de descrição e explicação de alguns mecanismos ou processos dessa área. Corroborando esse

argumento, temos o trabalho de Sun (2001), que observa como a capacidade de explicação e explicitação de certos fenômenos agiliza e otimiza o processo de aprendizagem.

Finalmente, em relação à capacidade tradutória, parece que sua ampliação decorre do desenvolvimento e da articulação dos outros níveis. Assim, esta capacidade é “alimentada” com a ampliação dos *conhecimentos sobre tradução, das habilidades lingüísticas* nas línguas de trabalho, *da habilidade instrumental* e dos *fatores psicofisiológicos*. Esses últimos, pela característica de se expandirem por diferentes níveis cognitivos, têm também um perfil de capacidade.

Considerações finais

Neste capítulo, procurei discutir e reformular o conceito de competência, colocando em destaque a competência do tradutor, a partir das reflexões presentes nos trabalhos de Gonçalves (2003) e Alves e Gonçalves (2007) e na pesquisa *Avaliando a Competência do Tradutor em Formação: uma pesquisa empírico-experimental*, em andamento na Universidade Federal de Ouro Preto. Confrontei a proposição modularista tradicional (Fodor, 1983; Chomsky, 1980) da *competência* como conhecimento subjacente, geneticamente configurado e sendo a base para o *desempenho*. Argumentei que a oposição competência-desempenho não é produtiva na descrição dos fenômenos relativos à linguagem e à tradução e adotei a visão sistêmica proposta no modelo de Alves e Gonçalves (2007) para a competência do tradutor.

Aquele modelo fundamenta-se em pressupostos das abordagens conexionistas para a cognição e utiliza o arcabouço da TR para descrever a composição do sistema de subcompetências para a tradução. Defendi que, apesar da base modularista da TR, seu arcabouço descritivo e explicativo para os fenômenos pragmáticos e cognitivos aproxima-se mais do conexionismo. O *Princípio da Relevância*, como mecanismo explicativo dos fenômenos cognitivos envolvidos na linguagem e na tradução, apresenta também grande congruência com os postulados do conexionismo, indicando processos de regulação e otimização de relações entre esforço e efeitos cognitivos na construção dos sistemas de conhecimento do indivíduo (seu *ambiente cognitivo*).

Tendo observado uma proposta coerente e consistente no modelo de competência do tradutor em discussão, o grupo de pesquisa da UFOP, na vertente teórica do seu trabalho, decidiu propor uma composição para os sistemas de competência que apresentasse uma correlação com a hierarquia observada naquele modelo. Assim, de forma congruente com os níveis cognitivos propostos no modelo de Alves e Gonçalves (2007), decidimos utilizar as seguintes categorias na hierarquização de subcompetências: habilidades, conhecimentos, estratégias e metacconhecimentos, partindo das mais automáticas para as mais complexas e explícitas. Além dessas, propusemos a criação de uma super-categoria, a das capacidades, que englobaria mais de um nível cognitivo e se desenvolveria a partir da articulação sinérgica entre os respectivos níveis. A competência tradutória específica seria, pois, um tipo de capacidade, tendo em vista a amplitude cognitiva envolvida nos processos de busca e otimização da *semelhança interpretativa* entre as unidades de tradução recíprocas, nos processos tradutórios.

Argumentei também que tal hierarquização de componentes da competência, em especial da competência do tradutor, pode trazer contribuições teóricas acerca do entendimento de fenômenos cognitivos correlatos, além de sinalizar para possibilidades de aplicação didática na formação do tradutor. Nesse caso, uma futura pesquisa poderia testar a aplicação de diferentes métodos didático-pedagógicos na formação de tradutores a fim de aferir a sua relação com os diferentes níveis de subcompetências propostos acima.

Apesar de ainda incipiente, a proposta em questão abre caminho para a reflexão acerca da conceituação de *competência*, apontando para o fenômeno não como uma especialização geneticamente pré-configurada, mas, muito mais, como a construção de sub-redes cognitivas em congruência com os fenômenos sócio-interativos vivenciados pelo indivíduo. Dessa forma, não há como conceber uma competência como simples ativação de módulos pré-estruturados. Tem-se muito mais corroborado a perspectiva conexionista, que explica com maior propriedade a variabilidade e idiosincrasia do comportamento competente de profissionais de uma mesma área de atuação – especialmente da tradução.

Finalmente, termino a presente discussão argumentando que as reflexões e propostas aqui têm um caráter eminentemente teórico, mas o trabalho de pesquisa em curso na UFOP iniciará o tratamento e análise dos dados obtidos empírico-

experimentalmente, o que permitirá o aprofundamento das questões apresentadas acima.

Referências

ALVES, F.; GONÇALVES, J. L. Modularidade maciça, connexionismo e relevância: interfaces cognitivas aplicadas à tradução. In: _____; _____ (Orgs.). *Relevância em tradução: perspectivas teóricas e aplicadas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 9-33.

_____; _____. Modelling translator's competence: relevance and expertise under scrutiny. In: GAMBIER, Y.; SCHELENSIGER, M.; STOLZE, R. (Eds.). *Translation studies: doubts and directions*. (Selected contributions from the IV EST Congress). Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 41-55.

_____; MAGALHÃES, C.; PAGANO, A. *Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação*. São Paulo: Contexto, 2000.

CHOMSKY, N. *Rules and representations*. New York: Columbia University, 1980.

ELMAN, J. *et al. Rethinking innateness: a connectionist perspective on development*. Cambridge: MIT, 1996.

ERICSSON, K. A.; KRAMPE, R. T.; TESCH-ROMER, C. (1993). The role of deliberate practice in the acquisition of expert performance. *Psychological review*, v. 100, n. 3, 1993.

FODOR, J. A. *The modularity of mind*. Cambridge: MIT, 1983.

GONÇALVES, J. L. *O desenvolvimento da competência do tradutor: investigando o processo através de um estudo exploratório-experimental*. 2003. 241 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos)—Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

HURTADO-ALBIR, A. (dir.) *Enseñar a traducir: metodología en la formación de traductores y intérpretes*. Madrid: Edelsa, 1999.

ROTHER-NEVES, R. Notes on the concept of translator's competence. In *Quaderns. Revista de Traducció*, v. 14, p. 125-138, 2007.

KIRALY, D. *A social constructivist approach to translator education: empowerment from theory to practice*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2000.

PACTE. Building a translation competence model. In: ALVES, F. (Ed.). *Triangulating Translation: perspectives in process oriented research*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 43-68.

ROBINSON, D. *Becoming a translator: an accelerated course*. London: Routledge, 1997.

SCHÄFFNER, C.; ADAB, B. (Eds.). *Developing translation competence*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2000.

SPERBER, D. In defense of massive modularity. In DUPOUX, E. *Language, brain and cognitive development: essays in honor of Jacques Mehler*. Cambridge: MIT, 2002. p. 47-57.

_____. Modularity and relevance: how can a massively modular mind be flexible and context-sensitive? In CARRUTHERS, P.; STEPHEN, L.; STEPHEN, S. (Eds.). *The innate mind: structure and content*. Oxford: Oxford Scholarship Online Monographs, 2005. p. 53-69.

_____; HIRSCHFEL, D. L. Culture and modularity. In CARRUTHERS, P.; LAURENCE, S.; STICH, S. (Eds.). *The innate mind: culture and cognition*. Oxford: Oxford Scholarship Online Monographs, 2007. p. 149-165.

_____; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 1995 [1st ed. 1986].

SUN, R.; SLUSARZ, P. The interaction of explicit and implicit learning: an integrated model. 2001. Disponível em: <http://www.hcrc.ed.ac.uk/cogsci2001/pdf-files/0952.pdf>. Acesso em 5 de junho de 2008.

A tradução jurídica à luz da teoria da relevância

Cristina Lopes Perna

Indeterminância de significado em tradução

A ausência de equivalência de significado nas línguas traz sérias dificuldades para o ato tradutório em qualquer área. É, no entanto, na área de tradução jurídica que o problema atinge uma proporção muito maior, pois as conseqüências podem ser desastrosas caso o sentido ‘correto’ não seja propriamente transmitido. Em sua busca por fidelidade os estudiosos argumentam que a tradução jurídica deve ser executada da maneira mais direta possível. A fim de garantir essa qualidade, sugere-se que a tradução seja orientada para o texto de origem ao invés de para o texto alvo.

O presente trabalho irá analisar a tradução de contratos e discutir as dificuldades em se assegurar fidelidade numa área que apresenta inúmeras assimetrias. Exemplos de incongruências em conceitos jurídicos serão dados a fim de se argumentar em favor da hipótese de que uma abordagem totalmente direta para a tradução é uma tarefa quase que impossível. Além disso, será argumentado que a tradução de contratos não deve ser vista como uma simples escolha de orientações, a saber, texto fonte versus texto alvo, pois essa abordagem não traz nenhuma luz para o processo tradutório. Uma base teórica alternativa, que considera a questão da fidelidade em textos jurídicos não em função de sua equivalência ao texto fonte, mas sim em função de sua semelhança interpretativa, será proposta.

A teoria que nos fornecerá os subsídios para isto será a Teoria da Relevância (SPERBER; WILSON, 1986, 1995), pois ela permite que os tradutores entendam alguns dos processos cognitivos que envolvem a transferência de sentido de uma língua para outra. Dentro dessa teoria a noção de semelhança interpretativa (cf. GUTT, 1991, 2000) será oferecida, como sugestão para o problema de falta de equivalência. Ao adotarmos alguns dos construtos da teoria tais como o conceito de relevância ótima e sugerir estratégias com base na noção de alargamento de

conceito, estreitamento de conceito e uso ecóico de conceitos, a presente dissertação tentará trazer uma solução para o problema.

1 Tradução jurídica: abordagem pelo texto fonte ou pelo texto alvo?

O fato de há uma ausência de equivalência completa entre duas línguas acarreta sérias conseqüências para o ato tradutório em qualquer área. É, no entanto, na área da tradução jurídica que essa questão atinge proporções maiores, visto que os especialistas na área apregoam que esse tipo de tradução deve ser realizado da maneira mais direta possível. A fim de conseguir este resultado, o tradutor deve orientar sua tradução para o texto fonte (TF) ao invés de para o texto alvo (TA); outros autores argumentam em favor da outra orientação, entre eles tradutores francófonos no Canadá.³³ O consenso geral é de que as traduções literárias devam ser orientadas para a cultura alvo, ao passo que as não-literárias para a cultura fonte, visto que as últimas devem buscar a equivalência a todo custo.

O paradoxo que se apresenta aqui reside no fato de que há um grande número de incongruências em termos legais, se considerarmos os diferentes sistemas jurídicos. No caso do Brasil e EUA, isso ocorre devido ao fato de que cada sistema jurídico evoluiu de uma origem: o americano do sistema *Common Law* enquanto que o brasileiro originou do *Civil Law*.^{34, 35} Esse fato nos leva a constatação de que a visão de uma tradução como mera escolha entre orientações, nesse caso TF versus TA, ou tradução literal versus livre, não dá conta do processo de traduzir contratos jurídicos. Ao contrário, prova que estas visões tradicionais são insuficientes e que devemos lançar mão de um arcabouço diferente. Além disso, o problema da indeterminância de significado demanda uma nova perspectiva para o ato tradutório: uma perspectiva que acarretará em uma mudança na abordagem de

³³ Tradutores francófonos estão incorporando um número cada vez maior de práticas de redação de contratos do direito civil nos textos franceses da Legislação Federal Canadense, como um modo de compensar pelas diferenças entre os sistemas jurídicos e as línguas. Ver Sarcevic (1998).

³⁴ *Common Law* (em português, “lei comum”) é um sistema legal oriundo da Inglaterra, utilizado lá e na maioria dos países que foram colônias ou territórios britânicos. Sua característica principal é a valorização da jurisprudência em detrimento das leis estatutárias.

³⁵ *Civil Law* não é o que denominamos de Direito Civil. No sistema jurídico que adota o *Civil law*, a legislação representa a principal fonte do Direito. Os tribunais fundamentam as sentenças nas disposições de códigos e leis, a partir dos quais se originam as soluções para cada caso.

tradução que se baseia em um modelo de código para um novo modelo de cunho cognitivo-pragmático.

Um dos primeiros modelos cognitivo-pragmáticos que buscaram dar conta de significados implícitos foi o Princípio Cooperativo de Grice: “Faça com que sua contribuição conversacional siga as exigências, de acordo com o estágio em que ocorre, pelos propósitos aceitos ou pela orientação do discurso no qual você está engajado” (1975, p. 45).³⁶

Segundo Grice, os falantes seguem *máximas de conversação* a fim de garantir uma comunicação bem sucedida. Grice argumentou que as Máximas podem ser obedecidas ou violadas e que esta violação poderá ocorrer devido à quebra ou desrespeito as regras, feita de modo motivado e deliberado. Este é o mecanismo básico pelo qual um enunciado é usado para transmitir mais do que ele realmente denota: desta forma as implicaturas surgirão toda vez que uma máxima for quebrada. Grice (1985) ilustrou sua teoria com uma série de diálogos, através dos quais ele demonstra a quebra de máximas. Por exemplo, o seguinte diálogo adaptado de Grice (1975, p. 51) demonstra como o discurso viola a máxima de relevância na primeira leitura:

- A: Paul parece não estar envolvido emocionalmente nos últimos tempos.
B: Ele tem ido muito à Nova York.

Entretanto, se seguirmos as orientações do Princípio Comunicativo e concluirmos que B está sendo cooperativo, não é necessário afirmar que o mesmo está sendo informativo, verdadeiro, relevante e claro. Portanto, B poderá estar querendo implicar que ele acredita que Paul tenha uma namorada em Nova York ou que ele tem tanto a fazer em Nova York que não tem tempo para ter uma namorada.

Baker (1992) acredita que o Princípio Cooperativo de Grice e suas máximas não podem dar conta do fato de como produzimos implicaturas conversacionais, já que a noção de implicatura é geralmente indeterminada e permite várias interpretações possíveis, que poderão ser ou não intencionais da parte do falante. Este fato certamente complicaria a tarefa do tradutor, que poderia vir a eliminar certas interpretações possíveis do original. Segundo Baker, o tradutor “poderia

³⁶ Minha tradução de: “Make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged”.

inadvertidamente conduzir a outras interpretações que não fossem origináveis do texto original” (1992, p. 228).

Outra limitação em se aplicar as noções de Grice diz respeito ao fato de que seu enfoque primordial não era o texto escrito. Ao contrário, ele restringiu seus comentários a um conjunto de seqüências verbais, mais especificamente, seqüências de perguntas e respostas. Baker (1992) chama atenção para o fato de que o enfoque de Grice na fala dificulta que se faça a relação da sua teoria com a comunicação escrita. Não obstante, a autora acredita que as noções de Grice têm aplicações importantes para a tradução, e ela propõe que devemos “negligenciar a inadequação das teorias de implicaturas de Grice em termos de sua aplicação para o discurso escrito a fim de explorar sua relevância geral para a tradução” (1992, p. 225).³⁷

Estas questões propiciam discussões importantes para a teoria da tradução, especialmente nos casos quando o tradutor está envolvido com a resolução de aspectos transculturais que envolvem assimetrias no TA e TF. A hipótese largamente aceita em teorias de tradução com viés pragmático é a de que quanto mais específicas à língua forem as regras que governam o desempenho de significados implícitos, menor será o grau de traduzibilidade (Blum-Kulka, 1981).³⁸

O problema em se resolver as questões de equivalência entre TA e TF é abordado pelas teorias do significado implícito, embora nenhuma solução seja oferecida. A questão é: o que os tradutores devem fazer quando se deparam com uma situação em que há ausência de determinação, tanto em nível de texto quanto em nível de léxico, como no caso da tradução jurídica e, em especial, a de contratos?

A fim de dar conta desta situação, sugerimos uma visão alternativa para os processos inferenciais na comunicação, com o objetivo de oferecer um refinamento à teoria de Grice para que essa sirva ao objeto de análise apresentado aqui. A hipótese que levantamos é a de que esta visão alternativa poderá trazer alguma luz para o caso da indeterminância em tradução e assim auxiliar o tradutor na sua escolha sobre qual orientação tomar na tradução de contratos: TA ou TF?

³⁷ Minha tradução de: “play down the inadequacy on Grice's theory of implicature in terms of its application to written discourse in order to explore its general relevance to translation”.

³⁸ Para exemplos de assimetrias no desempenho de atos ilocucionários de pedidos de desculpas em inglês e português, que possam ocasionar dificuldades na tradução, veja-se Perna (1992, 2002).

2 Teoria da relevância e tradução

O argumento dos lingüistas cognitivos que ofereceram uma opção para a teoria de Grice é o de que o processo inferencial experienciado pelo falante/ouvinte depende de outros fatores que vão além da noção de conhecimento mútuo. Sperber e Wilson (S&W), em sua obra intitulada *Relevance Theory* (1986), questionam o conceito de contexto estabelecido a priori de Grice e o modificam para a noção de contexto estabelecido a posteriori, já que no modelo deles as presunções são manifestadas para falante e ouvinte durante o processo de comunicação. Gutt (1991, 2000), com base em S&W, propôs uma aplicação da teoria da relevância (TR) aos estudos na área de tradução, numa tentativa de provar que uma abordagem pragmático-cognitiva pode melhor dar conta das lacunas não resolvidas pelas abordagens na área dos estudos da tradução.

Como vimos na seção anterior, Grice sugeriu um modelo inferencial para a comunicação, baseado na noção de implicatura. Este processo inferencial explicaria o que vem sendo chamado de conteúdo explícito ou implícito das mensagens. Seu modelo sugere que as inferências são derivadas graças a um acordo de cooperação entre falante e ouvinte, o qual ele denominou de Princípio Cooperativo. A fim de reconhecermos as intenções do falante e ouvinte, ambos interlocutores fariam uso de uma noção crucial: a de que os dois interlocutores compartilhariam o mesmo conhecimento, que ele denominou de conhecimento mútuo. Esta noção é a base de todos os modelos que se preocupam com a comunicação bem-sucedida, i.e., a interpretação bem-sucedida de um enunciado implica em que toda a informação contextual deva ser conhecida pelo falante e ouvinte.

Embora esta noção possa parecer óbvia, ela não é compartilhada por S&W, que acreditam que o contexto não pode ser entendido como informação mutuamente conhecida. Segundo eles, uma das limitações desta hipótese é que ela impõe uma condição de certeza em relação ao conhecimento mútuo, principalmente em relação às presunções contextuais envolvidas. Na TR, o contexto não é visto como pertencendo ao ambiente externo dos parceiros da comunicação, mas sim como parte de suas presunções sobre o mundo. Em outras palavras, a interpretação de um enunciado está baseada nas presunções do ouvinte ao invés de no estado real do mundo.

Conforme S&W colocam:

A context in this sense is not limited to information about the immediate physical environment or the immediately preceding utterances: expectations about the future, scientific hypotheses or religious beliefs, anecdotal memories, general culture assumptions, beliefs about the mental state of the speaker, may all play a role in interpretation (1986, p. 15-16).

Costa (1984) afirma que a questão de conhecimento mútuo inclui: (a) o enunciado (contexto lingüístico); (b) o léxico e a estrutura gramatical que determinam a presença de elementos que indicam conhecimento não-convencional dentro do enunciado e a dependência de (contexto possível); e (c) a conversação propriamente dita (contexto real). Além disso, as características pragmáticas do contexto devem ser consideradas: (d) sua relação com o enunciado; (e) o fato de que o conhecimento mútuo é parcial – ele é definido toda vez que um novo enunciado é produzido; e (f) as proposições representadas pelas entidades lingüísticas.

No entanto, como os falantes irão garantir que a conversação será adequadamente compreendida se não é garantido que as pessoas compartilham o mesmo ambiente cognitivo? Em geral, sabe-se que cada pessoa possui informações únicas sobre o ambiente físico (que é recuperado da memória) além de informação que pode ser resgatada dos enunciados anteriores dentro do diálogo e que estas duas fontes de informação determinam as inferências que os ouvintes fazem. Considerando-se esta complexidade, como sabemos o que é contexto potencial de um enunciado?

Segundo S&W, essa é uma questão crucial para a pragmática. Se os falantes pretendem que um enunciado seja entendido de um modo específico, eles devem esperar que o ouvinte seja capaz de relacioná-lo a um contexto que irá ao encontro da interpretação que desejam. Um termo ou expressão mal entendida seria ocasionado pela incongruência entre o contexto desejado pelo falante e aquele realmente utilizado pelo ouvinte.

No arcabouço da TR, o fator que determina os diferentes graus de acessibilidade de presunções contextuais é a quantidade de esforço exigida para recuperá-las em um dado ato comunicativo. Um dos fatores que torna a comunicação inferencial viável é esta sensibilidade ao esforço de processamento. Conforme Gutt estabelece: It seems that communication, no doubt like many other

human activities, is determined by the desire for optimization of resources, and one aspect of optimization is to keep the effort spent to a minimum. (2001, p. 28).³⁹ Em suma, a fim de avaliar o grau de relevância de uma informação devemos recorrer a dois fatores: (1) seus efeitos contextuais em um dado contexto e (2) o esforço de processamento envolvido ao se obter os efeitos contextuais. A presunção será otimamente processada quando este equilíbrio for obtido.

Essa relevância ótima deve ser buscada através de informação encontrada em extensões acessíveis do contexto, sejam estas através da memória enciclopédica, da memória de curta duração ou do meio ambiente. Um falante que deseje se comunicar irá naturalmente presumir que o ouvinte poderá derivar efeitos contextuais adequados sem despende muito esforço. Conforme S&W afirmam, a TR levanta hipóteses sobre o modo pelo qual os pensamentos seguem um após outro e sobre os pontos através dos quais os indivíduos recorrem ao ambiente em busca da informação relevante.

A essa altura já possuímos todas as condições necessárias e suficientes para definirmos a noção de relevância segundo S&W (1986, p. 125):

- (i) uma presunção será relevante em um contexto à medida que seus efeitos contextuais neste contexto são amplos.
- (ii) uma presunção será relevante em um contexto à medida que o esforço despendido para processá-la neste contexto for pequeno.

É possível observarmos a partir da definição acima que ambos os fatores, efeitos e esforço, são dependentes de contexto e que a própria noção de relevância é também dependente de contexto.

De acordo com Gutt (2000), um enunciado deve obter efeitos contextuais adequados e não demandar esforços excessivos sobre o ouvinte quando o último estiver tentando obter estes efeitos.⁴⁰ Se o ouvinte for exposto a esforços desnecessários, este poderá necessitar de maiores efeitos contextuais para compensar por esta falta. Ilustremos esta questão com um exemplo adaptado de Gutt:

³⁹ Parece que a comunicação, assim como todas as outras atividades humanas, é determinada pelo desejo de otimização de recursos e um dos aspectos da otimização é manter o mínimo de esforço despendido (Minha tradução).

⁴⁰ De acordo com Gutt, esforço que conduz a busca na memória enciclopédica e memória de curta duração pode comprometer comunicação eficaz.

(1) Você se lembra de John Smith, aquele de quem debochávamos no Ensino Médio? Eu o encontrei hoje.

O falante em (1) está compensando por uma possível falta de referência por parte do ouvinte, ao introduzir o enunciado com informação que o isentará de custo de processamento, o que ocorreria se tivesse enunciado apenas (2):

(2) Encontrei John Smith hoje.

Nessas circunstâncias, (1) seria consistente com o princípio de relevância, enquanto (2) não o seria. Hjort-Pederson (1989), em seus estudos sobre o princípio da relevância em traduções jurídicas, argumenta que é responsabilidade do comunicador expressar-se de tal forma que não viole o princípio da relevância. A título de ilustração, a autora oferece o seguinte exemplo de expressão formulaica retirada de um testamento em Dinamarquês e traduzido literalmente para o Inglês:

(3) The undersigned hereby draws up the following will.

Entretanto, de acordo com Hjort-Pederson, um testamenteiro que estivesse executando o mesmo ato em inglês utilizaria o seguinte enunciado:

(4) I hereby declare this to be my last Will and Testament.

Se o tradutor escolher a orientação TF, apresentando ao leitor um enunciado que ele não reconheceria em sua própria comunidade lingüística (3), ele estaria impondo um esforço de processamento extra ao leitor. Essa orientação, portanto, vai contra o princípio da relevância (condição ii). No entanto, a TR apregoa que o esforço gratuito exigido para o processamento de (3) é justificado se for compensado por efeitos contextuais adicionais (condição i). Portanto, seguindo o arcabouço da TR, o ouvinte terá a expectativa de que o processamento de (3) acrescentará algo ao seu conjunto de presunções, o que (4) não fará, e que este 'algo' é crucial para que a comunicação ocorra. De acordo com Hjort-Pederson, isto exemplifica a relação de custo-benefício do princípio da relevância.

Nosso argumento aqui é o de que, no caso de tradução jurídica, o fator que deve garantir a relevância é o aumento em benefício. A tradução jurídica deve objetivar a obtenção dos efeitos legais desejados, já que seu sucesso será medido pelos resultados que ela terá na prática, portanto o custo de processamento que o

tradutor imporá ao leitor não deve ser reduzido às expensas do benefício. Em outras palavras, o custo de processamento será alto se este garantir o máximo de benefícios, fator que, no caso da tradução jurídica e, em especial, da tradução de contratos, é o efeito legal pretendido. Portanto, relevância ótima, neste caso, terá o significado de efeito legal. Não importa qual orientação a tradução de contratos internacionais assumir (TF ou TA), esta deverá garantir o mesmo efeito legal nas duas línguas.

A fim de garantir o efeito legal, a noção de equivalência deverá ser revisitada de modo a dar conta da indeterminância de conceitos entre os dois sistemas jurídicos. Para esse fim, a próxima seção introduzirá uma perspectiva diferente de se ver a questão da equivalência: a perspectiva da semelhança interpretativa.

3 Semelhança interpretativa na comunicação ostensiva

No arcabouço da TR, um estímulo é um fenômeno que tem por objetivo o alcance dos efeitos contextuais. Portanto, segue que se alguém desejar produzir um efeito cognitivo específico, deve produzir um estímulo que alcance seus efeitos pretendidos quando for otimamente processado. S&W chamam este comportamento de ostensivo, pois ele “torna manifesta uma intenção de tornar algo manifesto” (1986, p. 49).⁴¹ Os autores argumentam que mostrar algo a alguém é um caso de ostensão, da mesma forma como funciona a comunicação humana intencional.

Tendo definido o que S&W denominam de ostensão, passemos agora a noção de uso interpretativo. Os autores afirmam que cada enunciado é uma expressão interpretativa de um pensamento do falante, o que ele representa e como. Uma representação mental, como qualquer outra que contém uma forma proposicional, pode ser usada descritivamente ou interpretativamente. Quando os falantes estão descrevendo um estado de coisas no mundo real, eles estão utilizando uma representação descritiva, ao passo que quando estão interpretando algum pensamento ou enunciado, eles estão utilizando uma representação interpretativa.

Conforme S&W afirmam:

⁴¹ Minha tradução de: “makes manifest an intention to make something manifest”.

Any representation with a propositional form, and in particular any utterance, can be used to represent things in two ways. It can represent some state of affairs in virtue of its propositional form being true of that state of affairs; in this case we will say that the representation is a *description*, or that it is used *descriptively*. Or it can represent some other representation which also has a propositional form – a thought, for instance – in virtue of a resemblance between the two propositional forms; in this case we will say that the first representation is an *interpretation* of the second one, or that it is used *interpretively* (1986, p. 228-229 italics as in the original).⁴²

O que podemos concluir da citação acima é que o quê é dito não necessariamente tem de ser idêntico à interpretação completa que o ouvinte irá chegar. Ao contrário, conforme W&S (1988) afirmam, o que é dito freqüentemente possui uma semelhança interpretativa com a interpretação requerida. Os autores definem semelhança interpretativa assim: “Duas formas proposicionais *P* e *Q*, interpretativamente assemelham-se uma a outra num contexto *C* na mesma proporção que compartilham as mesmas implicações analíticas e contextuais no contexto *C*” (1988, p. 138).⁴³

Por implicações analíticas eles se referem à interpretação de um enunciado isolado, sem o uso do contexto. Por exemplo, ‘Maria é irmã de Susana’ analiticamente implica ‘Maria é parente de Susana’. Quando duas proposições compartilham as mesmas implicações, W&S (1988) argumentam que elas são a interpretação literal uma da outra.

Por ser a TR preocupada unicamente com a comunicação e não com a tradução, a fim de sugerir a noção de semelhança interpretativa aplicada aos estudos da tradução, Gutt (2000) oferece uma reformulação desta noção a fim de dar conta de casos em que *P* e *Q* são enunciados processados em contextos diferentes. Para o autor, o ponto crucial é o compartilhamento das implicações analíticas e/ou contextuais. Ele afirma que, uma vez que estas implicações são presunções, segue que semelhança interpretativa é o compartilhamento de presunções.

⁴² Qualquer representação com forma proposicional e, em particular, qualquer enunciado pode ser usado para representar coisas de duas maneiras: pode representar um estado de coisas em virtude de sua forma proposicional ser verdadeira para aquele estado de coisas; neste caso diremos que a representação é uma *descrição* ou que está sendo usada *descritivamente*. Ou pode representar alguma outra representação que também tem uma forma proposicional – um pensamento, por exemplo – em virtude de uma semelhança entre duas formas proposicionais; neste caso diremos que a primeira representação é uma *interpretação* da segunda, ou que ela está sendo usada *interpretativamente* (Minha tradução).

⁴³ Minha tradução de: “Two propositional forms *P* and *Q*... interpretatively resemble one another in a context *C* to the extent that they share their analytic and contextual implications in the context *C*”.

Gutt também sugere que, se considerarmos que o propósito principal dos enunciados é transmitir um conjunto de presunções que o comunicador deseja que seja transmitido, seria razoável definir semelhança interpretativa entre enunciados em termos de presunções compartilhadas entre as interpretações pretendidas destes enunciados.

Gutt (2000) busca demonstrar como uma perspectiva da TR para tradução vista como uso interpretativo interlingüístico, pode servir como arcabouço para uma teoria da tradução. Ele afirma que um enunciado assemelha-se interpretativamente a um original, pois o princípio de relevância atua como uma suposição de semelhança ótima:

O que o emissor pretende transmitir (a) supostamente assemelha-se interpretativamente ao original – caso contrário não seria um exemplo de uso interpretativo – e (b) a semelhança demonstrada é consistente com a suposição de relevância ótima, isto é, supostamente tem efeitos contextuais adequados sem esforço de processamento gratuito (2000, p. 106).⁴⁴

Segundo Gutt, o princípio de relevância reduziria a tradução não só em termos do que ela transmitiria, mas também em termos de como isto seria expresso. Quanto à questão de semelhança ao original, ele argumenta que isto deve ser feito de forma a tornar a tradução adequadamente relevante para sua audiência, isto é, ao oferecer efeitos contextuais suficientes. Da mesma forma, no que diz respeito à maneira como ela deve ser expressa, o autor sugere que isto deve ser feito de tal modo a garantir a interpretação desejada sem onerar a audiência com esforço de processamento desnecessário.

Gutt afirma que ambos os processos são determinados pelo contexto, já que o princípio da relevância é dependente do contexto. Para o autor, estas condições são suficientes para guiar o tradutor no seu processo de tradução. Ele argumenta que a maior parte da literatura sobre tradução oferece soluções que são muito específicas às circunstâncias abordando, principalmente, o que ele denomina de 'pistas comunicativas'. Estas pistas são propriedades estilísticas que guiam o leitor para a interpretação desejada pelo comunicador e partem de representações semânticas, propriedades sintáticas e fonéticas, restrições semânticas sobre

⁴⁴ Minha tradução de: "What the reporter intends to convey is (a) presumed to interpretively resemble the original - otherwise this would not be an instance of interpretive use - and (b) the resemblance it shows is to be consistent with the presumption of optimal relevance, that is, is presumed to have adequate contextual effects without gratuitous processing effort".

relevância, expressões formulaicas, onomatopéias, dialetos e registro, entre outros. Em sua opinião, estas pistas comunicativas são de grande valor para a prática da tradução; entretanto, são de pouco valor para dar pistas de como a tradução deve ser orientada e somente a TR é capaz de tal façanha.

Gutt avança em sua discussão sobre tradução ao distinguir entre tradução direta e indireta. Para ele, a tradução direta é aquela que oferece as mesmas pistas comunicativas que o original. Esta noção é derivada da idéia de citação direta. Para a noção de citação direta fazer sentido nos casos de comunicação interlingüística, é necessário focalizar não só nas palavras e estruturas exatas que foram utilizadas, mas também nas pistas comunicativas. Um requisito da tradução direta é o de que o sucesso de qualquer tentativa de comunicar a interpretação original irá demandar que este estímulo lingüístico seja processado ao se utilizar o contexto desejado pelo autor original. Para Gutt, para sabermos se dois enunciados na língua A e B compartilham as mesmas pistas comunicativas, devemos verificar se eles assumem a mesma interpretação quando processados no mesmo contexto. Segundo o autor, esta conclusão significa que “a noção de tradução direta é dependente do uso interpretativo: ela se baseia, na verdade, numa relação de completa semelhança interpretativa entre o original e sua tradução” (2001, p. 170).⁴⁵

A tradução indireta, da mesma forma que a direta, é abordada pelo modelo da relevância como sendo um exemplo de uso interpretativo. Por esta razão, Gutt alega que esta posição permite uma versão unificada de tradução, visto que tanto a tradução direta como a indireta são instâncias de uso interpretativo interlingüístico. Seu principal argumento aqui é o de que o fato da tradução ser direta ou indireta não é teoricamente significativo, uma vez que ambos os tipos de tradução são processados pelos mesmos princípios de comunicação e a distinção entre um e outro é unicamente interna à teoria. Mesmo que não haja necessidade teórica para o tradutor seguir uma ou outra abordagem consistentemente, ele tem que atentar é para o fato de que desvios inesperados de uma dada abordagem podem levar à incongruências no ambiente cognitivo e, desta forma, colocar em risco a comunicação.

⁴⁵ Minha tradução de: “the notion of direct translation is dependent on interpretive use: it relies, in effect, on a relationship of complete interpretive resemblance between the original and its translation”.

A sugestão de Gutt para se adotar uma noção de semelhança interpretativa em detrimento de uma noção de equivalência apresenta-se como uma solução para a dificuldade imposta pelo problema de indeterminância na tradução de textos jurídicos. Devido ao fato de muitos conceitos jurídicos serem assimétricos, não há como o tradutor garantir equivalência total no TF e TA. Além disso, a questão da escolha entre uma tradução orientada para o TF ou o TA não é mais um problema, visto que na busca por semelhança interpretativa, tanto as traduções diretas como indiretas são processadas pelos mesmos princípios de comunicação.

Na próxima seção veremos outra maneira de abordarmos os efeitos de semelhança interpretativa, conforme proposto por Sequeiros (2001). As noções estreitamento de conceito, alargamento de conceito e uso ecóico de conceito serão oferecidas como uma maneira de transmitir o que foi comunicado no TA e dar conta das incongruências.

4 Estreitamento, alargamento e uso ecóico de conceitos

Sequeiros (2001) oferece outra perspectiva para a abordagem de efeitos de semelhança interpretativa. Ele afirma que as discrepâncias originadas na tradução podem ser explicadas se considerarmos os efeitos de semelhança interpretativa entre o que está codificado e o que é comunicado. Em outras palavras, o tradutor escolhe codificar sua interpretação do conceito fonte (a proposição do original) ao invés do que foi codificado originalmente, por isso o TF e TA apresentarão discrepâncias. Baseado em Wilson (1993), Sequeiros apresenta três maneiras através das quais o que é comunicado por um conceito pode partir do que é codificado: estreitamento de conceito, alargamento de conceito e uso ecóico de conceito. Sequeiros explica cada um deles, primeiro numa perspectiva monolíngüe, para então aplicá-los em exemplos de traduções literárias do espanhol para o inglês.⁴⁶

Estreitamento de conceito, que também pode ser denominado de enriquecimento, pode ser entendido como a aplicação de um conceito que descreve uma extensão de entidades em geral para designar um conjunto mais restrito de

⁴⁶ Sequeiros apresenta três tipos de semelhança interpretativa e argumenta em favor de uma quarta possibilidade, que ele denomina de *concept widening*

entidades. Quando enunciamos certo conjunto de domínios, na verdade estamos nos referindo a um subconjunto deste domínio.

Podemos ilustrar este fenômeno através do exemplo (15), de Carston (1996):

(5) Ele veste coelho.

O ouvinte naturalmente reduzirá o sentido do substantivo coelho, que inclui o sentido coisas feitas de coelho e enriquecer o conceito para incluir pele de coelho. Portanto, de acordo com Sequeiros, “the use of a concept picks out only those entities to which it is relevant to apply it” (2001, p. 198).⁴⁷ Este processo de estreitamento é visto no processo tradutório como quando o tradutor precisa enriquecer o conteúdo lingüístico do TF para transmitir o conteúdo proposicional completo da mensagem no TA, caso contrário a tradução não seria bem sucedida.

Sequeiros oferece como exemplo de estreitamento de conceito a seguinte tradução extraída de um conto de Lawaetz (1972, p. 180-1):

(6) El agua salía hirviendo, y eso compensaba la falta de sol y de aire.
The water in the tap was boiling hot, and this compensated for the lack of sunlight and fresh air.

Segundo Sequeiros a palavra a ser analisada no original em espanhol é *aire*, que literalmente significa ar. O tradutor optou por estreitar o sentido de ar para ar fresco já que o sentido pretendido não era de que não havia ar nenhum no local (2001, p. 200).

O processo de alargamento de conceito é oposto ao anterior e, de acordo com Carston (1996), este fenômeno foi abordado pela TR e é ignorado por outras correntes da pragmática. O conceito pode ser definido como o uso de um conceito que é menos literal, i.e. compartilha algumas implicações lógicas e contextuais com o original. Este é o caso de usos metafóricos como em (7):

(7) Aquela criança é realmente uma peste.

No caso de peste, o traço semântico de epidemia, pestilência seria descartado, ao passo que o traço pessoa má, pernicioso, que pertence a sua

⁴⁷ O uso de um conceito seleciona somente aquelas entidades para as quais é relevante aplicá-la.

propriedade semântica, permaneceria. Segundo Sequeiros, usos frouxos de conceitos podem dar margem a discrepâncias entre o TF e TA.

Para um exemplo de termo jurídico que é estreito em português, porém mais largo em inglês, consideremos o caso do termo *prevarication*. Segundo o Black's Law Dictionary, *prevarication* é “o ato ou instância de mentir ou evitar a verdade; subterfúgio”. Por outro lado, em Português o termo prevaricação implica em um conceito bastante estreito, pois descreve um crime específico, i.e., “ato perpetrado por funcionário público e que consiste em retardar ou deixar de praticar, indebitamente, ato de ofício, ou em praticá-lo contra disposição legal expressa, para satisfação de interesse ou sentimento pessoal”, segundo o Novo Dicionário Aurélio. Ao traduzir do inglês para o português o tradutor terá que estreitar o conceito, a fim de incluir somente o que se aplica ao conceito em português.

O terceiro processo é através do uso ecóico da linguagem. Para se usar um conceito de maneira ecóica devemos atribuir este conceito a terceiros e não nos comprometermos com a verdade ou a descrição de alguns estados de coisas no mundo. No seguinte diálogo, adaptado de Sequeiros (2001), podemos observar um exemplo de uso ecóico:

- (8) A: O que Bob disse?
B: Você passou o sinal vermelho.

Podemos interpretar a resposta de B de duas maneiras diferentes: ou entendemos que B está advertindo A sobre algo ou que B está reportando o que Bob havia dito. No primeiro caso, B está usando a língua de modo descritivo, advertindo A sobre uma infração no trânsito, portanto descrevendo um estado de coisas. No segundo caso, B está usando a língua de forma ecóica ao reportar algo e se comprometer somente com a fidelidade do relato e não com sua verdade, portanto seu enunciado está interpretativamente se assemelhando ao que Bob havia dito.

Para fins de aplicação dessa noção para a tradução, Sequeiros dá exemplos de empréstimos do TF, pois a cultura da língua alvo não possui o termo no seu léxico público. Por exemplo, a palavra *joint venture* é ainda amplamente utilizada em português, pois as tentativas de traduzir a expressão ainda são bastante

controversas. O uso do empréstimo no TA será considerado como um uso ecóico do conceito, já que funciona como se esse estivesse relatando o conceito do TA.

A posição de Sequeiros é bastante similar à de Sarčevic (1997), pois a autora também apregoa que os tradutores devem buscar uma perspectiva pragmática da equivalência, na qual o conteúdo proposicional do TF deve estar presente no TA. Podemos entender a partir desse argumento que o tradutor deve identificar a semelhança interpretativa entre o que foi codificado no TA e o que foi realmente comunicado, de modo que o TA irá transmitir os conceitos que foram comunicados. A tradução literal somente será possível quando o conteúdo proposicional do TA se assemelhar interpretativamente ao conteúdo proposicional do TF. Caso isso não ocorra, adaptações serão necessárias a fim de compensar por quaisquer diferenças conceituais que possam prejudicar a correta interpretação do conteúdo proposicional do TF.

Com base nas conclusões acima, parece-nos razoável concluir que o tradutor necessita de algumas diretrizes que poderão ajudá-lo a decidir quando ele deve adotar uma abordagem orientada ao TF ou ao TA, a fim de garantir o mesmo conteúdo proposicional. Sugerimos o uso de um algoritmo que irá auxiliar o tradutor na dúvida entre escolher a tradução direta ou a indireta de alguma passagem do texto, a fim de assegurar uma relevância ótima para o destinatário. Esse algoritmo será chamado de Teste para Assegurar a Relevância:

(9) (i) A tradução deve ser literal (orientada ao TF), se e somente se ambas as línguas compartilharem os mesmos conceitos (léxico mental) e expressões (léxico público).

Se (i) falhar então a tradução deve ser indireta (orientada ao TA).

Se ambos (ii) ou (iii) se aplicarem, o teste falhará:

(ii) o texto redundará em sentido incorreto no TA.

(iii) o texto falhará em prover sentido no TA.

No caso de (i), não haverá maiores problemas, graças às simetrias em ambos TF e TA, portanto a tradução poderá ser orientada ao TA. Entretanto, nos casos (ii) e (iii) as assimetrias obrigarão a tradução a ser orientada ao TA, de tal forma que em (ii) o recurso poderá ser tanto através de estreitamento de conceito ou alargamento de conceito, enquanto que em (iii) ela deverá ser feita através do uso ecóico da língua. De acordo com Gutt, tanto as abordagens direta como indireta serão

instâncias de uso interpretativo, uma vez que ambas são processadas pelos mesmos princípios de comunicação.

A próxima seção tentará mostrar que, em termos de linguagem jurídica, poucos casos apresentam equivalência nos diferentes sistemas jurídicos e, devido a isso, é quase impossível utilizarmos uma abordagem direta, o que vai ao encontro do que a literatura sobre tradução jurídica recomenda. A seção irá abordar casos em que o tradutor se defrontará com discrepâncias e terá de lançar mão de uma abordagem indireta, quando os casos (ii) ou (iii) se aplicarem.

5 Indeterminância na tradução de textos jurídicos

Interpreters and translators shall faithfully and accurately reproduce in the receptor language the closest natural equivalent of the source-language message, without embellishment, omission or explanation (Code of Professional Responsibility for Interpreters, 1990, p. 1).⁴⁸

A afirmação feita acima é no mínimo simplista, se crermos que é uma tarefa bastante árdua determinar o que significa equivalência quando nos referimos à tradução. Essa noção é problemática, visto que o termo nunca foi definido de modo rigoroso, porém é especialmente problemática quando a noção é colocada como condição *sine qua non* para a tradução de documentos jurídicos. Talvez por isso, alguns pesquisadores da área têm defendido o uso de equivalentes lingüísticos na tradução jurídica como o único modo aceitável de se traduzir.

Segundo Sarčević (1997), não se pode esperar que os tradutores jurídicos usem equivalentes naturais do sistema jurídico da língua alvo que sejam idênticos ao seus termos na fonte, pois “há uma incoerência inerente na terminologia dos diferentes sistemas jurídicos” (1997, p. 235). Não obstante, ela afirma que é perfeitamente legítimo exigir que eles usem o ‘equivalente mais próximo’ do sistema jurídico da língua alvo, ou seja, o termo que transmite de modo mais próximo o sentido jurídico do termo na língua fonte. Embora a autora sugira isso, ela admite ser essa uma tarefa muito árdua.

Admitir que há diferentes sistemas jurídicos, necessariamente nos conduz à conclusão de que há conceitos em alguns sistemas jurídicos que podem não ter

⁴⁸ “Intérpretes e tradutores devem fielmente e acuradamente reproduzir na língua alvo o equivalente natural mais próximo da mensagem na língua fonte, sem embelezamentos, omissões ou explicações” (*Código de Responsabilidade Profissional para Intérpretes*) (Minha tradução).

correspondência em algum outro sistema. Cada país tem sua própria linguagem jurídica, representando a realidade social de suas próprias leis. Segundo Sarčević:

Devido aos diferentes usos de terminologia nos sistemas *Common Law* e *Civil Law*, bem como às diferenças nas estruturas socioeconômicas e políticas dos países em questão, fica restrita a proporção pela qual a terminologia jurídica corresponde em sentido àquela de outra língua (1985, p. 128).⁴⁹

Conforme Sarčević argumenta, “não basta que os tradutores meramente identifiquem os equivalentes mais próximos nos sistemas da língua fonte e língua alvo” (1997, p. 149).⁵⁰ O que os tradutores devem atender em sua busca pela equivalência é uma perspectiva pragmática de equivalência, na qual o conteúdo proposicional do TF deve estar presente no TA. A fim de garantir isso, o tradutor deverá compensar por quaisquer diferenças contextuais que possam prejudicar a interpretação e aplicação do conteúdo proposicional e isso só poderá ser obtido se ele identificar a equivalência proposicional entre o que foi transmitido no TF e o que foi realmente comunicado, de modo que o TA garanta o conceito que foi comunicado. Somente assim o TA irá interpretativamente se assemelhar ao TF e, portanto, ser legalmente eficaz.

Assimetrias presentes nos sistemas jurídicos norte-americanos e brasileiros podem impossibilitar o tradutor de transmitir o conteúdo proposicional relevante do TA para o TF. Sem os efeitos contextuais adequados pode ser impossível transmitir esse conteúdo proposicional relevante para o TA. A relevância ótima no âmbito da tradução jurídica deverá adotar uma nova perspectiva: a tradução não somente deverá ser considerada otimamente relevante se garantir o equilíbrio entre efeitos contextuais e esforço de processamento, mas também se garantir o efeito jurídico relevante. Em outras palavras, a garantia do efeito legal pretendido poderá resultar em aumento de efeitos contextuais a fim de obter a redução do esforço de processamento. Para ilustrar isso tomemos o exemplo do termo jurídico *prevarication*. Em inglês, o termo tem um escopo bem mais amplo, visto que ele engloba qualquer instância de ‘mentira’ ou ‘ausência de verdade’. Por outro lado, em

⁴⁹ Minha tradução de: “Due to different usage of terminology in common law and civil law countries as well as differences in the socioeconomic and political structures of the countries in question, the extent to which the legal terminology of one language corresponds in meaning to that of another language is restricted”.

⁵⁰ Minha tradução de: “it no longer suffices for translators to merely identify the closest corresponding equivalents in the source and target legal systems”.

português, o termo prevaricação apresenta um escopo mais estrito: define um crime específico cometido por funcionário público que deixa de cumprir sua tarefa. Visto que este é um exemplo de falso cognato jurídico, o resultado de se usar o termo prevaricação em português para denotar o sentido de *prevarication* em inglês ocasionaria ambigüidade em português e, portanto, imporia aumento de custo de processamento, uma vez que o leitor não teria as pistas contextuais necessárias para interpretar o termo adequadamente. Nesse caso, o efeito legal não será atingido, a menos que o tradutor inclua efeitos contextuais extras para estreitar o escopo do termo a fim de abarcar somente o sentido de *breach of trust by public officer*.

O argumento defendido aqui é que em tradução jurídica o equilíbrio entre custo de processamento e efeitos contextuais não somente garantirá a relevância ótima, mas também o efeito jurídico ótimo. Em outras palavras, o tradutor jurídico será bem sucedido se for capaz de buscar a semelhança interpretativa para o efeito legal relevante.

Como os exemplos de discrepâncias em linguagem jurídica entre português e inglês são muito numerosos para que se arrole uma lista exaustiva, algumas ilustrações serão oferecidas em seguida para sustentar nosso argumento e abordar as noções de alargamento de conceito, estreitamento de conceito e uso ecóico de conceito, na tentativa de resolver essas assimetrias de sentido na linguagem de contratos.

Um exemplo do processo de alargamento de conceito no TA (no presente exemplo o TF é no português) pode ser visto a seguir, onde a expressão realizou um aporte à (10) foi traduzida por *has contributed to* (11):

(10) Antes da Data do Fechamento, a Vendedora realizou um aporte à Sociedade de todos os ativos fixos relacionados no Anexo 1.

(11) Prior to the Closing Date, the Seller has contributed to the Company all fixed assets listed in Schedule 1.

No TA, o uso de *has contributed to* transmite um sentido muito mais amplo como <to give (money, time, knowledge, assistance, etc.) along with others to a common supply, fund, etc., as for charitable purposes>. Segundo o Black's Law Dictionary, em sentido mais específico este termo é usado na linguagem de direito securitário como *contribution* sendo <the method of distributing liabilities, in case of

loss, among several insurers whose policies attach to the same risk>. O verbo to realize, em direito corporativo significa <to convert noncash assets into cash assets>; portanto, a expressão to realize a supply em inglês possui o mesmo conteúdo proposicional de realizar um aporte em português. Devido à isso, não há razão para a tradução não ter sido feita literalmente, uma vez que havia essa possibilidade. Pelo fato de o significado proposicional de realizar um aporte não ter sido transmitido no TA, o tradutor falhou em comunicar a idéia completa do original. Ele optou por alargar o conceito ao transmitir apenas algumas e não todas as implicações deriváveis do conceito decodificado literalmente. Essa escolha, portanto, resultou em perdas para o nível de relevância ótima no TA, visto que não havia necessidade de usar a estratégia de alargamento de conceito. A perda da relevância ótima aqui implica em perda de efeito legal, pois a versão no inglês falhou em transmitir o conteúdo proposicional completo do TF.

No caso acima, o mesmo conceito poderia ter sido utilizado nas duas línguas, no entanto a estratégia de alargar e estreitar conceitos é uma solução para os casos de assimetrias parciais de conceitos nas duas culturas. Tendo em vista que havia simetria entre os conceitos, a tradução poderia ter sido orientada ao TF e executada como em (12):

(12) Prior to the Closing Date, the Seller realized a supply of all fixed assets listed in Schedule 1 in favor of the Company.

No próximo exemplo há uma tentativa de tradução mais direta em busca da fidelidade ao TA (13-14); entretanto, diferentemente do exemplo dado acima (10-12), no seguinte exemplo há assimetria de sentido entre os conceitos, o que pede para o uso de alargamento de conceito no TA:

(13) Todos os pagamentos estabelecidos no presente Contrato serão efetuados no Brasil, em moeda brasileira.

(14) All the payments set forth in this Agreement will be effected in Brazil, in Brazilian currency.

O conceito usado de forma mais frouxa em (14) não transmite o conteúdo proposicional do TF, visto que o verbo to effect, que significa <to produce as an effect; bring about; accomplish; make happen; achieve; realize; fulfill and perform> não pode ser usado com o substantivo payment em inglês, embora no português isso seja permitido. O leitor necessariamente será exposto a esforço extra de

processamento para inferir que o sentido aqui está relacionado a pagamento, uma vez que no inglês, *to effect a payment* é exemplo de uma questão de colocação (*collocation*). Por essa razão, a tentativa de realizar a tradução de forma literal prejudicou a relevância ótima. Nesse caso, a tradução deveria ter sido orientada para o TA, pois havia ausência de simetria entre os conceitos do TF e TA. Se essa tivesse sido a opção, a tradução em (13) teria resultado em (15) e teria ficado muito mais idiomática:

(15) All the payments set forth in this Agreement will be made in Brazil, in Brazilian currency.

Conforme pudemos observar, ajustes podem ser feitos em busca de uma semelhança interpretativa mais próxima ao TA, ao lançarmos mão de estratégias do tipo alargamento e estreitamento de conceitos. Entretanto, antes de empregar tais estratégias, o tradutor tem de determinar o conteúdo proposicional do TF e tentar comunicá-lo no TA. Se uma assimetria entre os conceitos do TF e TA tiver sido identificada, então o tradutor poderá recorrer às estratégias de alargamento e estreitamento, através das quais o TA terá que acrescentar ou reduzir informações a fim de obter uma tradução bem-sucedida e, portanto, otimamente relevante. Somente ao garantir relevância ótima é que o tradutor irá garantir o efeito legal relevante. Conforme foi sugerido acima, o tradutor poderá aplicar o Teste para Assegurar a Relevância, a fim de decidir quando optar por uma orientação ao TF ou ao TA. Se o teste falhar, a tradução deverá ser orientada ao TA. Caso o texto produza sentido incorreto no TA, foi sugerido que o tradutor utilize as estratégias de alargamento e estreitamento de conceitos. Entretanto, se o teste falhar em produzir sentido no TA, a sugestão é que se utilize o uso ecóico da linguagem.

Passemos agora à ilustração do último tipo de discrepância entre o que é codificado e o que é comunicado, envolvendo o uso ecóico da língua. No caso específico da tradução, um uso ecóico pode ser definido como o uso de um empréstimo ou calque, utilizado quando não há representações públicas (palavras) para o conceito na cultura do TA. O conselho dado por acadêmicos nessa situação é de que os tradutores utilizem o empréstimo e, caso esse não seja totalmente aceito na cultura do TA, ele deve oferecer uma definição juntamente com esse empréstimo, seja essa em forma de paráfrase ou em nota de rodapé. Um exemplo de empréstimo pode ser visto em (16-17) abaixo:

(16) The sale of advertising space on the X Site by means of banners, pop-ups and the like (Media Sale) shall be made by the Company.

(17) A venda de espaço publicitário do Site X, na forma de banners, pop-ups, etc. (Venda de Mídia) será feita pela Empresa.

Tirando o fato de que os empréstimos foram escritos em itálico (17) a fim de especificar que são calques, não houve necessidade de explicar em maiores detalhes o sentido pois tanto o autor como o leitor compartilham o mesmo conceito. Nesse caso, o custo de processamento para o leitor é equilibrado pelos efeitos contextuais, pois ele está familiarizado com esse jargão específico. Entretanto, no próximo exemplo, isso não acontece:

(18) Each and every pageview generated through access to the site, whether made through the portal or directly through the domains, shall be accounted for both the portal and the site.

(19) Toda e qualquer pageview (audiência) gerada pelo acesso à página, seja ela feita pelo portal ou diretamente através dos domínios, será contabilizada tanto em favor do portal quanto do site.

O tradutor introduziu o empréstimo, mas acrescentou uma definição entre parênteses para explicar seu significado; caso isso não fosse feito, o esforço em processar a informação teria sido muito alto e poderia ter prejudicado a comunicação. Após a definição parentética ter sido introduzida, o empréstimo poderá ser utilizado sem referência ao seu significado.

Em suma, no arcabouço teórico proposto aqui, relevância e não mais equivalência, torna-se a palavra chave para a tradução jurídica de contratos. A relevância ótima aqui assumirá uma nova perspectiva: a do efeito jurídico relevante. Nessa perspectiva, o tradutor jurídico terá atingido relevância ótima se for capaz de obter a semelhança interpretativa do efeito jurídico relevante do TF no TA.

6 Considerações finais

Embora seja defendido entre os teóricos que a tradução jurídica deva ser executada da forma mais literal possível a fim de garantir fidelidade com o original, foi demonstrado que equivalência em linguagem jurídica é uma questão que suscita controvérsias, visto que há sérias diferenças conceituais entre os sistemas jurídicos. A tradução jurídica não é meramente a tradução para uma língua diferente, mas sim uma tradução para um sistema jurídico diferente. No caso da tradução de contratos

em inglês e português, se o tradutor escolhesse termos e expressões formulaicas exclusivas do sistema jurídico do TF, ele poderia incorrer no erro de estar se referindo ao sistema jurídico 'errado'. Como resultado, o leitor poderia confundir-se, devido à tendência a interpretar o texto a partir da relação de referência com sua própria cultura.

O presente trabalho tentou mostrar que há um número de discrepâncias em termos de expressões jurídicas e conceitos, considerando os diferentes sistemas jurídicos, portanto a busca por literalidade não traz soluções para o processo de tradução jurídica de contratos. O argumento feito aqui não é o de que a literalidade não seja possível, visto que há casos em que o tradutor pode traduzir um termo específico de um modo direto, devido ao fato de que ambos os sistemas jurídicos compartilham aquele conceito. Entretanto, quando há discrepâncias nos conceitos, foi demonstrado que técnicas tradicionais de tradução não são suficientes e que é necessário que se lance mão de outro arcabouço teórico.

Foi sugerido que o princípio de relevância é capaz de garantir o sucesso da tradução, contanto que a noção de relevância ótima seja alcançada. Relevância ótima, nesse artigo, assume um escopo mais amplo, visto que não só engloba a relação de custo e benefício da comunicação, conforme proposto por S&W (1986, 1995) e Gutt (1991, 2000), mas o alça a um status que garanta efeito jurídico à tradução. Nessa nova perspectiva, a relevância ótima será alcançada se o TA se assemelhar interpretativamente ao efeito jurídico relevante.

Um algoritmo foi sugerido como guia para o tradutor na sua escolha entre uma orientação ao TF ou TA, a fim de assegurar relevância ótima. Esse algoritmo foi denominado de Teste para Assegurar a Relevância e foi proposto para definir a orientação da tradução:

(i) A tradução deve ser literal (orientada para o texto fonte), se e somente se ambas as línguas compartilharem os mesmos conceitos (léxico mental) e expressões (léxico público).

Se (i) falhar então a tradução deve ser indireta (orientada ao TA).

Se ambos (ii) ou (iii) se aplicarem, o teste falhará:

(ii) o texto redundará em sentido incorreto no TA.

(iii) o texto falhará em prover sentido no TA.

Se, porventura, o teste falhar e a tradução tiver de ser orientada ao TA, sugere-se ao tradutor que faça uso de estratégias pragmáticas e não somente

sintáticas, na sua busca pela 'equivalência mais próxima'. A fim de obtê-la, foi sugerido que os princípios da teoria da relevância poderão ser mais adequados para dar conta da escolha pela melhor técnica de tradução: o tradutor irá buscar um modo de assemelhar interpretativamente a forma proposicional do TF e optar entre alargar ou estreitar um conceito - no caso de compartilhamento parcial de conceitos nos sistemas jurídicos do TF e TA - ou optar pelo uso ecóico de conceito - no caso de ausência de expressão (léxico público) para aquele conceito no sistema jurídico do TA.

Por estar a globalização se expandindo cada vez mais e demandando maior mobilidade entre pessoas, bens e capital, a tradução jurídica irá, cada vez mais, afetar nossas vidas de um modo ou de outro. O comércio exterior e a elaboração de contratos não poderão existir sem tradução jurídica e o sucesso de um empreendimento depende de um contrato bem traduzido. Por essa razão, a preocupação do presente trabalho foi demonstrar que as dificuldades na tradução de contratos podem ser em parte solucionadas se forem abordadas através da pragmática e não somente através de meios convencionais de tradução.

Referências

BAKER, M. (ed). *Routledge encyclopedia of translation studies*. London: Routledge, 1998.

BLUM-KULKA, S. The study of translation in view of new developments in discourse analysis: the problem of indirect speech acts. *Poetics Today*, v. 2, n. 4, 1981, p. 89-95.

CARSTON, R.; UCHIDA, S. *Relevance theory: applications and implications*. Clevedon: Multilingual Matters, 1998.

_____. Enrichment and Loosening: complementary processes in deriving the proposition expressed? *UCL working papers in linguistics*, v. 8, 1996, p. 61-88.

CODE of professional responsibility for interpreters, transliterators and translators. Trenton, NJ: Administrative Office of the Courts, State of New Jersey. 1990

COSTA, J. C. *A relevância da pragmática na pragmática da relevância*, 1984. Dissertação (Mestrado em Letras)—Instituto de Letras e Artes, Porto Alegre, PUCRS, 1984

GRICE, P. Logic and conversation. In: COLE P.; MORGAN J. (Eds). *Syntax and Semantics*, v. 3: speech acts. New York: Academic Press, 1975

_____. Presupposition and conversational implicature. In: Cole P. (Ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.

GUTT, E. *Translation and relevance: cognition and context*. Oxford: Blackwell, 1991.

_____. *Translation and relevance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HJORT-PEDERSON, M. Legal translation and the principle of relevance. *Multilingua*, v. 15, n. 4, 1989, p. 361-371.

PERNA, C. A competência pragmática na realização de pedidos de desculpas em inglês como L2. In: IBAÑOS, A.; SILVEIRA, J. Na interface semântica/pragmática: programa de pesquisa em lógica e linguagem natural. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

SARČEVIC, S. Translation and culture-bound terms in law. *Multilingua*, v. 4, n. 3, 1985, p. 127-33.

_____. *New approach to legal translation*. The Hague: Kluwer Law International, 1997

_____. Creativity in legal translation: How much is too much? In: CHESTERMAN, A.; SAN SALVADOR, N; GAMBIER, Y (Eds.). *Translation in context*. Selected Contributions from the EST Congress, Granada, 1998.

SEQUEIROS, X. Types and degrees of interpretive resemblance in translation. In MARTINEZ, J. AND YUS, F. (Eds). *Revista Alicantina de Estudios Ingleses*, v. 14, November, Departamento de Filología Inglesa, Universidad de Alicante, 2001

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 1995 (1st ed. 1986).

WILSON, D.; SPERBER, D. Representation and Relevance. In KEMPSON, R (Ed.). *Mental representations: the interface between language and reality*. Cambridge: Cambridge University, 1988.

WILSON, D. Philosophy of language. *Lecture Notes 1993-1994*, Dept. of Linguistics, University College London, 1993

Lingüística cognitiva e teoria da relevância: perspectivas para a construção de uma teoria de interface para inferências

Heloísa Pedroso de Moraes Feltes

1 Introdução ⁵¹

O presente texto orienta-se para uma reflexão construída da a partir do seguinte quadro de questões:

- (i) se a Teoria da Relevância está fundamentada em uma arquitetura mental modular com níveis autônomos de representações sintáticas lógico-formais, de uma semântica proposicional-composicional e de uma pragmática de caráter inferencial-computacional;
- (ii) se o Princípio da Relevância, como uma propriedade de economia custo-benefício, opera cognitiva e comunicacionalmente atrelado a um modelo conforme (i);
- (iii) se a Lingüística Cognitiva corporificada, representada pela Teoria Neural da Linguagem, opera no sentido de tratar estruturas cognitivas nos termos de uma arquitetura mente/cérebro conexionista, paralelo-distribuída, com categorias sintáticas, semântico-pragmáticas em um *continuum*;
- (iv) se a Lingüística Cognitiva, por meio da Teoria Neural, ainda assim, admite operacional e circunstancialmente um nível computacional; e
- (v) se a Lingüística Cognitiva, e Teoria Neural em especial, opera com um algum tipo de composicionalidade;
- (vi) seria possível construir uma teoria de interface que, utilizando o Princípio de Relevância, pudesse contribuir para a implementação de um nível composicional-computacional para inferências numa arquitetura de base conexionista?

A resposta que se busca orienta-se no sentido de:

- (a) encontrar na Hipótese (metodológica) da Autonomia Parcial elaborada por Harder (1999) elementos para o fortalecimento da adequação descritiva da Lingüística Cognitiva corporificada, evitando certos problemas causados pelo continuísmo sintaxe-semântica-pragmática;
- (b) levantar a hipótese de uma Teoria da Relevância reconstruída como uma teoria de interface com base no Princípio da Relevância – um princípio capaz de sobreviver num nível computacional sem comprometer-se com uma arquitetura modular.

⁵¹ Esta discussão é parte do programa de pesquisa em Lógica e Língua Natural do Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. O texto aqui apresentado é uma versão resumida de uma argumentação mais detalhada que está em construção.

Com base nessas indagações, procura-se provocar uma discussão que ultrapassa o plano das teorias em si, indo em direção a uma reflexão metateórica mais ampla. A problemática das rupturas epistemológicas e da incomensurabilidade das teorias encontra-se presente nessa discussão de forma quase dramática.

A necessidade de realizar conexões entre teorias ou disciplinas vem sendo apontada por vários autores. Como exemplo, Darden e Maull publicam em 1977 o artigo *Interfields theories* e, segundo Bechtel (1988), a motivação dos autores em desenvolver uma teoria chamada “Teoria Intercampos” tem origem quando pesquisadores reconhecem que os fenômenos em que eles estão interessados se conectam a fenômenos “situados” em outras disciplinas, devendo, para responder a seus questionamentos, traçar as conexões necessárias entre os fenômenos. A ambição dessa teoria seria oferecer “a more useful tool for understanding cross-disciplinary inquiry”. Além disso, a idéia é a de ter como produto final “a theory that spans fields not two theories related by a derivation relation” (p. 99). Como afirma Bechtel: “This reflects the fact that researchers commonly are not interested in showing how one theory can be derivated from another but only in the connections between the phenomena in the two fields” (p. 99).

De acordo com Bechtel (1988), a Teoria Intercampos não visa derivar uma teoria a partir de outra, mas, antes, procura identificar relações entre os fenômenos estudados pelos dos campos de investigação. Por ‘campo’ Darden e Maull entendem

[1.1] an area of science consisting of the following elements: a central problem, a domain consisting of items taken to be facts related to that problem, general explanatory factors and goals providing expectations as to how the problem is to be solved, techniques and methods, and, sometimes, but not always, concepts, laws, and theories which are related to the problem and which attempt to realize the explanatory goals (DARDEN e MAULL, 1977, p. 44 *apud* BECHTEL, 1988, p. 97).

Quanto à avaliação de teorias, que é, em última instância, nossa questão central, Bechtel afirma:

[1.2] The evaluation of theories often depends on judging the coherence of their ontological assumptions. Theories that make inconsistent ontological assumptions, or ones that contemporary researchers find unacceptable, are criticized in much the same way as theories that make false empirical predictions. Yet, in some way empirical criteria must be applicable if ontological issues are to be settled. The link between ontological issues and

empirical inquiry stems from the fact that although ontological issues often play a role in developing a particular kind of research program, the ability of such a research program to produce a progressive tradition of theorizing often affects subsequent judgments about the adequacy of the ontological position underlying the program (BECHTEL, 1988, p. 11).

O que se propõe aqui em termos de uma “teoria da interface” assemelha-se à posição de Bechtel quanto a “reformatar uma teoria em um quadro ontológico diferente”:

[1.3] From the collective experience of attempting to develop accounts of nature, we can evaluate whether particular ontological positions are likely to be satisfactory, or will lead to unsolvable problems. When we recognize that certain assumptions are likely to produce problems, we can anticipate them. Sometimes these very problems can be avoided by reshaping the theory within a different ontological framework. Then, in order to avoid the problems, it is useful to take seriously the ontological commitments being made and to reformulate hypotheses in a framework that will avoid the problems (BECHTEL, 1988, p. 11).

Entretanto, em vez de adotar uma teoria intercampos, segue-se a proposta de Campos (2007), que dá os primeiros passos para a construção de uma Teoria de Interface, por duas razões que, nosso ponto de vista, diferenciam esta última da primeira abordagem: (a) ela opera não apenas entre regiões disciplinares (interfaces externas), mas em regiões intradisciplinares (interfaces internas); (b) ela opera não apenas para “resolver problemas” que podem ser identificados nessas regionalidades, mas, indo além, para efetivamente construir novas teorias.⁵²

Campos (2007) sustenta que a Linguística deve se inserir em uma área de relações interdisciplinares, e que a linguagem humana, seu objeto, deveria ser vista como constituindo um conjunto de propriedades determinadas pelas relações interdisciplinares entre fonologia, morfologia, lexicologia, sintaxe, semântica e pragmática. Por outro lado, o nível mais geral do fenômeno da linguagem só poderia ser capturado por relações intradisciplinares, dado que a linguagem, afirma Campos, envolve, no mínimo, aspectos cognitivos, formais, sociais e culturais. Com suas palavras:

[1.4] Perhaps an account already organized by the spirit of approximating the systematic knowledge of this century, may clarify the inter/intradisciplinary context. We will call such an account the Theory of Interfaces. The

⁵² A referência ao pesquisador Jorge Campos da Costa ora é feita como Campos, ora como Costa, respeitando as referências feitas nas respectivas publicações.

metatheoretical interfaces are constituted of interdisciplinary relations while the theoretical interfaces are constituted of intradisciplinary relations. Thus, Linguistics and Communication, Linguistics and Cognition and Linguistics and Computer Sciences, etc., are metatheoretically brought together – they are the interdisciplinary relations. Analogously, within Linguistics, Phonology, Morphology, Lexicology, Syntax, Semantics and Pragmatics come close – these are the intradisciplinary relations. Both are sets of interdependent relations. Interdisciplinarity and intradisciplinarity are construed in a scientifically interactive manner. It is a metascientific strategy that describes and explains how the two sets of relations work and that overcomes the apparent conflict between specific descriptions and general explanations, in the present case, at the level of language. [...] (p. 346-347).

Sobre as relações interdisciplinares e intradisciplinares, Costa sustenta o que segue:

[1.5] Today, after a millennial history of reflections about language, it is inevitable to walk into interdisciplinary relations that, before anything else, lead to the inquiry of the validity of a scientific knowledge whose specificity is not compatible with that of other areas which also dispute aspects of the same object. Given what is said about language in the scope of external communication, it seems inappropriate to think that one says something inconsistent with what an investigation about language in the brain describes. Along these lines, it seems implausible that artificial languages from computer sciences be totally different from our own, since the formers are inspired by the latter. Once this connection is inevitable, we must build productive interfaces (p. 348).

A partir dessa justificativa, a interface é caracterizada pelo autor:

[1.6] Here we have the core issue of all discussion: interface, at a serious level of interdisciplinarity, is not about purely superficial connections, in terms of information exchanges and reciprocal promises. That should be considered just the first step. The next is that of formatting common objects of investigation, whose nature emerges from the result of previous promises. Therefore, it is not about translating interdisciplinarity as some activity in which a discipline uses another one for its own interests. On the contrary, a discipline maintains its specific tasks and, when it enters into interdisciplinary relations, it becomes an interactive association of a third object, resulting from this interdisciplinary merging. This proposal we will call strong interdisciplinarity. And we call weak interdisciplinarity when there exchanging of interests but with no such merging and no new object.

No caso específico das relações entre Lingüística e psicologia Cognitiva, foco de nosso interesse, o autor esclarece:

[1.7] Parallel to these interdisciplinary relations, we necessarily pose the question of intradisciplinary connections. If a discipline is a set of sub-theories, how are such sub-disciplines considered in the program of investigation?

To answer it even in a generic way, let us suppose an interdisciplinary research of Linguistics with Cognitive Psychology.

In this case, Syntax, Semantics and Pragmatics, as branches of Linguistics, should be related among themselves and, at the same time, to the sub-theories of Cognitive Psychology, which investigate, for example, the language module in the brain. The theories are interdisciplinarily linked and the sub-theories of both disciplines, intradisciplinarily linked. In this context, it seems as though the interface investigations become truly indispensable. Indeed; to ignore the interdisciplinary relations is to go against the contemporary tendencies of bridging knowledge, and to ignore the intradisciplinary relations is to do blind specialization. Evidently, theories that have formalisms adequate to the interfaces become privileged. In an era in which the brain and computation are two of the most powerful interdisciplinary and intradisciplinary constructions, the Language Sciences are at the center of scientific activities, especially because language seems to be the most privileged access to the inner core of the mentioned constructions (p. 348-349).

Vários equívocos são gerados quando certos fenômenos situados em níveis diversos – no caso, por exemplo, em níveis lógico, sintático, semântico, pragmático ou discursivo – ou em domínios diversos – no caso, por exemplo, lingüístico, cognitivo, sociocultural – ou, ainda, em campos de aplicação diferenciados, são analisados sem um questionamento metateórico adequado. Costa (2004) demonstra, de forma meticulosa, a necessidade de uma distinção entre *fragmentos-tipo* e *fragmentos-ocorrência*, no tratamento da noção de “contextos”. Sem dúvida, o que Costa propõe é a necessidade de diferentes ontologias (constructos em nível metateórico que são assumidos como sendo o caso numa dada perspectiva de análise) para diferentes abordagens, cada qual com seu conjunto de forças (potência) e fraquezas (restrições). Costa (2006) demonstra, com riqueza de exemplos, por sua vez, o tratamento do conectivo ‘E/∧’ (e ‘OU/∨’), apresentando suas propriedades lógico-lingüísticas em sua função inferencial em argumentos formais e informais (a) na interface externa entre Lingüística e Lógica proposicional, e (b) na interface interna entre Semântica e Pragmática. Costa formula uma série de questões extremamente relevantes, mas destacamos algumas considerações relativas ao tópico em discussão em seu artigo que são úteis para nossa própria reflexão numa visão amplificada. A certa altura, afirma:

- (i) É possível e desejável construir uma interface semântica/lógica clássica sob pena de se ter que assumir que os conectivos da linguagem natural, no caso o ‘E’, não possuem nenhuma base veritativo-funcional, o que representaria desvincular significado e verdade de maneira radical e implausível;

- (ii) Os argumentos de uma certa tradição antiformalista apresentam conflitos mal estabelecidos entre o ‘E’ e o ‘&’, misturando impropriamente a interface semântica/lógica com a interface pragmática/comunicação;
- (iii) Até prova em contrário, os conectivos da linguagem natural diferem de suas contrapartes lógicas apenas pelo fato de que se situam nas duas interfaces recém-citadas, diferentes em sua natureza. A primeira tem como centro o processo inferencial em argumentos monotônicos – na direção das linguagens científicas – enquanto a segunda tem como centro o discurso comunicativo – na direção da linguagem cotidiana. Nessa perspectiva, pode-se construir uma semântica/pragmática na interface com a lógica, e uma semântica/pragmática na interface com a comunicação. Na primeira hipótese, os interesses são formais; na segunda, são comunicativos. Ambas as conexões são relevantes para a teoria do significado em linguagem natural e cabe o pesado ônus, aos que tentam usar a segunda como argumento contra a construção da primeira, de justificar o desejo (teórico?) de esvaziar a semântica-pragmática da linguagem natural de uma base lógica mínima como suporte da racionalidade e da própria expansão de sentido, que é rica, mas, por algum motivo, não-caótica (COSTA, 2006, p. 282. Com adaptações.).

Dessa citação, destacam-se alguns passos fundamentais para um estudo “nas interfaces”:

- (a) construção de interfaces;
- (b) avaliação de argumentos que misturam interfaces; e
- (c) tratamento dos fenômenos nas interfaces criadas de acordo com os propósitos de cada domínio.

Na presente reflexão, não se pretende tratar de fenômenos ou casos tão pontuais. Casos altamente específicos demonstram, através de exemplos, o potencial de uma teoria baseada na construção de interfaces no que tange à consistência e adequação descritivo-explanatória; ao mesmo tempo, revelam quão complexo pode ser o empreendimento de se criarem interfaces entre duas teorias como modelos, pois as interfaces externas são mais extensas. No caso em questão, com base nos modelos da Teoria da Relevância e da Lingüística Cognitiva/Teoria Neural, está-se diante de incompatibilidades epistemo-metodológicas mais radicais. Uma nova ontologia, no plano metateórico de uma possível Teoria da Interface, teria de dar conta de:

- (a) ontologias originárias dos comprometimentos, de uma lado, com alguma versão da tese da modularidade da mente; e, de outro, com alguma versão de connexionismo;
- (b) ontologias originárias, de um lado, de níveis autônomos para a lógica, a sintaxe, a semântica e a pragmática; e, de outro, de níveis não-autônomos e em *continuum*;

- (c) ontologias originárias, de um lado, de um modelo fortemente computacional; e, de outro, de um componente computacional mais ligado a seu valor operacional do que com a sua “realidade empírica”;
- (d) ontologias originárias, de um lado, de um modelo fortemente composicional para lógica, sintaxe e semântica; e, de outro, de um modelo composicional em que sintaxe, semântica e pragmática mantêm-se engrenadas.

Nesse sentido, certas teses da Teoria da Relevância adquiririam, hipoteticamente, um valor metateórico extraordinário, no sentido de estabelecer a própria “perspectiva” da abordagem: (i) o que é ostensivo, para o analista, de acordo com seus propósitos?; (ii) qual o contexto que se cria a partir das suposições teórico-metodológicas ordenadas como relevantes? (iii) em termos de relevância ótima, o que se pode derivar, com a maximização de custo-benefício, em termos ontológicos (no nível metateórico), no sentido de garantir um número expressivo e relevante de implicações com um mínimo de construtos e de operações? (iv) quais os procedimentos que deveriam ser estabelecidos para verificar a plausibilidade das implicações derivadas?

Essas indagações especulativas deixam em evidência um duplo papel para Teoria da Relevância: o papel geral que certos princípios adquirem como parte da operação de “interfaceamento”, de modo a se aplicarem à própria Filosofia da Ciência; e o papel de ser objeto de análise, como um dos modelos teórico na interface (e de interface).

2 Teoria da Relevância e funcionalismo mental ⁵³

A Teoria da Relevância é construída sobre uma versão do funcionalismo mental, especificamente sobre uma arquitetura clássica da cognição, constituída de módulos encapsulados e um processador central, nos termos do que Jerry A. Fodor tem proposto desde *Modularity of mind* (1983). ⁵⁴ Assumimos aqui que esse compromisso afeta todo o programa de investigação futuro de Dan Sperber e Deirdre Wilson no sentido de tornar a teoria conceitualmente mais precisa e consistente, assim como empiricamente mais fortalecida. A Teoria da Relevância é

⁵³ Apresenta-se aqui uma síntese de teses da Teoria da Relevância que servem estritamente a uma discussão localizada. Sem dúvida, a partir de uma visão mais global da teoria seria possível levantar vários outros pontos (teses, hipóteses ou argumentos) em que poderíamos ancorar, de forma mais extensa e profunda, nossas reflexões.

⁵⁴ O funcionalismo mental é revisado por Feltes (1998, 2003).

um modelo teórico que se aplica a processos inferenciais na comunicação humana, mas é, antes de tudo, uma teoria que propõe um modo de funcionamento para a mente humana. Nesse sentido, suas hipóteses são primordialmente relacionadas a um modelo de mente e, a partir daí, a um modelo sobre como cognitiva e comunicacionalmente derivamos inferências a partir de determinados enunciados.

Esse compromisso com o funcionalismo mental se encontra explícito nas seguintes passagens:

[2.1] First, we implicitly assumed that the process of inferential comprehension is non-demonstrative: even under the best of circumstances, we argued, communication may fail [...].

“Second, [...] we assumed that the process of inferential comprehension is ‘global’ as opposed to ‘local’: where a local process (e. g. deductive reasoning from fixed premises or auditory perception) is either context-free or sensitive only to contextual information from some set domain, and a global process (e. g. empirical scientific reasoning) has free access to all conceptual information in memory (1995, p. 65).

[2.2] A distinction between ‘central’ processes and ‘*input*’, ‘perceptual’ or ‘peripheral’ processes is assumed in much of current cognitive psychology. Roughly speaking, *input* processes are relatively specialized decoding process, whereas central processes are relatively unspecialized inferential processes. [...] In particular, we will argue that the inferential tier of verbal comprehension involves the application of central, unspecialized inference processes to the *output* of specialised, non-inferential linguistic processes. It seems, then, that our undertaking – and the whole pragmatic enterprise if our understanding of it is correct – should fall (and we use the word advisedly) under Fodor’s First Law of the Nonexistence of Cognitive Science, which goes, ‘the more global... a cognitive process is, the less anybody understands it’ (Fodor 1983:107) (1995, p. 65-66).

[2.3] Following Fodor (1983), we see the mind as a variety of specialized systems, each with its own method of representation and computation. These systems are of two broad types. On the one hand there are the *input* systems, which process visual, auditory, linguistic and other perceptual information. On the other hand there are the central systems, which integrate information derived from the various *input* systems and from memory, and perform inferential tasks.

We assume that each *input* system has its own method of representation and computation, and can process only information in the appropriate representational format. [...] One of the functions of the *input* systems is to transform ‘lower level’ sensory representations into ‘higher level’ conceptual representations, which are all in the same format regardless the sensory modality from which they derive. It is because they operate over such modality-neutral conceptual representation that the central processes can integrate and compare information derived from the various *input* systems and from memory (1995, p. 71-72).

No período em que a segunda edição de *Relevance* foi publicada, já ocorria o debate sobre modularidade massiva. A tese da modularidade massiva é a de que a cognição humana é constituída, no todo, por mecanismos computacionais autônomos, específicos para cada domínio. Sperber (1994) argumenta em favor da modularidade do pensamento ou modularidade massiva. Para Sperber, a “liberdade do pensamento”:

[2.4] implies that one particular modular picture cannot be right: Imagine a single layer of a few large mutually unconnected modules; then an information treated by one module won't find its way to another. If, on the other hand, the *output* of one conceptual module can serve as *input* to another one, modules can each be informationally encapsulated while chains of inference can take a conceptual premise from one module to the next and therefore integrate the contribution of each in some final conclusion (p. 49).

Nesse sentido, a modularidade de Fodor (1983) é estendida para dentro dos processos centrais.

Fodor (2000), entretanto, argumenta que a tese da modularidade massiva é *a priori* incoerente. Ele localiza dois problemas: (a) o “problema de *input*”: um sistema modular pressupõe processos não modulares; e o “problema de *input* realmente real”: num nível empírico, é preciso saber como a mente responde seletiva e racionalmente aos estímulos externos, o que seria possível à medida que se poderia detectar “psychophysically that mechanisms of perceptual analysis are *prima facie* good candidates for modularity” (p. 78).⁵⁵

Em outros cenários de debates, o tratamento da tese da modularidade também tem sido objeto de discussões filosóficas e pesquisas experimentais. Por exemplo: em linhas mais gerais, é necessário, conforme Bishof (1997), distinguir ‘localidade’ de ‘modularidade’. Segundo o autor, esses termos são utilizados intercambiavelmente; porém, afirma, embora relacionados, eles implicam coisas diferentes. Em primeiro lugar, a modularidade seria um atributo abstrato de um

⁵⁵ Ver a discussão de Collins (2005) sobre a argumentação de Fodor (2000) contra a modularidade massiva. Collins argumenta que: “[...] there is no *a priori input* problem for *massive modularity*.” E anuncia o plano de sua argumentação: “Fodor’s dilemma will be diagnosed as resting upon an unsupported claim about the relationship between the concepts of a given module’s domain (the area it can *output* answers about) and the representations that may potentially excite or activate the module. There does remain, however, a genuine – *a posteriori*, empirical – *input* problem which Fodor highlights, but this problem does not selectively apply to massive modularity – it is a problem for everyone. Thus, we shall agree with Fodor that there are a number of outstanding deep problems to do with massive modularity; we shall disagree in thinking that these problems are solely empirical, not *a priori*.” (p. 2).

sistema (e.g. um mecanismo de processamento de informação), que diz como uma informação é processada e relaciona-se com uma estrutura topológica: “In the case of brain organization, modularity tells us something about the connectivity; that is, there is strong interconnectivity within modules and only weak connectivity between modules” (p. 516). Já a localidade diz como o processamento de informação é fisicamente feito e relaciona-se com uma estrutura geométrica: “locality implies that nearby locations compute similar functions (or contribute in computing the same function)” (p. 516).

Com base nessa distinção, o autor defende uma modularidade “fraca” para os modelos neurais paralelos-distribuídos (PDP) ou redes neurais computacionais (CNN), a qual não implica em informação encapsulada “which is not biologically plausible” (p. 516). Para Bishof, há fortes argumentos em favor da localidade, mas não necessariamente em favor da modularidade:

[2.5] for example, most connections are of short range and connect to nearby neurons. The minimum cost principle [...] implies that in order to minimize connection length and maximize transmission time similar functions should be computed by neurons adjacent to each other. Following this line of argument we can say that if the cognitive architecture is modular, then it has to be local. Of course the reverse is not necessarily true (p. 516).

O autor afirma que tem havido uma recente mudança na área de redes neurais computacionais: de topologias de redes não estruturadas para redes mais estruturadas (modulares e hierárquicas). A principal razão dessa mudança vem de argumentos computacionais: “faster training, better scaling behavior, improved generalization ability, and robustness and fault tolerance” (p. 516). O aperfeiçoamento dessas capacidades de redes modulares/hierárquicas pode ser atribuído à redução de “conversação (espacial ou temporal) cruzada” (*crosstalk*) – informação conflituosa na rede. A modularidade seria uma forma, conforme o autor, de superar esse problema. Entretanto, não se trata aqui de uma modularidade que implique encapsulamento informacional, como a proposta clássica de Fodor (1983). Bishof faz o seguinte questionamento:

[2.6] What does the hypothesis of information encapsulation imply for brains and computational neural networks? Its key component is that the product of computation within one module only becomes available when the computation is finished. Imagine a neuron (or a set of neurons) that communicates with other modules. To realize the previous requirement this neuron cannot fire

during the processing of the module; therefore it cannot participate in the computation of the module. Further, some additional neural machinery (e.g., inhibitory interneurons) is necessary to hinder this neuron from firing. Only when the computation inside the module is finished is the neuron allowed to fire. From this argument one can see that information encapsulation is an unrealistic assumption for brains because resources (neurons) are wasted and the minimum cost principle is violated (p. 516).

Ao se colocarem esses exemplares de debates em perspectiva, verifica-se que a questão da modularidade não está resolvida mesmo dentro da Teoria da Relevância, e que, conseqüentemente, o modelo de 1995 é, ainda, uma proposta em desenvolvimento.

Entretanto, o núcleo da Teoria da Relevância mantém-se intacto: encontra-se fundado sobre o Princípio da Relevância, o qual, na versão de 1995, apresenta-se no seguinte formato:

[2.7] Relevance to an individual (classificatory)

An assumption is relevant to an individual at a given time if and only if it has some positive cognitive effect in one or more of the contexts accessible to him at that time.

Relevance to an individual (comparative)

Extent condition 1: An assumption is relevant to an individual to the extent that the positive cognitive effects achieved when it is optimally processed are large.

Extent condition 2: An assumption is relevant to an individual to the extent that effort required to achieve these positive cognitive effects is small. (p. 265-266).

As teses que sustentam o Princípio da Relevância são de natureza cognitiva:

[2.8] Human cognition tends to be geared to the maximization of relevance” (p. 260)

e de natureza comunicacional, conhecido como Princípio Comunicativo de Relevância ou somente ‘Princípio de Relevância’:

[2.9] Every act of ostensive communication communicates a presumption of its own optimal relevance” (p. 260).

A Relevância, por sua vez, é concebida como uma propriedade de processos cognitivos de *input*:

[2.10] Relevance is not a commodity; it is a property. What is it a property of? By our definition, it is a property of *inputs* to cognitive processes. It can be a

property of stimuli, for example, which are *inputs* to perceptual processes, or of assumptions, which are *inputs* to inferential processes. Stimuli, and more generally phenomena, are found in the environment external to the organism; assumptions, which are the *output* of cognitive process of perception, recall, imagination or inference, are internal to the organism. When we claim that human cognition tends to be geared to the maximization of relevance, we mean that cognitive resources tend to be allocated to the processing of the most relevant *inputs* available, whether from internal or external sources. In other words, human cognition tends to be geared to the maximization of the cumulative relevance of the *inputs* it processes. It does this not by pursuing a long-term policy based on computation of the cumulative relevance achieved over time, but by arbitrations, aimed at incremental gains, between simultaneously available *inputs* competing for immediately available resources.” (1995, p. 261)

O processo de derivação de inferências, segundo a Teoria da Relevância, é resumido pelos próprios autores como segue:

[2.11] We regard verbal communication, then, as involving two types of communication processes: one based on coding and decoding, the other on ostension and inferences. The coded communication process is not autonomous: it is subservient to the inferential process. The inferential process is autonomous: it functions in essentially the same way whether or not combined with coded communication [...]. The coded communication is of course linguistic: acoustic (or graphic) signals are used to communicate semantic representations. The semantic representations recovered by decoding are useful only as a source of hypotheses and evidence for the second communication process, the inferential one. Inferential communication involves the application, not of special-purpose decoding rules, but of general-purpose inference rules, which apply to any conceptually represented information.” (1995, p. 175-176).

Para que os mecanismos cognitivos possam operar no sentido de derivar dedutivamente inferências, outra hipótese é essencial: as representações conceituais devem ter propriedades lógicas:

[2.12] Conceptual representations must have logical properties: they must be capable of implying or contradicting one another, and of undergoing deductive rules. However, not all properties of a conceptual representation are logical properties. A conceptual representation is both a mental state and a brain state. As a mental state, it can have such non-logical properties as being happy or sad. As a brain state, it can have such non-logical properties as being located in a certain brain at a certain time for a certain duration. (1995, p. 72)

[2.13] Let us abstract away from all these non-logical properties, and call the remaining logical properties of a conceptual representation its logical form. It is in virtue of its logical form that a conceptual representation is involved in logical processes and enters into relations such as contradiction or implication with other conceptual representations. [...] In essence we will argue that for a

representation to be amenable to logical processing, all that is necessary is for it to be well formed, whereas to be capable of being true or false, it must also be semantically complete: that is, it must represent a state of affairs, in a possible or actual world, whose existence would make it true. We take it that as incomplete conceptual structure can nevertheless be well formed, and can undergo logical processing.

“Let us say that a logical form is propositional if it is semantically complete and therefore capable of being true or false, and non-propositional otherwise. (p. 72)

[2.14] The deductive processing of information has much of the automatic, unconscious, reflex quality of linguistic decoding and other *input* processes. What distinguishes the deductive system from the *input* systems is that it applies to conceptual rather than to perceptual representations: that is, to representations with a logical or propositional form. What distinguishes it from other central systems is the type of computation it performs. (p. 83).

Dessa hipótese sobre as propriedades lógicas das representações conceituais, deriva uma hipótese mais ampla sobre “o que é a linguagem”:

[2.15] In the broadest sense, a language is a set of well-formed formulas, a set of permissible combinations of items from some vocabulary, generated by a grammar. In a narrower sense, a language is a set of semantically interpreted well-formed formulas. A formula is semantically interpreted by being put into systematic correspondence with other objects: for example, with the formulas of another language, with states of the user of the language, or with possible states of the world. A language in this narrower sense – the one we will use – is a grammar-governed representational system. (1995, p. 172-173)

[2.16] Language is not a necessary medium for communication: non-coded communication exists. Nor is it necessarily a medium for communication: languages exist which are not used for communication. However, language is a necessary attribute of communicating devices. Two devices capable of communicating with each other must also be capable of internally representing the information communicated, and must therefore have an internal language. In the case of ostensive-inferential communication, this internal language must be rich enough to represent the intentions of other organisms, and to allow for complex inferential processes. (p. 174)

Além disso, outras hipóteses mais gerais sobre a cognição humana encontram-se em passagens como:

[2.17] We assume, then, that cognitive mechanism have evolved in small incremental steps, mostly consisting in the selection of a variant that performed better at the time than other variants that were around. There are many ways in which one variant of a biological mechanism can perform better than others. There may be qualitative difference in the type of benefits that different variants produce; or the difference may be quantitative, as when the same benefit can be achieved to a greater degree, or at a lower energy cost (1995, p. 261-262).

[2.18] We assume too, that human cognition is the joint product of many specialized mechanisms [...]. Each mechanism contributes its qualitatively different benefits, in the form of cognitive effects. For each, there has been pressure towards cost-benefits optimization.

All these cognitive mechanisms taken together constitute the cognitive system. The efficiency of the cognitive system as a whole depends on how its various sub-mechanisms are articulate with one another, and how the resources of the system are shared among them. Articulation and allocation of resources must be such as to maximise the likelihood that the most relevant available information will be processed in the most relevant way (1995, p. 262).

3 Lingüística cognitiva e mente incorporada

A Lingüística Cognitiva, diferentemente da Teoria da Relevância, não aceita a Tese da Modularidade, nem uma arquitetura clássica simbólica.⁵⁶ Essa abordagem pode ser atestada por Langacker (1999), conforme as citações a seguir:

[3.1] [L]anguage is not a discrete and separate psychological entity, and [...] a “linguistic system” is neither static nor clearly delimited. (p. 21)

[3.2] What we posit for language must also be psychologically plausible. While linguistic constructs and descriptions have to be posited and justified on linguistic grounds, they ought to be broadly compatible with what is known from psychological studies, and linguistic claims must at some point be confronted with actual psychological evidence. Linguistic descriptions should not be shielded from such findings by a priori assertions of strict modularity, encapsulation, competence versus performance, and so forth (p. 15).

A corporeidade do mental manifesta-se, por outro lado, a partir da defesa de que

[3.3] Such factors – anatomical, physiological, perceptual, neurological, genetic – determine and constrain the range of our abilities and the quality of our mental experience. Most obviously, they define a range of possible speech sounds and the parameters for their characterization. They likewise define and structure conceptual space (the base for meaning and grammar). What we posit for language ought to be plausible from the biological perspective (LANGACKER, 1999, p. 15)

Lakoff e Johnson (1999), por sua vez, caracterizam a razão humana nos seguintes termos:

⁵⁶ Ver Feltes (2007) para uma revisão sobre arquiteturas clássicas e sobre mente corpórea.

[3.4] Reason is not disembodied, as the tradition has largely held, but arises from the nature of our brains, bodies, and bodily experience. This is not just the innocuous and obvious claim that we need a body to reason; rather, it is the striking claim that the very structure of reason itself comes from the details of our embodiment. The same neural and cognitive mechanisms that allow us to perceive and move around also create our conceptual systems and modes of reason. Thus, to understand reason we must understand the details of our visual system, our motor system, and the general mechanisms of neural binding. In summary, reason is not, in any way, a transcendent feature of the universe or of disembodied mind. Instead, it is shaped crucially by the peculiarities of our human bodies, by the remarkable details of the neural structure of our brains, and by the specifics of our everyday functioning in the world.

Reason is evolutionary, in that abstract reason builds on and makes use of forms of perceptual and motor inference present in “lower” animals. The result is a Darwinism: Reason, even in its most abstract form, makes use of, rather than transcends, our animal nature. The discovery that reason in evolutionary utterly changes our relation to other animals and changes our conception of human being as uniquely rational. Reason is thus not an essence that separates us from other animals; rather it places us on a continuum with them. Reason is not “universal” in the transcendent sense; that is not part of the structure of the universe. It is universal, however, in that it is a capacity shared universally by all human beings. What allow it to be shared are the commonalities that exist in the way our minds are embodied.

Reason is not completely conscious, but mostly unconscious.

Reason is not purely literal, but largely metaphorical and imaginative.

Reason is not dispassionate, but emotionally engaged (p. 4).

A lingüística cognitiva, como afirma Sweetser (1999), “has radically changed our understanding of semantics”, de modo que o que tem emergido é “a semantics which is attempting to be cognitively realistic” (p. 133). É nesse contexto “do que é cognitivamente realístico” que a composicionalidade em semântica tem sido fortemente discutida.

Afirma a autora:

[3.5] I do not know any linguists who see semantics as intrinsically non-compositional, although there may possibly be philosophers or literary critics who hold such a view. Linguists all agree, and so does the average lay person, that the reason The cat stole the hat means something different from The cat ate the hat is that stole and ate make different contributions to the interpretation of the whole, and that those contributions are systematically related to the usual conventional ranges of interpretations of eat and steal in other possible uses by English speakers (p. 133).

Porém, Sweetser segue com sua exposição de forma mais crítica:

[3.6] We may disagree about major related issues: for example, the extent to which idioms are processed compositionally [...]; the extent to which it is important to talk about meanings of syntactic constructions; the relationship

between “semantic” and “pragmatic” components of a linguistically conveyed message; the relationship between linguistic interpretation and general reasoning processes of context-based inference; or the assessment of what proportion of everyday utterance-content is produced and processed by accessing already-present routines, as opposed to by brand-new composition of elements (p. 122).

E conclui: “But the basic fact of compositionality remains, and remains also for more apparently complicated cases than those involving cats, hats, and mats.” (p. 133).

Retomam-se alguns exemplos mencionados pela autora.

(1) *I put the pencil on the desk.*

(2) *I put the pencil in the pencil-sharpener.*

Ao processarmos (1), entende-se que o lápis inteiro foi depositado sobre a escrivaninha; já em (2), entende-se que apenas a ponta do lápis usada para escrever (*writing end of the pencil*) foi inserida no apontador. O entendimento de (2) depende do que Langacker (1991) denominou de “zona ativa” (*active zone*) contextualmente relevante, a qual é tomada como o referente do sintagma *the pencil*. Isso significa que estamos nos referindo a diferentes partes de um objeto ou referente, de modo que o sintagma *the pencil* faz diferentes contribuições para o significado da sentença como um todo.

O exemplo (3), a seguir, traz ainda mais complexidade ao processo de interpretação. Trata-se de um sintagma adjetival (A) é adjunto a um nome (N):

(3) A-N Phrase: Intellectual sleeping pills

O sintagma referido em (3) seria utilizado para fazer referência a sermões (*sermons*). O que se tem, nesse exemplo é um caso de mesclagem metafórica (*metaphoric blending*). *Intellectual* é um adjetivo que especifica uma série de espaços mentais, estruturados por frames. De forma sintética, haveria um espaço genérico (não especificado pela autora), um espaço de *input 1* para [*sleeping pills*-NOUN] como um domínio físico; um espaço de *input 2* para [*sermons*] como o domínio intelectual [ADJECTIVE]; e um espaço de *blend* para [*sermons as sleeping pills*]. Pode-se dizer que o ouvinte interpretaria o sintagma (3) mesclando o espaço de *sleeping pills* com o espaço que envolve uma atividade intelectual, de modo a criar uma mesclagem metafórica em que *pills*, mapeado a partir de sermão, causaria

inatividade física ou inconsciência, que, por sua vez, é mapeada para inatividade ou inconsciência (*unawareness*) causada pelo sermão.⁵⁷ Sendo um mapeamento unidirecional, em que

[3.7] *sleeping pill* can refer to a sermon (as construed via this unidirectional blending process), but *sermon* would be unlikely to refer to a sleeping pill, via this set of metaphorical mappings. This means that, what the right contextual help from space-blending, an accessible conceptual active zone of *sleeping pill* is sermons, an entity indeed appropriately elaborated by *intellectual* (SWEETSER, 1999, p. 146).

A autora conclui que esse tipo de tratamento para o sintagma Adjetivo-Nome é, ao mesmo tempo, unificada, composicional e suficientemente flexível para dar conta de dados reais. E diz:

[3.8] Without invoking mechanisms such as metaphor or frames, we would either have to give up on the claim that there is any general principles about combining the semantics of adjectives and nouns in a modification construction, or give up on the compositionality itself (p. 155).

Sweetser adverte:

[3.9] If formal semantics can claim to be heir of the generative tradition in placing a high value on minimal theoretical apparatus, it cannot (on actual inspection of the data) simultaneously claim to maintain a principle of regular semantic compositionality. While there are plenty of non-compositional, or incompletely compositionality, aspects to linguist semantics – no linguist would want to treat all idioms as fully compositional – nonetheless compositionality is a basic and pervasive aspect of linguistic semantics, and cannot be adequately described without adequate description of the categories to be combined (p. 155).

[3.10] A genuinely plausible theory of semantic compositionality cannot be based on a few cases which logicians find convenient, with the assumption that it can be extended some day to handle the rest of the data. It has to deal with the immense combinatorial complexity of everyday constructions in real languages, as used by speakers engaged in the linguistic construction of mental space structure within a rich context. [...] This doesn't mean our theory has to be uneconomical. It will surely be a richer and more complex theory of semantic categorization and combination than many formal semantic ones, but this added complexity will involve cognitive structures and processes which are necessarily part of any plausible theory of cognition in general: fuzzy and prototype-structured categorization, salient instances, metaphorical and metonymic links, frames, active zones, roles and values, mental spaces and so on. There is of course no global parsimony to the exclusion of these factors from linguistic semantics, if they are real aspects of the cognition

⁵⁷ Essa é apenas uma forma de entender essa mesclagem, pois é possível tratá-la em termos de um *continuum* metonímia-metáfora, o que levaria a uma mesclagem bem mais complexa.

underlying language. Our theory can certainly still follow Occam's razor, in the sense that we should not posit unmotivated structure for its own sake, but rather do so as needed to account data (p. 155).

[3.11] [...] it seems to me almost impossible to construct an adequate theory of meaning which is simultaneously objectivist and regularly compositional. Less flexible meaning units will simply not produce the range of actual compositional meanings, by regular composition (p. 156).

As idéias de Sweetser representam, aqui, de forma prototípica o que pesquisadores em Linguística Cognitiva têm discutido sobre composicionalidade.

Casos como:

- (4) Red Apple
- (5) Red Ball

servem para demonstrar, por exemplo, que há casos em que a zona ativa pode já ser uma construção já convencional com uma pré-definição da sobreposição de significados de nomes e adjetivos: em (4) trata-se do exterior da fruta, a cor de sua casca; ou em (5) de uma zona a ser construída pelo contexto: a cor da bola, uma faixa vermelha sobre a superfície da bola (que possui um fundo em outra cor) ou mesmo para referir metonimicamente uma bola que pertence a um time cujo uniforme é vermelho. Em (5) operações de mesclagem são necessárias.

Mais do que isso, a discussão de Sweetser revela claramente os problemas criados entre áreas intradisciplinares e interdisciplinares. Especificamente, uma composicionalidade cujo compromisso se encontra em “dados reais”, em como certos sintagmas são compreendidos cognitivamente; e uma composicionalidade cujos compromissos se encontram em outro contexto de discussões. Portanto, ontologicamente, pode-se falar de sintagmas e de composição sintagmática, mas as ontologias situam-se em universos metateóricos diversos que lidam com “problemas” diferentes. Estender a composicionalidade, em um caso, esbarraria em como, em linguagem natural, os significados são compreendidos, dada uma certa realidade psicofisiológica e cognitiva, em situações reais de processamento (neural); em outro caso, significaria dar conta de uma grande quantidade de fenômenos, mas sem que tal compromisso empírico estivesse envolvido. Disso deriva que, seja qual for o tratamento, os campos de aplicação dos modelos são diversos e, portanto, não excludentes per se. Por outro lado, admitir uma mera complementaridade seria incorrer nos equívocos de que trata Costa (2004, 2006).

3.1 Processamento de informação neural

Toma-se aqui a Teoria Neural desenvolvida por Feldman (2006) como um modelo a partir do qual se poderia iniciar uma discussão sobre como processos inferenciais, que indubitavelmente têm lugar em nosso modo de funcionamento mental/cerebral, são tratados em uma perspectiva não-modular e não estritamente “computacional-simbólica”, seguindo, em vez disso, uma versão de conexionismo. Eis algumas teses centrais dessa abordagem:

[3.1.1] The brain is constantly active, computing inferences, predictions, and actions with each evolving situation. There has been enormous evolutionary pressure toward brains that can respond fast and effectively in complex situations. For example, a common housefly can sense changes in air currents and quickly shift directions, which is why fly swatters have holes (2006, p. 5).

[3.1.2] Because language is complex, linguists have traditionally broken its study artificially into “levels” or “modules” given names such as phonetics, phonology, morphology, syntax, the lexicon, semantics, discourse, and pragmatics. Most linguists specialize in the study of just one level or at the border between two adjacent subfields. Such focused studies have told a great deal about language and are still the norm.

However, real language is embodied, integrated, and multimodal. When your doctor asks you to lift your leg, your understanding involves a rich interaction among many neural systems. There is systematic structure to how all these components fit together to constitute language. The rule or patterns of language are called constructions, and these integrate different facets of language – for example, phonology, pragmatics, semantics, and syntax. A request construction might specify a grammatical form an intonation pattern, pragmatic constraints, and the intended meaning. When your doctor asks you to lift your leg, all of these features are involved (p. 9).

[3.1.3] The macroscopic properties of mind and language arise [...] from the microscopic properties of neurons, and the mechanisms of neural signaling, neural adaptation, and neural growth (p. 49).

[3.1.4] [M]ental connections are active neural connections. There is every reason to believe that ideas, concepts, and the like are represented by neural activity. The exact circuitry involved is uncertain, but it suffices for us to assume that some stable connection pattern is associated with each word, concept, schema, and so on (p. 91).

Essa abordagem não é tão radical quanto possa parecer à primeira vista quando se tem em mente que a Linguística Cognitiva tem, em várias de suas correntes, combatido a idéia de “computação”. A Teoria Neural, que tem sido aceita

também por Lakoff e Johnson (1999), estabelece um nível computacional com base em um critério “operacional”:

[3.1.5] A description of any mental ability [...] must be reducible to the connectionist level and thus to the brain [...]. But the connectionist level is still messy, so we also need a computational level, providing a fairly traditional way to describing structures in terms of features-value pairs (FELDMAN, 2006, p. 288).

A partir disso, argumenta Feldman:

[3.1.6] Neuroscientists speak of neurons as processing information and communicating by sending and receiving signals. They also talk of neurons as performing computations. In fact, neural computation has become the standard way to thinking about how the brain works. But neurons are just cells, tiny biological entities that are alive and function by means of chemistry. Why can we say that neurons process information and perform computation? (2006, p. 16).

[3.1.7] But before we turn to neural information processing, we need to understand more about information processing in general and its use in computational modeling. Computer programs are the primary tools in formulating and testing theories of brain function and behavior (2006, p. 20).

[3.1.8] - Understanding language about perceiving and moving involves much of the same neural circuitry as do perceiving and moving themselves.
- Neural computation links our experience of hearing and speaking to the experience of perception, motion, and imagination.
- So we need to know more about neural computation to understand language. (2006, p. 5)

Esse nível computacional, entretanto, esbarra em teses basilares da Linguística Cognitiva (corporificada), como o *continuum* semântica-pragmática:

[3.1.9] The embodied neural theory of language provides an alternative story on multiple word meaning that is much simpler and seems intuitively plausible. Each word can activate alternative meaning subnetworks [...]. These subnetworks are themselves linked to other circuits representing the semantics of words and frames that are active in the current context. The standard neural best-fit matching mechanism activates additional related concepts as part of choosing the most appropriate meaning. The meaning of the relevant circuitry: contextual, immediate, and associated (2006, p. 287).

A título de exemplificação, esse nível computacional faz uso, para o estudo da gramática, da ECG – *Embodied Construction Grammar* (Gramática da Construção

Corporificada).⁵⁸ Um exemplo (adaptado) pode ser fornecido para demonstrar o caráter formal desse design computacional. Em (6), tem-se um verbo e sua construção; em (7), o design de uma oração que expressa a predicação, numa estrutura com os constituintes que descrevem um movimento direcionado:

(6)

Construção lexical: Passeava [Strolled]

Subcaso de: Verbo de Movimento, Passado Imperfeito Regular

Forma: “passea+va”

Significado: AndarX [esquema executivo]

Papéis de parâmetros:

Velocidade ↔ devagar

Tempo ↔ passado

Aspecto ↔ durativo

(7)

Construção: Movimento Autodirecionado

Subcaso de: Oração de movimento

Constituintes:

movA: NP

actV: Verbo de movimento

locPP: PP espacial

Forma: movimentar < ação < direção

Significado: Esquema de automovimento

movimentar ↔ movA

ação ↔ actV

direção ↔ locPP

Em (7) há a especificação semântica (SemSpec) que se origina de, por exemplo: “Harry strolled to Berkeley.”

Ora, ao admitir que ainda se faz necessário algum nível computacional, encontramos-nos numa oportuna posição exploratória, tanto para a Teoria Neural quanto para as possibilidades de criação de uma interface entre a ECG e a Teoria da Relevância. Através de (6) e (7) é possível vislumbrar um tênue caminho metodológico – ainda a ser explorado – para ampliar a discussão sobre a hipótese da autonomia parcial.

Segundo Feldman (2006) conceitos como VERMELHO e expressões como “ponte de pedra” e “leão de pedra” evidenciam que “a teoria semântica necessita de

⁵⁸ A ECG, citando Feldman, foi iniciada por Bergen e Chang (2005). Aqui “construção” é a unidade básica dessa gramática – sempre um par de forma linguística e significado. E a parte corporificada dessa construção diz respeito ao fato de que “a parte semântica de uma construção é composta de vários tipos de esquemas corpóreos – imagem, força dinâmica ou esquemas de ação” (p. 289).

regras para combinar significados que não dependam da forma gramatical que são utilizados em um dado caso” (p. 285). Ele toma o exemplo

(8) Red fire engine

Em (8), afirma Feldman, tem-se um pequeno *puzzle*: qual é o significado de ‘red’ que é de algum modo combinado como ‘fire engine’ na nomeação de uma tonalidade particular? Nesse caso, a tonalidade não é a mesma daquela referida em, por exemplo: “red face”, “red sky” ou “red hair”. Pelos “mecanismos” da Teoria Neural, seria escolhida a tonalidade que fornece a resposta neural mais forte. A justificativa é a de que:

[3.1.10] From our embodied neural perspective, the **context-dependent meaning** of “red” is natural; the activation of two words together causes the brain’s **neural best-fit mechanism to settle on the most coherent overall pattern involving alternative concepts nameable by those words in the current context** (p. 286; Grifos nossos).

Essa citação é ressonante com as citações [3.6], [3.7], [3.8], [3.10] e [3.11] relativas à discussão promovida dos Sweetser (1999). O mesmo se aplica para a discussão do exemplo (9) a seguir.

Em

(9) Red Guard

tem-se um caso de integração conceptual ou mesclagem (*blending*), que se torna um item do vocabulário ao evocar um frame complexo apenas fracamente relacionado ao significados originais de cada elemento, no caso ‘red’ e ‘Guard’. Feldman provavelmente se refere à “Red Guard” da Revolução Bolchevique (1917), termo gerado a partir de “Red Army”. A referência diria respeito às cores do movimento comunista. Outros movimentos na Finlândia, Hungria e Bavária utilizaram essa nomeação. A expressão, portanto, resulta em uma mescla complexa, provavelmente com processos metonímicos. Em determinados contextos, essa expressão demandaria processos inferenciais complexos para sua interpretação mais relevante.

Já em (10) e (11):

(10) Stone lion.

(11) Stone bridge

os exemplos levantam uma situação que nos parece mais controvertida.

Para Feldman, nesses casos, (10) e (11), os adjetivos negariam traços essenciais dos nomes que modificam, tais como *artificial*, *fake*, *imitation* e *toy*, o que envolveria as intenções das pessoas que fazem uso do objeto (*bridge* e *lion*). Assim sendo, afirma o autor, “modificadores adicionais operam dessa forma para alguns objetos, mas não para outros” (p. 286). O que ele quer dizer é que *stone lion* (10) não é um leão, podendo ser caracterizado como *imitation* ou *toy*, e que *stone bridge* (11), por outro lado, é ainda uma ponte. Disso resulta a questão de como os significados são combinados. Num primeiro momento, Feldman retoma a teoria amplamente aceita de as palavras possuem significados múltiplos fixados: *word senses*. Nessa abordagem, todos os significados residem em palavras, e as regras da gramática apenas especificam quais combinações de palavras são permitidas – numa perspectiva de autonomia sintática. Ou seja:

[3.1.11] De acordo com essa visão, o significado de qualquer combinação de palavras pode ser determinado primeiro detectando que sentido de cada palavra está envolvido, e então usar a regra apropriada para cada sentido da palavra. Assim. Entendemos leão de pedra como algo que refere algo feito de pedra que tem a forma de um leão (p. 286).

Contestando essa abordagem, Feldman levanta algumas questões de uso contextual relacionadas ao exemplo (10) que levam a um número potencialmente infinito de sentidos de palavras que poderiam se tornar necessários:

- (a) Deveria haver para cada nome de animal um outro sentido que cobrisse objetos na forma de um leão?
- (b) E o que dizer quanto a outros atributos animais usados de forma usual em um sentido “não literal”: tamanho, habitat, agressividade, força, etc.?
- (c) Deveria haver também sentidos de palavras separados para leões de brinquedo, armas falsas, etc?
- (d) E como proceder quanto a usos contextuais como *stone lion* referindo um leão sentado em uma pedra, ou um que comeu uma pedra, etc.?

A resposta de Feldman (2006) é a de que a teoria neural corporificada da linguagem fornece uma alternativa sobre significados múltiplos de palavras que é, segundo ele, mais simples e intuitivamente mais plausível. Essa resposta encontra-se na citação [3.1.9].

É possível, já, constatar, nessa citação, que parece plausível que alguma versão do Princípio da Relevância, se uma propriedade cognitiva ou propriamente neural, encontra-se implicitamente incorporada no funcionamento das networks ou subnetworks dos padrões neurais. Mas, o mais crítico, é que o referido mecanismo de associação opera de modo a dar conta, simultaneamente (por ativações e co-ativações neurais), de processos semânticos e pragmáticos, de modo que aí se expressa, também, a continuidade já referida por Harder (1999). Além disso, como tais circuitos são ativados e como geram inferências relevantes para a “escolha do significado mais apropriado” não é um tema desenvolvido na teoria ou em outras no âmbito das neurociências.⁵⁹

Tome-se o exemplo de “leão de pedra” num contexto conversacional:

(12)

A: Como Pedro tem-se comportado na direção da companhia?

B: Pedro é um leão de pedra.

Quais as inferências passíveis de serem derivadas e como seriam derivadas, utilizando-se apenas a linguagem operacional da Teoria Neural, conforme as passagens grifadas em (iv)? **B** utiliza uma linguagem metafórica cuja interpretação é altamente dependente do contexto do qual a pergunta formulada por **A** é parte integrante. Como as subnetworks se conectam a outros circuitos e como determinados frames são ativados no contexto em questão? Como o padrão neural opera para ajustar o melhor mecanismo de associação que ativaria conceitos relacionados adicionais como parte da escolha do significado mais apropriado? Como o significado de uma palavra em contexto é capturado pela atividade conjunta de todo o circuito relevante: contextual, imediato e associado? Essas questões são, certamente, muito arrojadas quando se toma uma única citação como elemento provocador, mas são todas questões que, com o desenvolvimento das neurociências, merecem uma resposta.

Um aspecto torna-se problemático não apenas para a Teoria Neural, mas também para a Teoria da Relevância: o que estudos em neurociência sobre a

⁵⁹ Este não é propriamente um problema “da” teoria, mas do estado de arte dos estudos teóricos e experimentais em Ciências Cognitivas e Neurociências. Na citação [3.1.5], o próprio Feldman admite que os modelos conexionistas ainda não estão satisfatoriamente desenvolvidos.

memória têm revelado sobre seu funcionamento? Edelman e Tononi (2000) afirmam que:

[3.1.12] In a complex brain, memory results from the selective matching that occurs between ongoing, distributed neural activity and various signals coming from the world, the body, and the brain itself. The synaptic alterations that ensue affect the future responses of the individual brain to similar or different signals. These changes are reflected in the ability to repeat a mental or physical act after some time despite a changing context, for example, in “recalling” an image. It is important to indicate that by the word act, we mean any ordered sequence of brain activities in a domain of perception, movement, or speech that, in time, leads to a particular neural *output*. We stress repetition after some time in this definition because it is the ability to re-create an act separated by a certain duration from the original signal set that is characteristic of memory. And in mentioning a changing context, we pay heed to a key property of memory in the brain: that is, in some sense, a form of constructive recategorization during ongoing experience, rather than a precise replication of a previous sequence of events. (p. 95)

[3.1.13] If we consider all the different kinds of connections that can operate simultaneously in the brain, we must go to a space of higher dimension [...]. By extending the process to any number of dimensions, one can, at least figuratively, see how a dynamic nonrepresentational memory may work. Such a memory has properties that allow perception to alter recall and recall to alter perception. It has no fixed capacity limit, since it actually generates “information” by construction. It is robust, dynamic, associative, and adaptive. If our view of memory is correct, in higher organisms every act of perception is, to some degree, an act of creation, and every act of memory is, to some degree, an act of imagination. Biological memory is thus creative and not strictly replicative (p. 101).

O que os autores denominam como “recategorização construtiva” vem a ser, se os experimentos têm validade, um problema para qualquer nível computacional.

4 É possível alguma compatibilidade?

Harder (1999) afirma que a Linguística Cognitiva não estabelece uma distinção clara entre competência e desempenho, sendo um modelo baseado no uso, sem qualquer distinção entre linguagem, de um lado, e experiência humana, de outro; também não faz distinção, segundo ele, entre fenômenos cognitivos e biológicos, porque “language is grounded in the human body, and because all skills can be seen as mediated by neurological patterns (which can be modeled by increasingly sophisticated connectionist simulations)”. Do ponto de vista de Harder, tais fenômenos são tratados em um *continuum*. Um dos mais importantes traços do

“continuísmo” em Lingüística Cognitiva é sua preocupação explícita em usar “language as a window on cognitive structures generally, so that that one can move freely and gradually from facts about language to facts about human cognition and further on to facts about human life generally” (p. 196).

Apesar dos importantes achados de pesquisa baseados nessa continuidade, Harder aponta

[4.1] a central fact about the relationship between related domains: cognitive facts are partially autonomous of brute facts; linguistic facts are partially autonomous of experiential facts; syntactic facts are partially autonomous of facts about the meaning of elements and social facts are partially autonomous of mental (1999, p. 196).

Pela autonomia parcial seria possível capturar um quadro integrado dos fenômenos sintáticos, semânticos e pragmáticos e, em nosso ponto de vista, avaliar o papel de uma teoria (de interface) da inferência, como a Teoria da Relevância, em que o Princípio da Relevância e conceitos co-dependentes pudessem ser operacionalmente reconstruídos no quadro epistemológico da Lingüística Cognitiva, fornecendo as bases para o tratamento sistemático dos processos inferenciais envolvidos principalmente em processamentos metafóricos e metonímicos e operações de blending metafóricas ou não.

A preocupação de Harder concentra-se em tratar da questão sobre que tipos de coisas existem no mundo no contexto da Lingüística Cognitiva, levantando uma questão ontológica e metodológica. Antes de simplesmente negar a “continuidade”, o autor quer discuti-la com mais cuidado a partir de uma orientação explícita em direção a uma ontologia baseada na autonomia parcial. Esta é entendida, como apresentado em [4.1], a partir do pressuposto de que fatos cognitivos são parcialmente autônomos de fatos brutos; fatos lingüísticos são parcialmente autônomos de fatos experienciais; fatos sintáticos são parcialmente autônomos de fatos sobre o significado de elementos, e fatos sociais são parcialmente autônomos de fatos mentais.

A autonomia parcial tem o mérito de aceitar a necessidade de níveis separados de análise dentro do contexto de uma continuidade global. Trata-se, entretanto, de um conceito complexo, mas essencial, afirma Harder, não apenas em Lingüística, mas em Ciência Cognitiva. Aceitar diferentes níveis de organização apresentaria algumas vantagens para a Lingüística Cognitiva, como no caso de

incluir, mais explicitamente, os fatos sociais como um nível ontológico específico em sua visão de mundo. Harder argues that

[4.2] A notion of partial autonomy would provide the best way of capturing the integrated, semantically based picture of syntax that is favored in functional and cognitive linguistics, while explicitly leaving room for those less than direct correspondences between syntactic patterns and item meaning which autonomists tend to draw the wrong (1999, p. 218).

Colocando a questão no plano da descrição lingüística do significado como função interativa, Harder diz que se sabe que a linguagem é usada em interações sociais, mas um dos aspectos a serem considerados é “a natureza de e a relação entre significados” (p. 211). O outro aspecto é o “status da sintaxe como um componente que torna possível a integração automática e eficiente de fragmentos de significado em significados de enunciados no todo” (p. 211).

Lembrando-nos, sempre, que a Lingüística Cognitiva é uma ciência jovem, discussões como a que Harder provoca, defendendo a tese da autonomia parcial como uma contribuição ontológico-metodológica para essa ciência em recente construção não devem ser negligenciadas. Ela busca, em nosso entendimento, uma espécie de conciliação entre a autonomia extremada dos gerativistas e dos funcionalistas (como Fodor) e o “achatamento” ontológico que, não podemos negar, existe em Lingüística Cognitiva, naquilo que o autor chama de *continuismo* em Lingüística Cognitiva, que horizontaliza, num *continuum*, os fatos propriamente lingüísticos, cognitivos e sociais.

Em nosso ponto de vista, a hipótese da autonomia parcial poderia ser vista como atuando num nível metateórico sob critérios operacionais e, por que não, normativos. A partir dela, seria possível criar um “cenário” de possíveis correlações ontológicas localizadas que “quebrariam” a continuidade inerente dos fatores biológicos, socioculturais (experenciais de modo amplo), comunicacionais com a qual a Lingüística Cognitiva opera epistemológica e metodologicamente. A partir dela, criar-se-ia uma arquitetura passível de incorporar relações de interface mais explícitas. Entre elas, uma interface para uma Pragmática que operaria a partir de algumas das teses da Teoria da Relevância. Incompatibilidades fundacionais com esta teoria, como a hipótese de algum modelo de modularidade, a seqüencialidade linear dos processos de derivação de inferências dedutivas por mecanismos e operações computacionais, o tratamento de atitudes proposicionais e, por

conseqüência, todo o processo de levantamento de suposições por processos de *input* e efeitos cognitivos ou contextuais (inferências) como *outputs* (cf. [2.1], [2.2], [2.3], [2.12], [2.13], [2.14], [2.15] e [2.16]), poderiam ser “decantadas” e “reconstruídas” em um novo formato, hipotético, de linguagem em termos de ativações e co-ativações neurais (cf. [3.1.1], [3.1.2], [3.1.4] e [3.15]. Desse modo, “uma” Teoria da Relevância seria gerada como uma Teoria de Interface cuja adequação descritiva e explanatória seria avaliada pelo seu sucesso, empírico, no tratamento de pelo menos um conjunto relevante de fenômenos semântico-pragmáticos.

Nessa interface, o quadro metateórico-ontológico envolveria necessariamente:

- (i) Compromisso com construções composicionais cognitivamente “realísticas” (cf. [3.5], [3.6], [3.10] e [3.11]);
- (ii) Compromisso com um nível computacional operacional (cf. [3.1.6], [3.1.7] e [3.18]), num modelo conexionista;
- (iii) Compromisso com a autonomia parcial operacional entre sintaxe/semântica/pragmática (cf. [4.1] e [4.2]);
- (iv) Compromisso com o Princípio da Relevância (cf. [2.7], [2.8], [2.9] e [2.10])

Em (i) está explícito que a interface é criada em favor da Lingüística Cognitiva. Para (ii), é necessária uma proposta mais robusta para o nível computacional, até aqui fracamente desenvolvido. Porém, esse nível computacional pode ser objeto de uma teoria da interface, em favor do conexionismo em Lingüística Cognitiva. O compromisso (iii) implica que a Hipótese da Autonomia Parcial também seja melhor desenvolvida, podendo ser também objeto dessa possível teoria de interface.

5 Considerações Finais

Levantar as perspectivas para a construção de uma teoria de interface para inferências, tomando-se dois modelos teóricos ainda em construção pode levar à conclusão de que se trata de uma iniciativa muito precoce. Porém, esses modelos “em progresso” talvez possam contar com os benefícios de um projeto como o de Costa para a Teoria das Interfaces, também em construção. A Teoria das Interfaces, inicialmente imaginada para tratar de problemas recalcitrantes sobre as estruturas e funcionamento da linguagem natural em domínios já estabelecidos e sobre

equívocos históricos, poderia torna-se mais ambiciosa. Ela tem o potencial para abraçar as características peculiares às fases de ciência extraordinária, em termos kuhnianos, mantendo-se nesse plano. A “ciência normal” volta sempre ao seu encapsulamento neopositivista, fechando, ciclicamente, suas fronteiras “paradigmáticas”. A máxima ambição de tal teoria não é a de ser uma espécie de “gari metodológico”, mas ser parte de uma Filosofia da Ciência ou de uma Epistemologia Aplicada.

Levando em consideração o que Campos (2007) defende em [1.7], que uma disciplina é um conjunto de subteorias, constituindo, então, subdisciplinas, pode-se estender a problemática para um nível ainda mais complexo: disciplinas são construídas em “cachos” de modelos teóricos, em que subdisciplinas proliferam de acordo com o quadro epistemológico em questão. No caso, em Linguística Cognitiva, dadas as afirmações de Harder (1999), não há subdisciplinas demarcadas para Semântica e Pragmática, por exemplo, e os modelos de gramática permanecem no continuum Sintaxe-Semântica-Pragmática. A Teoria Neural da Linguagem é um modelo teórico entre outros no âmbito da Linguística Cognitiva. Ainda assim, é por esse ângulo que a Hipótese da Autonomia Parcial auxiliaria na construção de programas de investigação formalmente mais adequados. Campos (2007) está correto ao afirmar que na relação entre Linguística e Psicologia Cognitiva (e talvez mais fortemente com Neurociências), estruturas e processos neurais (cérebro) e computacionais (mente/cérebro) são as mais fortes construções inter e intradisciplinares. Em ambos os casos, entretanto, teorias e programas de investigação são muito jovens e diversificados para que se tenha alguma garantia de sucesso, seja para se falar de relações de complementaridade e interseções, seja de implementações (de um nível para outro).

Parece que um caminho em “saltos” tem sido seguido: observam-se as possibilidades de uma teoria ou programa de investigação em campos de aplicação. Se bem-sucedidos num dado campo de aplicação, procede-se a uma “reforma metateórica” orientada para este ou aquele campo de aplicabilidade. Dessa forma, campos de aplicação com alto grau de especialidade agregam, de forma utilitarista, teorias adaptadas para seus fins. Trata-se, obviamente, de uma operação numa interface. Porém, busca-se, com uma Teoria das Interfaces, não a proliferação de teorias adaptadas, mas, sob um princípio de economia, teorias mais adequadamente

formalizadas para que sua ontologia e *framework* metateórico possam dar conta de um grande espectro de relações intra e interdisciplinares, incluindo seus campos de aplicação, calibrando adequação descritiva e explanatória.

Se, por um lado, como afirma Sweetser (1999), em [3.10], a natureza dos dados (empíricos) pode afetar o princípio global de parcimônia de uma teoria ou disciplina, isso não significa que se abra mão do Princípio de Ockham. Deve-se ter em mente que compromissos empíricos motivam a construção do corpo ontológico e erigem a metateoria. Resta, assim, a questão metodológica sobre o que são (ontologicamente) tais dados empíricos e como são eles próprios categorizados (como *types*), evitando-se o tratamento *ad hoc* de instâncias (*tokens*) de dados brutos. O ponto é: as categorias de fenômenos a serem tratados são construídas em uma Teoria da Interface, dentro do espírito de que os objetos são construídos nas interfaces.

Se os processos inferenciais são uma categoria de fenômenos a serem examinados, nas interfaces devem ser determinados os tipos de inferências que, nessa interface construída, podem ser examinadas. Ou ainda, de forma mais radical, que fenômenos serão considerados como “inferenciais”.

Em Lingüística Cognitiva, de inferências analógicas a inferências dedutivas, há um conjunto de possíveis inferências-tipo a serem identificadas e melhor compreendidas. Para a Teoria da Relevância, uma teoria da inferência dedutiva não-demonstrativa, caberia uma pergunta provocativa (tendo-se em mente, por exemplo, o modo como enunciados metafóricos são tratados pela teoria): são tais inferências originariamente dedutivas ou são elas “reconstruídas” numa forma de argumento dedutivo, a fortiori, a partir dos mecanismos propostos pela teoria? Essa pergunta é ela própria uma pergunta de interface. Por quê? Trata-se de uma pergunta “interativa” formulada por um propósito de investigação: uma teoria é examinada “sob uma dada perspectiva” para que possa ser (a) trabalhar com outra teoria em uma interface não problemática, sem passar por um processo de reconstrução metateórica; ou (b) avaliada e reconstruída metateoricamente em favor de um dos lados da interface; neste caso, em favor da Lingüística Cognitiva que se compromete com “dados empíricos” sobre o modo estruturação de funcionamento da cognição/(cérebro) humana.

Referências

BECHTEL, W. *Philosophy of science: an overview for cognitive science*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1988.

BISHOP, H. Locality, modularity, and computational neural networks. *Behavioral and Brain Sciences*, n. 20, p. 515-517, 1997.

CAMPOS, J. The science of language: communication, cognition, and computation. Inter/Intradisciplinary relations. In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (Orgs.). *Innovation and interdisciplinarity in the university*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007. p. 345-376.

COLLINS, J. On the *input* problem for massive modularity. *Minds and Machines*, n. 15, p. 1-22, 2005.

COSTA, J. C. da. Textos e contextos (na interface semântica/pragmática). *Revista FAMECOS*, n. 23, p. 85-96, abr. 2004.

_____. O conectivo 'E/∧' e 'OU/∨' na interface sintaxe/semântica/pragmática. *Letras de Hoje*, v. 41, n. 2, p. 273-304, jun. 2006.

EDELMAN, G. M.; TONONI, G. *A universe of consciousness: how matter becomes imagination*. New York: Basic Books, 2000.

FELDMAN, J A. *From molecule to metaphor: a neural theory of language*. Cambridge, Mass.: A Bradford Book; The Mit Press, 2006.

FELTES, H. P. de M. *Naturalização da semântica das representações mentais: o programa de pesquisa de Jerry A. Fodor, 1998*. 262 f. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

_____. (Org.). *Produção de sentido: estudos transdisciplinares*. São Paulo: Annablume; Nova Prova: Porto Alegre; Educs: Caxias do Sul, 2003.

FODOR, J. *The modularity of mind*. Cambridge, MA: MIT Press, 1983

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western thought*. New York: Basic Books, 1999.

LANGACKER, R. Assessing the cognitive linguistic enterprise. In: JANSSEN, T.; REDEKER, G. (Eds.) *Cognitive Linguistics: foundations, scope, and methodology*. New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 13-59.

SPERBER, D. The modularity of thought and the epidemiology of representations. In: HIRSCHFELD, L.; GELMAN, S. (eds.). *Mapping the mind: domain specificity in cognition and culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 39-67.

_____; WILSON, D. *Relevance: communication & cognition*. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 1995.

SWEETSER, E. Compositionality and blending: semantic composition in a cognitively realist framework. In: JANSSEN, T.; REDEKER, G. (Eds.) *Cognitive Linguistics: foundations, scope, and methodology*. New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 129-162.

Os autores

Jorge Campos da Costa é doutor em Letras/Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com pós-doutorado no MIT e UMBC, EUA. Sua linha de pesquisa está nas interfaces da Linguística com Filosofia, Lógica e Cognição, especialmente no que se refere à Semântica e à Pragmática. Seus principais tópicos de estudo são o nome próprio, conetivos, quantificadores e operadores modais. Dedica-se, também, à cultura e à editoração, tendo sido Presidente do Conselho de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul em 2005, e ocupando o cargo de Editor-Chefe da Editora da PUCRS. Entre as suas principais publicações, destaca-se o livro *Os enigmas do nome* - na interface lógica/semântica/pragmática (AGE/Edipucrs, 2004):

Fabio José Rauen é docente e coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Possui doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina e pós-doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Entre suas publicações, destacam-se o número especial sobre Teoria da Relevância de *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, organizado com Jane Rita Caetano da Silveira (Ed. Unisul, 2005) e os livros: *Roteiros de pesquisa* (Nova Era, 2006), *Roteiros de investigação científica* (Ed. Unisul, 2002) e *Elementos de iniciação à pesquisa* (Nova Era, 1999).

Ana Maria Tramunt Ibaños é professora adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde se doutorou. Possui pós-doutorado em interface sintaxe/semântica pela University of Baltimore at College Park e MIT, EUA. Entre suas publicações, destaca-se a organização, com Jane Rita Caetano da Silveira, do livro *Na interface semântica/pragmática: programa de pesquisa em lógica e linguagem natural* (Edipucrs, 2002).

Jane Rita Caetano da Silveira é professora titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde se doutorou em Linguística Aplicada. Entre suas publicações, destacam-se *Pragmática e cognição - a textualidade pela relevância*, livro publicado com Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (Edipucrs/Educs, 1999, 2002), *Na interface semântica/pragmática: programa de pesquisa em lógica e linguagem natural* (Edipucrs, 2002), com Ana Ibaños, e o número especial sobre

Teoria da Relevância de *Linguagem em (Dis)curso*, v. 5, organizado com Fábio José Rauen (Unisul, 2005).

Fabio Alves da Silva Junior é professor associado de língua alemã e estudos da tradução da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atuando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos (PosLin) e no Laboratório Experimental de Tradução (LETRA). Bolsista de produtividade do CNPq – Nível 1D, é doutor em Lingüística Aplicada, pela Ruhr Universität Bochum e possui pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona. Entre suas publicações, destacam-se *Traduzir com autonomia: estratégias para o tradutor em formação* (Contexto, 2000); *Triangulation translation: perspectives in process-oriented research* (John Benjamins, 2003); *Competência em tradução: cognição e discurso* (UFMG, 2005); *Relevância em tradução: perspectivas teóricas e aplicadas* (UFMG, 2006), organizado com José Vila Real Gonçalves; e *Modelling translator's Competence: relevance and expertise under scrutiny* (John Benjamins, 2007).

José Luiz Vila Real Gonçalves é professor adjunto de tradução e língua inglesa da Universidade Federal de Ouro Preto, com doutorado em Estudos Lingüísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. Entre suas publicações, destaca-se a organização, com Fábio Alves do livro *Relevância em tradução: perspectivas teóricas e aplicadas* (UFMG, 2006).

Cristina Becker Lopes Perna é professora da Faculdade de Letras da PUCRS, onde obteve seu doutorado em 2003.

Heloísa Pedroso de Moraes Feltes é professora da Universidade de Caxias do Sul – UCS, atuando em cursos de graduação e no curso de Mestrado em Letras e Cultura Regional. Fez seu doutorado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde atualmente faz seu estágio pós-doutoral na linha de pesquisa em lógica da linguagem natural, investigando processos inferenciais formais e informais e raciocínios lógicos aplicados a modelos de semânticas cognitivas. Entre suas publicações, destacam-se *Semântica Cognitiva: ilhas, pontes e teias* (Edipucrs, 2007); a organização de *Produção de sentido: estudos transdisciplinares* (Annablume/Nova Prova/Educs, 2003) e *Pragmática e cognição - a textualidade pela relevância*, publicado com Jane Rita Caetano da Silveira (Edipucrs/Educs, 1999, 2002).